

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO

CLÁUDIA ROSANE PARRELA BESSA

A FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO: A GUARDA MIRIM DE
MONTES CLAROS – MG (1992 - 2018)

UBERLÂNDIA - MG

2020

CLÁUDIA ROSANE PARRELA BESSA

A FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO: A GUARDA MIRIM DE
MONTES CLAROS – MG (1992 - 2018)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima

UBERLÂNDIA - MG

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B557f Bessa, Cláudia Rosane Parrela, 1967-
2020 A formação para o mercado de trabalho [recurso eletrônico] : a
Guarda Mirim de Montes Claros – MG (1992 - 2018) / Cláudia Rosane
Parrela Bessa. - 2020.

Orientador: Antonio Bosco de Lima.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3910>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Lima, Antonio Bosco de, 1961-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU:37

Gloria Aparecida - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.pged.faced.ufu.br - pged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese Doutorado Acadêmico, 15/2020/258, PPGED				
Data:	Dezesseis de julho de dois mil e vinte	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:45
Matrícula do Discente:	11613EDU011				
Nome do Discente:	CLAUDIA ROSANE PARRELA BESSA				
Título do Trabalho:	"A formação para o mercado de trabalho: a guarda-mirim de Montes Claros – MG (1992-2018)."				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O Conselho Municipal de Educação no Brasil e a qualidade socialmente referenciada do ensino"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: José Normando Gonçalves Meira - UNIMONTES; Egeslaine de Nez - UFMT; Sérgio Paulo Morais - UFU; Fabiane Santana Previtali - UFU e Robson Luiz de França - UFU, Presidente da Banca Examinadora, indicado para exercer essa função pelo orientador da candidata, Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Robson Luiz de França, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Luiz de França, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/07/2020, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Egeslaine de Nez, Usuário Externo**, em 21/07/2020, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Morais, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/07/2020, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE NORMANDO GONCALVES MEIRA, Usuário Externo**, em 21/07/2020, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Santana Previtali, Professor(a) do Magistério Superior**, em 03/08/2020, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2147892** e o código CRC **874C0FC0**.

Dedico esta tese a meus pais (*in memoriam*); às
minhas filhas, meu esposo e meus netos.

AGRADECIMENTOS

Foi no exercício do amor, como a paciência, a ajuda, o despertar da alegria pura e saciedade da felicidade que caminhei, acreditando no que disse-nos Jesus: “Acharás o que procuras”. Cada instante de minha vida eu recolhia o que estava semeando – o vivo ensejo de aprender e servir. Assim entendi que não poderia ser feliz sem Deus todos os minutos. A Ele toda honra e toda glória!

Ao longo dos quatro anos de trabalho que resultaram nesta tese, distintas pessoas e instituições colaboraram comigo, me ensinando e apoiando, para que eu alcançasse meus objetivos. Desse modo, não poderia jamais deixar de reconhecê-las.

Agradeço com todo e especial carinho aos meus pais (*in memoriam*). Estes certamente foram, são e sempre serão o meu maior exemplo de amor, dedicação e motivação. Minha maior influência de delicadezas e humanidades nos estudos e na vida. Onde quer que estejam se sintam envolvidos pelo meu profundo querer, respeito e saudade.

Longe de ser o último, agradeço especialmente ao meu orientador Professor Doutor Antonio Bosco de Lima, pela paciência ao me ouvir, ler os meus escritos originais e sugerir termos, conceitos e ideias consistentes que deram corpo a esta tese, oferecendo-me oportunidade para que eu crescesse na maneira de ver, julgar e agir na realidade; orientando os meus caminhos intelectuais para apresentar este trabalho como resultado do processo de investigação.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em especial à Faculdade de Educação (FACED), na pessoa do Professor Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, a partir de quem estendo o meu mais sincero agradecimento aos demais professores que muito contribuíram para pensar a realidade de maneira mais profunda e ampla, ocorrendo com suas aulas para minha compreensão da realidade. Em especial, agradeço aos professores Fabiane Santana Previtali e Sérgio Paulo Morais pelas relevantes considerações no exame de qualificação, mostrando-me caminhos a serem seguidos na minha investigação.

Agradeço a James, Leonardo e Sr. Ali enquanto colaboradores dos trabalhos da Secretaria, que me ajudaram na caminhada com orientações precisas sobre procedimentos burocráticos dos cursos de mestrado e doutorado.

Agradeço a todos os meus colegas de curso que me ampararam com suas observações críticas nas aulas e me ajudaram compreender os desafios teóricos em que me embrenhei.

Mas também não poderia deixar de agradecer de modo particular ao meu querido colega de curso e amigo Jeovandir, porque no período de 2013 aos dias atuais compartilhamos ideias, angústias, sonhos, esperanças e crises... e nos apoiamos mutuamente. Obrigado por ter paciência em me ouvir e me acolher em seu círculo de amizade com tanto carinho. E também às duas grandes amigas: Cecília e Mara Rúbia. Vocês são pessoas muito queridas e por isso desejo a vocês sempre o melhor. Agradeço também ao meu sempre solícito amigo Douglas Fávero. Seu apoio foi fundamental para a finalização deste trabalho.

Agradeço à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), pois, atuando como professora, me foram proporcionadas condições para avivar as questões éticas na formação do pesquisador.

Aos envolvidos com a minha investigação, especialmente aos que leram partes das versões desta tese: Sandra, Benedito Said, Márcia Reis, Vânia e Irineu. Espero que encontrem aqui os traços autênticos de suas contribuições, sugestões e críticas. As leituras preliminares que fizeram, a meu ver, contribuíram sobremaneira para a busca da excelência acadêmica do presente estudo.

Agradeço à minha família por todo o apoio, carinho e incentivo recebido, em especial, às minhas filhas Gracielle, Larissa e Adrienne, companheiras dessa vida terrena que deram à minha vida uma sublime concretude e aos meus netinhos Túlio e Liz, por encher de luz e amor a minha vida!

Agradeço a todos não nomeados aqui que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa e construção desta tese.

Essa tese, que aqui apresento, constitui o melhor que posso oferecer!

Meu sincero agradecimento a todos vocês!

RESUMO

Discutir a formação, aparato de inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, tem se instituído imperativo nos dias atuais. O Programa Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros/MG constitui-se um espaço, cujo objetivo é a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social no mercado de trabalho. O presente estudo norteia-se pelos seguintes objetivos: identificar o principal fator e/ou motivação que explique a efetividade do Programa Guarda Mirim de Montes Claros/MG; conhecer o trabalho da Associação por meio de ações para a aprendizagem profissional dos jovens; analisar o papel da Associação da Guarda Mirim e sua constituição frente à reprodução das relações sociais de trabalho e hierarquia. Para atender ao propósito deste estudo, optou-se pela pesquisa descritiva. Metodologicamente, buscou-se a partir de técnicas descritivas, identificar como são os cursos de aprendizagem oferecidos pela Associação e quais são os objetivos dessas práticas para os seus formuladores e público-alvo, jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. A partir da abordagem quantitativa, os dados foram coletados junto a organismos cuja missão é a prática e acompanhamento de políticas inclusivas. A parte qualitativa apresenta-se na perspectiva da triangulação entre o conhecimento da formação para o trabalho, o mercado de trabalho e os dados oficiais. Os resultados apontam para a existência de múltiplas determinações de vulnerabilidades e riscos sociais à condição juvenil no contexto montes-clarense. Os resultados traduzem o que significa a qualificação profissional, desenvolvida por meio dos cursos para os aprendizes, suas famílias e comunidade envolvida na realização do projeto. Percebeu-se que a Guarda Mirim, mesmo se constituindo como estratégia psicossocial e política voltada para a formação de aprendizes a serem empregados no setor terciário, reproduzindo a riqueza material e não contribuindo para superar o modo de produção que traz em si os conflitos e antagonismos das classes sociais, configura-se em um projeto hegemônico de educação concebida como uma atividade como outra existente no mercado, não diferente da indústria, do supermercado, do restaurante ou outra forma existente no mercado privado. Ainda assim, a partir da observação em campo, testemunhou-se que o projeto é carregado de vida e de esperança dos adolescentes e jovens envolvidos. É histórico, até por pertencer ao devir humano, o desejo de inserção social e econômica. Pelo trabalho aqui desenvolvido, observou-se a Instituição Guarda Mirim como porta de entrada de escolhidos a fazer parte de concretização desse desejo, seguindo hierarquia para se tornar mão de obra nas mãos de quem propicia aquele caminho como dádiva aos menos afortunados. A concepção de assistencialismo-paternalismo, travestida de programa de inserção socioeconômica, pode ser subliminar, mas está lá, povoando o universo de quem deseja entrar para a Guarda Mirim, ter a primeira oportunidade, como sonho de pais ao desejar o melhor aos filhos, entendendo ali como santuário educacional que mescla ensino, aprendizagem e labor, a parte que lhe é cabida nesse latifúndio do capital e do trabalho. No entanto, a Guarda Mirim mantém resultados positivos. Sobrevive num universo de parcas políticas públicas para inserção de jovens e de pessoas em risco social.

Palavras-chave: Guarda Mirim, Trabalho, Poder Local, Protagonismo Juvenil.

ABSTRACT

Discussing training, an apparatus for the insertion of adolescents and young people in the labor market, has become imperative today. Keeping Association Program of Guarda Mirim Montes Claros / MG is a space whose objective is the insertion of young people in situations of vulnerability and social risk in the labor market. Present study is guided by the following objectives: to identify the main factor and / or motivation that explains the effectiveness of the Guarda Mirim de Montes Claros / MG Program; learn about the Association's work through actions for the professional learning of young people; to analyze the role of the Associação da Guarda Mirim and its constitution regarding the reproduction of social relations of work and hierarchy. To meet the purpose of this study, we opted for descriptive research. Methodologically, it sought, using descriptive techniques, to identify how the learning courses offered by the association are and what the objectives of these practices are for its formulators and target audience, young people under situation of vulnerability and social risk. From a quantitative approach, data were collected from organizations whose mission is the practice and monitoring of inclusive policies. The qualitative part is presented under the perspective of the triangulation between knowledge of training for work, the labor market and official data. The results point to the existence of multiple determinations of vulnerabilities and social risks to the youth condition in Montes Claros context. The results reflect what professional qualification developed through courses for apprentices means for their families and the community involved in carrying out the project. It was noticed that the Maintaining Association of Guarda Mirim of Montes Claros has a psychosocial and political strategy aimed at training apprentices to be employed in the tertiary sector, reproducing the material wealth and not contributing to overcome the way of production that it brings itself conflicts and antagonisms of the social classes. In spite of that, this program is a hegemonic project of education conceived as an activity like any other existing in the market. It is not different from the industry, the supermarket, the restaurant or any other form in the private market. Even so, from the observation in the field, it was witnessed that the project is full of life and hope for the adolescents and young people involved. The conception of assistencialism-paternalism, disguised as a socio-economic insertion program, may be subliminal. However, it is filling the universe of those who want to join the Guarda Mirim and have the first opportunity. It works as a dream of parents who wish the best for their children. Parents understand this program as an educational sanctuary that mixes teaching, learning and work, that is part of this latifundium of capital and money. Guarda Mirim maintains positive results. It survives in a universe of sparse public policies for the insertion of young people and people under social risk.

Keywords: Guarda Mirim, Work, Local Power, Youth Protagonism.

Os jovens aprendizes, que ainda não desaprenderam a ver, a ouvir e a pensar, que ainda não abdicaram, e aqueles que ainda são as vítimas da superabundância e que dolorosamente estão apenas começando a aprender a ver, ouvir e pensar. (MARCUSE, Prólogo de O 18 Brumário de Luís Bonaparte, 2011, p. 16).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Visão esquemática da triangulação de dados	48
Figura 2 – Esquema representativo das transformações estruturais e econômicas passadas por Montes Claros (MG) com base na teoria de Lefebvre 1999.....	109
Figura 3 – Diretoria Executiva da AMGMMC	169
Figura 4 – Categoria dos sócios da AMGMMC.....	136
Figura 5 – Anatomia social de Montes Claros (MG) 2016	169
Figura 6 – Papéis exercidos na divisão do trabalho	238
Imagem 1 – Construção do Conjunto Oscar Klein, sede dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul (SP).....	94
Imagem 2 – Fachada da Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul – Oscar Klein	95
Imagem 3 – Fachada da AMGMMC	159
Gráfico 1 – Evolução da densidade demográfica por unidade geográfica - 1991-2016.....	173
Gráfico 2 – Nível de instrução dos aprendizes	175
Gráfico 3 – Etnia dos aprendizes	176
Gráfico 4 – Região Norte - Santos Reis.....	177
Gráfico 5 – Região Nordeste - Renascença	178
Gráfico 6 – Região Leste – Esplanada.....	179
Gráfico 7 – Região Sudeste – Delfino	179
Gráfico 8 – Região Sul - Maracanã	180
Gráfico 9 – Região Sudoeste – Major Prates.....	181
Gráfico 10 – Tempo de serviço dos funcionários da AMGMMC em 2018.....	212
Mapa 1 – Programa Guarda Mirim no Brasil	98
Mapa 2 – Localização de Montes Claros (MG).....	109
Mapa 3 – Localização da sede da AMGMMC	120
Mapa 4 – Localização de Montes Claros (MG).....	172
Mapa 5 – Regionais de reorganização territorial de Montes Claros (MG).....	177
Mapa 6 – Bairros e loteamentos de residência dos aprendizes da AMGMMC.....	183

Quadro 1 – Estudos desenvolvidos sobre a Guarda Mirim	26
Quadro 2 – Instrumentos de coleta de dados e amostragem	50
Quadro 3 – Representantes da Sociedade Civil Organizada que iniciaram a AMGMMC ...	123
Quadro 4 – Áreas que os cursos de aprendizagem se articulam	151
Quadro 5 – Matérias que compõem a estrutura curricular dos cursos de Aprendizagem Profissional	155
Quadro 6 – Número de pessoal técnico-docente envolvido nos cursos e respectivas formações.....	161
Quadro 7 – Empresas onde os aprendizes realizam as atividades práticas dos cursos	175
Quadro 8 – Caracterização dos educadores sociais.....	197
Quadro 9 – Formação dos educadores sociais	198
Quadro 10 – Local de trabalho dos educadores sociais fora da AMGMMC	198
Quadro 11 – Disciplinas lecionadas pelos educadores sociais na AMGMMC.....	199
Quadro 12 – Quadro de funcionários da AMGMMC	211
Tabela 1 – Número de entrevistados	41
Tabela 2 – Pessoas presentes de 10 anos e mais, segundo os ramos de atividade principal, por Unidade da Federação	85
Tabela 3 – Recenseamento geral em São Caetano do Sul – 1960.....	87
Tabela 4 – População de 10 a 19 anos de ambos os sexos – Montes Claros 1991 a 2010	123
Tabela 5 – Carga horária dos cursos.....	158
Tabela 6 – Atendimento da AMGMMC nos últimos anos.....	161
Tabela 7 - Idade dos aprendizes participantes da pesquisa.....	174
Tabela 8 - Tempo de serviço dos educadores sociais na AMGMMC.....	199

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Associação Comercial e Industrial de Montes Claros
ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
AMGMMC	Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
APMSCS	Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBO	Classificação Básica de Ocupações
CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
CEASCAS	Centro das Entidades Assistenciais de São Caetano do Sul
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIAME	Centro Integrado de Atendimento ao Menor
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescentes
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMASP	Conselho Maçônico de Segurança Pública
CONAP	Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional
COVENORTE	Conselho de Veneráveis do Norte de Minas
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DEM	Democratas
DENOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DIEESE	Departamento Intersetorial de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EACS	Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FENICS	Feira Nacional da Indústria, Comércio e Serviços

FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC/CNE	Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
MPC	Modo de Produção Capitalista
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NOB	Norma Operacional Básica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDRAC	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PLANFOR	Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMC	Prefeitura Municipal de Montes Claros
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEP	Programa de Expansão de Educação Profissional
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSF	Programa de Saúde da Família
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE	Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SMDS	Secretaria Municipal de desenvolvimento Social
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 PERCURSO METODOLÓGICO PARA DESVELAMENTO DA REALIDADE	25
2.1 Delimitando o objeto de estudo	27
2.2 Sobre o percurso percorrido e a justificativa	34
2.3 Rota metodológica	38
2.4 Síntese metodológica	51
3 CONJUNTURA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DA GUARDA MIRIM	52
3.1 O Brasil no Contexto da Guerra Fria	57
3.2 Desenvolvimentismo, planejamento e trabalho: o Brasil de JK	58
3.3 Nasce a Guarda Infanto-Juvenil de São Caetano do Sul	84
3.4 Síntese histórica	99
4 O CONTEXTO CONSTITUÍDO DA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS	102
4.1 Montes Claros como berço da AMGMMC	109
4.2 Ideias que fizeram surgir a AMGMMC	121
4.3 A Estrutura Organizacional da AMGMMC	134
4.4 As Ações da AMGMMC	140
4.4.1 A Qualificação Profissional como fator do Reprodutivismo.....	143
4.4.1.1 Os Cursos de Aprendizagem	147
4.5 Síntese contextual	170
5 O CONTEXTO CONSTITUINTE DA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS	171
5.1 A força de trabalho: os Aprendizizes	173
5.2 Asseguradores dos saberes práticos - os Educadores	196
5.3 Os prestadores de serviço aos agentes da divisão do trabalho - os Funcionários.....	211
5.4 Os asseguradores da sutil dominação cotidiana da ditadura da burguesia - os Gestores da Guarda Mirim	214
5.4.1 A Presidente.....	214
5.4.2 O Vice-Presidente.....	218
5.5 Parceiros: Os empresários	223
5.6 Outras falas: políticos, intelectuais e antagonistas da Associação Mantenedora da Guarda Mirim	226

5.7	Síntese constituinte.....	235
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUADRO DE CONSISTÊNCIAS E PROPOSIÇÕES		
	241
REFERÊNCIAS		248
APÊNDICES		266
Apêndice A - Questionário semiestruturado tipo I		267
Apêndice B - Questionário semiestruturado tipo II		269
Apêndice C - Entrevista semiestruturada tipo I.....		271
Apêndice D - Entrevista semiestruturada tipo II.....		272
Apêndice E - Entrevista semiestruturada tipo III - Parceiros		273
Apêndice F - As Guardas Mirins nas Regiões do Brasil		274
ANEXOS		281
Anexo A – Estatuto da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros		282

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é uma diligência orientada para a problematização de uma indagação; uma determinação de empenho e investigação. Possibilitou elaborar um conjunto de conhecimentos que favoreceu a compreensão da realidade e propiciou ações. Significou, além disso, um procedimento formal, com método crítico, que exigiu um tratamento científico e se estabeleceu no desvelamento do contexto enigmático da Guarda Mirim em Montes Claros. Eminentemente, foi considerada como uma análise que demandou exame e enfrentamento com o instituído. Um descobrimento, um engenho, uma criação, em síntese... é uma tese!

O presente estudo se insere na área do conhecimento da Educação, é parte do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), pertencente à linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação e da especificidade da Educação não formal, com destaque para a atuação e as políticas sociais, enfoca a consolidação da pesquisa em uma organização não governamental, e tem sua gênese e construção vinculada à reflexão de contextos propositivos.

A construção do objeto revelou uniões de arranjos produzidas por múltiplos projetos e planos provenientes da realidade. À vista disso, a deliberação de perquirir esta temática não foi uma opção teórica, e sim o oposto, foi efeito das inquietudes despertadas pelo desejo de pesquisar sobre a educação não formal ao desenvolver atividades docentes na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Na senda dos dilemas e desafios que se impõem para a educação não formal, na redução progressiva do trabalho dos pesquisadores no momento atual, delineou-se a problemática desta investigação que foi expressa na questão norteadora: Qual o papel da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros na reprodução das relações sociais, de trabalho e hierarquia e quais são os aspectos da formação para o trabalho de adolescentes e jovens carentes a nível local e suas relações com o processo de educação e como se apresentam as contradições, essencialmente, em relação ao currículo, formação e desempenho profissional dos aprendizes da Guarda Mirim e a situação de lugar da instituição, no centro da cidade de Montes Claros (MG)?

A tese proposta concebe que a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros¹ (AMGMMC), constitui uma estratégia psicossocial e política voltada para a formação de aprendizes a serem empregados no setor terciário. A sociedade brasileira, ao assumir o

¹ Ao longo do texto da tese iremos nos referir a esta Associação, apelidando-a como “Guarda Mirim”.

modo de produção capitalista, cada vez mais deixa evidenciados conflitos e antagonismos, frutos da luta de classes e, para apaziguá-los de modo favorável ao capital², são requeridos o consenso, o equilíbrio, a complementariedade na vida social. Para atingir esse fim, se faz necessária, e em torno destas expectativas são organizadas as vidas dos aprendizes, que tem suas condutas condicionadas por aquilo que o grupo deles espera (TOSCANO, 2001). Desse modo é possível observar o poder, a dominação, a disciplina, o *status* e as classes sociais, quando se examina, na mesma arena, a ideia, a organização e a ação da Guarda Mirim. Como considera Souza (2017, p. 84), “a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e lutas, é a chave para a compreensão de tudo que é realmente importante na sociedade”.

Para Marx (1982),

“o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas”. Este consiste de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência de toda a espécie que são empregues para produzir novas matérias-primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de subsistência. Todas estas suas partes constitutivas são criações do trabalho, produtos do trabalho, trabalho acumulado. Trabalho acumulado que serve de meio para nova produção é capital (p. 47).

Conceber a história da Guarda Mirim numa perspectiva dialética, para orientar uma reflexão com base nas contradições presentes nas relações sociais capitalistas, nos remete ao que postula Ianni (2004):

Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira lida-se principalmente com as relações, processos e estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho. Em especial, trata-se de deslindar os trabalhos e os dias, as formas de viver e trabalhar, de produzir e consumir, mandar e obedecer, ser e pensar que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como Colônia, Império e República (p. 77).

Para o autor, a questão social perpassa a história da formação da sociedade brasileira como fruto das desigualdades econômicas, políticas e culturais, cujas expressões mais latentes são a questão de classe, a questão racial e as desigualdades regionais sempre tencionando a relação entre sociedade civil e o poder estatal. Ademais, para este autor, “a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos”, e o trabalho está no centro da questão social (IANNI, 2004).

A partir dessa afirmativa e compreendendo que a educação é parte constituinte da vida em sociedade, bem como o fato de que o trabalho é a principal forma pela qual os indivíduos

² Utilizar-se-á aqui o significado de capital elaborado por Marx entre as várias definições para o termo.

garantem sua sobrevivência, busca-se compreender qual a função primordial da educação não formal desenvolvida pela Guarda Mirim na formação para o trabalho. Nossas reflexões acerca de práticas e ações educativas deram-se à luz de um conjunto de argumentos, problematizações e pesquisas que demonstram como a reestruturação produtiva do capital resulta em impactos nas diferentes esferas e atividades relacionadas com educação na sociedade.

Tendo como ponto de partida a criação da Guarda Mirim de São Caetano do Sul (SP) analisamos o que foi preconizado/idealizado como Guarda Mirim (tese), enfocando aquilo que se tem e como o que ao longo dos anos tem sido a Guarda Mirim e, de posse desses elementos, compor algumas ideias de um vir a ser, o que entendemos sobre a Guarda Mirim (Síntese).

Em relação ao segundo passo, verificamos que a Guarda Mirim, é uma organização do Terceiro Setor³, sem fins lucrativos, e em permanente transformação, oscilando entre as possibilidades de formação dos novos trabalhadores e os limites centralizadores.

A educação está presente em todos os âmbitos da vida humana, podendo ser ofertada por diversas instituições. É elemento fundamental para a transformação da sociedade. A educação, sobretudo, a escolarizada foi alvo de intensos debates a partir da época moderna. A educação voltada aos interesses da burguesia sofreu muitos questionamentos. Marx não via com bons olhos uma educação oferecida pelo Estado-Nação burguês, capitalista, basicamente por desacreditar no currículo que ela traria e na forma como seria ensinado. Mesmo que tenha defendido a educação compulsória em 1869, Marx opunha-se a qualquer currículo baseado em distinções de classe. Defendia a educação técnica e industrial, mas não um vocacionalismo afunilado (LIMA; GIL, 2013), essas ideias tiveram um impacto posterior na educação, especialmente no que diz respeito à educação tecnológica.

Por fim, realizamos a síntese que destaca os princípios formativos como objeto e objetivo central de educação que se proponha transformadora. Nesse ponto, chega-se a um elemento fundamental, que alicerça tanto as pesquisas quanto as ações dos sujeitos: a problematização.

Problematização: iremos destacar neste estudo o componente formação⁴ enquanto aprendizagem profissional para o trabalho. Parte-se do entendimento que ele congrega

³ O Terceiro Setor, segundo Szazi (2006, p. 22), é o conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visavam atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico brasileiro.

elementos instrumentalizadores do trabalho como princípio educativo, objetivando-se discutir os planos da efetividade, da possibilidade e da necessidade dos serviços da Guarda Mirim. Tomamos a aprendizagem como base e princípio do processo de formação. A problematização da questão da formação como postulado do processo educativo nos leva aos três planos, que discutimos a seguir.

Para deslindar a problemática que se colocou em relação à Guarda Mirim, este estudo tem-se como objetivo-geral, compreender o papel da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros na reprodução das relações sociais, de trabalho e hierarquia, buscando examinar os contextos de sua atuação. Buscou-se compreender ainda quais são os aspectos da formação para o trabalho dos adolescentes e jovens “carentes”, em nível local, bem como suas relações com o processo de educação não formal, busca-se saber ainda como se apresentam as contradições em relação ao currículo formal ou prescrito (SACRISTÁN, 2000), formação e desempenho profissional.

Os fatos são os fatos, como afirma Pinto (1985), mas a apuração, apresentação e interpretação deles exigem, para atingir o objetivo-geral deste estudo, que o presente trabalho acadêmico seja dividido em partes. Assim, a tese se constitui de quatro capítulos, além da introdução e as considerações finais que salientam as conexões e as sugestões.

No primeiro capítulo, a escolha foi delinear a estrutura da pesquisa para situá-la. Realizou-se, desse modo, a problematização e delimitação inicial do objeto de estudo, assinalando o percurso percorrido sobre a escolha da temática, bem como a justificativa e os objetivos da investigação. Notadamente nesse primeiro capítulo, foi demonstrado o percurso metodológico realizado. Destacou-se a concepção de pesquisa e os procedimentos relacionados à coleta e análise dos dados que evidenciaram a sustentação metodológica a essa investigação. Salientou-se uma apresentação dos encaminhamentos metodológicos, nos moldes das categorias, identifica também a estrutura analítica: o materialismo histórico-dialético, a análise de conteúdo e a abordagem qualitativa. Apresentou-se, ao final, uma síntese que englobou o sentido orientador desta investigação.

Em seguida, as questões tratadas nos três capítulos seguintes na busca por dar sentido dialético materialista à história da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros aludem-se à definição e natureza da Associação, à explicitação de seu objeto de trabalho, suas relações com o contexto social com as quais faz parceria e a comprovação dos

⁴ No campo do preparo para os quadros ocupacionais, a formação consiste no ensino e aprendizagem visando a uma boa performance em uma tarefa específica ou em um conjunto de tarefas que constituam um trabalho ou atividade, significa adquirir conhecimentos aplicáveis a situações previsíveis (DANNEMANN, 2004).

campos de trabalho dos aprendizes que a instituição assiste. Elas são reiteradas nos referidos capítulos, e nesse sentido, arroga-se paciência ao leitor quando encontrar argumentos que terão aparecido nos capítulos anteriores, pois os capítulos foram escritos em diferentes momentos, interlocutores e motivações. A sequência dos capítulos está em ordem cronológica, de modo que é possível acompanhar o aparecimento de novas temáticas, novas questões, novos olhares, uma vez que ultimamente muitas transformações veem ocorrendo em nossa sociedade, afetando diretamente o campo de investigação da educação profissional.

- Analisar como surge e se dissemina a Guarda Mirim no Brasil até chegar a Montes Claros – MG.

No segundo capítulo, apresenta-se a “contemplação viva” da Guarda Mirim. Para singularizar a Guarda Mirim, e para que esta seja devidamente apresentada, retoma-se ao período desenvolvimentista, em que o Brasil foi governado por Juscelino Kubistchek, momento em que surge em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, a primeira experiência desse tipo de intervenção. Identificam-se as suas principais características à luz de documentos tais como dispositivos legais, diretrizes e dados estatísticos, a fim de delimitar o objeto de estudo. Apresenta-se a inspiração da Guarda Mirim e como esta experiência se dissemina pelo Brasil até chegar a Montes Claros. A proposta é que se possa capturá-la em sua qualidade geral e apresentá-la como ela é. Realizar este trajeto se faz relevante, pois é a partir dele que se têm elementos para pensar a sua razão de ser.

- Compreender a ideia, a organização e a ação da AMGMMC

No terceiro capítulo, procede-se a análise da Guarda Mirim, isto é, busca-se evidenciar o entendimento sobre esta Instituição, ao se aprofundar na sua dimensão simbólica. Destacam-se suas ideias, sua organização e suas ações estabelecendo as relações sociais e históricas, de modo a lhe apreciar no tempo e no espaço. Explica-se à luz dos dados da pesquisa, demonstrar o significado das ações da Guarda Mirim ao apresentarmos o Programa de Aprendizagem constituído de dois cursos: o curso de Assistente Administrativo e o curso de Aprendiz Bancário. Buscou-se cotejar o que os cursos promovidos pela Guarda Mirim oferecem aos aprendizes e averiguar se estes proporcionam uma dimensão voltada para o conhecimento e a aprendizagem das respectivas áreas, ou seja, se possuem componente voltado ao incremento da qualificação do trabalhador que os afiancem assumir atividades em ambiente tarefa. Em seguida, apresenta-se a compreensão, o entendimento, os juízos e os conceitos dos partícipes sobre a Associação.

- Problematizar a AMGMMC quanto ao seu papel no âmbito das relações sociais, de trabalho e hierarquia

No quarto capítulo revela-se a realidade concreta da Guarda Mirim, ao estatuir os aspectos essenciais, seu fundamento, sua realidade e possibilidades, seu conteúdo e sua forma. Dessa forma, revela-se o que é singular e geral ao mesmo tempo, o que é necessário e o contingente. Para isso, são expostas as informações, as observações, as inferências (indutivas e dedutivas) para determinar com mais precisão a realidade concreta da Guarda Mirim. Assim, após engendrados os construtos em torno da aprendizagem profissional, discute-se a essência da Guarda Mirim e problematiza-se o desafio da inclusão e o lugar das políticas públicas que intermedeiam o acesso ao emprego entre trabalhadores de baixa renda. No atual sistema econômico, no modo de produção capitalista, quando os adolescentes e jovens montes-clarenses têm vigorosa força de trabalho a oferecer e a barganhar, a classe dominante realiza o “arranjo” desta força de trabalho e elege em que área devem se especializar e/ou se ocupar. Esse arranjo vem ditar onde os/as adolescentes e jovens devem estar na pirâmide social, impor com quem na sociedade esses compartilhem interesses e com quem seus interesses entram em conflito. Para compreender o papel da atuação da Guarda Mirim em Montes Claros, desde a sua criação, torna-se necessário compreender o sistema de propriedade em Montes Claros, determinado em um arranjo político. Essa compreensão é a chave para desvelar as suas relações sociais, de trabalho e hierarquia.

Após exaustivo mergulho nas particularidades da Guarda Mirim de Montes Claros, germinou em sua confluyente trajetória histórica, intencionalidades que foram planejadas e evidenciadas nesse último momento. O cerne dessas considerações foi o retornar à questão norteadora, que ocupa função finalística na perquirição de um olhar global/local nesse estudo.

Neste desfecho, todos esses temas foram problematizados a partir do conceito de prática social, que é o saber acumulado pelo ser humano por meio de sua história. A prática social é, por um lado, ação, prática, e por outro lado conceito dessa prática que se realiza no mundo dos fenômenos materiais e que é elaborado pela consciência que tem a capacidade de refletir essa realidade material (TRIVIÑOS, 2006). Portanto, pensado aqui como um processo complexo que envolve várias dimensões, tais como materiais e políticas, relacionais, objetivas e subjetivas. Um conceito norteador para a leitura do que se pensa ser a formação do trabalhador.

Frente ao todo divisado, supomos tratar-se de uma instituição comprometida com os interesses do capitalismo e se configura em força estratégica utilizada pelas forças produtivas,

que tem a intenção de ocupar os adolescentes e jovens que oferecem risco à sociedade para inseri-los nos quadros trabalhistas. No contexto do mundo do trabalho, sua ação pode ser compreendida como preservadora da formação de uma força de trabalho adaptada aos interesses da produção.

Em vista disso, ponderando que a Guarda Mirim, pela sua constituição, pelas relações que mantém com outros setores e instituições, pela sua natureza local demanda maior estudo. O nível real de consecução dos objetivos propostos, os problemas e obstáculos enfrentados pelos grupos da sociedade civil que chegam a experiências exitosas no Brasil é uma demanda que merece análise. Os impactos das medidas destinadas a facilitar a formação de adolescentes e jovens da Guarda Mirim em outros municípios, nos Estados e no Brasil carecem de estudos. No entanto, esses são apenas alguns exemplos dos que poderíamos aqui enumerar.

Assinalamos que compreendemos a diversidade dos autores escolhidos e os riscos que podem representar a diversificação e a fusão que a opção deles patenteia. Contudo, o histórico da Guarda Mirim é multidimensional e complexo e somente uma abordagem teórica não apreenderia contemplar essa diversidade.

Cabe salientar que optamos por destacar as demandas já mencionadas para constituir este estudo sobre a Guarda Mirim. Entendemos que estas explicitam a façanha de um projeto que é parte de um mecanismo de controle que rege o Estado moderno, preocupado com o aumento das massas.

Caminho, desse modo, logo para a parte final da Tese, que são as considerações finais, nas quais indico em que pontos a problemática da pesquisa pode ou não ser resolvida e em que medida a hipótese se confirmou.

2 PERCURSO METODOLÓGICO PARA DESVELAMENTO DA REALIDADE

Elaborar uma tese significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar os fatos: é uma experiência de trabalho metódico para construir um objeto que possa também servir aos outros (ECO, 2008). Para Severino (2007, p. 221), a tese consiste em uma “abordagem de um único tema, exigindo uma pesquisa própria à área científica em que se situa, com os instrumentos metodológicos específicos”, podendo ser de ordem experimental, histórica ou filosófica, versando sempre “sobre um tema único, específico, bem delimitado e restrito”.

Essa tese, ao ser elaborada, sinaliza a maneira com que foi organizada: tornamo-nos mais maduros, nos fez conhecer mais coisas, sem no entanto, deixar de depender do modo como estudávamos no início, as coisas que até então ignorávamos.

O tema “Formação para o Trabalho” responde aos nossos interesses e se liga à nossa área de formação (Educação), às nossas leituras sobre o papel da educação e a aprendizagem profissional, pois em nosso encargo enquanto pedagoga no Serviço Social da Indústria (SESI) em Montes Claros tivemos a oportunidade de atuar com instrutores de formação profissional e com os jovens aprendizes, bem como também, enquanto docente do Ensino Superior nos cursos de Licenciatura na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), contribuir com a formação de educadores de diferentes cursos.

No que diz respeito à prática de formação que tivemos como responsabilidade ao assumir disciplinas que tinham previstas em suas estruturas curriculares carga horária destinada ao momento de produção de conhecimentos diretamente relacionados como o fazer do futuro docente, deparamos com inúmeras dificuldades das escolas regulares em receber os acadêmicos. Segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Unimontes (2013, p. 30), “esta atividade deverá estar associada aos eixos integradores de cada período, não podendo ser desvinculada aos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural concretizando de forma efetiva e clara a relação teoria-prática”. Foi na operacionalização desta atividade de dimensão prática que encontramos as dificuldades de ver os acadêmicos imersos neste aprendizado. Para Pimenta e Lima (2006),

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer ‘algo’ ou ‘ação’. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, observando-nos, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. (p. 07, grifo das autoras).

Entendendo que todo educador do mundo contemporâneo deve ter a prática social como objeto de investigação e de exercício profissional e que deveria estreitar-se o diálogo entre o ensino superior e a educação básica, uma vez que as atividades de educar estavam sendo pouco tematizadas nesta relação, o momento requeria uma nova compreensão que situasse a educação, a escola e as licenciaturas no contexto mais amplo das práticas sociais construídas no processo de vida real dos homens, objetivando demarcar o caráter social e histórico desses elementos. Acreditamos que o que necessitaria para ser o ponto de partida para a efetivação de fortalecimento desse diálogo, era consolidar o entendimento sobre o conceito de educação.

§ 1º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura. (MEC/CNE, 2005, p. 04).

Assim, à vista do conceito estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2005), a educação tem seus processos formativos desenvolvidos em organizações da sociedade civil, ou seja, nos espaços não formais, elegeu-se a Guarda Mirim para o presente estudo.

Entretanto, é um tema que ainda carece de estudos. Ainda é a diminuta quantidade de publicações sobre a temática, bem como fontes de consulta acessíveis. O que encontramos foram raras referências bibliográficas sobre a Guarda Mirim, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – Estudos desenvolvidos sobre a Guarda Mirim

Trabalho	Título	Ano	Autor	Universidade
TCC (Educação)	Experiência pedagógica na Guarda Mirim período 2001-2009	2011	Jacqueline Marcucci Ricardo Ortiz	Universidade Estadual de Londrina
(Curso de Secretariado Executivo Trilíngue)	Elaboração de Manual Orientativo para entrevistas de emprego dos adolescentes da Instituição Guarda Mirim de Foz do Iguaçu	2010	Andréia Simone Gonçalves	Faculdade União das Américas Foz Do Iguaçu – PR
Projeto Técnico (Especialização em Gestão Pública)	Guarda Mirim de Foz do Iguaçu – Políticas Favoráveis dentro das Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos Foz do Iguaçu	2011	Rosane Antônia de Souza	Universidade Federal do Paraná Foz do Iguaçu
Monografia (Economia)	Políticas de Treinamento e inserção do trabalhador no mercado: o caso da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros – 1992 - 2002	2003	Françoise de Fátima Barbosa	Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - MG
(Aprendiz relatando sua experiência)	Especificações sobre a área de pagamentos dentro do setor logístico de uma empresa	2015	Wesley Aspiazu	Universidade Cruzeiro do Sul UNICSUL - SP

(Ciências Políticas)	<i>Guarda Municipal Mirim de Curitiba como forma de política pública local</i>	2013	Leon Albuquerque	Centro Universitário UNINTER
Dissertação (Administração)	A contratação de aprendizes: o reflexo da aprendizagem de adolescentes na cultural organizacional	2008	Nicéia Luzia Salete Silva	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(Educação)	A Educação na Guarda Mirim de Santa Barbará D' Oeste (1971–1998): Uma aproximação com a Opera Nazionale Balila	2017	Lucas Henrique Salveti	Centro Universitário Salesiano de São Paulo Americana SP
(História)	A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979)	2008	Marcos Alexandre Smaniotto	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Geografia)	'Na Minha Época as Meninas estavam no Comando': A Constituição de Feminilidades na Escola de Guardas Mirins 'Tenente Antônio João', na Cidade de Ponta Grossa, Paraná	2017	João Paulo Leandro de Almeida	Universidade Estadual de Ponta Grossa

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

2.1 Delimitando o objeto de estudo

Essa tese que ora se apresenta teve como desafio analisar uma associação filantrópica que tem como atividade principal parte da formação educacional de adolescentes e jovens carentes por meio da oferta de cursos de capacitação profissional que são desenvolvidos em Programa de Aprendizagem.

É importante, ressaltar que o nosso objeto de investigação compõe as atividades do Terceiro Setor e tem como área de atuação a assistência social, a defesa de direitos e a formação para o trabalho.

Este estudo tem seus propósitos vinculados ao Programa de Pós-Graduação e à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que desenvolve suas atividades na busca de uma articulação crescente do ensino, da pesquisa e da extensão. Também procura vincular-se ao processo histórico do trabalho enquanto categoria de problematização da transformação social, à existência do modo de produção capitalista e suas propostas educacionais, ao debate sobre as relações entre a escola (aqui representada pela Guarda Mirim), o mercado de trabalho e a formação.

Frente à possibilidade de estudar a Guarda Mirim como organização e a sua atuação em Montes Claros surgiu uma diversidade de caminhos como perspectiva. Voltada para a formação e inserção de jovens carentes para o exercício de uma profissão, em Montes Claros

e em outras cidades da região fez-se necessário retomar aspectos sobre a origem da Guarda Mirim.

O pouco conhecimento sobre essa instituição nos remete a ideia/representação de meninos e meninas disciplinados, uniformizados e bem preparados, que sempre foram aceitos e bem recebidos pelos comerciantes locais.

Em busca de um primeiro contato além da Guarda Mirim local - a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros - buscou-se encontrar outras experiências da Guarda Mirim no Brasil por meio de sites institucionais. Lá estavam inúmeras delas. Cada uma com um produto diferente que vai desde a organização, o que nos instigou para apreender um pouco mais sobre o objeto escolhido. Inúmeras instituições, entre as quais o Rotary contribuíram e/ou implantaram esse tipo de instituição.

Buscamos em seguida encontrar alguma discussão ou crítica que nos levasse a pensar por outro prisma, sobre a Guarda Mirim fora do Brasil, e a primeira leitura nessa perspectiva foi o quinto capítulo do livro *La debilidad del creer (A fraqueza da crença)*, de Michel de Certeau (2006), intitulado “*Los cristianos y la ditadura militar en el Brasil*” (*Cristãos e a Ditadura Militar no Brasil*). Essa leitura corroborou nosso entendimento sobre a participação dos militares e de clubes de serviço como Rotary e Lions, os “clubes de pressão”. Águeda Uhle, em estudo intitulado “*Comunhão leiga: O Rotary Club no Brasil*” (1991) analisa o Rotary Club a partir do discurso de quatro segmentos sociais: estadistas brasileiros, representantes da Igreja católica, intelectuais e os próprios rotarianos, pretendeu compreender as relações que um clube de serviço estabelece com outras organizações e com o próprio Estado, bem como a sua participação social e política e seus objetivos implícitos. Nota-se que seu trabalho se pauta em ações que visavam a “purificar” a sociedade por meio da transformação do elemento “perigoso” (adolescentes e jovens) e, assim, para evitar o “contágio”, buscava-se eliminar o “indesejável”.

Segundo Uhle (1993, p. 66), na década de 1930, o italiano Antônio Gramsci (1984), fez referência ao Rotary Club destacando nele o novo espírito capitalista, aponta que este “vê uma organização mais moderna cujo “programa essencial baseia-se (...) nas ideias de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um serviço social, ainda mais, são e podem ser um negócio na medida em que representam um “serviço”. Desse modo, Uhle (1993) relata que

“Na percepção de Gramsci, o Rotary deseja a superação do “capitalismo de rapina” e a implantação de princípios de honestidade e lealdade nos negócios. Quanto ao seu código de ética expresso nos lemas: “dar de si antes de pensar em si, quem serve melhor ganha mais”, é próprio de uma organização das classes altas que só se volta para o povo indiretamente” (p. 66 grifos da autora).

Nota-se a partir dos estudos empreendidos por Uhle que Gramsci observava a vinculação do Rotary Club e o seu posicionamento como favoráveis a um tipo de capitalismo moderno que superasse as relações selvagens do capitalismo no final do século XIX.

Segundo Uhle (1993), outro estudo importante foi o do pesquisador americano Peter H. Rossi (1973) que investigou a organização de uma comunidade de pequena cidade do interior dos Estados Unidos e se deteve na análise das forças que compõem o poder local. Para este autor, o Rotary enquanto organização voluntária é fundamental para o poder local e ressalta nesta, duas características: 1) clube de elite ligado ao comércio e à indústria; 2) seu poder de interferência nos rumos da política local agindo junto às autoridades públicas, garantindo assim constantes trocas de favores. O autor observa que enquanto os comerciantes nas associações voluntárias e clubes de serviço dedicam-se à organização cívica da comunidade, os administradores políticos facilitam o desempenho das empresas.

Ao buscar uma relação da Guarda Mirim com os Clubes de Serviço e com os militares, encontramos Uhle (1993, p. 67) apud Debrun (1983, p. 67) enfatizando que o Rotary Club aparece ao lado da Escola Superior de Guerra e do Lions Club como “terminais entre a sociedade civil e o Estado”. Estas instituições da sociedade civil teriam o encargo de divulgar a ideologia do Estado, embora não sejam órgãos diretamente ligados ao aparelho de Estado. Debrun vê no Rotary Club uma característica educacional e formadora de opinião.

O trabalho que agora apresentamos, tem por objetivo compreender o papel social desta instituição, e como tem se constituído em relação à reprodução social, em relação como reproduz as relações de trabalho e hierarquia, enfim, compreendê-la para além de suas aparências.

Para realização da pesquisa recorreu-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para essa última examinamos os documentos internos da Guarda Mirim, das bibliotecas tanto de Montes Claros, como do Arquivo Público Municipal de Belo Horizonte, da Polícia Militar de Minas Gerais, da Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul que guardavam registros sobre a primeira experiência da Guarda Mirim no Brasil. Na Guarda Mirim acessamos documentos mais recentes da instituição como o Estatuto e o resumo dos cursos retirados do site do Ministério do Trabalho e Emprego - o JuventudeWeb⁵. Também foi necessário a realização de entrevistas para a pesquisa. Todos os funcionários da Guarda

⁵ JuventudeWeb: plataforma disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o Cadastro Nacional da Aprendizagem. Para saber mais sobre a sua operacionalização ver: JUVENTUDE WEB Cadastro Nacional de Aprendizagem: Manual do Usuário – Brasília: MTE, SE, SPPE, DPJ, CGPI, CGI, 2009.

Mirim se colocaram prontamente a nos relatar suas versões e vivências sobre a Guarda Mirim e a apresentar os documentos solicitados.

Indagamos inicialmente qual o papel dessa Associação na reprodução das relações sociais, de trabalho, de hierarquia e quais são os aspectos da formação para o trabalho de adolescentes e jovens carentes a nível local e suas relações com o processo de educação, como se apresentam as contradições, essencialmente, em relação ao currículo, formação e desempenho profissional dos aprendizes e a situação de lugar da Guarda Mirim, localizada no centro da cidade de Montes Claros (MG).

Desta pergunta inicial, outras questões foram surgindo tais como: as ações da Guarda Mirim causam impacto sobre adolescentes e jovens por ela assistidos, decorrendo-lhes uma efetiva mudança na perspectiva do primeiro emprego ou seu trabalho só minimiza e não erradica a problemática da inclusão social?

No processo de investigação buscou-se confirmar ou refutar a primeira hipótese proposta para essa pesquisa: A Guarda Mirim trata de uma instituição comprometida com os interesses do capitalismo e se configura em força estratégica utilizada pelo capital, que tem a intenção de ocupar os adolescentes e jovens para inseri-los nos quadros trabalhistas. Contudo, entendemos ainda que no contexto do mundo do trabalho, ou seja, na sociedade capitalista, as ações da Guarda Mirim podem ser trazidas como uma reprodução do trabalho e da hierarquia, por meio dos cursos de aprendizagem oferecidos.

Baseado nessas ponderações, inúmeras possibilidades de estudo se descortinaram para nós. Podíamos potencialmente examinar a Guarda Mirim e os fundamentos do pensamento liberal e, por outra forma, poderíamos examinar os precedentes do pensamento propagado pela Guarda Mirim, e sua correlação com correntes como o positivismo, o pragmatismo, o utilitarismo ou outra. Mas havia uma apreensão de nossa parte quanto à configuração da atuação da instituição. Desejávamos saber como atua a Guarda Mirim, de que modo resguarda seus interesses e como alcança resultados.

Para respondê-la a contento, conforme nos propomos somente o materialismo histórico-dialético seria capaz de desvelar...

Como se sabe, Marx e Engels não se ocuparam da educação, salvo em alguns momentos esporádicos de sua trajetória intelectual, mas suas ideias são essenciais para desvelar o papel da Guarda Mirim no contexto do funcionamento e transformação da sociedade, sobretudo por esta se encontrar no modo capitalista de produção. Desse modo, compreendendo que os homens e a sociedade se definem pelo modo como produzem e reproduzem suas condições de vida materiais em determinado momento e em cada sociedade,

a aprendizagem profissional desenvolvida por esta Associação constitui um componente intrínseco à vida social e corresponde ao modo de organização da sociedade e à sua etapa de desenvolvimento. Logo, a educação, articulada com o horizonte das relações socioeconômicas, na perspectiva marxista tem nela creditada as possibilidades e os limites da própria sociedade. E para compreendê-la dentro do fenômeno educativo nesta perspectiva de análise, torna-se necessário passar pelo seu modo de compreender a sociedade.

Para decompor o concretizado no tocante à Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros foi requerido analisá-la criticamente, problematizá-la e desmistificá-la, transitando entre suas possibilidades e limites.

Em busca de mais informações, prosseguimos na análise da documentação, agora com outra pergunta: Como age a Guarda Mirim? Trilhando uma via próxima a de Montañó que indagava “Como ter consciência do interesse eminentemente lucrativo e político na atividade filantrópica empresarial”?

O passo subsequente foi o reconhecimento da relação existente entre a Guarda Mirim e o Estado. Compreendemos que a Guarda Mirim, enquanto organização do Terceiro Setor, mesmo que de modo não explícito, ela não está alijada da lógica do capital e do lucro privado. Efetivamos a partir disso, determinados estudos sobre associações sem fins lucrativos e clubes de serviços, com foco sempre em seus interesses e formato de atuação. As proximidades e similitudes da Guarda Mirim com o Rotary Club e o Lions nos levaram ao aprofundamento desse tema, sobretudo alicerçado pelas ideias de Max Weber.

Conforme prosseguíamos na pesquisa fomos percebendo a atuação da Guarda Mirim para garantir a aceitação do seu serviço junto ao empresariado local, na oferta dos cursos de qualificação profissional aos adolescentes e jovens carentes a serem inseridos nos quadros de trabalhos do setor terciário de Montes Claros. Com a contribuição das ideias de Weber sobre burocracia, tentamos captar a estrutura organizacional da Guarda Mirim e a influência dela no trabalho a que se propôs no município de Montes Claros.

Seguidamente a esta etapa, tratamos de delimitar duas direções que guiam este trabalho: a primeira que analisa a organização da Guarda Mirim conforme suas próprias proposições, sua concepção oficial, seus regulamentos e normas, sua estrutura organizacional e o modo de atuação. A segunda se refere à atuação da Guarda Mirim no município de Montes Claros (MG). Elegemos empreender um estudo de caso sobre a Guarda Mirim de Montes Claros.

A escolha desta instituição coube ao fato de esta ser atuante e fazer parte do chamado Terceiro Setor, reproduzido como “bem intencionado”, anticapitalista e antiestatista, mas,

porém, trabalha pela causa do resgate da miséria humana efetivada em todas as mais nocivas formas de exclusão social experimentada por homens, mulheres, crianças, jovens, adolescentes e velhos do mundo atual, e que ao seu entender, realiza o contrário, não resgata, mas agudiza e reforça a indignação, como pondera Montañó (2002).

Desse modo, definimos como período histórico para este estudo o final da década de 1950, em razão do surgimento da primeira Guarda Mirim no Brasil, em São Caetano do Sul. Na década de 1950, o chamado desenvolvimentismo⁶ é um marco importante na história econômica do Brasil. Também sinaliza um período em que se intensificou o debate travado em torno da “questão do menor”, passando a ser objeto de tratamento especial por parte do Estado e da sociedade. A pesquisa revelou que nos anos iniciais, a Guarda Mirim se preocupou mais com a moralidade do indivíduo e na manutenção da ordem social do que com a qualificação para o trabalho. Para falar da Guarda Mirim em Montes Claros é necessário que retomamos ao passado, apresentando brevemente o que ao que parece ser a inspiração desse tipo de intervenção em Montes Claros.

Para isso, selecionamos os temas que careciam de mais estudo em profundidade e que dessem conta de responder às questões iniciais desse trabalho. Temas e termos como industrialização, formação, família, relações de trabalho, assistência social, vulnerabilidade, filantropia, Estado, governo, civismo, moralidade estavam presentes na biografia da instituição. Por termos encontrado maior referencial teórico e maior grau de interferência na Guarda Mirim de Montes Claros, elegemos quatro delas: industrialização e formação; filantropia; relações sociais; Estado e governo.

De forma generalizada, interpretar o papel dessa associação é compreender que ela se configurou, no decurso dos últimos anos, dentro do contexto social, econômico e político, assinalado pela complexidade, incerteza, instabilidade e céleres mudanças, em uma conjuntura globalizada e de forte desenvolvimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que se alarga um quadro de crescente pobreza e desigualdade social.

Frente à circunstância ora apresentada, no âmbito da formação para o trabalho está a aprendizagem profissional. Essa se apresenta como modalidade compensatória e alternativa viável de inserção laboral. Em consonância com a premissa mencionada, apresentamos o objetivo desta investigação, qual seja, identificar o papel da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros e sua constituição frente à reprodução das relações sociais, de trabalho e da hierarquia.

⁶ Essa temática será desenvolvida no capítulo 2.

Os pressupostos teóricos apresentados ao longo da revisão bibliográfica sinalizam que a Guarda Mirim é uma instituição dedicada à capacitação profissional de adolescentes e jovens tidos como carentes. Em função do atual momento vivenciado, é centralizadora, com compromissos e contradições e se projeta como centro específico de formação profissional, com espaço marcado pela ambiência institucional. É ao mesmo tempo, um espaço de reprodução das condições materiais dos meios de produção capitalista, pois o que nele passa, é um efeito que dá apenas a ideia da necessidade da reprodução, mas que não permite de modo algum pensar as condições e os mecanismos. Assim, considera-se que a Guarda Mirim está inserida numa dada realidade histórica, política e social, da qual é fruto e na qual atua e intervém.

À vista disso, é uma instituição que, segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, prepara os aprendizes para inseri-los nos diferentes postos e empregos, e que tem no trabalho, o elemento pedagógico na formação profissional (FRIGOTTO, 1983). É uma instituição que preserva e forma a força de trabalho adaptada aos interesses da produção.

A formação profissional, segundo a Organização Internacional do Trabalho constitui todo o tipo de formação destinada a preparar ou readaptar uma pessoa para que exerça um emprego ou para que seja promovida em qualquer ramo de atividade econômica. O presente conceito presta-se para uma análise de ideologia⁷ que vincula nas diferentes formas de formação profissional, e nessa perspectiva, interessa-nos neste estudo a formação profissional do tipo que é efetivada na Guarda Mirim. Trata-se de uma instituição qualificada para ministrar cursos de aprendizagem, que conta com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, do modo que garante a qualidade do processo de ensino, acompanha e avalia os resultados. É, pois, uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo a assistência a adolescentes e jovens e a educação profissional, possuidora de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Tanto a Guarda Mirim quanto os cursos que desenvolvem são validados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Vale ressaltar que nos esforçamos para amadurecer os novos posicionamentos da pesquisa na educação. Entre tantos reveses, tratamos de encontrar os caminhos mais adequados, o que se constituiu em uma tarefa não muito fácil. Lutamos para vencer

⁷ Um de seus usos mais correntes é de entendê-la como sistema de ideias, valores e representações. Se opõem às práticas, às ações e às relações sociais (MACHADO, 1983, p. 11).

dificuldades de diferente natureza, como, por exemplo, a nossa própria formação tradicional, forjada no seio positivista e o laborioso acesso a informantes.

Tendo por escolha a categoria de pesquisa qualitativa assentada em um estudo de caso, o objeto deste estudo é uma unidade da Guarda Mirim, pois a nossa proposta foi estudá-la profundamente. O desígnio foi descrever as características, a natureza e a abrangência dessa unidade.

Concebendo a importância desse estudo para o desenvolvimento de ações pertinentes às dificuldades existentes, esta tese é a defesa de um posicionamento específico diante da problemática da formação profissional efetivada pela Guarda Mirim.

2.2 Sobre o percurso percorrido e a justificativa

Parte-se da compreensão, de que a tese proposta destaca que a Guarda Mirim de Montes Claros constitui uma estratégia⁸ psicossocial e política utilizada para a formação de aprendizes a serem empregados no setor terciário, insculpida em um contexto onde se observa conflitos e antagonismos. Para apaziguá-los, é requerido o consenso, o equilíbrio e a complementariedade na vida social, é possível salientar que examinar o modelo de organização propositora dessa prática social educativa e a formação profissional por ela realizada foram o eixo basilar neste estudo.

No que concerne ao caminho percorrido para a seleção do tema, enfatiza-se a necessidade de verificar as práticas de formação profissional no bojo da Guarda Mirim e apresentar delineamentos alternativos de contextos. Isso pretendeu buscar um diálogo constante com os envolvidos para se ponderar o planejamento da pesquisa que leve a Guarda Mirim à excelência na transformação social. Assim, a relevância científica desta tese de doutoramento se colocou a partir da possibilidade de incremento de caminhos para as políticas da pesquisa sobre a Guarda Mirim, tendo como finalidade buscar uma maior clareza sobre a finalidade por ela propalada que diz respeito ao seu desejo de “aprimorar sob todos os aspectos necessários à convivência social, notadamente sobre os ângulos da moral e bons costumes, fazendo com que os integrantes do contingente se tornem cômicos dos seus direitos

⁸ O conceito de estratégia aqui utilizado refere-se à arte de aplicar os recursos de uma nação ou de uma coligação de nações – inclusive suas formas armadas – com a finalidade de promover efetivamente, a consecução dos objetivos vitais de uma nação (ou coligação), assegurando-os contra quaisquer inimigos reais, potenciais ou simplesmente presumíveis (TÁVORA, 1983, p. 15).

e deveres respeitadores das leis e das autoridades, incentivados ao estudo e capacitados para o mercado de trabalho, com vista à vida produtiva” (AMGMMC, 2016).

No entanto, historicamente, a formação profissional de jovens, além de ser compreendida como alavanca para o desenvolvimento social, econômico e político do Brasil, se tornou antídoto contra as expressões da questão social que permeiam o universo juvenil, podendo ainda se configurar como fonte de realização destes sujeitos sociais através da relação educação e trabalho.

Isto porque a Guarda Mirim, objeto desse estudo é um espaço reservado para a (con)formação de adolescentes e jovens para a futura inserção no mercado de trabalho, que tem como objetivo, como exposto anteriormente. Logo, dar a conhecer sua atuação é vital para identificar as ações para o fortalecimento da dimensão pública da instituição, que se efetiva a partir de sua capacidade de representação social e cultural.

As indagações dessa tese foram ocasionadas por uma pesquisadora comprometida com a educação e isto se fez presente na importância de se discutir a organização institucional. Direcionou-se, desse modo, a atenção para um conjunto de perquirições pertinentes e merecedoras de reflexões atentas, por parte daqueles que se propõem a produzir conhecimento sobre a Educação Não Formal. Enquanto instituição privada, a Guarda Mirim deve reconhecer que divulgação de suas ações é uma necessidade para atingir a qualidade no ensino, na formação do jovem aprendiz. Essa tese é uma preparação de momento notificador, na medida em que se propôs pensar contextos propositivos para o fortalecimento do ensino.

A temática escolhida concatenada ao enfoque teórico abordado revelou uma percepção crítica da realidade. São chamados de críticos, “os estudos que, ao analisar políticas implementadas, denunciam irregularidades, inconsistências/inconsequências administrativas e incoerências teórico-práticas acerca de processos implementados, entre outras perspectivas analíticas nesse sentido” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 543).

No tocante à relevância política, instaurou-se com as reflexões dessa tese a indicação de contextos institucionais que vão além do isolamento das ações de comodismo e cumprem regras e que não se acomodam com a pequenez, que não tem dificuldade e possuem informações e que não buscam desculpas para crescer.

Não se pode deixar de destacar que a problemática que envolve a questão financeira da Guarda Mirim é um óbice para a sua consolidação. Como será analisado nos relatos dos gestores, educadores sociais e funcionários da Guarda Mirim, a instituição é financiada, sobretudo com o auxílio de recursos externos, o que leva consequências para a oferta dos cursos e seu funcionamento. A instituição fica cativa ideológica e financeiramente de recursos

externos como doações de particulares, parceiros (recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA⁹ e deduções do Imposto de Renda) e de projetos a serem cadastrados e aprovados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, segundo o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil¹⁰ - Lei 13. 019 (2014).

A discussão sobre as organizações sociais atualmente são assuntos oportunos ao contexto acadêmico, ao passo que se busca uma compreensão particular e atualizada sobre a atuação destas na reprodução das relações sociais, de trabalho e de hierarquia.

Este trabalho traz como possibilidade de desdobramento o embasamento teórico para algumas orientações aos sujeitos do processo educacional e aos demais interessados para que, ao acessarem alguns saberes a mais sobre os princípios orientadores e o *modus operandi* do programa em tela, possam de algum modo resistir e ressignificar tais práticas.

O associativismo se configurou, no decurso dos últimos anos, dentro do contexto social, econômico e político, assinalado pela complexidade, incerteza, instabilidade e céleres mudanças, em um contexto globalizado e de forte desenvolvimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que se alarga um quadro de crescente pobreza e desigualdade social.

Assim, a dimensão e o significado do associativismo requerem ser compreendidos incorporados na conjuntura social, política e econômica que determinam a sua configuração no contexto atual.

A abordagem desse tema não pode e não deve ocorrer nem de modo otimista, como se este segmento viesse ocupar o papel deixado pelo Estado na formulação e execução de políticas sociais, e nem tampouco pessimista, negando sua relevância e dimensão de suas ações no enfrentamento de diferentes manifestações da questão social no Brasil.

Toda essa justificativa para a escolha da temática desse estudo, materializou com posturas que aludem em não conviver com a exiguidade de transparência institucional para a preservação de suas ações em Montes Claros. É meramente por meio de ações organizadas e diáfnas de seu trabalho, que poderá alcançar contexto alternativo para a capacitação profissional a ser desenvolvida na Guarda Mirim. Em suma, a justificativa para este estudo proveio da necessidade de aprofundamento, visto que uma breve análise das práticas da Guarda Mirim revelou inconsistências de algumas ações em relação aos seus enunciados. Para

⁹ O Fundo Especial para a Infância e Adolescência (FIA), vinculado ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é previsto pelo art. 88, inciso IV, da Lei nº 8.069/90, que dispõe ser sua criação e manutenção uma das diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente a ser implementada pela União, estados e municípios.

¹⁰ O Marco Regulatório: agenda política ampla, que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil (OSCs) e suas relações de parceria com o Estado.

Montaño (2002, p. 224), a função das “parcerias” entre o Estado e as ONGs não é a de “compensar”, mas de encobrir e a de gerar a aceitação da população a um processo que tem clara participação na estratégia atual de reestruturação do capital. É uma função ideológica.

Sobre esta função, Montaño (2002) explicita:

[...] que a função ideológica das parcerias era não a de compensar, mas a de encobrir e gerar aceitação. Isto é, o Estado, que comandado pelo capital se reestrutura, desvencilha-se progressivamente da atividade social (e alivia o capital na co-responsabilidade do seu sustento), recortando financiamentos, precarizando, focalizando, descentralizando, diminuindo a abrangência, ou diretamente eliminando políticas sociais e assistenciais (p. 226).

Nessa perspectiva, o nosso intuito foi descobrir como a “parceria” entre o Estado e o “terceiro setor” com a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – como parte estratégica de reestruturação do capital, fetichiza-o em “transferência”, e leva a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema e para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo.

Entendemos que a lógica do sistema reprodutivo capitalista causa grande impacto especialmente nas esferas políticas e econômicas e atinge as dimensões social e cultura. Consequentemente impacta também o mundo do trabalho e da educação, o que induz novas e complexas relações entre capital e trabalho, trabalho e educação.

A tese tem evidente predominância de cunho descritivo-exploratório, mas é tangida por um esforço de construção teórico categorial de deslindar como se apresenta o papel da Guarda Mirim, dentre inumeráveis elementos relevantes para o desenvolvimento de ações que podem assegurar o grupo de idealizadores, na efetivação do ajustamento dos novos trabalhadores, fora da produção, mas por meio do sistema de ensino capitalista e outras instâncias e instituições.

Por conseguinte, o benefício que essa tese trouxe à comunidade acadêmica foi se tornar fio condutor de discussões a respeito dessa temática e de seus desdobramentos na Guarda Mirim. Buscou como resultado entabular a ideia de uma cultura de pesquisa, aspirando condições de sua produção, o contexto histórico e social da Guarda Mirim e do Estado de Minas Gerais.

Por todas essas considerações, esta tese de doutoramento se justificou, dado que, aqueles que se propõem a formar aprendizes para inseri-los no mercado de trabalho, deveriam ponderar suas ações para além do trabalho fundamentado na pedagogia do trabalho industrial ou na pedagogia do capital, que constitui em paradigma em todas as instituições congêneres

na América Latina. Essa proposição teve fundamento nos dados coletados por toda a extensão deste estudo, que refletiu sobre a formação para o trabalho dos aprendizes.

Vale salientar que a inquietação desta tese caminhou no sentido de instigar a Guarda Mirim para ser uma instituição que de fato contribua para a avaliação crítica do adolescente/jovem sobre a realidade socioeconômica no município, na federação e, quiçá, em nível mundial, e assim garantir efetivamente seu status de instituição que favorece a capacitação para atuar em cada realidade que for apresentada aos aprendizes, apresentando elementos que permitam a esses transformarem a sua própria realidade, como proposto em seus planos de trabalho.

Para ultimar, de uma tese de doutorado diligencia-se uma contribuição ao tema pesquisado (formação profissional na Guarda Mirim), que deve representar um progresso para a área científica em que se situa (o Estado de Minas Gerais). Independentemente do caminho trilhado para a escolha da temática de investigação, a tese pretendeu explicitar argumentos e trazer contribuições ao tema abordado sobre a formação profissional.

Por conseguinte, o mérito dessa investigação está no propósito explícito de contribuir com um conhecimento sólido, capaz de produzir uma alternativa à lógica de que sempre haverá uma novidade e inovação nas instituições que buscam formar jovens aprendizes, com o desejo de impulsionar o desenvolvimento regional.

2.3 Rota metodológica

Toda tese elaborada tem como objetivo peculiar demonstrar um raciocínio lógico. Avoca, desse modo, uma estrutura dissertativa, que busca constatar, por intermédio de argumentos, uma averiguação e uma possível solução para um determinado problema. Essa seção do estudo tem como objetivo identificar o caminho metodológico percorrido ao longo dessa investigação e evidenciar o formato que a compõe.

A tese que neste momento é apresentada baseou-se na interlocução com a realidade da formação profissional brasileira e no esclarecimento da temática sobre a pesquisa acerca da Guarda Mirim. Para isso, foi requerido ancorar o debate a partir de uma concepção epistemológica, do ponto de vista do conhecimento, que conduziu as discussões deste trabalho acadêmico.

Uma tese estuda um objeto por meio de determinados instrumentos. (ECO, 2008). A partir dessa assertiva, a presente investigação, buscou trilhar o caminho do conhecimento científico, pois este trata de uma ocorrência real. Consiste, pois, em um conhecimento

contingente, já que suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade conhecida por meio da experiência, e não pela razão. É também um estudo sistemático, uma vez que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. É também um estudo que granjeia a característica da verificabilidade, pois as afirmações e hipótese podem ser comprovadas no âmbito da ciência. Entretanto, reconhece-se que também é um estudo falível, em virtude de não ser definitivo ou absoluto ou final e, desse modo, é entendido como possuidor de caráter aproximadamente exato, pois novas proposições podem surgir e novas técnicas podem reformular o acervo de teoria já existente.

Nessa pesquisa, adotou-se o método de abordagem dialético que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 106) penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Nessa perspectiva, enfatizam as referidas autoras:

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 106-107).

Para Triviños (1987, p. 51), este método realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Consiste em um estudo científico com abordagem qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, segundo Gray (2012, p. 137), o papel do pesquisador é obter panorama profundo, intenso e holístico do contexto em estudo, muitas vezes envolvendo a interação dentro das vidas cotidianas de pessoas, grupos, comunidades e organizações. É, ainda, uma abordagem naturalista que busca entender fenômenos dentro de seus próprios contextos específicos. E para captar dados sobre a percepção dos atores no campo de estudo significa prestar atenção, suspender os preconceitos sobre um tema e criar empatia para com os estudados.

É também um estudo descritivo da atuação da Guarda Mirim, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas dos adolescentes etc. (TRIVIÑOS, 1987). É uma pesquisa do tipo exploratória, pois objetivou familiarizar-me com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado.

Para Gray (2012), este é um tipo de pesquisa útil quando não se sabe o suficiente sobre um fenômeno. E também explicativa, uma vez que o objetivo é examinar informações descritivas, pois nela se faz perguntas do tipo “o quê?”, este estudo também procura responder a pergunta do tipo “por quê?” e “como?” (GRAY, 2012).

Esse estado de conhecimento apresentado ao longo desta tese contemplou os estudos e trabalhos acadêmicos sobre as temáticas: capitalismo, Estado, sociedade civil, formação profissional, filantropia, inserção no mercado de trabalho.

Esse estudo teve sua complexidade determinada pelos suportes teóricos que servissem de orientação em nosso trabalho no que diz respeito ao nosso objeto. Isso nos proporcionou mais vigor para buscar respostas aos nossos questionamentos, implicou em busca de mais rigor metodológico em relação à coerência e consistência de nossas ideias.

É desse modo, um estudo de caso, uma vez que esse estudo teve por objetivo aprofundar a descrição de uma determinada realidade. Estudou-se o papel da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros na reprodução das relações sociais. Observaram-se todas as variáveis dessa instituição: idade dos aprendizes, cursos em que estavam matriculados, organização familiar, escolaridade, tipo de casa em que vivem, atitudes mais significativas frente ao estudo, à escola, seus companheiros, professores, tipos de comportamentos, suas reações no grupo de trabalho etc. Também foi observado o desempenho da instituição em relação ao pessoal que o integra e os tipos de serviços que presta à comunidade: número de cursos que oferece, educadores sociais, especialidades que atende, pessoal auxiliar, tipos de recursos técnicos etc.

Ainda segundo Triviños (1987, p. 111), no estudo de caso, os resultados são válidos só para o caso que se estuda. Para o autor, o grande valor do estudo de caso é fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Nessa investigação, adotou-se o estudo de caso do tipo histórico-organizacional. O nosso interesse recaiu sobre a vida da Guarda Mirim. E nessa senda de perquirir sua existência, partimos inicialmente do conhecimento que já existia sobre a instituição em tela, de materiais publicados em sites institucionais, como denominado por Gray (2012, p. 94) de Literatura cinzenta (*grey literature*) tipo de material publicado ou não, que não pode ser identificado por métodos bibliográficos comuns.

É válido ressaltar que no processo de pesquisa, à medida que fomos aprofundando no assunto, o primeiro passo que se apresentava ainda incipiente, nos levou a outros passos, o que nos fez trilhar das apreciações equivocadas, julgadas com severidade pela banca de

qualificação, para um trabalho científico mais consistente em ideias, mais coerente e objetivo. Vale dizer que “foi andando que aprendemos a andar”, conforme disse Althusser, ao fazer advertência aos leitores do Livro I “O Capital” (2011, p. 63).

No processo de coleta de dados, passamos a admitir que as visões não ocorrem de forma parcelar, isoladas e estanques, uma vez que elas se desenvolvem em interação dinâmica ao se realimentarem e reformularem-se continuamente, propiciando a todo momento, nova busca por informações. O que nos levou a entender este processo foram as ideias expressas por alguns dos entrevistados que, ao serem analisadas e interpretadas, demandavam novos encontros ora com a mesma pessoa, ora com outras pessoas, para aprofundarmos o mesmo assunto ou até mesmo outros tópicos considerados por nós importantes para esclarecer o problema inicial que originou o estudo. Nesse exercício de reflexão, compreendemos que a coleta e a análise de dados constituíram fatores imprescindíveis nesta pesquisa, talvez a mais importante por requerer enfoques aprofundados em um processo unitário e integral.

A população alvo¹¹ deste estudo é composta pela presidente e vice-presidente da Guarda Mirim, por funcionários (celetistas e voluntários), educadores sociais, aprendizes e parceiros da instituição, conforme descrito na Tabela 01.

Tabela 1 – Número de entrevistados

Participantes	Nº de ocupantes	Nº de entrevistados
Gestores da Guarda Mirim	02	02
Funcionários	10	03
Educadores Sociais	Cursos: A. A* - 25 / A. B** - 31	09
Aprendizes	136	34
Parceiros	Desconhecido em sua totalidade	05
Total		53

Legenda: * A. A – Assistente Administrativo

** A. B. – Aprendiz Bancário

Fonte: Da autora (2020).

Cumpre-nos informar que no capítulo três deste trabalho há uma caracterização mais detalhada dos partícipes da Guarda Mirim, a fim de identificá-los e concretizar a amostra de modo mais confiável e eficiente.

Ajuizando sobre os métodos e técnicas desenvolvidos, inferimos que os questionários e as entrevistas adquiriam vida definida, quando os iluminamos com a teoria do materialismo histórico-dialético. Como instrumento de coleta de dados empregamos o questionário semiestruturado. Segundo Gray (2012, p. 274), o questionário é uma ferramenta de pesquisa

¹¹ Por questões éticas, os seus nomes serão resguardados.

por meio da qual as pessoas devem responder ao mesmo tempo um conjunto de perguntas em uma ordem predeterminada. Este foi aplicado com o objetivo de obter a participação do sujeito, sem haver o viés da entrevistadora e por ter um influxo de dados rápidos, do maior número de pessoas e por também garantir o anonimato dos respondentes.

Na primeira parte do questionário tem-se a identificação constando quem faz a pesquisa, o nome da instituição, entrevistador e orientador. Em seguida, tem-se o espaço para identificação do entrevistado, onde consta o nome, sexo, faixa etária, profissão etc.

Após a identificação do pesquisador e do pesquisado e dos filtros¹², são colocadas as questões propriamente ditas do questionário. Este se compõe por questões classificadas segundo Gray (2012, p. 282-283) como *fechadas*, aquelas em que se oferece ao respondente um conjunto de respostas preestabelecidas com “sim/não”, respostas de múltiplas escolhas, ou a oportunidade de escolher entre vários números representando a força de sentimento ou atitude, opções codificadas – incluindo “outras” e *abertas*, que não têm respostas definitivas e contêm respostas que são registradas integralmente e não restringem as respostas do entrevistado (Ver apêndices B e C – Questionário semiestruturado Tipo I - aplicado aos aprendizes e Questionário semiestruturado Tipo II – aplicado aos educadores sociais). Ressalta-se que no caso do questionário aplicado aos aprendizes contou-se com uma versão piloto. A aplicação dos questionários destinada aos aprendizes ocorreu inicialmente no período de 12 a 16 de março de 2018. Ocorreu que por imposição da Presidente da entidade, não se pode aplicar diretamente os questionários, o que nos remeteu à sua reaplicação, fora do espaço institucional, no espaço das empresas concedentes e residência dos aprendizes, no período de 01 a 21 de dezembro de 2018, na perspectiva de buscar validar as respostas dadas na primeira aplicação. Foi a partir desse período que também buscamos a participação de outros seis educadores, já não atuantes, mas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, sendo tomados todos os procedimentos éticos requeridos pelo Comitê de Ética¹³, com a assinatura do Termo de esclarecimento para o menor, e o Termo de esclarecimento livre e esclarecido (TCLE) para o responsável legal pelo menor participante de pesquisa, e demais pesquisadores adultos, tendo em vista o cariz qualitativo.

Em relação aos aprendizes, indagou-se a idade, sexo, etnia, estado civil, bairro e condições em que mora, com quem mora, escolaridade, programa em que está matriculado/a,

¹² São chamados “filtros” aquelas questões que selecionam o universo a ser pesquisado e organizam os entrevistados segundo características impostas pelo estudo.

¹³ Esta pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no mês de julho de 2017 e aprovada no mês de janeiro de 2018. Está sob o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa nº 2.466.107.

finalidade que trabalha enquanto estuda, renda, espaços públicos que frequenta (ou não), equipamentos urbanos que utiliza (ou não), motivos para se matricular na Guarda Mirim, o que pensa sobre os educadores sociais e a avaliação que faz da entidade.

Aos educadores sociais, buscou-se conhecer a área e o nível de formação, local de trabalho, cargo que ocupa, tempo de trabalho na Guarda Mirim, disciplina que leciona, autopercepção do trabalho do educador na formação dos aprendizes, fator de motivação que identifica para a explicação da efetividade do programa no município, como descreve a Guarda Mirim e o perfil dos aprendizes e percepção da relevância e complexidade da prática educativa em sala de aula.

Optou-se por este enfoque porque segundo Triviños (1987, p. 50) “é uma ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida na sociedade, de sua evolução e da prática social dos homens, no desenvolvimento de sua humanidade. Para o autor, o materialismo histórico busca ressaltar a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou”.

Nessa perspectiva, considerou-se a complexidade e o movimento desse fenômeno e a imperativa necessidade de adotar um método de pesquisa que levasse em consideração esta complexidade, e que para além da abordagem quantitativa, que requer mensurar numericamente os significados dos fenômenos estudados, traduzi-los em números, levasse também em conta as opiniões e informações, classificando-as e analisando-as frente ao recurso de técnicas estatísticas, além de valorizar a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, que se revertesse de fato o ambiente natural à fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador em instrumento-chave, com foco fundamental no processo e seu significado (LUDKE; ANDRÉ, 1986; TRIVIÑOS, 1987; MINAYO, 1997).

Em relação às entrevistas, essas se constituem um dos principais meios para realizar a coleta de dados. Adotamos a entrevista semiestruturada por reconhecermos que ela valoriza a presença do investigador e oferece todas as perspectivas possíveis para o informante alcançar a liberdade e a espontaneidade necessárias, o que enriquece a investigação.

Assim, conforme explica Triviños (1987, p. 146) podemos entender por entrevista semiestruturada, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida ofereça amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desse modo, ainda segundo o autor, o informante, seguindo espontaneamente da linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

De 26 de fevereiro a 12 de março de 2017 foram entrevistados, a presidente e o vice-presidente da Guarda Mirim, e três funcionários (todos da área administrativa). Utilizou-se a entrevista semiestruturada, com aspectos específicos a serem tratados dentro da perspectiva da gênese e operacionalização das atividades da Guarda Mirim.

Elegeu-se por entrevistar aqueles¹⁴ com os quais houve estabelecimento de maior contato durante toda a pesquisa, principalmente na fase de observação.

Entretanto, os nossos melhores resultados surgiram porque trabalhamos com diferentes grupos de pessoas (aprendizes e educadores sociais) sobre as perspectivas da gestão pedagógica, quando realizamos, no primeiro momento, entrevistas individuais com pessoas de diferentes setores envolvidos. Vale ressaltar que, a todo o momento, realizamos a retroalimentação do processo de entrevista em razão do surgimento de pontos escuros que, em alguns momentos, eram possíveis de serem completos ou aparecerem como conflitivos ou divergentes.

Além disso, alguns sujeitos foram submetidos individualmente a várias entrevistas com o intuito tanto de obter o máximo de informações como para avaliar as variações das respostas em diferentes momentos.

As entrevistas que realizamos não passaram de trinta minutos, pois não desejávamos nos tornar repetitivos e empobrecer este momento. Optou-se aqui por não utilizar depoimentos orais com os aprendizes, educadores e os representantes das empresas parceiras. pelas seguintes razões: o pré-teste foi aplicado pelos funcionários da Guarda Mirim e por termos a permissão para entrevista-los em pré-horário em seus locais de trabalho e em suas residências. Buscou-se evitar criar melindres entre os envolvidos na pesquisa. Obteve-se depoimentos orais com a realização de gravação de entrevistas apenas da Coordenadora dos Cursos oferecidos pela Guarda Mirim de São Caetano do Sul (realizada em sua própria residência), e a entrevista realizada com o Filocre, representante do antigo CIAME – instituição que existia anteriormente à criação da Guarda Mirim, fato que nos levou a transcrevê-las e analisá-las detidamente por nós, antes de realizarmos outra entrevista com outra pessoa.

O processo de desenvolvimento da entrevista seguiu o seguinte caminho:

Ao iniciar o encontro com o sujeito a ser entrevistado, inicialmente, no processo preliminar de aplicação das entrevistas deixamos claro para os sujeitos o propósito da

¹⁴ Para manter as suas identidades resguardadas, ao apresentarmos os dados, utilizaremos o código que ocupa na instituição (Presidente - P, Vice-Presidente - VP, Educadores Sociais – ES: E1, E2..., Administrativo – A: A1, A2, ...), seguido de uma numeração para aqueles que ocupam o mesmo cargo.

entrevista e do trabalho. Assim, registrávamos o horário e o conteúdo da entrevista e procurávamos estabelecer o *rapport*¹⁵ na entrevista.

Para obtermos o objetivo desejado para a aplicação da entrevista, vários tipos de perguntas foram empregados: o de *natureza descritiva*, para descobrir os *significados* dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais e as *explicativas* ou *causais* com o objetivo de determinar as razões *imediatas* ou *mediatas* do fenômeno social da Guarda Mirim; de *natureza explicativa* imediata; interrogativas imediatas; de *consequências*, que objetivam apreciar os resultados futuros para o grupo da Guarda Mirim; Hipotéticas, que podiam apresentar diferentes matizes e encaminhavam o informante a situações possíveis de existir, nas quais ele podia participar ou apreciar etc.

Também utilizamos a observação dirigida para evidenciar certos comportamentos que nos interessavam colocar em alguma perspectiva ou convencer-nos de sua ausência. Em vários momentos lançamos mão de fichas e formulários quando tratávamos de elementos físicos e esses nos ajudaram a reunir os dados que necessitávamos. Assim, tínhamos como foco a descrição dos participantes da pesquisa: aparência física, maneirismos, modo de vestir, de falar e agir; a reconstrução de diálogos: palavras, gestos, depoimentos; a descrição de locais; a descrição de eventos especiais: anotações do que possivelmente pudesse ocorrer, envolvidos e seus envolvimento; descrição de atividades: atividades gerais e os comportamentos das pessoas observadas, na sequência em que ocorressem os fatos e, como não poderia deixar de ser, o nosso próprio comportamento enquanto observador: anotação de nossas atitudes, ações e conversas com os participantes durante o estudo.

Contudo, consideramos a participação do sujeito como um dos elementos do nosso fazer científico e por essa razão nos apoiamos em técnicas e métodos que reuniram características peculiares, que ressaltavam a sua implicação e a das pessoas que nos forneceram as informações. Por isso é que adotamos a entrevista semiestrutura com a presidente, o vice-presidente e os funcionários da Guarda Mirim, a aplicação de questionário semiestruturado aos educadores e aprendizes da instituição, a observação livre e o diário de campo. Para estudar os processos e produtos nos quais estávamos interessados enquanto investigadores. Nesse momento não deixamos de considerar a importância de outros meios como as cartas dos ex-aprendizes e de seus familiares endereçados à presidente da instituição,

¹⁵ Palavra de origem francesa (*rapporter*), que significa “trazer de volta” ou “criar uma relação”. O conceito de *Rapport* é originário da psicologia, utilizado para designar a técnica de criar uma ligação de empatia com outra pessoa, para que se comunique com menos resistência (TRIVIÑOS, 1987).

que se transformaram em veículos importantes para que pudéssemos atingir os nossos objetivos propostos inicialmente.

Reunir todas essas fontes de pesquisa requereu de nós uma atenção especial tanto no que se referia ao informante, quanto de nós mesmos enquanto observadores, que anotávamos atentamente o trabalho em campo.

A nossa observação não consistiu em tão somente olhar. Ao observarmos o ambiente da Guarda Mirim buscávamos destacar um conjunto de elementos como objetos, pessoas, ambientes, relações específicas, prestando atenção em suas características peculiares como cor, tamanho, forma etc.

Observar a Guarda Mirim significou determiná-la apartada de seu contexto, para que, numa dimensão singular, essa fosse estudada em seus atos, atividades, significados, relações etc. Ao individualizá-la ou a agrupando a outras Guardas Mirins existentes no Brasil, para descobrir seus aspectos aparentiais e profundos, até captar-lhe a essência numa perspectiva específica e ampla, de contradições, dinamismos, de relações.

De modo algumas vezes estruturada, a observação foi utilizada na presente pesquisa por desejarmos colocar em relevo, a existência ou a possibilidade dessa, de algum ou alguns traços específicos da Guarda Mirim, buscando verificar hipóteses que surgiram pelo caminho. Dois aspectos foram considerados no desenvolvimento da observação livre: a amostragem de tempo, que nos permitiu observar livremente o trabalho de alguns sujeitos de pesquisa, ininterruptamente, sorteando as jornadas de trabalho quanto ao dia da semana e turno de trabalho, e as anotações de campo, que se constituiu em mais um processo de coleta e análise de informações.

De 26 de fevereiro a 12 de março de 2017 foi realizada a observação simples de natureza exploratória, com o desígnio de coletar dados sobre a realidade e cotidianidade dos sujeitos. Esta foi organizada e conduzida conforme as condições (escolha de atividades, horários permitidos pela entidade) e o recorte da pesquisa, e estruturada em diário de campo.

Nesse momento, as atividades se referiram ao conhecimento do tipo de educação e cursos desenvolvidos pela entidade, convivência com os funcionários e aprendizes em situação de trabalho e estudo, tudo com o acompanhamento de um profissional designado pela presidente.

Conforme os cronogramas semanais disponibilizados naquele momento, foram escolhidas as atividades pertinentes para o objeto de pesquisa, como o aspecto da formação profissional (cursos de Assistente Administrativo e Aprendiz Bancário) e o aspecto da educação, realizando uma visita às dependências da sede da Guarda Mirim com vistas a

conhecer toda a estrutura física e a convivência no âmbito institucional, o que nos propiciou até participar de uma cerimônia de entrega de certificados a uma turma concluinte.

Em nossas anotações de campo procuramos registrar as nossas descrições de fenômenos sociais e físicos, explicações levantadas sobre estas descrições e a compreensão da totalidade da situação em estudo. Por meio delas, podíamos de modo restrito, promover reflexões sobre as expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as inicialmente e fazer comentários críticos posteriormente sobre elas.

Por meio delas descrevíamos por escrito todas as manifestações verbais, ações, atitudes, que observávamos nos sujeitos, as circunstâncias físicas que considerávamos necessárias e que as rodeavam. Também nelas registrávamos as nossas reflexões que surgiam em face da observação dos fenômenos, que, em muitas vezes, representaram as primeiras buscas espontâneas de significados, as nossas primeiras expressões de explicações, que passaram a compor as considerações finais desse nosso estudo.

Desse modo, podíamos divisar duas naturezas de anotações de campo: uma *descritiva* que buscava explicar e compreender a totalidade da Guarda Mirim em seu contexto, dinamismo e relações e outra de natureza *reflexiva* que nos sugeria ideias, hipóteses, perspectiva de buscas, necessidade de reformular futuras indagações, de colocar em relevo outras, de insistir em algumas particularidades, à medida de aconteciam os fatos, víamos cada comportamento, cada atitude, cada diálogo. Nessa perspectiva, faltava-nos escolher o método de análise desses dados. E o que melhor se encaixava para o nosso fim, seria o método de análise de conteúdo.

Entendemos que a maneira de como tratar os temas anteriormente citados e conectá-los a questões que hipoteticamente se apresentavam distantes e próximas ao mesmo tempo, foi um ponto que nos demandou maior tempo no processo de elaboração do trabalho.

Logo, as discussões centrais convergem para a idealização e forma de agir da sociedade assumida com relação aos adolescentes e jovens pertencentes às camadas populares. Dessa maneira, outros temas como meios de produção, relações de produção, modos de produção, ideologia, alienação, lucro, mais-valia e outros conceitos socioeconômicos e interpretações se ligam e dá forma a pesquisa.

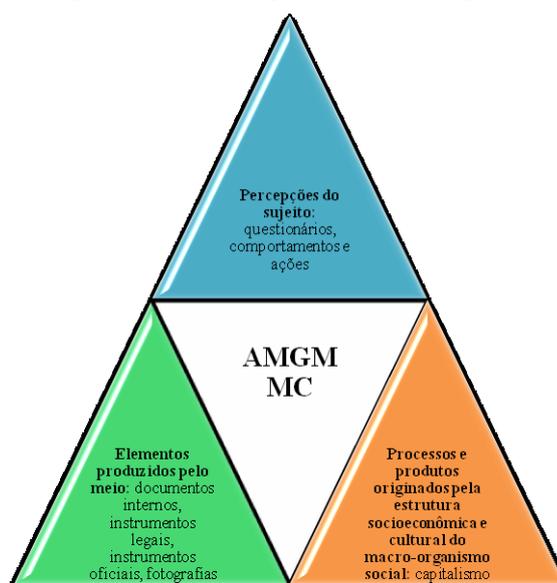
Partimos inicialmente da perspectiva do nascimento da primeira experiência da Guarda Mirim no Brasil e ampliação pelo país. As razões que nos impeliram a essa abordagem inicial se associam à necessidade de melhor conceber o objeto em questão, que é pouco abrangente e em muitos casos, pouco notabilizado.

Assim, neste estudo, adotou-se como método, a análise de conteúdo que segundo Triviños (1987) apud Bardin (1977, p. 17) enfatiza que este se presta para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e, complementando Triviños, serve também para desvendar as ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples visão não se apresentam com a devida clareza. Não obstante, tudo isso requereu atenção especial ao informante, ao observador e às anotações de campo.

Com o objetivo básico de abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo e partindo do princípio de que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social (TRIVIÑOS, 1987), buscou-se adotar a técnica de triangulação na coleta de dados.

Ainda segundo Triviños, de acordo com a técnica de triangulação, o foco esteve atado aos processos e produtos centrados no sujeito e em seguida, nos elementos produzidos pelo meio do sujeito e que têm incumbência em seu desempenho na comunidade e, por último, aos processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural dos macro-organismos sociais no qual está inserido o sujeito. A Figura 1 representa de forma esquemática, os aspectos em suas interrelações:

Figura 1 – Visão esquemática da triangulação de dados



Fonte: Elaborado a partir de Triviños (1987, p. 139).

No primeiro aspecto, têm-se os processos e produtos elaborados pela pesquisadora com o fito de averiguar as *percepções* do sujeito (formas verbais), obtido por meio de

entrevistas e questionários, especialmente, e os *comportamentos* e *ações* do sujeito, obtidos por meio de observações livre e/ou dirigida.

No segundo ângulo do enfoque estão os elementos produzidos pelo meio, que estão representados pelos *documentos internos* (relacionados com a vida peculiar da Guarda Mirim, destinados aos seus membros) e *externos* (que atingem os membros da comunidade em geral); instrumentos legais: leis, decretos, pareceres, resoluções, regulamentos, regimentos etc.; *instrumentos oficiais*, que são de duas classes: a) aqueles que se referem às propostas dos cursos e o Estatuto da instituição e estatísticos (percentual de matrícula de aprendizes na instituição) e, além disso, as fotografias (sobre a vida da instituição, uma vez que essas também se constituem como fontes de informações dos processos e produtos centrados no sujeito).

Na terceira perspectiva de análise, estão os processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro organismo social no qual está inserido o sujeito (no caso brasileiro, o modo de produção capitalista) e às forças e relações de produção, à propriedade dos meios de produção e às classes sociais (burguesa, média [pequena burguesia] e operária).

Nesse sentido, vale ressaltar que a coleta de dados e a análise dos dados – duas fases que se retroalimentaram continuamente e nos conduziram à percepção que qualquer que fosse a ideia do sujeito ou documento-, foram descritas e explicadas/analizadas à medida que, quando possível, fossem levados à perspectiva da técnica de triangulação.

Outra fase primordial para o desenvolvimento desta tese foi a pesquisa documental, que aconteceu simultaneamente à pesquisa de campo. Essa nos forneceu a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre leis estaduais de educação, processos e condições da Guarda Mirim, planos de estudo, requisitos de ingresso dos aprendizes etc. Foram levantadas as resoluções e normativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que regulamentam as políticas públicas municipais voltadas para crianças e adolescentes; a Ata da Assembleia de Constituição da Guarda Mirim.

Na composição deste estudo, na pesquisa de campo foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados com as respectivas amostras:

Quadro 2 – Instrumentos de coleta de dados e amostragem

Instrumento	Amostra	Quantidade	Apêndice
Questionário semiestruturado Tipo I	Aprendizes	34	II
Questionário semiestruturado Tipo II	Educadores Sociais *	9	III
Entrevista semiestruturada Tipo I	Funcionários	3	IV
Entrevista semiestruturada Tipo II	Gestores	2	V
Entrevista semiestruturada Tipo II	Parceiros	5	VI

Fonte: Da autora (2020).

Notas: * Ressalta-se que dentre os sujeitos entrevistados (educadores sociais), foram pensados inicialmente em 11 participantes. No entanto, devido à grande dificuldade em obter a participação espontânea do número total idealizado, participaram efetivamente da pesquisa 9 educadores sociais.

Além disso, os aprendizes foram mapeados por locais de residência, afim de verificação de situação de vulnerabilidade e risco social. Esse levantamento teve cunho exploratório para compreender o universo da investigação. Cumpre-nos informar que esse nos serviu para descrição e compilação de informações.

Considera-se que, para os fins desse estudo, adota-se o conceito de vulnerabilidade como sendo:

situações ou identidade que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que têm origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é só financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania (BRASIL, 2013a).

E o conceito de risco que diz respeito

a probabilidade ou iminência de um evento acontecer. É um conceito articulado com a disposição ou capacidade de se antecipar para preveni-lo ou, caso isso não seja possível, ao menos minorar seus efeitos. São: violações de direitos, fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, assim como o risco (e a incidência) do desemprego; as questões de segurança pública e violência urbana; os riscos socioambientais relacionados a desabamentos e enchentes, etc. (BRASIL, 2004).

A vulnerabilidade e o risco social são os argumentos que balizam a atuação da Guarda Mirim, no tocante ao seu público beneficiário que se encontra, conforme argumentos da Presidente da Instituição, em desproteção social, tomada aqui como sendo resultantes da precariedade nas condições de vida, de laços sociais e a ausência socioassistenciais e de benefícios capazes de promover inclusão e proteção. Assim, segundo o Caderno 1 CapacitaSUAS

essa desproteção social como uma expressão da questão social não é uma particularidade de um dado sujeito ou características de alguns sujeitos em sua particularidade, as determinações sociais, políticas, econômicas da sociedade ultrapassam a conformação histórico temporal da condição individual (BRASIL, 2013, p. 22).

Logo, nos parece razoável dizer que a dimensão social busca diferentes indicadores como rendimento, saúde, educação, demografia, habitação, violência e segurança pública. Assim, a vulnerabilidade e o risco tem na dimensão ambiental os indicadores na atmosfera, terra e saneamento e na dimensão econômica, busca indicadores no quadro econômico, nos padrões de produção e consumo e no mercado de trabalho (BRASIL, 2015).

2.4 Síntese metodológica

Após a realização da sustentação da malha metodológica, acreditou-se ser necessário um momento de síntese para a constituição de um espaço de desfecho que pode ser necessário nessa estruturação teórica. Para esse fim, exploram-se nesse momento conclusivo do primeiro capítulo, ajustes teórico-metodológicos desta tese.

A princípio é imprescindível comentar que as diversas classificações da pesquisa, como foram apresentadas na construção da metodologia desta tese, não foram delimitadas somente num arranjo para obedecer aos requisitos inerentes a uma investigação. Realizaram-se respectivamente ao longo do processo, num movimento que possibilitou edificar uma pesquisa de cunho multimetodológico.

A pluralidade de aspectos pelos quais a realidade se exprimiu encetou uma variedade de fórmulas e modelos epistemológicos. Essa variedade de metodologias analíticas propiciou estruturar os contextos ligados ao objeto de estudo.

Pondera-se concisamente que a escolha pelo estudo de caso se fez tendo em vista suas características, entre elas, o caso que enfatiza a interpretação num contexto, o que se aliou à especificidade da Guarda Mirim. Isso foi um dos requisitos, para que fosse possível realizar uma melhor compreensão do objeto. A intenção foi se apropriar das significações geradas pelo contexto para fortificar a reflexão sobre a Guarda Mirim.

Dessa forma, esse estudo de caso evidenciou o particular apreendendo-o como um todo e atendo-se aos elementos principais, as particularidades e a sua interação, determinou uma abordagem crítica com relação ao objeto.

3 CONJUNTURA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DA GUARDA MIRIM

De acordo com Marx, as transformações da sociedade aconteceriam devido ao modo de Produção Social é uma das grandes contribuições de Marx e Engels para a compreensão da evolução das sociedades, desde as comunidades primitivas até o comunismo. Destacou a expansão das forças produtivas como uma fase necessária para a superação do capitalismo e futura implantação da ordem comunista.

Na teoria marxista, o trabalho é categoria central de análise, sendo concebido para além do conceito econômico, ou seja, em uma perspectiva filosófica, como uma atividade vital, essencial e humana em suas formas históricas, pois elas definem as relações dos sujeitos entre si e deles com o mundo, natural e social.

O trabalho define a relação homem-natureza e traz a omnilateralidade - desenvolvimento pleno das capacidades humanas - como resultado da atividade vital voluntária, consciente e universal. Nas condições de dominação da sociedade capitalista, geradas em sua origem pela divisão social do trabalho e expressas pelas contradições de classe, a omnilateralidade não se realiza, porque, nesse, o trabalho humano é explorado. O resultado é a pessoa unilateral.

Os temas educativos e pedagógicos analisados sob o referencial marxista tomam também o trabalho como categoria central. Nessa perspectiva, para pensar o processo educativo numa perspectiva crítica é fundamental pensar a organização das sociedades e as relações sociais, e as formas históricas das relações das sociedades com o mundo social e natural (TOZONI-REIS, 2010).

O exercício de reflexão aqui é sobre o papel da Guarda Mirim de Montes Claros e a formação do “homem omnilateral”. Para isso, é preciso articular pontos. Na reflexão desse estudo sobre a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros buscamos responder à questão: por que e para que a existência dessa Instituição em Montes Claros? De onde vem sua inspiração? Quando fazemos essas indagações estamos buscando significado ou mesmo um estatuto de conhecimento (epistemológico) para as nossas ações.

Este capítulo é um convite para uma viagem no tempo. Vamos fazer um breve recuo na história visando melhor compreensão do tema. Partindo de uma abordagem marxista, é importante compreender alguns aspectos do capitalismo.

Várias revoluções como a Revolução Inglesa (século XVII), Revolução Francesa (século XVIII) e Independência Americana (século XVIII) contribuíram para a consolidação do capitalismo. No entanto, a Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII, é o marco

histórico mais importante do capitalismo como sistema de organização das relações sociais no mundo (TOZONI-REIS, 2010).

Com a Revolução Industrial, o capitalismo se consolidou e com ele o trabalho industrial, um novo modo de organização de trabalho na sociedade moderna. Essa modalidade de trabalho não se referia apenas ao trabalho no interior da indústria, mas, todas as relações que têm base industrial, isto é, relações de trabalho em que, de um lado, encontram-se os proprietários dos meios de produção e, de outro lado, os proprietários da força de trabalho (TOZONI-REIS, 2010).

A consolidação do capitalismo provocou mudanças significativas nos diversos âmbitos da sociedade humana. Do ponto de vista econômico iniciou um processo intenso e contínuo de exploração do trabalho em grandes proporções, geração de lucro e acumulação de capital. Do ponto de vista político e social houve a ascensão da burguesia urbano-industrial e o surgimento do proletariado (TOZONI-REIS, 2010).

Brum (2000, p. 30) ressalta que o capitalismo pode ser entendido como: “[...] o sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho. Quer dizer, defere a última instância das decisões que controlam o processo produtivo aos proprietários do capital”. Este sistema inaugurou e implantou a total liberdade da iniciativa privada no processo produtivo, cabendo ao Estado apenas a tarefa de manter a ordem interna e a segurança externa para garantir a livre ação dos capitalistas.

Integram-se, ainda, entre suas substanciais características, a prosperidade privada dos meios de produção, a transformação da força de trabalho em mercadoria (trabalho assalariado), a produção generalizada de mercadorias e a concorrência entre os capitalistas.

O capitalismo tem como objetivo determinante o lucro, através do qual se dá a acumulação. Para Singer (1987) este constitui uma: “[...] corrida generalizada atrás do dinheiro, é a competição cega das empresas no mercado, é a invenção de novos produtos, é a caça, pelos consumidores, do que “vai ser moda”, é a incessante mudança de processos e o sucateamento precoce de homens e máquinas” (p. 11 – grifos do autor).

Destarte, constitui o trabalho alienado de muitos, subjugados às ordens do capital, agindo inconscientemente, o fator preponderante para a criação de crises. Consigna-se aqui que o capital que é primordial ao capitalismo, é concebido por Marx como: “alguma quantidade de trabalho armazenado e acumulado [...]” (2003, p. 80) e o lucro é o acúmulo deste capital. Este acúmulo: “[...] aumenta a divisão do trabalho e a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores; mutuamente, o número crescente de trabalhadores

aumenta a divisão do trabalho e a divisão crescente do trabalho intensifica a acumulação do capital” (2003, p. 80).

O estabelecimento do capitalismo foi o embrião de profundas contradições, assinalada pela violenta exploração dos operários e da mão de obra infantil. A utilização da mão de obra trabalho infantil foi uma das consequências mais marcantes da Revolução Industrial. A concepção burguesa era de que as crianças pobres deveriam trabalhar, porque o trabalho protege do crime e da marginalidade, uma vez que o espaço fabril era concebido em oposição ao espaço de rua, considerado desorganizado e desregulado. Além disso, o trabalho das crianças permitia um aumento da renda familiar, ao mesmo tempo em que podia ser visto como uma escola, a escola do trabalho (ALVIM, 1994, p. 136).

Para Brum (2000), este período prolongou-se desde o limiar da Revolução Industrial, passando pelo século XIX e entrando nas primeiras décadas do século XX, até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

De modo histórico, o agravamento das tensões sociais e o surgimento de um sistema socioeconômico-político alternativo – o socialismo/comunismo¹⁶ - forçaram o capitalismo a modificar-se e aperfeiçoar-se, em outras palavras, obrigaram o capitalismo a fazer “concessões sociais¹⁷”, para evitar que o povo não se sentisse atraído para o sistema oposto, e, também, para responder à crise do capital – esgotamento do sistema.

Esse acontecimento, iniciante na terceira e na quarta décadas do século XX, acentuou-se depois da Segunda Guerra Mundial, configurando uma nova fase do capitalismo, denominada por alguns autores de neocapitalismo, capitalismo social, capitalismo moderno ou Estado de Bem-Estar Social. Através dela, procurou-se atenuar a possibilidade da ação selvagem do sistema capitalista, como havia sido praticado até então, buscando-se assegurar relativo equilíbrio nas relações sociais de trabalho, mas sem alterar a essência do sistema capitalista (BRUM, 2000).

O capitalismo ostenta uma trajetória que é serpenteada por ciclos de expansão, acompanhados de períodos de crise. Também pode ser entendido como uma trajetória em espiral, posto que a crise, após um ciclo de expansão, se dá num patamar mais elevado do

¹⁶ Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) são considerados os pais do socialismo. O marco teórico inicial e ponto de partida para a ação transformadora foi o Manifesto Comunista, lançado em 1848. O delineamento de suas ideias encontra-se em várias obras, principalmente em *O Capital*, a obra principal de Marx. Este seria um regime que, tendo abolido a propriedade privada dos meios de produção pela expropriação revolucionária (luta armada), estabeleceria automaticamente a solidariedade e a abundância universais e a classe trabalhadora seria o agente dessa transformação.

¹⁷ Termo utilizado por Brum (2000).

sistema. A economia é regida, então, por período de equilíbrio, seguida por outro período de desequilíbrio, e em ciclos de ondas longas e ondas curtas que determinam o comportamento da economia.

No processo de expansão do capitalismo, as potências europeias lançaram-se na expansão colonialista ocuparam e exploraram diferentes partes do planeta causando guerras. Inúmeras guerras foram travadas entre as potências europeias e destas contra os povos que dominaram. “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita instalar-se em toda parte, explorar em toda parte, estabelecer relações em toda parte” (MARX E ENGELS, 2012, p. 41).

Para os autores, por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia confere um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Ascendendo a segunda metade do século XX e início do século XXI, a larga renovação das tecnologias outorga que pessoas, nações e ideias se relacionem de uma forma nunca antes vista. Sobre esse aspecto, Antunes (2018) pontua:

Estamos, portanto, diante de uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda a era moderna, aumentando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização. Se no Século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, na transição para o século XXI passamos a estar diante de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos (p. 176).

Deste modo, “o advento da segunda ordem de mediação corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (ANTUNES, 2009, p. 22).

Ainda para o autor,

a constituição do sistema de capital é idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem. De fato, o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação (ANTUNES, 2009, p. 22-23).

Antunes (2009, p. 19) ao citar Mészáros (1995, p. 17-18) indica que as mediações de segunda ordem do capital são os meios de produção alienados e suas “personificações”:

dinheiro, produção para troca; a diversidade de formação do Estado do capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles. Mészáros (1995) segue afirmando que somente um exame crítico radical desse sistema historicamente específico de mediações de segunda ordem pode oferecer uma saída para esse labirinto conceitual fetichizado. Alega o autor que, por contraste, a aceitação acrítica do sistema dado, historicamente contingente, mas efetivamente poderoso, como o horizonte absoluto reprodutor da vida humana em geral torna impossível a compreensão da natureza real da mediação. Adverte Mészáros (1995), que a prevalência das mediações de segunda ordem oblitera a própria consciência das relações mediadoras primárias e se apresenta em sua “eterna presencialidade”¹⁸ (HEGEL) como o necessário ponto de partida, que é também simultaneamente um ponto final insuperável. Afirma o autor que elas (as mediações) produzem uma completa inversão do atual relacionamento, que gera como resultado a degradação da ordem primária e a usurpação do seu lugar pelas mediações de segunda ordem, alienadas, com consequências potencialmente as mais perigosas para a sobrevivência da humanidade.

Como foi mencionado na Introdução dessa tese, para descrever a Guarda Mirim em Montes Claros, necessário se fez realizar uma digressão na história para aplainar bem o presente. Assim o fizemos uma vez que, para Marx, a história constitui um processo de criação, satisfação e recriação contínuas das necessidades humanas. Estas necessidades não podem ser compreendidas alijadas do contexto histórico e seu determinismo material historicamente localizado.

Analisar a conjuntura histórica da criação da Guarda Mirim requer a compreensão das interrelações das partes que formam uma totalidade, como conjunto de múltiplas determinações. “Sendo a realidade social multifacetada, é possível olhá-la sob prismas diferenciados” (LOMBARDI, 2017, p. 65). Assim,

Como a sociedade se divide em classes, com grupos econômicos, sociais e políticos e suas frações demarcadas, as classes que possuem interesses antagônicos no processo produtivo, também tem pontos de vista diferentes sobre

¹⁸ Darcoletto (2006, p. 4) advoga que a mediação de segunda ordem existe em razão de que as mediações de primeira ordem serem interrompidas. Para o autor, as mediações de segunda ordem privam o homem das suas possibilidades de desenvolvimento e da humanização que lhe é imanente, e estas só se realizam de acordo com as condições históricas favoráveis. Antunes (2009) enfatiza que o advento da segunda ordem de mediações corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente, a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico.

a sociedade, a cultura, o Estado, a política, etc. O ponto de vista das diferentes classes, entretanto, não muda o próprio real (objetivamente dado e apreendido pelo sujeito), mas leva a análises teóricas diferentes, fundadas em concepções de mundo e de conhecimento também diferentes, conduzindo a várias alternativas de ação e a projetos diferenciados de intervenção social (LOMBARDI, 2017, p. 65).

Lombardi enfatiza aqui a existência de várias alternativas de ação frente a uma realidade historicamente determinada. E assim, entendendo que o conhecimento liberta o homem por meio da ação deste sobre o mundo, que possibilita, também, a ação revolucionária contra a ideologia dominante, que busca a todo custo, camuflar as contradições do sistema capitalista, vamos, nas próximas seções, discorrer sobre o período da Guerra Fria e seus impactos sentidos pelo Brasil, para assim evocar traços da história que evidenciem dar indícios do início da Guarda Mirim no Brasil.

Além disso, a presente contextualização de abordagem histórica sobre o surgimento da Guarda Mirim no Brasil, no contexto em que, segundo Reis (2003, p. 32), o país desejava ser uma potência mundial, torna-se relevante o conhecimento histórico para a interpretação da realidade.

O surgimento de instituições, bem como sua consolidação e transformação são resultados das condições históricas em que surgem e/ou emergem. O surgimento da Guarda Mirim no Brasil não é diferente. Para compreender o surgimento dessa instituição no Brasil, bem como suas transformações vamos retornar ao contexto histórico de seu surgimento e transformação. Para isso, retomaremos algumas transformações vivenciadas pela sociedade brasileira na segunda metade do século XX e início do XXI.

3.1 O Brasil no Contexto da Guerra Fria

Para Hobsbawn (1995), a Guerra Fria constituiu em uma disputa pela superioridade mundial entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. O período denominado Guerra Fria teria durado 45 anos, iniciando-se no final da Segunda Guerra Mundial e findando-se com o desmantelamento da União Soviética (URSS) no final dos anos 1980.

A União Soviética (URSS) e os EUA eram potências representando um tipo de ideologia e ambos acreditavam ser o modelo para o mundo. A primeira comandava o bloco comunista e o segundo liderava o mundo capitalista. Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma agressiva corrida armamentista para a mútua intimidação/destruição.

É assim avocada por ser uma forte disputa econômica, diplomática e ideológica encadeada pela conquista de zonas de influência. A peculiaridade da Guerra Fria era a de que não existia perigo iminente de guerra mundial. Com distintos sistemas econômicos e políticos, Estados Unidos e União Soviética colocaram o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear, criando armas com poderoso poder de acabar com o mundo inteiro, que como disse Fausto (1995, p. 16) “conflito que julgava longo, cujo desfecho era incerto e sem dúvida, mudaria a face do mundo”.

O conflito inteiro da Guerra Fria pautou-se na busca pela hegemonia de um modelo econômico e político que se tornasse válido para todo o mundo. Esse conflito refletiu nos rumos políticos, econômicos, sociais e culturais Brasil, sobretudo na política externa e interna do país. Pode-se citar como exemplos dos impactos da Guerra Fria no Brasil, o rompimento de relações diretas com a URSS e o aumento da dependência econômica dos Estados Unidos. Também destaca-se a repressão aos movimentos de esquerda. É importante destacar que a perseguição aos comunistas já vinha ocorrendo no Brasil desde a década de 1920, tendo sido acentuada durante o chamado Estado Novo, período em que o país vivenciou a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945).

Durante o período da Guerra Fria, ocorria no Brasil o chamado período democrático (1946 – 1964) e posteriormente a Ditadura Militar (1964 – 1984). Durante esse período, houve um clima de tensão e contribuiu para a perseguição de comunistas em todo o país. De mais a mais, os Estados Unidos financiaram vigorosamente o avanço dos militares no Brasil.

3.2 Desenvolvimentismo, planejamento e trabalho: o Brasil de JK

Com o fim do Estado Novo (1937 – 1945) iniciou-se o chamado período democrático (1946 – 1964), marcado pelo crescimento econômico e transformações sociais importantes

Para Lafer (1950), a década de 1950 foi um período de instabilidade política, marcada pelo antagonismo político e pelo crescimento econômico, caracterizando-se também por significativas transformações sociais, econômicas e políticas. A população cresceu 3% ao ano. Elevou-se de 52 milhões para 70 milhões de pessoas; a taxa de urbanização, de 36% para 45%. Os eleitores registrados passaram de 11,4 milhões para 15,5 milhões. O PIB subiu 7,4% ao ano, indo de 284 bilhões para 570 bilhões de reais, em valores de 2016. As exportações na década eram essencialmente de produtos primários, com destaque para o café (LAFER, 2019).

Em meio ao antagonismo político e os “anos dourados”, assim descreve Lafer, sobre a década de 1950:

A vida política na década de 1950 transcorreu no contexto de democratização trazida pelo fim do Estado Novo, com uma imprensa livre e atuante no debate político e um Congresso transformado em *lócus* de poder da vida política. Fundaram-se pela primeira vez organizações partidárias nacionais, notadamente o Partido Social democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PDT) e a União Democrática Nacional (UDN). A estrutura federativa conteve o ímpeto centralizador do passado recente e devolveu poder aos governadores. As eleições presidenciais tornaram-se competitivas com o voto secreto, a ampliação do eleitorado e o novo mercado político do voto urbano (LAFER, 2019, p. 127).

O antagonismo getulismo *versus* antigetulismo permeou a década, que se caracterizou por significativas transformações sociais, econômicas e políticas. Foi nessa conjuntura que Juscelino elegeu-se, com o apoio da aliança PSD-PTB, em campanha realizada, que teve como ideia-força, o desenvolvimento.

O PSD reunia os expoentes do *establishment*¹⁹ de seus antigos colaboradores, e o PDT conferia dimensão política às conquistas sociais de Vargas, as quais foram abrindo o jogo democrático, espaço para a presença do “povo” no sistema político. Por meio do diagnóstico político de que caberia ao governo estimular o nível geral de vida, ampliando o consumo e o emprego, usou como lema “50 anos em 5²⁰”, em plena vigência das instituições democráticas, o que fez com tolerância e talento político, transpondo obstáculos frente à oposição liderada pela UDN, que aglutinava o antigetulismo. Dessa forma, gerou um clima de confiança e esperança no porvir que estimulou o crescimento econômico, chegou à sociedade e refletiu no âmbito cultural. Isso explica a lembrança de seu período presidencial como “anos dourados”, como descreve Lafer (2019, p. 130).

Ainda segundo Fausto (2002), havia uma separação de grupos em que, de um lado, encontravam-se os nacionalistas - aqueles que optavam por um nacionalismo radical e, de outro, estavam os purificadores da democracia - aqueles que acreditavam que somente um golpe, renovador de instituições, impediria o avanço da república sindicalista e do comunismo. O traço comum que aproximava os grupos divergentes era o getulismo. A campanha que elegeu Juscelino Kubitschek presidente, e Goulart vice, foi marcada por acirradas disputas entre getulistas e antigetulistas. E nessa conjuntura, a conduta política do

¹⁹ Grupo sociopolítico que exerce sua autoridade, controle ou influência, defendendo seus privilégios; ordem estabelecida, sistema.

²⁰ O contexto da sociedade brasileira foi marcado pela ideologia da superação do atraso econômico e o rápido avanço industrial do país. Desse modo, na mentalidade da década de 1950, o Brasil deveria superar de forma rápida sua condição de país subdesenvolvido por meio de uma política desenvolvimentista, de um projeto dirigido pelo Estado com os objetivos de modernizar o país e nivelá-lo aos países inteiramente industrializados.

governo de Juscelino Kubitschek, à custa de sobrevivência, limitou-se a duas tarefas: pacificar a oposição e consolidar a base de apoio.

Para Romanelli (2007), o Brasil foi marcado, até a posse de Juscelino Kubitschek, por golpes e contragolpes que evidenciaram a luta ideológica que se travava em torno dos rumos de seu desenvolvimento econômico. Para a autora, o contexto mostrava que:

A corrente nacionalista teve de lutar incrivelmente contra as tendências da ala política que preconizava maior compromisso com o capital internacional. Juscelino Kubitschek representava a continuidade do populismo e foi eleito graças à coalizão dos dois partidos criados por Vargas, o partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contra o candidato da velha inimiga de Vargas e representante da ala chamada entreguista, a União Democrática Nacional (UDN). O seu governo assegurou, todavia, um clima de otimismo e foi até caracterizado por uma ideologia: a do desenvolvimentismo (ROMANELLI, 2007, p. 52-53).

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1960) foi, dentre todos os presidentes eleitos da experiência democrática dos anos 1946-1964, o mais bem-sucedido e o que mais se destacou como homem público de ação. “A partir de um quadro social e político tenso e com interesses bastante divergentes, conciliou o processo democrático e a intensificação do desenvolvimento de tipo capitalista” (MOREIRA, 2008, p. 158).

Seu governo trouxe como marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. Foi neste período que se consolidou no país o desenvolvimentismo (BENEVIDES, 1991). Esse era o entendimento da autora que diz:

Pois foi no governo Kubitschek que se consagrou, definitivamente, o vocábulo “desenvolvimentismo”, como já salientou o escritor Antonio Callado. Antes de JK falava-se em “fomento” e em “fomentar o desenvolvimento”; Juscelino teria sido o inventor da palavra, cuja mística ficou, na história contemporânea, inarredavelmente vinculada ao seu nome. Até hoje, qualquer sinal de “modernidade” ou de “espírito realizador” – misturados a um certo otimismo e às virtudes da conciliação política – costuma ser identificado como traço de um “juscelinismo” redivivo (BENEVIDES, 1991, p. 9 – grifos do autor).

Nessa conjuntura, segundo Fausto (2002, p. 235), Juscelino começou o governo, enfatizando a necessidade de promover “desenvolvimento e ordem”, objetivos que se coadunavam com as Forças Armadas, buscando manter dentro do possível, o movimento sindical sob controle e inclinando-se a indicar militares para ocupar postos governamentais estratégicos.

“O programa de governo de JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento” (MOREIRA, 2008, p. 159), e ficou famoso por seu Plano de Metas, apresentado ao povo brasileiro, que previa o desenvolvimento econômico rápido do país. Com o lema “Cinquenta anos em cinco”, conquistou seus eleitores e garantiu para si a presidência

do Brasil. Esse programa, na realidade, era um documento essencialmente econômico. O Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano de Metas) visava aprofundar o processo de industrialização e abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, chamada de metassíntese (FAUSTO, 2002, p. 235). Esse plano previa a seguinte distribuição dos setores:

5 metas para a energia, 7 metas para transportes, 6 metas para alimentação e 12 metas para indústria de base. Procurando atingir estas metas, por meio da execução de obras e através da ampliação ou do estabelecimento de indústrias e de serviços essenciais, Kubitschek visava acima de tudo a promover o “equilibrado desenvolvimento econômico do país” (VIEIRA, 2015, p. 118 – grifos do autor).

A construção de Brasília incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial se transformou rapidamente em uma das prioridades de Juscelino, considerando-a "a grande meta de integração nacional" ou, ainda "meta-síntese" de sua administração (MOREIRA, 2008, p. 159).

Para realizar o tão sonhado plano de transferência da Capital para o Planalto Central, o projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso e aprovado em setembro de 1956, culminou na solene inauguração da nova capital, em 21 de abril em 1960 (FAUSTO, 2006).

O governo JK caracterizou-se por célere crescimento econômico e inovações, como a construção da capital federal em Brasília e a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), repartição para executar a política de desenvolvimento para o Nordeste; convite ao capital estrangeiro para investir em setores da indústria automobilística, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1959, ao recusar o programa rigoroso de estabilização proposto por aquela instituição e que desencadeou uma onda de efervescente nacionalismo no Brasil.

O desenvolvimentismo e suas faces, sobretudo a forte expansão da infraestrutura de transporte e energia e do parque industrial, trouxeram para o Brasil, segundo aponta Benevides (2002), o aprofundamento da ordem capitalista monopolista e o agravamento das desigualdades sociais.

O governo tinha uma atitude favorável ao desenvolvimento industrial brasileiro. Nesse período, a indústria automobilística surgiu como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. Essas ações eram apoiadas pelas forças políticas que elegeram JK, como os nacionalistas, os industriais e os intervencionistas moderados. Além do mais, Juscelino, como

nenhum outro presidente, apresentou senso de oportunidade nunca visto. Seu otimismo era ilimitado. Duas linhas mestras norteavam seu programa de governo: a industrialização forçada (célere) e o otimismo e confiança nas potencialidades do país e do povo brasileiro. Ainda havia a influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e o trabalho de uma equipe de técnicos que integrava o governo.

Segundo Catani (1981), a política econômica do período JK produziu um amplo e profundo surto de internacionalização da economia brasileira que se afirmava principalmente pela implantação de um poderoso departamento de bens de consumo não-duráveis (ou bens de consumo para capitalistas).

O governo JK demonstrava, a partir desse plano, espantosos resultados e experiência de planejamento econômico integral, com a finalidade de dotar o país de uma infra e superestrutura industrial, modificando sua conjuntura econômica. Vale apontar que, na meta 30, ao mencionar a formação de pessoal técnico, o governo demonstrou um mínimo interesse ao que denominou de “social” (VIEIRA, 2015).

Ainda segundo o autor, no leque de ações efetivadas, JK ampliou o mercado interno, financiou a construção da indústria automobilística e da indústria naval, ampliou a indústria pesada, as usinas siderúrgicas e as usinas hidrelétricas, e criou a SUDENE.

Para alcançar as metas, os objetivos em curto prazo pretendiam acelerar o desenvolvimento e assim angariar mais investimentos e lucratividade. Em médio prazo, pretendia-se elevar o nível de vida da população, “mas, naturalmente, no tempo da administração juscelinista, a procura de novas inversões de capital estrangeiro fazia-se acompanhar dos encantos gerados pela planificação econômica e pelo desenvolvimento” (VIEIRA, 2015).

Desse modo, segundo aponta Vieira (2015, p. 122), em nível histórico, concedia-se ao desenvolvimento a força capaz de incentivar e de provocar a industrialização. A ideologia do desenvolvimento dominava o país ao mesmo tempo em que se entendia que os interesses básicos das massas populares já estavam nela representados, deixando à margem a possibilidade delas terem um projeto próprio para satisfazer suas carências.

A explicação para o formidável desenvolvimento do Brasil naquele período se justificava pela criação de condições favoráveis aos investimentos privados nacionais e estrangeiros e o aumento dos investimentos governamentais, que acabaram por estimular o processo de industrialização, que se voltava à indústria automobilística, naval e mecânica pesada. Além disso, a entrada e concorrência de capitais estrangeiros diretos foram favorecidas pelo governo Federal.

Soma-se a essas razões, a busca dos Estados Unidos por novas fontes para investir seus capitais, situação favorável que se descortinava após a recuperação europeia do imediato pós Segunda Guerra Mundial. Via-se a autossuficiência do Brasil, tanto na produção de bens de consumo leves e pesados, e nos grandes progressos no campo da indústria de base e equipamentos industriais.

O governo de Juscelino Kubitschek e João Goulart parecia trazer para mais perto a possibilidade de reformas de base. “O Estado ganhava configuração mais democrática; parecia cada vez mais aberto às propostas dos movimentos políticos de base popular” (IANNI, 1984, p. 92).

Para a reconstrução econômica das nações no pós-guerra mundial e para a superação de crises e do subdesenvolvimento tornou-se imperativo elevar o planejamento como instrumento essencial. Conforme destaca Cintra e Haddad (1978, p. 16), “o planejamento passou a ser considerada a arma única e natural na luta contra a pobreza”.

Para esses autores, o esforço de planejamento junto ao setor público deparava com a difícil relação entre o orçamento dos países pobres e a falta de uma indução adequada dos recursos (entendidos como dispendiosos e ineficientes no que se referia a questões emergenciais) e a necessidade de uma atuação em longo prazo para tornar efetivo tal esforço

Para aprofundar-se em como se deu o debate sobre o planejamento regional no Brasil durante o período de 1955 a 1961, é preciso compreender a proposta política de JK, que partiu do fortalecimento do planejamento como instrumento fundamental para o progresso econômico e a criação e atuação inicial da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste²¹ (SUDENE) como órgão central de planejamento regional. É importante fazer, aqui, a seguinte indagação: que “efeito” se esperava obter através do planejamento?

Foi a partir do desenvolvimento industrial é que se evidenciaram ações deliberadas e efetivas. Acreditando que, “nada se pode fazer sem planificação”, JK destacava que, nenhuma nação conseguiria dar solução a seus problemas, sem planejamento (VIEIRA, 2015, p. 117). Isso evidencia que o pensamento e a política desenvolvimentista predominavam naquele

²¹ De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Ainda segundo o CPDOC, sua criação resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil e por essa razão, tornava-se necessário haver uma intervenção direta na região, guiada pelo planejamento, entendido como único caminho para o desenvolvimento. Foi apontada como causa imediata da criação do órgão, a seca de 1958 que aumentou o desemprego rural e da população.

período em âmbito nacional, e assim, todas as regiões do país estavam influenciadas pela tese de que o desenvolvimento requeria planejamento, agência estatal e investimentos maciços na industrialização.

Avalia Romanelli (2007) que, com Juscelino, acentua-se a implantação da indústria pesada no Brasil, mas ganha também novas formas a entrada de capital internacional, através da implantação de filiais das multinacionais. Neste sentido, enquanto no setor político, ocorre continuidade ao modelo getulista populista, no setor econômico abrem-se amplamente as portas da economia ao capital estrangeiro.

Sobre as relações partidárias durante o período, Dora Cardoso (1987) destacou a herança ideológica de Vargas na aliança entre PTB e PSD, considerando-a um mito. Segundo a autora, essa aliança partidária fornecia o apoio necessário ao Executivo para tornar possível o controle do orçamento voltado à implementação do Programa de Metas e, conseqüentemente, a defesa de seus interesses. Isso atribuía ao Executivo a função de manipulador de incentivos, favorecendo a implantação de novos empreendimentos produtivos ao guiar as inversões de capital privado para os setores mais promissores. A concessão de créditos e incentivos fiscais às empresas, de forma a atrair esses investimentos, ainda propiciava ao Congresso certo poder de pressão em troca da ampliação de seu peso político.

Esse foi o contexto que justificou, portanto, o pensamento de que o planejamento regional no Governo JK serviria como instrumento de consolidação política, como forma de convergir os diferentes interesses político-partidários dominantes em um só Plano Nacional de Desenvolvimento. De acordo com Cardoso (1987) e Benevides (1976), esses interesses correspondiam, principalmente: aos de dominação agrícola pela oligarquia rural – sobretudo no Nordeste; ao poder das Forças Armadas junto ao Congresso, bem como a priorização da segurança militar pelo Governo; à necessidade de consolidar uma infraestrutura econômica para fomentar a industrialização e atender aos interesses do eleitorado urbano, relacionados ao desenvolvimento industrial, ao aumento de infraestrutura urbana e oportunidades de emprego. Esses interesses foram acomodados na política de Governo de JK através, justamente, da criação e execução do Programa de Metas, em que se buscou atendê-los ao possibilitar diversos vínculos entre as metas estabelecidas, fomentando um desenvolvimento econômico relativamente integrado.

Para Young (2013, p. 69) a ideia de dar continuidade ao processo de industrialização a partir do planejamento e da participação do Estado nacional esteve num nível mais ambicioso do que o que havia sido no início dos anos 1950.

Contudo, para Ianni (1979), essa justificativa tem estreita relação ao aspecto econômico, mais que o político ou ideológico, e se explicava pela aproximação entre os conceitos de planejamento e desenvolvimento econômico, à medida que o Governo JK promovia uma reelaboração profunda das relações entre o Estado e a Economia. A partir das ideias de Ianni (1979), pode-se entender que o Governo de Juscelino marcava um período de transição: saindo de uma política prioritariamente nacionalista do Governo Vargas para adotar o desenvolvimentismo pautado em uma relação de dependência e associação com o capital externo. Por esse ângulo, o progresso econômico aspirado por JK não defendia a ideia de autonomia. Diversamente, previa que a industrialização só se implementaria através da entrada de investimento privado, sobretudo, o estrangeiro.

O que é essencial, para a compreensão desse governo e da sua política econômica, é que se adotou, então, uma estratégia política de desenvolvimento que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente; ou associado, segundo a perspectiva do governo da época. Assim, o que distinguiria as políticas econômicas dos Governos Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960) seria o seguinte: teria havido uma transição (casual ou deliberada, conforme o nível em que se desenvolve a análise) de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente (IANNI, 1979. p. 149-150).

Considerando essa argumentação, Ianni (1979) alega que o vínculo com o nacionalismo no Governo JK “era apenas e exclusivamente ideológico e tático. Era muito mais uma concessão às forças políticas com as quais Kubitschek teve de jogar” (IANNI, 1979. p. 186). Conforme essa proclamação de Ianni seria esse nacionalismo uma retórica política empregada para ampliar sua base de apoio, determinante no que se referia à aliança sustentada entre o PSD e PTB. Os crescentes antagonismos políticos herdados desde a era Vargas forçaram o governo de JK atender as demandas daqueles que o elegeram e implantar políticas que se aproximassem dos ideários de sua oposição, evitando a proposição de reformas radicais que contrapusessem mais esse cenário e priorizando a estabilidade política.

Benevides (1976) argumenta que as Forças Armadas apoiaram a implantação do Programa de Metas, embora a UDN, partido de oposição ao PSD fosse composta, em sua maioria, por militares. Tal fato demonstrou o esforço do Governo em manter a imagem de estabilidade política, com intenção de alinhar-se com a oposição, evidenciando estilo conciliatório, indispensável para garantir a execução do Programa de Metas.

No entanto, segundo Benevides (1976), o estilo conciliatório não se mostrava suficiente para explicar a estabilidade política, sobretudo no tocante à economia. Para essa autora, as Forças Armadas que fora cooptada pelo Estado desde a época que o General Lott fora Ministro da Guerra apoiava a política econômica do Programa de metas. Nesse sentido,

ênfatiza a autora que o apoio dos militares para assegurar a legitimação do poder do estado dependia desta conjuntura conciliatória e que o governo tinha plena consciência disso. Benevides acrescenta que essa colaboração foi vista por JK como necessária para consolidar o desenvolvimento dependente. Como garantia, foi atribuída grande importância à questão da segurança e ordem pública, grandemente valorizada pelos militares, uma vez representada pela Operação Pan-Americana, como relata a autora:

O Programa de Metas dependia amplamente do financiamento externo – que era, nas condições da época, o recurso mais viável – para sua implementação. E Kubitschek estava perfeitamente convencido de que, para despertar a confiança dos possíveis investidores e financiadores, era indispensável manter a ordem pública (tranquilidade social, disciplina militar, garantidas pelo Ministro da Guerra) e a ordem política (manutenção do regime, do sistema, pelo combate à subversão, também dependentes do apoio militar) (BENEVIDES, 1976, p. 191).

Acredita Ianni (1979) que além da questão da segurança militar, a Operação Pan-Americana constituiu uma manobra político-diplomática para rearranjar a relação entre o Brasil e o capitalismo mundial, buscando junto ao Governo dos Estados Unidos assistência de maior vulto no tocante ao desenvolvimento econômico dos países da América Latina. Nos anos de 1959, JK, ao discursar na instalação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, ocorrido em Recife, comparou a Operação Nordeste ao entendê-la como correspondente à política de reestruturação da economia nordestina, com a Operação Pan-Americana. A Operação Nordeste foi a aplicação dos preceitos essenciais da Operação Pan-Americana no cenário brasileiro, visto que esta representou, em grande escala, um chamado em favor da luta contra o subdesenvolvimento da América Latina (BIBLIOTECA, 1960).

Em relação à democracia nesse período,

a experiência democrática brasileira de 1945-1964 ainda apresenta um caráter limitado. Essa limitação é, porém, de natureza distinta daquela vigente na Primeira República. Se neste período histórico vigora — e de modo precário, como procuramos indicar anteriormente — um sistema uni-partidário, já no período histórico aberto pela derrubada do Estado Novo entra em operação um sistema pluripartidário, cujo núcleo é ocupado por três legendas: PSD, PTB e UDN (SAES, 1996, p. 136).

Considera o autor que o sistema pluripartidário de 1945-1964 ocupa, no processo decisório estatal – na implantação da política de Estado, um lugar menos importante que aquele detido pelos sistemas pluripartidários nos países capitalistas centrais.

Entende Saes (1996) que:

[...] poderíamos ser induzidos a classificar a democracia brasileira de 1945-1964 no mesmo nível das democracias vigentes nos países capitalistas centrais; isto é, como democracias onde o pluralismo político se desenvolveria até o limite das suas possibilidades dentro do Estado capitalista. Ocorre entretanto — e já aqui

surge uma limitação — que o sistema pluripartidário de 1945-1964 ocupa, no processo decisório estatal (ou seja: na implementação da política de Estado), um lugar menos importante que aquele detido pelos sistemas pluripartidários nos países capitalistas centrais. Quando se estabelecem “correias de transmissão” entre os partidos políticos da classe dominante e a burocracia de Estado, pode-se afirmar que o sistema partidário desempenha, mesmo que indiretamente, um papel importante na implementação da política de Estado, não obstante a ascendência crônica, no seio do Estado capitalista, da burocracia estatal sobre o lugar institucional preferencialmente votado à ação partidária: o Parlamento. Ora, na democracia brasileira de 1945-1964, o sistema partidário se mantém aquém desse papel. Isto não ocorre entretanto, como na Primeira República, pelo fato de a fração hegemônica da classe dominante: a) governar através de acordos políticos extrapartidários (“política dos governadores”); b) descartar portanto a prática do “governo partidário”; c) desvalorizar consequentemente a instância partidária (p. 136 – grifos do autor).

Nesse processo de modernização, alguns políticos buscaram o apoio de distintos setores da sociedade. O fascínio, os discursos dramáticos e teatrais e o uso da propaganda, produziram marcantes figuras políticas, em um período histórico, conhecido como populismo no Brasil.

A ideia de construção de um país moderno rendeu fama à JK. Esse, com discurso abalizado em projetos de aparente inclusão social, legitimava o otimismo e a crença na construção de uma nação próspera. Assim, JK, por meio de seus aliados ao progresso nacional, teve no populismo - que aclamava suas ideias e valores - a projeção de uma imagem de homem de progresso e defensor da nação.

O país vivia, à época, a fase considerada mais democrática, caracterizada pelo Populismo, ou seja, por conjunto de práticas políticas que se justificam em um apelo ao "povo", geralmente contrapondo aquele grupo a uma "elite". Para Weffort (1980, p. 35), esse é um fenômeno caracterizado pela participação política das classes populares, urbanas, e "particularmente enraizado naquelas cidades de maior ritmo de crescimento, mais fortemente atingidas pelo desenvolvimento industrial e pelas migrações". Esse modelo de governo surgiu na América Latina a partir de 1930 como um movimento político associado ao processo de expansão da indústria e da urbanização, junto com a desintegração das estruturas de poder das oligarquias rurais. Emergiu como estratégia de governo para responder às condições de atraso econômico e de desigualdades sociais, produto das políticas conservadoras aplicadas pelas oligárquicas nacionais (HISTEDBR, 2006).

Em meio a esse período, no qual JK abre às massas populares a possibilidade de participação na luta política de então - mas, com limites bem definidos para essa participação - forma-se, a primeira Guarda Mirim, em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, na região Sudeste, concentradora de maior volume populacional do país.

Para Harvey (2013, p. 268), Marx deu especial atenção ao papel da urbanização, em relação aos imigrantes irlandeses na Inglaterra, ao identificar algo importante no modo como as mobilizações de forças de trabalho latentes frequentemente aproveitam as diferenças de etnia e religião, seja ela de qual tipo for, na política de “dividir para governar” praticada pela classe capitalista.

Young (2013, p. 8) ao citar Michalet (1984, p. 249-250), afirma que o principal elemento a ser considerado em relação à multinacionalização é a estratégia das Empresas Multinacionais e suas estruturas operacionais reproduzirem o próprio movimento de internacionalização do Modo de Produção Capitalista (MPC), ou seja, sua lógica foi a de deslocar o processo de extração da mais-valia para o exterior ao invés de realizá-la através da circulação internacional de mercadorias, ou seja, por meio de exportações. “As disparidades de salário [entre uma região e outra do globo] parecem constituir o elemento preponderante [...]” (MICHALET, 1984, p. 169).

Nesse sentido,

a industrialização pesada promoveu uma forte expansão do capital industrial nacional. Nos setores metal-mecânicos que se instalam a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, formando-se um oligopólio diferenciado, mesclado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras quanto distribuidoras. Há na expansão uma profunda solidariedade ao nível da acumulação, entre Estado, empresa internacional e empresa nacional – o que não elimina fricções de ordem secundária (CATANI, 1981, p. 98-99).

Vale considerar que nesse período de maior consolidação industrial, Francisco de Oliveira (1982) destaca que a formação das cidades brasileiras como lócus da divisão social do trabalho, circunscritas inicialmente ao litoral em virtude do caráter econômico agroexportador de recursos primários, surgiu ainda no Brasil Colônia, não se restringindo, portanto, somente ao processo de industrialização. O autor reforça que as cidades já eram a sede do capital comercial no período colonial, pois faziam a ligação da produção agroexportadora com a circulação do capital internacional.

Ainda segundo Oliveira (1982, p. 32), seria um erro assumir que a urbanização seria fruto desse processo industrial. O fato é que a industrialização veio redefinir o que é urbano, precisamente por ele passar a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria.

O processo acelerado de crescimento das cidades, decorrente da revolução industrial, ocasionou-se por dois motivos: a impressibilidade de mão de obra nas indústrias e a redução do número de trabalhadores no campo. Nessa conjuntura, a industrialização, aqui compreendida como a articulação de uma diversidade de relações econômicas, sociais e

políticas comprometidas com a garantia do processo de acumulação de capital e sustentação do poder político, foi o fator chave na promoção de dois eventos coexistentes: de um lado estava aquele em que a cidade promovia a atração, e de outro lado o campo realizava a expulsão. Para Pochmann (2016), foi pela industrialização que o progresso das forças produtivas se expressou enquanto processo social dominante. Este foi um período em que se via no Brasil a política do desenvolvimentismo e a crença da criação do país do futuro.

Segundo Vieira (2015), já em 1959, quase no final do governo de JK, acontecia a mais violenta alta do custo de vida desde o término da Segunda Guerra Mundial, o que impactou diretamente a cidade de São Paulo. Essa crise inflacionária afetou diretamente a classe trabalhadora, tendo em vista que o país atingiu altos níveis de desenvolvimento econômico, sem por sua vez, gerar desenvolvimento social, tendo em vista que os recursos do Plano de Metas focavam somente nos empresários e não nos trabalhadores.

Isso leva a inferir que a face mais desafiadora daquele momento era a relativa distribuição da renda, “nada condizente com os suspiros desenvolvimentistas do presidente da República”. Nessa perspectiva, conforme enfatiza Vieira (2015, p. 131), é preciso levar em conta as declarações de um deputado da União Democrática Nacional (UDN), que refutou as afirmações presidenciais naquela ocasião, as quais ressaltavam que “Juscelino Kubitschek esquecera o indivíduo – a grande vítima do seu governo, pois lhe dera em quatro anos quarenta de sofrimento”.

Para Moreira (2008), no governo JK, o desenvolvimento dos direitos sociais, políticos, jurídicos e econômicos da população nacional não acompanharam o ritmo e à grandeza do que aconteceu no campo econômico, ficaram muito aquém. A maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia.

JK deixou de cumprir as promessas de desenvolvimento social que, via de regra, estavam associadas à idéia de aceleração da prosperidade econômica. Não conseguiu elevar o nível de vida da população sertaneja, nem tampouco foi bem-sucedido em duas outras promessas empenhadas. Os desníveis de desenvolvimento regional não foram superados (MOREIRA, 2008, p. 191).

Em verdade, no contexto da política social, integrada ao universo ideológico, presidido pela noção de grandeza nacional, pelo desejo de preservar a ordem vigente e pelo desenvolvimento, é que surge a ideia de “formação do homem”, com indicativos dos princípios norteadores da ação transformadora do governo JK: descentralização administrativa e a flexibilidade dos currículos (VIEIRA, 2015).

Assim, segundo informa o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013, p. 20), Estados e Municípios, inspirados na lei federal²², incentivaram a criação de entidades filantrópicas governamentais e da sociedade civil. Porém, a política de assistência social continuou sendo executada por entidades, sem planejamento e coordenação.

A Guarda Infante-juvenil de São Caetano do Sul nasce dentro de um contexto de estabilidade política, resultante de acordos entre latifundiários, empresários e certos dirigentes sindicais que, viram seus direitos resguardados, com a adoção da ideologia desenvolvimentista em expansão no interior de vários grupos da sociedade (VIEIRA, 2015). Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (2009), esta foi uma estratégia política de desenvolvimento adotada durante o governo de JK, que visava a acelerar o processo de industrialização e superar a condição de subdesenvolvimento do país. O desenvolvimentismo como modelo econômico, postulava que o crescimento dependia diretamente da quantidade dos investimentos e da produtividade marginal do capital; esses dois elementos estavam ligados ao investimento estrangeiro, que os faziam variar em função de sua própria importância. O desenvolvimentismo como ideologia de um desenvolvimento autônomo, no âmbito do sistema capitalista, proclamava por sua vez, a riqueza e a grandeza nacional, a igualdade social, a ordem e a segurança. A política adotada pelo governo Kubitschek implicou uma profunda transformação do sistema econômico do país e também a consolidação da cooperação internacional no plano econômico, político e cultural.

O Brasil passou por acentuadas mudanças socioeconômicas desde a Segunda Guerra Mundial. Sua economia, sucedida por um setor industrial dinâmico e diversificado, por longos anos, foi direcionada para a exportação de uma pequena quantidade de produtos primários. Concomitantemente, sua sociedade, antes, majoritariamente rural, transformou-se cada vez mais urbanizada. Segundo Baer (2009):

O modelo de industrialização baseou-se na ideologia das economias de mercado, isto é, na maioria dos governos durante o período em que a industrialização era estimulada. Enfatizou-se o respeito pela propriedade privada e a confiança nos empreendimentos privados domésticos e estrangeiros. O estado, entretanto, envolveu-se diretamente em atividades econômicas com maior intensidade do que foi planejado originalmente pelos responsáveis pela política econômica do país. Isso aconteceu devido às limitações financeiras, ao atraso técnico do setor privado doméstico, à relutância do capital estrangeiro em adentrar certos campos de atividade e à resistência dos governos em permitir a entrada do capital estrangeiro em alguns setores (p. 27).

²² Lei nº 3.193/1957 – isenta de impostos instituições de assistência; Lei nº 3.577/1959 – estabelecia a isenção da cota patronal das entidades filantrópicas.

Ainda segundo o autor, em 1950, a industrialização se transformara na principal maneira, encontrada pelo governo, para modernizar e aumentar a taxa de crescimento da economia:

Os formuladores da política econômica haviam se convencido de que o Brasil não poderia mais contar com a exportação de seus produtos primários a fim de alcançar suas ambições de desenvolvimento. Visto que as políticas adotadas na década e meia após a segunda Guerra Mundial se basearam nas tendências do comércio mundial e no papel desempenhado pelo Brasil dentro delas (BAER, 2009, p. 67).

Cumprir destacar que o tripé da industrialização brasileira baseava-se no setor produtivo de bens de consumo correntes, criado na República Velha; o setor produtivo de bens de produção ou indústrias de base, implantado na era Vargas, em que o capital estrangeiro era obtido pelo Governo, via empréstimo, cuja participação na economia era restrita e setor produtivo de bens de consumo duráveis, inaugurado no período JK, quando foi incentivado o investimento direto do capital estrangeiro, via empresas multinacionais, diretamente instaladas no Brasil.

No que se refere à educação, para Romanelli (2007), enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais. As relações entre o modelo econômico e o modelo educativo, nessa fase, não podiam ser medidas em termos de defasagem, porque, então, a educação escolar carecia de função importante a desempenhar junto à economia.

Ainda para Romanelli (2007, p. 55), a economia, ao entrar em processo de modernização, criaram-se novas exigências educativas e o fator defasagem apareceu e tem sido medido em termos de distância entre os produtos acabados fornecidos pela escola e a qualificação de recursos humanos de que carece a economia. A autora considera que

enquanto a modernização econômica implicar, como é o caso brasileiro, intensificação da importação tecnológica, a escola não será chamada a desempenhar papel de relevo, a não ser um dos setores básicos da expansão econômica: o do treinamento e qualificação de mão-de-obra. O outro papel, aliás o mais importante, que é o de formação de pesquisadores e desenvolvimento da pesquisa aplicada, continuará na penumbra, relegado a plano secundário (ROMANELLI, 2007, p. 55-56).

A forma como se organiza o sistema econômico no Brasil prescreve um tipo apenas de exigência à escola e colabora para que esse continue, embora parcialmente, a modelar-se segundo normas antigas: ele deve fornecer certos tipos de quadros e, portanto, deve remodelar

o seu ensino, mas não é solicitada a fornecer o progresso científico, feito através da pesquisa, porque essa carece de função junto à economia (ROMANELLI, 2007).

No Brasil, segundo enfatizam Alves e Vieira em texto publicado pelo IPEA denominado “Qualificação Profissional: uma proposta de política pública” (1995, p. 125) a discussão sobre educação e qualificação profissional foi iniciada de forma consequente nesse período, ditado pelo processo de substituição de importações. Como a educação pública não tinha capacidade de responder com a rapidez requerida às necessidades do mercado de trabalho emergente e específicas de cada novo ramo industrial cria-se a Guarda Mirim como estratégia psicossocial para prover a capacitação da força de trabalho juvenil de modo a atender à qualidade e quantidade exigidas.

Romanelli (2007) expõe que desde a metade do século XIX, houve uma tendência acentuada de o Estado agir como educador. As exigências da sociedade industrial impunham modificações na forma de se encarar a educação e na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo.

Logo, o capitalismo industrial engendrava a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Soma-se a isso, a ampliação da área social de atuação do sistema capitalista industrial, como condição fulcral de sobrevivência deste, na medida em que as populações possuíam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. As relações capitalistas faziam nascer a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho.

E como na produção os homens não atuam só sobre a natureza, mas também uns sobre os outros, estes produzem apenas atuando conjuntamente num modo determinado e trocando as suas atividades umas pelas outras, para produzirem entram em determinadas ligações e relações uns com os outros, e só no seio destas ligações e relações sociais se efetua a sua ação sobre a natureza, se efetua a produção (MARX, 1982). Expõe ainda que,

estas relações sociais em que os produtores entram uns com os outros, as condições em que trocam as suas atividades e participam no ato global da produção serão naturalmente diferentes consoante o caráter dos meios de produção. Com a invenção de um novo instrumento de guerra, a arma de fogo, alterou-se necessariamente toda a organização interna do exército, transformaram-se as relações no seio das quais os indivíduos formam um exército e podem atuar como exército, alterou-se também a relação dos diversos exércitos uns com os outros (p.14).

Explica ainda que,

as relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformam-se com a alteração e desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças de produção. Assim, as relações de produção na sua totalidade formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e na verdade uma sociedade num estágio determinado, histórico, de desenvolvimento, uma sociedade com caráter peculiar, diferenciado. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são outras tantas totalidades ao mesmo tempo um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade (MARX, 1982, p. 14).

Com isso, quer dizer que o capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa, uma vez que os meios de subsistência, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas de que se compõe o capital foram produzidos e acumulados em dadas condições sociais, em determinadas relações sociais, empregues para uma nova produção em dadas condições sociais, em dadas relações sociais, caráter social determinado que transforma em capital os produtos que servem para a nova produção.

Nesse contexto, o capital não consiste só de meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias-primas, não consiste só de produtos materiais; consiste em igual medida de valores de troca. Todos os produtos de que consiste são mercadorias. O capital não é só, portanto, uma soma de produtos materiais, é uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais (MARX, 1982). E com este entendimento, passamos a contar como se inscreve a criação da Guarda Mirim no Brasil.

As transformações econômicas e sociais vividas pelo Brasil, nessa década, trouxeram à tona uma multiplicidade de movimentos políticos e ideologias que geraram tensões no contexto político do país.

Houve o crescimento dos movimentos em prol da reforma agrária, os setores da Igreja Católica posicionaram-se frente às lutas sociais que brotavam; a União Nacional dos Estudantes (UNE) ganhava grande espaço por meio de uma campanha nacional de alfabetização e da luta pela reforma universitária, além de se envolver nas demais lutas políticas (MDS, 2013). Segundo Uhle (1993, p. 64), “o fim da década de 50 e começo da década de 60 são mercados, no Brasil, pela permanente presença de padres, bispos e cardeais da igreja no Rotary. Tanto se fazem presentes como sócios dos clubes, como também, convidados para fazer palestras sobre assuntos de sua competência”. Para a autora, as presenças mais constantes são de padres ligados a obras sociais: orfanatos, asilos, comunidades pobres que estavam em busca de apoio financeiro às suas obras sociais sempre deficitárias.

O nacionalismo, os partidos comunistas e os grupos liberais perpetraram, a partir do jogo político, um melindroso arranjo de interesses e alianças. Coincidentemente, o processo de industrialização e urbanização exerceu relevante papel nos centros de disputa pelo poder, que passou das mãos das antigas e conservadoras elites agrárias para a tutela de profissionais liberais, operários, funcionários públicos e militares, dispersando-se em uma profusão de grupos e ideologias que permaneciam ao lado de envolventes lideranças políticas.

O fenômeno industrial trouxe efeitos externos e internos, diretos, para o Brasil. Internamente, JK abriu portas para que indústrias estrangeiras se instalassem e com isso houve crescimento de oportunidades de empregos que ergueram o padrão de consumo e conforto das populações ao introduzir os aparelhos eletrodomésticos e os primeiros carros populares. Isso movimentou o setor de comercialização de veículos produzidos, e investimentos, tanto para a indústria de autopeças quanto para a indústria de base. JK, também, realizou a construção da nova capital – Brasília, em um projeto ambicioso e dispendioso.

No entanto, havia grupos políticos que fizeram oposição ao governo JK. O crescimento populacional e os novos desafios que se impunham naquela época, coexistiam com a fragmentação da política internacional, que decompôs todo o mundo em dois grupos: capitalismo e comunismo. Por consequência, grupos conservadores se distanciavam do contexto conciliador do fenômeno populista.

No contexto político, segundo Fausto (2006), estavam em cena as forças armadas e o jogo dos partidos políticos. O Exército, em sua maioria (alta oficialidade), se dispunha a garantir o regime democrático dentro de certos limites que diziam respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo. Os dois temas se associavam, uma vez que o comunismo representava a inversão extrema da ordem social (FAUSTO, 2006, p. 423).

Fato é que, precedendo o governo JK com a proposta de modernização do país, havia instabilidade socioeconômica e política que percorreu o período final do governo Vargas. Em razão do assassinato do major Vaz, a figura do presidente perdeu a legitimidade e o clima de incerteza política acompanhava um aprofundamento de divisões das Forças Armadas. Esse foi um dos fatos, além do plano de reformas, que levaram à intervenção dos militares que se destinava a evitar, o que parecia para a alta oficialidade, um processo de desagregação da sociedade e da corporação militar. No entanto, havia setores das Forças Armadas que não seguiam a maioria. Existiam dois grupos: os nacionalistas, alguns próximos dos comunistas, que optavam pelo nacionalismo radical, em confronto com o imperialismo americano. E de

outro lado estavam os purificadores da democracia, que acreditavam que um golpe renovaria as instituições e impediria o avanço da república sindicalista e o comunismo.

No limiar do Governo JK, a cúpula militar se acalmara dos reveses até então vividos, e o presidente iniciou o governo enfatizando a necessidade de se promover “desenvolvimento e ordem”.

A partir dos anos 1950, sobretudo a partir de sua segunda metade, surgem empresas nacionais e barreiras cambiais e tarifárias que dificultam a entrada de produtos manufaturados estrangeiros. Esse fato obriga o capital internacional a realizar grandes investimentos industriais no Brasil a fim de manter o mercado brasileiro. Ao longo dessa década, o país vê sua estrutura econômica, política e social transformar-se, consideravelmente.

Algumas características do desenvolvimento econômico brasileiro destacam-se: a urbanização surge como um fenômeno derivado do contraste dentro do processo de desenvolvimento econômico do país; o aumento populacional que, guardadas as devidas proporções, à medida que se elevam os padrões de consumo, melhoram as condições de higiene, estendendo-se ao âmbito da medicina preventiva; a distribuição desequilibrada da renda, que evidenciava que nas regiões Norte e Nordeste tinham-se as mais baixas rendas, enquanto que o Centro Sul detinha as mais altas; aumento dos salários e o consumo total.

Havia, também, grandes problemas que se concentravam nas áreas interligadas ao comércio exterior e às finanças do governo. Os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização, a construção de Brasília, e um acentuado declínio dos termos de intercâmbio com o exterior, dimanaram em crescentes déficits do orçamento federal. Em outras palavras, o governo gastava mais do que arrecadava. Com isso, o Brasil recebia cada vez menos pela exportação de seus produtos e pagava cada vez mais pelos produtos importados (FAUSTO, 2006).

Isso refletiu no contexto social que apresentava, no quadro econômico, o avanço da inflação, e por conta disso houve a tentativa de implantar um plano de estabilização da economia que buscava compatibilizar o combate à inflação e o déficit público com os objetivos do Programa de Metas.

Como esse plano não previa muitos sacrifícios, e nessa conjuntura, nenhum grupo social se dispôs a perder o mínimo que fosse em troca de sua estabilidade. Além do mais, a inflação representava para muitos setores sociais um grande negócio, em razão dos reajustes de preços, especulação de estoques de mercadoria, por parte dos industriais e comerciantes. As dívidas se avolumavam e estavam sujeitas à correção monetária, favorecendo a atração pelos empréstimos obtidos pelos bancos e órgãos de financiamento pelo Estado.

O Programa de estabilização dependia da concordância do FMI para funcionar.

No campo social, o processo de urbanização caracterizou uma das fases do desenvolvimento econômico brasileiro. Esse é um fenômeno que se ergue como contraposição dentro do processo de desenvolvimento econômico do país.

Integrando o universo ideológico, o programa de política social do governo JK deveria ser delineado e executado, consonante com o planejamento do desenvolvimento econômico, mesmo que os problemas relativos à política social não constituíssem os mais preferidos de Juscelino (FAUSTO. 2006, p. 136). A temática mais apreciada centrava-se na manutenção da ordem, do desenvolvimento, e da esperança no futuro de grandeza nacional.

Assim, no que concerne às ações sociais, os recursos federais, repassados às instituições filantrópicas, houve uma mudança importante. A partir da aprovação da Lei nº3.577/1957 a decisão sobre as instituições ficariam liberadas de pagar determinados impostos não era mais tomada pelo Presidente da República. O governo JK aumentou os benefícios das instituições assistenciais e em 1959 elas ficaram liberadas de pagar a parte patronal da contribuição à Previdência Social (MDS, 2013).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social,

Os estados e municípios, inspirados nas leis federais, incentivaram a criação de instituições filantrópicas do próprio governo e da sociedade civil. Com isso, os serviços sociais acabaram sendo descentralizados, mas os governos não se preocupavam em organizar estas ações em torno de um objetivo comum (MDS, 2013, p. 22).

Além do,

O amparo às famílias era considerado uma atitude de bondade (benemerência) da parte de quem oferecia. Quem recebia este atendimento era visto como pobre, associado a uma imagem que muitas vezes misturava-se com a de vítima e incapaz. A relação entre quem oferecia amparo e quem recebia estava marcada por um tipo de vínculo assistencialista que não gerava compromisso com a continuidade do atendimento. Ao mesmo tempo o vínculo assistencialista não permitia que as pessoas pudessem reclamar quando o serviço oferecido era de má qualidade ou simplesmente quando parava de ser oferecido (MDS, 2013, p. 22).

Nesse período, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) passou a assumir a responsabilidade de dar certificação de fins filantrópicos às entidades, função que passou a ocupar bastante espaço em sua agenda. Nessa época ele já não era composto só por pessoas reconhecidas da área de assistência social, mas também por agentes governamentais, indicados tanto pelo Poder Executivo quanto pelo Legislativo. A destinação dos recursos já não era decidida pelo Presidente da República, mas pelos parlamentares – senadores e deputados (MDS, 2013).

A atuação na área social nesse período teve duas características marcantes conforme esclarece o MDS:

1. O atendimento aos pobres garantido pelo repasse de recursos e liberação de pagamento de impostos para as instituições. O governo não se ocupava muito dos resultados dessas ações, se elas traziam melhoria nas condições de vida das pessoas ou não.
2. O atendimento destinado aos trabalhadores, que combinava ações assistenciais e educacionais. Para atender os trabalhadores o governo associou aos empresários e fortaleceu a atuação do Serviço Nacional da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras instituições. Nesse caso, o governo tinha clareza do resultado que pretendia que era aumentar a competência profissional da população trabalhadora (MDS, 2013, p. 23).

Isso demonstra o olhar do governo para a participação popular que estava singida pela ideia de progresso econômico. Os trabalhadores mais qualificados aumentavam as chances de desenvolvimento ajudando a produzir a riqueza nacional que naquela época estava muito ligada às indústrias. No que concerne à população sem trabalho, o governo entendia que o atendimento de suas demandas não dependia do planejamento público e de uma atuação mais organizada e coordenada. A visão predominante era de que a questão da pobreza seria resolvida quando os benefícios do progresso e do desenvolvimento pudessem ser usufruídos por todos (MDS, 2013).

Nesse contexto, na década de 1950, a qualificação profissional ganha importância na política e no contexto brasileiro, seu principal objetivo era preparar mão de obra para as indústrias emergentes. Para Pereira (2008, p. 73), na gestão de Juscelino Kubistchek, a visão da educação profissional era de uma educação utilitarista, imediatista e submissa ao mercado de trabalho, sem os pressupostos de formação social ampliada ao desenvolvimento tecnológico em efervescência desde o início do século XX. Em 1956, Juscelino dava prioridade ao urgente encaminhamento da mocidade para as chamadas escolas-técnico-profissionais, nas quais se formariam empregados qualificados que se destinariam aos inúmeros setores da produção econômica (VIEIRA, 2015).

Era entendimento de JK que os estudantes de tais escolas poderiam atingir a universidade, por meio da Lei de Equivalência do Ensino Médio, gerando especialistas da mais alta categoria (VIEIRA, 2015, p. 138). Com a incapacidade de a organização educacional levar os jovens para tipos de ensinamentos mais condizentes com o desenvolvimento econômico do Brasil, observava-se grande utilidade na preparação de técnicos de nível médio, para irem trabalhar na indústria, no comércio, na agricultura e mesmo no magistério primário. Contudo, para Vieira (2015, p. 139), Juscelino optou por deixar os estudos,

predominantemente intelectuais, a quem possuísse tal vocação, remetendo os demais alunos para outros cursos, evitando a enorme quantidade de candidatos à Universidade.

Entre os anos de 1957 e 1959, o interesse pela educação profissionalizante era eminente, em razão de os recursos financeiros do ensino industrial em nível médio, terem-se multiplicado por quatro, em virtude de decisão governamental (VIEIRA, 2015).

Ainda segundo o autor, o ensino primário, em partes, pregava os ideais de JK de tornar acessíveis as escolas públicas primárias a toda população e melhorar as condições do ensino nelas ministrado, centrando-se na concepção de que este também precisava educar para o trabalho. Vieira postula que, JK possuía uma percepção mais pontual sobre a erradicação do analfabetismo no Brasil:

Dizia ele que a elevada percentagem de 50% de analfabetos na população do país feria a vocação nacional para o desenvolvimento. A despeito disto, conforme pensava, a ação governamental não deveria abranger imediatamente os analfabetos de todas as regiões brasileiras, e sim deveria atingi-los “em áreas limitadas”. Para o Presidente da República a abolição do analfabetismo só poderia começar por aí, porque os recursos existentes na época seriam melhor aplicados naquele ensino capaz de formar mão de obra qualificada para as empresas (VIEIRA, 2015, p. 140).

Reivindicando o auxílio do capital particular para alimentar as atividades educacionais, especialmente no tocante à alfabetização, JK entendia que tais atividades não poderiam ficar apenas como obrigação do Estado, e que a melhora da situação dos trabalhadores determinava maior apuro na ação educativa. Logo, entusiasmava-se com o crescimento das verbas para a Educação durante seu período governamental (VIEIRA, 2015).

Apesar de uma série de propalados avanços, não se pode dizer que os panoramas apresentados por Juscelino Kubitschek quanto à Educação, na época de seu governo, denunciasses algo além de promessas e tropeços. Segundo Vieira (2015), carecendo de novas escolas, maior número de professores e investimentos em seu aprimoramento, melhor ordenação de verbas encaminhadas às instituições educacionais.

Como aponta Pereira (2002), em todo o país, o ano de 1959 assinalou a eclosão de protestos populares, greves e saques. Embora os índices de crescimento industrial do país constituíssem uma bandeira política do Governo Federal, o cotidiano de grande parte da população era assolado pela inflação que corroía os salários e, por consequência, o poder aquisitivo e o padrão de vida da população. Naquele ano, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, intensificando a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Pensar as relações sociais neste contexto, nos centros urbanos é entendê-la como impregnadas pela ideia da contradição: de um lado, pessoas que se sentiam marginalizadas e, de outro lado, pessoas que se sentiam inseridas coexistindo com personalidades democráticas e também autoritárias. Como aponta Ianni (2004, p. 14), o Brasil é um país autoritário e há aqui uma gama nuançada de situações, apoiada numa cultura de tradições, que vão desde o escravismo, reiteradas no contexto da sociedade de classes.

As relações sociais, por serem não só hierarquizadas, mas também desiguais, propiciam várias modalidades de alienação e de não participação na economia, na política e na cultura, estas estão fabricando o outro como Ianni (2004) explicita.

A sociedade, por ser injusta e desigual e competitiva, produz o preconceito como uma técnica política de poder. Assim, a discriminação pela condição econômica constitui-se em uma técnica de dominação. “A sociedade propicia a formação da personalidade autoritária que é o intolerante”. [...] A sociedade é uma fábrica de intolerâncias (IANNI, 2004, p. 17).

Mas também está nessa fábrica a possibilidade da formação de uma personalidade democrática, de um indivíduo que tenha uma visão comunitária e ética, até mesmo socialista. Mas por enquanto tenho uma conclusão, se não pessimista, ao menos realista, de pensar que essa sociedade é uma fábrica de intolerância e esta é uma dinâmica daquela (IANNI, 2004, p.17).

E enquanto cada instituição filantrópica olhava para um tipo de carência, dando prioridade à criança e à maternidade, o conjunto das situações que fragilizavam a vida das famílias não era visto. As ações no campo da assistência social atendiam apenas uma parte das vulnerabilidades decorrentes da condição de pobreza. Essa visão parcial adiou a compreensão da complexidade das diferentes situações que demandam a criação de redes de proteção social para as pessoas que têm suas estratégias e modos de vidas fragilizadas em condições de pobreza. Nesse sentido, contamos a partir daqui o surgimento da primeira Guarda Mirim no Brasil, ocorrido no período em que se buscava no país “criar as condições práticas e ideológicas para que as ‘forças do mercado’ pudessem desenvolver-se amplamente, com o predomínio da ‘livre empresa’” (IANNI, 2019, p. 69).

Desse modo, observa-se a implantação de um modelo de desenvolvimento que foi implantado no Brasil com a tutela do Estado e o controle das elites econômicas do país, que utilizavam as massas populares para justificar seus projetos políticos.

A criação de uma instituição que buscasse conciliar interesses econômicos e exploração de mão de obra, com pouca escolaridade e ainda jovem, constituía, ao nosso entendimento, a estratégia mais eficiente para alcançar os objetivos nacionais de desenvolvimento.

O momento da criação da Guarda Mirim no Brasil se inscreve, portanto, na consolidação do desenvolvimento industrial no país. Nesse período, por opção do governo, viabilizaram-se dois processos: o desenvolvimento do setor industrial de bens de consumo duráveis (indústria automobilística) e o favorecimento da livre participação do capital estrangeiro no país.

Buscar compreender as diferentes nuances da Guarda Mirim constitui o alicerce de todas as outras atividades a ela relacionadas. Ali existem contradições profundas nas relações de produção e nas consequentes relações sociais. Há, portanto, a possibilidade constante da variação dinâmica dessas forças consideradas como as atividades específicas e as relações de homens reais, elas significam algo muito mais ativo, mais complexo e mais contraditório do que o desenvolvimento metafórico da noção de “base” poderia permitir que percebêssemos (WILLIAMS, 2005).

Nessa linha de pensamento, conforme adverte Williams (2011, p. 47), ao falarmos de base, estamos falando de um processo, e não de um estado, e a este não podemos atribuir algumas propriedades fixas a serem posteriormente traduzidas aos processos variáveis da superestrutura. Assim, ao nos referir à superestrutura, o fazemos em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, e nos aproximando das atividades específicas de homens de relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico.

Logo, ao examinarmos a base, estamos examinando as forças produtivas, e consequentemente, considerando o “trabalho produtivo”, correspondente ao modo de produção capitalista, produção primária da própria sociedade e dos próprios homens, a produção e reprodução da vida real.

O modo de produção capitalista estudado por Marx, embora tenha passado por transformações ao longo do tempo, continua apresentando a mesma essência, o que nos permite valeremos de seus estudos para compreender a realidade brasileira no período em que foi engendrada a primeira experiência da Guarda Mirim no Brasil e sua disseminação por todo o país. Assim, ao longo do tempo este sistema capitalista granjeou alterações tanto nas relações quanto em suas formas, resultantes da necessidade de acumulação do capital. Observa-se então a complexidade das situações históricas e a mudança das formas de produção que escoltam estas complexidades.

Nota-se que a trajetória do capitalismo intrinca-se com a do liberalismo²³, do qual é a sua expressão econômica. Cumpre-nos ressaltar aqui, dois fatores básicos para realizar a produção de riquezas: o trabalho e o capital. O arranjo desses fatores para realizar a produção dá origem à empresa econômica, que pode assumir diferentes formas.

Essas crises econômicas sucedem de dificuldades no processo de acumulação do capital, que constitui seu objetivo central. À vista dos desmandos do capital e do desequilíbrio da economia, numerosas questões sociais se evidenciam. Conforme Brum (2000), o desemprego é a dimensão mais expressiva da “complexificação” da crise do capital.

Para suplantar essas crises, a prescrição clássica capitalista é instaurar a lucratividade do capital com o propósito de propiciar novamente a acumulação do capital. Isto sucede pela intensificação do grau de exploração do trabalho, ensejada pelo desemprego gerado durante o período crítico, o que impele os trabalhadores desempregados a aceitarem salários mais baixos continuamente. De mais a mais, a sua superação pode ser instigada igualmente por avanços tecnológicos significativos. Nesse sentido,

A estrutura da economia mundial apresenta nas últimas décadas do século XX e com tendência de fortalecimento neste início do terceiro milênio – dois processos aparentemente contraditórios: de um lado, a globalização da economia, com a crescente internacionalização da produção e a transnacionalização de capitais e investimento; e, de outro lado, a regionalização, com a estruturação de blocos econômicos regionais, quer sob a forma de simples áreas de livre comércio, quer sob formas mais elaboradas, como os mercados comuns (BRUM, 2000, p. 70-71).

Esses movimentos contraditórios descritos por Brum podem ser concebidos como representantes da crise atual; agem dentro das regras do sistema multilateral de comércio regido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), com respaldo dos demais organismos internacionais e também em negociações e acordos multilaterais.

Os processos de globalização e regionalização respondem a uma exigência do sistema capitalista na atualidade e implicam na reorganização do poder mundial. Deste modo, o capitalismo está se transformando para adequar-se aos novos tempos. Ao remodelar-se, cria mecanismos para continuar a expandir-se e controlar, direta ou indiretamente, todas as formas de atividades humanas: industriais, agrícolas, comerciais, financeiras, terciárias, multimídias, científicas, tecnológicas e culturais.

²³ Alguns elementos sintetizam a teoria liberal: individualismo, naturalismo e progresso social baseado na razão. Uma das principais características do liberalismo preconiza a separação entre Estado e Economia, e tenta reduzir a política à chamada sociedade política, isto é, despoltizando as relações econômicas e sociais (LAURELL, 1997).

Mesmo que aparentemente contrários, esses dois fenômenos se complementam nessa fase de transição do mundo, dado que ambos confluem para a integração entre economias e blocos através de progressiva retirada de entraves ao livre comércio, na perspectiva de uma economia mundial cada vez mais integrada. Isto se constitui em áreas geoeconômicas criadas como saída à crise de consumo instalada nos dias atuais, conjuntamente com a globalização (BRUM, 2000).

Cumpramos esclarecer que o termo *globalização*, mesmo que já tenha sido utilizado na crise de 1929, só passou a ser determinante e fazer parte do repertório vocabular na década de 1980. Conforme entende Brum (2000, p. 72), o fenômeno procede de mais longo tempo: “É um processo secular de aprofundamento das relações entre as nações e entre grupos econômicos ou empresas de um mesmo grupo”. A sua ideia aparece no Manifesto Comunista:

A descoberta da América e a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia nascente. Os mercados das índias orientais e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, a multiplicação dos meios de troca e, em geral, das mercadorias deram ao comércio, à navegação, à indústria, um impulso até então desconhecido e, em consequência, favoreceram um rápido desenvolvimento do elemento revolucionário na sociedade feudal em decomposição [...] Mas os mercados continuavam a crescer incessantemente e a demanda também seguida crescendo [...] A grande indústria criou o mercado mundial que a descoberta da América havia preparado. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, das vias de comunicação terrestres (MARX, ENGELS, 2012, p. 39).

O que é novo a respeito da globalização é que, no final do século XX, este fenômeno atinge uma nova etapa, com maior abrangência, novos elementos e novas características. Verifica-se, então, que o fenômeno da globalização, em que o campo básico é o econômico, é abordado neste estudo como resultado de profundas e aceleradas mudanças ocorridas nas últimas décadas.

À vista disso, pode-se entender que a globalização como um processo de produção e circulação de mercadorias, assinalado a partir do século XX, decorre do enorme avanço tecnológico nos países centrais. Dessa maneira, granjeia caráter político, cultural e valorativo, na medida em que coloca a sociedade capitalista como sendo a única possível de existir (LOMBARDI, 2001).

Com o fim da Guerra Fria e com o crescimento do processo de Globalização, o sistema capitalista espalhou-se por quase todo o mundo, sendo o sistema político, social e econômico de quase todos os países.

O modelo econômico existente no Brasil, conforme defendido por Silva (2001, p. 764), está consubstanciado na Carta Cidadã vigente, em seu Artigo 170: a forma econômica

capitalista. Esta, segundo o autor, se apoia inteiramente na apropriação privada dos meios de produção e na iniciativa. Dessa forma, conforme postula Marx, o modo de produção da sociedade é a base desta e condiciona todos os outros elementos do convívio social.

Feitos os primeiros esclarecimentos acerca da caracterização do contexto em que se inscreve o presente estudo, prossegue-se na descrição do capitalismo no contexto brasileiro, posto que é nessa conjuntura que se institui a Guarda Mirim.

Para Young (2013),

O capitalismo remodelado sob a liderança dos Estados Unidos, no período da Guerra Fria, em que os capitais de diferentes nacionalidades retomam a concorrência pelos mercados, tanto no centro quanto na periferia do então mundo “livre”, é o cenário em que países em desenvolvimento como o Brasil buscavam inserir-se como nações industrializadas. (p. 5).

A esse respeito, vale considerar o que declara Antunes (1998):

O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 50 e intensificado no período posterior ao golpe de 1964, tem uma estrutura produtiva bifronte onde, de um lado, estrutura-se a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes dominantes e por uma parcela significativa das classes médias, especialmente seus estratos mais altos. De outro lado tem-se a produção para exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos industrializados de consumo. O rebaixamento crescente dos salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram fortemente o capital monopolista. Deste modo, a expansão capitalista industrial sustentou-se (e ainda se sustenta) num processo de superexploração do trabalho, dado pela articulação de baixos salários, uma jornada prolongada (nos períodos de ciclo expansionista) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado. Esse padrão de acumulação desenvolveu-se com muita força, especialmente ao longo das décadas de 50 e 70 (p. 232).

A título de esclarecimento, para que se possa apresentar devidamente a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, torna-se necessário empreender uma viagem no tempo buscando evidenciar o modelo que inspira a sua criação. Neste sentido, o caminho a ser percorrido nos posiciona no ano 1959. Assim, o cenário histórico ideal para realizar essa descrição é a partir do governo de Juscelino Kubitschek, que tinha como ideologia instrumental, o nacional-desenvolvimentismo, que prosseguia na rota do desenvolvimento, rumo a uma situação de prosperidade para o país.

Isso porque, conforme Nunes (2019), a consciência do atraso econômico brasileiro já existia há longo tempo e a necessidade de se alterarem os rumos econômicos do Brasil atingira uma massa crítica, tornando-se o desenvolvimentismo uma questão central.

Toscano (2001, p. 195) pondera com base em Bresser Pereira, que num processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante. Para a autora, a regra geral é que o

desenvolvimento tenha como aspecto dominante de seu processo a transformação econômica e como resultado, por excelência, o crescimento do padrão de vida da população no seio da qual ocorre o desenvolvimento.

Cabe aqui salientar que o desenvolvimentismo tornou-se a estratégia política dominante nos anos de 1950 e encontrou em JK e em seu governo, sua mais forte expressão. Defensores do desenvolvimentismo podiam ser também identificados entre militares, grupos profissionais, setores da burocracia estatal e classes médias urbanas, segundo Nunes (2019).

Deve-se ter em mente um aspecto da realidade social em que predominam as relações que os homens estabelecem, em função de suas necessidades materiais, no campo da produção, da distribuição, da circulação e do consumo de bens, sem considerações maiores, quanto aos aspectos propriamente sociais, políticos ou culturais, embora não ignorando sua existência e sua influência no econômico. Também falaremos em indicadores sociais, e temos como centro de nossa atenção aspectos da vida coletiva mais pertinente às relações articuladas entre os diferentes grupos, à estrutura de classe, à situação de alguns grupos particulares, em face da sociedade global. A tomarmos o termo cultura no sentido de domínio dos homens sobre a natureza, de avanço na ciência e da tecnologia, ou seja, de qualidade de vida. Em relação aos aspectos políticos, isto significa que analisamos como se organiza a sociedade em função do poder, de sua distribuição no grupo, dos distintos graus de participação de cada setor social nas decisões. Uma vez esclarecido os principais indicadores que consideramos como pontos de referência úteis para a nossa análise e compreensão da Guarda Mirim, passamos à próxima seção.

3.3 Nasce a Guarda Infanto-Juvenil de São Caetano do Sul

Na totalidade das metamorfoses ocorridas no campo socioeconômico desde a década de 1950, no Estado de São Paulo, houve um acentuado processo de transferência populacional, resultante de uma concentração regional diferenciada da população. Conforme o IBGE (1959), em 1º de julho, a população brasileira estava estimada em 64.216²⁴. O histórico demográfico da cidade de São Paulo aponta que:

Nos anos 50 São Paulo viu sua população passar de pouco mais de 2 milhões de habitantes para mais de 3,5 milhões. O dinamismo da economia refletia-se então no aumento da população: a cidade crescia impulsionada pelo movimento de expansão do setor industrial. As correntes migratórias respondiam por grande

²⁴ Informação retirada do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1959, p. 21).

parte do crescimento demográfico e eram geradas especialmente na região Nordeste, trazendo mais e mais pessoas, atraídas pela possibilidade real de incorporação dos recém-chegados ao mercado de trabalho, seja nas fábricas, seja na construção civil. Na segunda metade da década a indústria automobilística tornou-se o motor do crescimento econômico, com as novas fábricas instaladas em municípios vizinhos ao da capital, na região que ficou conhecida como ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul).

A tabela 2 retrata, no quadro geral das ocupações da população paulista, as distintas atividades desenvolvidas em 1959:

Tabela 2 – Pessoas presentes de 10 anos e mais, segundo os ramos de atividade principal, por Unidade da Federação

REGIÕES FISIográficas E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	Agricultura, pecuária e silvicultura.	Indústrias extrativistas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis e valores imobiliários; crédito, seguros e capitalização	Prestação de serviços	Transporte, comunicação e armazenagem	Profissões liberais	Atividades sociais	Administração pública, legislativo, justiça	Defesa nacional e segurança pública	Atividades domésticas não remuneradas	Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal classificadas	Condições inativas
Região Sul	6.691.114	1.449.396	44.472	801.325	248.393	42.047	413.133	107.269	26.495	114.574	56.972	35.272	2.804.493	5.623	451.650
São Paulo															

Legenda: * Segundo o Anuário Estatístico do Brasil (1959), São Paulo fazia parte da Região Fisiográfica Sul, juntamente com Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto unidades da federação.

Fonte: IBGE (1959).

Como se observa, São Paulo já era uma sociedade mais urbanizada, mais de classe, em franco desenvolvimento. Ao fazer este apontamento, o autor acrescenta que “sociedade do Centro-Sul – havia uma urbanização intensa e recente, classes sociais evidentemente em formação e a industrialização, onde foi possível descortinar que o preconceito racial não se reduzia ao preconceito de classe” (IANNI, 2004, p. 12).

Em discurso proferido em 1959 no Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 1959, no Palácio do Catete, ante os governadores dos Estados do Nordeste, ao anunciar a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, BIBLIOTECA (1960) enfatizava:

A produtividade no Centro-Sul brasileiro é, na agricultura, cerca de 52 % maior que no Nordeste e aproximadamente 63 % no conjunto das demais atividades econômicas. A diferença de produtividade no setor industrial é também muito superior à média do setor não agrícola. A área de cultivo agrícola no Centro-Sul do Brasil era, em 1950, 85 % maior do que no Nordeste. Toda uma constelação de fatores se associa, deste modo, para acentuar o desequilíbrio, que está

vinculado a duas causas básicas: escassez relativa do fator terra no Nordeste e menor concentração de capitais.

Essa diferença estrutural em níveis de desenvolvimento, dentro do Brasil, não seria tão grave se apresentasse tendências para diminuir.

Entretanto, os números comprovam que a participação do Nordeste na renda nacional se reduziu, de 1948 a 1956, de 15,5 % para 13,4 %. A renda per capita nordestina, em 1948, era de 37,3%; a do habitante do Centro-Sul, em 1956, baixara a 32%. (p. 61).

O mundo social urbano apresentava uma dicotomia: de um lado um número expressivo de pessoas que trabalhavam nas indústrias, e de outro, em contraste, o imenso número de pessoas que estavam na categoria dos trabalhos domésticos não remunerados.

De acordo com Vinhas (1970),

O desenvolvimento demográfico dos centros urbanos, da mão-de-obra disponível e a mudança de sua estrutura, especialmente de operários e empregados rurais e urbanos, aumenta a sua presença nos diversos setores produtivos e improdutivos que formam o mercado interno, o qual constitui, por sua vez, um elemento de estímulo da industrialização (p. 94).

São Caetano do Sul, situada na região do ABC, no Estado de São Paulo, também conhecida como Grande ABC e ABC paulista, faz parte da Região Metropolitana de São Paulo. Esse município foi fundado em 28 de julho de 1877, por imigrantes italianos que formaram o Núcleo Colonial criado pelo Império Brasileiro e emancipado política e administrativamente em 24 de outubro de 1948 (IBGE, 2019). E para diferenciá-la do Município de São Caetano, no Estado de Pernambuco, foi-lhe acrescida a terminação “do Sul”.

O historiador Boris Fausto (2002, p. 236) acrescenta que, a presença das grandes empresas multinacionais, como Willys Overland, a Ford, a Volkswagen e a General Motors, ao se concentrarem no ABC paulista, na área da Grande São Paulo, provocaram mudanças na fisionomia da região e entre as consequências, a indústria automobilística passou a concentrar operários em porções inéditas no país.

Assim, essa região está localizada em uma das áreas economicamente mais importantes do Brasil. Esse complexo, que compreende Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, possui grande concentração populacional, intensa atividade comercial, serviços organizados, crescente urbanização, e a presença maciça de imigrantes, os quais trouxeram mão de obra especializada (SCHNEEBERGER; FARAGO, 2003).

Ao longo dos anos, São Caetano do Sul desenvolveu sua vocação para a indústria, o comércio e os serviços. Inicialmente, predominou o trabalho agrícola e, posteriormente, despertou o interesse pela exploração das terras argilosas, o que propiciou o aparecimento de

diversas olarias e indústrias cerâmicas. O município sediou as primeiras indústrias do setor automobilístico do Brasil, passando a hospedar montadoras de automóveis, como a Volkswagen, a General Motors e a Ford, empregando milhares de trabalhadores. Por localizar-se, estrategicamente, entre a Capital e o Porto de Santos, sua posição favorecia a industrialização paulista, tornando-se importante centro fabril.

Em São Caetano do Sul, como nas demais cidades do ABC, os reflexos da nova era da produção automobilística, fizeram-se notar com a chegada de novos grupos de migrantes nordestinos (CARVALHO, 2012).

Nesse município nasceu a primeira Guarda Mirim do país em 1959. De acordo com dados do Anuário Estatístico do Brasil, em 1961, o município apresentava os seguintes resultados preliminares:

Tabela 3 – Recenseamento geral em São Caetano do Sul – 1960

Município	Área Terrestre	População Registrada			Densidade Demográfica (hab./Km ²)
		Total	Urbana	Rural	
São Caetano do Sul	24	114.421	114.039	382	4.767,54

Fonte: IBGE (1961).

Atualmente a cidade, constitui-se, como uma cidade dormitório²⁵. Segundo Giroto (2011, p. 81), a cidade de São Caetano do Sul passa de uma cidade industrial para a cidade de serviços especializados.

A Guarda Mirim nasce em um contexto de transformações gerais da sociedade, no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado – o neoliberalismo, especificamente, no período do desenvolvimentismo brasileiro.

Nesse período que se iniciara após a Segunda Guerra Mundial perdurando até os anos de 1970, denominado “anos dourados” pelo historiador Hobsbawn (1995) capitalismo mundial se caracterizava como um sistema econômico de acumulação intensiva de capital concatenada à produção e ao consumo de massa. Também foi o ápice do fordismo e do senhoreamento do Estado-Providência, instituição estratégica produtora da concomitância entre a oferta e a procura, que fora equilibrada via políticas de compensação social, que objetivava reproduzir, por meio de fundo público, o capital e a força de trabalho. Assim, vigorava e estava contido no modelo de desenvolvimento, um paradigma industrial que se

²⁵ São aquelas em que as atividades existentes não são suficientes para empregar e fixar a sua população ativa, o que leva a maioria dos moradores a se deslocarem diariamente para a cidade mais próxima que, em geral, é a capital do estado ou a cidade mais populosa, para, aí, exercer a sua profissão.

fundamentava na acentuada utilização das formas taylorista e fordista de organização do trabalho.

Assim, no intuito de entender como a Guarda Mirim nasce e se dissemina em todo o Brasil, é importante contextualizá-la historicamente. Para tanto, ressalta-se, neste estudo, a relevância da proposta da Guarda Mirim, que se firmou a partir de um discurso ideológico de ajustamento do trabalhador. Por meio de ações funcionais, propiciou a precarização e terceirização do trabalho, com o aval da sociedade civil organizada, se inserindo como um projeto político, revestido de filantropia, para ajustamento de adolescentes e jovens, a fim de combater o “risco”, a delinquência infanto-juvenil, a pobreza e o desemprego.

É válido ressaltar que a Guarda Mirim, ao ser criada, vem carregada de intenções e é portadora de uma ideia, de uma finalidade. “As coisas não são inocentes, o mundo dos produtos técnicos e culturais esconde um conflito de vontades, que foram incorporadas ao âmago dos objetos como representação da finalidade daqueles que os produziram para que cumprissem um desejado efeito” (PINTO, 1985, p.349).

Em meio a toda turbulência vivida e percebendo na juventude a “condição juvenil”, tratando-se de uma condição em que indivíduos e grupos vivenciam uma relação experimental com valores e estruturas sociais, no sentido de significar um primeiro contato do indivíduo como protagonista destes valores, papel que pode ser rejeitado ou sabotado durante tal fase (GROPPO, 2004, p. 16). Via-se, deste modo, que os jovens ainda não tinham os valores e comportamentos esperados como algo introjetado em sua personalidade e no modo de ser.

Este era o terreno fértil para inculcar nesta parcela da população, as ideias do projeto de modernização esperado para o país. A educação que se desenvolve, no contexto de São Caetano do Sul, apresenta-se com enfoque disciplinador, em comunhão com o pensamento e disciplinas militarizadas, característica de uma entidade que deseja tê-la como fator de segurança nacional.

Para relatar sobre a criação dessa entidade no município tomou-se por base o artigo “Patrulheiros Mirins, quarta década de atuação incessante”, publicado na Revista Raízes (1996) que foi elaborado e divulgado pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. O texto versa sobre a implantação da Guarda Mirim no município, trazendo relatos da senhora Diomyra Reyes Giovannini (2018), ex-presidente, pedagoga, supervisora-geral e técnica dos projetos implantados na Associação.

Giovannini (2018) descreve que a Guarda Infante Juvenil de São Caetano do Sul, hoje conhecida como Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul - Oscar Klein²⁶-surgiu a partir da iniciativa do Coronel Juventino Borges, que reuniu um grupo de pessoas relevantes da cidade, composto de Clubes de Serviço (*Rotary* e *Lyons*), políticos da época, suas esposas e empresários. Autenticando essas ponderações, a reportagem veiculada pela Revista Raízes, editada pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, expõe:

Há quase 40 anos, um militar com espírito visionário e já preocupado com a formação dos jovens de sua cidade, e das graves consequências sociais que envolvem o menor, procurava criar uma entidade que fosse capaz de tirar das ruas crianças e adolescentes de poucos recursos. É o início dos futuros Patrulheiros Mirins, uma semente que, quatro décadas depois, se desenvolve, cumprindo sua função de orientar meninos (FPM, 1996, p. 29.)

A Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul foi criada em 3 de junho de 1959 pela 2ª Companhia do 10º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, comandada pelo então capitão Juventino Borges. O propósito apresentado pela organização era fazer uma ação benévola para os menores carentes da cidade. Essa organização reuniu um grupo de menores na sede, localizada à Rua Rio Grande do Sul.

Medici (2012) assim descreveu o contexto de surgimento da Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul: “A cidade crescia no pós-movimento autonomista. Ganhava novas legiões de moradores. Industrializava-se. Repicavam os problemas sociais. Buscavam-se soluções. Entre os idealistas, o Coronel Juventino Borges, que nos deixou no ano passado”.

E como já apontado anteriormente, a partir da ótica marxiana (MÉSZÁROS (2002), o capital constitui a relação social dominante. E a educação em um contexto em que predomina a sociedade em classes, tem um papel decisivo. É ela que reporta os valores dominantes e assume características universais, difundindo-os ideologicamente para todo o tecido social.

O projeto burguês, como aponta Lombardi (2017, p. 72) ao citar Florestan (1975, p. 294), é a de [...] manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado Nacional se deteriore. Para alcançar esse intento, a educação foi o instrumento perfeito para o ensino das massas trabalhadoras, uma vez que exercia um papel moral e cívico. Sua eficiência foi resultado de outros setores da

²⁶ Segundo aponta a o Centro de Documentação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul (2013), durante a administração do prefeito Raimundo da Cunha Leite, Samuel Klein foi parceiro da prefeitura na construção do Conjunto Oscar Klein. O nome dado ao prédio foi uma exigência feita pelo apoiador do projeto, o empresário Samuel Klein e presidente das Casas Bahia, para homenagear o filho, desejava contribuir na construção do futuro dos garotos atendidos. Samuel Klein nasceu em Lublin - Polônia, em 1923. Deixou a Europa durante a Segunda Guerra Mundial e chegou ao Brasil em 1952.

educação como SESI, SENAI e outras comprometidas com a qualificação profissional, que com a Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul coexistiam.

Preconizada pela não intervenção do Estado e pelo livre jogo das forças do mercado, os/as adolescentes e jovens oriundos das classes menos abastadas, para não compor corpo frente ao avanço do processo de divisão do trabalho que destrói as virtudes sociais e intelectuais, propaga em suas ações a covardia e a ignorância, em uma educação mínima para os novos trabalhadores, dada em doses homeopáticas, originada pela divisão do trabalho, processo descrito por Lombardi (2017).

O processo de criação da Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul criada em 1959 pode ser enquadrado na teoria do Capital Humano de Schultz. Para ele, os ganhos de produtividade do “fator humano” na produção, concluindo que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital (LOMBARDI, 2017).

Tal como pensado por Schultz (1973, p. 19), a Guarda Infante-Juvenil de São Caetano pode ser considerada como uma instituição especializada em “produzir” instrução, podendo, como afirma Lombardi (2017, p. 81) ser uma instituição [que] pode ser encarada como uma indústria.

A partir das ideias de Schultz, entende-se que é por meio da educação que se torna possível a aquisição de todas as habilidades e conhecimentos úteis que constituem um investimento deliberado. Contíguos com esta ideia estavam outros fatores caros ao capital humano como a formação, a saúde e os investimentos em melhoria das condições de vida dos indivíduos. Para Lombardi (2017),

Implementada na educação, a teoria do capital humano produziu uma concepção tecnicista de ensino e de organização da educação, dando carapaça “científica” à ideia de que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, melhorando o “capital” dos indivíduos para o trabalho e, portanto, maiores salários (p. 81).

Ao longo de sua existência, a Guarda Infante Juvenil de São Caetano do Sul, passou por diversas mudanças. As primeiras medidas foram encaminhadas pelo soldado Hélio Smith e o sargento Jacomino, que ficaram encarregados de montar uma fanfarra e ensinar algumas noções de música aos jovens e adolescentes. Conforme o idealizador do projeto, o objetivo era tirar os menores da rua e ocupá-los utilmente (FPM, 1996).

Para afastar qualquer conotação de que as crianças e adolescentes estivessem em regime militar, no dia 25 de julho de 1964, o soldado Arnaldo Faustino da Luz, sob o comando do capitão Alberto Constantino Peredne, realizou a transferência da Associação para

um local com mais espaço, tendo em vista oferecer condições favoráveis para a realização das instruções e o ensino de música.

Diante das dificuldades de manutenção da instituição, os militares responsáveis recorreram à ajuda da sociedade civil. Uma das primeiras entidades contatadas foi o Rotary Club de São Caetano do Sul, cuja diretoria, elaborou o estatuto para regimento da Guarda Infante Juvenil. Segundo Uhle (1993, p. 61), o movimento rotariano, no Brasil, ligado ao internacional pela via de cooperação, constituiu-se como importante canal de comunicação com setores ligados ao capital internacional e tornando um dos seus porta-vozes. Para essa autora, o pacifismo, o nacionalismo e o patriotismo - valores reconhecidos pelo clube, se configuravam como importantes fundamentos ao modelo de desenvolvimento buscado pelo governo Vargas e também por Juscelino Kubitschek. Ainda segundo Uhle, reconhecia e enaltecia esta organização pela atitude humana expressada pelo ideal de servir (lema do Rotary), entendida por este estadista pela sua contribuição para a aproximação entre os homens e vista como um dos mais belos cortes da nação, pelo alto teor mental e moral dos brasileiros que o compõem. É uma instituição notável esta, porque composta de cidadãos esclarecidos. Fato que a autora considera ser uma autorização e legitimação para que o Rotary Club leve uma mensagem internacional.

Os tempos eram difíceis e sem o apoio financeiro esperado, o juiz de Direito da Terceira Vara da Comarca de São Caetano do Sul, senhor Aduino Alonso Silvinho Suannes, realizou uma sindicância para apurar a situação da entidade e a mudança da sede da guarda para o Clube Recreativo São José. Assim, por meio da portaria nº 14/71, o referido juiz de Direito de Menores nomeou Cristovam Miguel Sanches, presidente do Centro das Entidades Assistenciais de São Caetano do Sul (CEASCAS), como interventor para organizar e estruturar a Guarda Infante Juvenil de São Caetano do Sul.

O soldado e instrutor, Arnaldo Faustino da Luz, mesmo com poucos recursos, treinou 150 menores, que estavam sob seus cuidados, para as competições de Atletismo; montou a Banda Musical Infante-Juvenil e encaminhou os garotos para estágios de aprendizagem em empresas de São Caetano do Sul.

Em publicação da Revista Raízes (1996), da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, consta que, em 30 de outubro de 1971, Cristovam Miguel Sanches, convocou, através do Diário do Grande ABC, uma reunião (Assembleia-Geral Extraordinária) para a adoção de algumas providências a respeito da Associação. Dentre as providências tomadas, constam o aluguel de um salão à Rua São Francisco, nº 318, de propriedade de Ivo Pellegrino; a liberação de Cr\$ 15.000,00, por parte da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul,

referentes aos anos de 1969, 1970 e 1971; a liberação de verba, no valor de Cr\$ 9.000,00, por parte da Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul, oriundos da participação na venda de discos-horário; a solicitação, ao prefeito municipal, da entrega de material para a entidade, conforme Lei nº 1.074 de 21 de dezembro de 1961; bem como a liberação de verba no valor de Cr\$ 50.000,00 que, mediante diversos orçamentos, seria usada para a compra do novo fardamento, móveis e alimentação dos guardas-mirins.

O segundo item da convocação abordou sobre a mudança da designação da entidade para Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul²⁷, decorrente da fundação da Federação Brasileira do Patrulheirismo, instituída e presidida pelo juiz de Direito Marino da Costa Terra, na época, sediada em São Carlos. O terceiro item tratado centrou-se na nova redação dos Estatutos dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul, ex-Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul. E o quarto item dispunha sobre a eleição e posse do Conselho de Contribuintes e da Diretoria Executiva, gestão 1972/1973, ficando, assim constituído, pelos senhores Luiz Carletti, Raphael Maregatti, Giuseppe Tocchet, João Batista Silveira, Carlos Pinezi Filho, Roberto Krunfly, Sérgio de Oliveira, Alécio Strabelli, Eduard Wahkur e mais três suplentes, Keigo Toyoda, José Vertichio e Ettore Dal'Mas. Quanto à diretoria ficou, assim, constituída: Presidente – João Baptista Villas-Boas Filho; Vice-Presidente – José Mobelli; 1º Secretário – Cláudio Perrella; 2º Secretário – Wande Luiz Marangoni – Miguel Scherk; Relações Públicas – Celso Mendes Pupo Nogueira.

No Estatuto da Associação, datado de 1971, o Artigo 11 definia os membros natos, sendo, Aduino Alonso Silvinho Suannes, juiz de Menores; Mário Rubens Assumpção, curador de Menores; e Angelin Dácio, comissário-chefe de Menores. Esse artigo foi suprimido do Estatuto, por determinação da juíza de Direito da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul, pela lei nº 8.069/90, através da Assembleia-Geral extraordinária realizada em 21 de setembro de 1992.

O Juiz Aduino Alonso Silvinho Suannes baixou, em seguida, a portaria 14/71 que definia as normas de funcionamento da Guarda. Por essa determinação, estabeleceu-se que somente jovens com idade entre 8 a 18 anos incompletos poderiam participar da entidade, devendo, portanto, se submeterem à fiscalização do Juizado de Menores. Assim, Cristovam Miguel Sanches foi nomeado e, no prazo estipulado, organizou e sensibilizou a sociedade local para lutar pelo engrandecimento da entidade.

²⁷ No Plano de Trabalho da Instituição (2019) está registrado que a mudança da designação da entidade na década de 1970 decorre inspirada pelo conhecimento do trabalho realizado em São Carlos pelo Promotor Público Dr. Marino da Costa Terra, o qual fundou o Patrulheirismo no Brasil.

Nesse período, a Associação de Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul foi transferida para a Rua São Francisco, nº 318. O soldado Arnaldo Faustino da Luz continuou como instrutor, sendo assessorado pelo CEASCAS, através do presidente Cristovam Miguel Sanches, além da assistente social e professora Mercedes Sanches Graça, que tinha como função cuidar dos documentos, convênios, registros, organização de eventos festivos e orientar a diretoria. Ao findar o ano de 1972, a sede dos Patrulheiros Mirins se mudou novamente para o Estádio Lauro Gomes de Almeida.

Em outubro de 1972, Sérgio Fernando Lima Toledo se insere no grupo dos colaboradores dos Patrulheiros Mirins, ocupando o cargo de primeiro-secretário da Diretoria e, interessado na organização dos documentos, sugere a João Baptista Villas-Boas Filho que contratasse uma assistente social para lidar diretamente com os menores e auxiliasse o trabalho do Instrutor, elaborando planos e programas de atendimento aos assistidos pela entidade.

Em março de 1973, Diomyra Reyes Giovannini foi contratada, iniciando seus trabalhos com 150 meninos Patrulheiros. Ela realizou levantamento da situação da instituição, analisou os objetivos e necessidades apresentadas, e organizou a documentação e registros para obter subvenções, além de ordenar prontuários e fichas dos Patrulheiros Mirins para as entrevistas com responsáveis pelos assistidos. Outra ação importante da nova contratada ocorreu em torno do desenvolvimento do curso de Educação para o Trabalho, preparando os patrulheiros para o desenvolvimento de potencialidades, o que permitiu encaminhá-los para a realização de estágios junto às empresas públicas e particulares do município.

Diomyra Reyes elegeu três atividades básicas como aporte ao desenvolvimento da formação dos jovens: esporte, música e encaminhamento para estágio de aprendizagem. Com o passar dos anos, outras atividades foram inseridas, como datilografia, contabilidade, encaminhamento para bolsas de estudos de inglês, artesanato, grupos de orientação psicológica, além do curso de música na Fundação das Artes (FPM, 1996).

Em relação ao setor esportivo, iniciou-se treinamento para condicionamento físico com vistas à participação em provas de Atletismo. Arnaldo Faustino da Luz, que ingressou na Associação como instrutor, no ano de 1964, dedicou-se ao treinamento dos jovens para competições em provas de corrida e marcha atlética, filiando a entidade à Federação Paulista de Atletismo e possibilitando a participação com outros grupos da mesma categoria esportiva. A entidade conquistou várias medalhas, diplomas e troféus, o que ajudou a divulgar o nome da cidade, bem como a própria instituição.

Quanto ao ensino musical, o soldado Faustino encontrou dentre os jovens e adolescentes um pequeno grupo interessado em música, pois já havia uma formação de fanfarra, com algumas noções musicais. O instrutor preparou esse grupo, instruindo e aperfeiçoando-o, em todos os instrumentos musicais, e posteriormente, ingressando o grupo de músicos no Conservatório Musical de São Caetano do Sul. Desse trabalho procedeu à formação da Banda Musical Infanto-Juvenil dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul, que, ao longo dos anos, vem realizando várias apresentações, participações em concursos, festivais e olimpíadas, conquistando títulos em nível nacional.

Em 1980, durante a gestão de Antônio Carlos Domingues Benedetti, foi encaminhado um pedido à Prefeitura Municipal para a construção de uma sede para os Patrulheiros Mirins, decorrente da provisoriedade do local onde estava sediada. Durante o período de construção da nova sede, os Patrulheiros instalaram-se no quarto andar do prédio em que funcionava o cine Vitória, na Rua Santo Antônio, no centro da cidade. Assim, em 1992, no terreno doado anteriormente, iniciou-se a construção da nova sede, com o apoio do prefeito Raimundo da Cunha Leite e do empresário Samuel Klein, presidente das Casas Bahia. Em 16 de outubro do mesmo ano, foi inaugurada a nova sede, recebendo o nome de Conjunto Oscar Klein.

Imagem 1 – Construção do Conjunto Oscar Klein, sede dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul (SP)



Fonte: Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2013.

Como registrado no Plano de Trabalho da Instituição (2019), em 1982 a entidade recebe em Comodato uma nova sede com arquitetura moderna construída com verbas da Prefeitura Municipal (50%) e das Casas Bahia (50%). Daí em diante a Guarda Infanto-Juvenil de São Caetano do Sul passou a chamar-se “Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano

do Sul – Oscar Klein”, nome que ostenta até os dias atuais, possibilitando a ampliação de atendimento às crianças e adolescentes da cidade.

Segundo o Artigo 3^a do Estatuto da entidade, dentre os objetivos propostos, destaca-se a busca por congregar menores de oito a dezoito anos incompletos, com o intuito de instruí-los moral e civicamente, através da educação física, orientação profissional, ordem unida, noções de trânsito e, supletivamente, propiciar a eles serviços auxiliares às entidades públicas, privadas e militares.

No ano 2000, com a promulgação da Lei da Aprendizagem²⁸, conhecida também como Menor Aprendiz, Aprendiz Legal ou Jovem Aprendiz, (aprovada nesse ano e regulamentada em 2005), houve a determinação de que toda empresa de grande ou médio porte deveria ter de 5 a 15% de aprendizes entre seus funcionários.

Atualmente, a Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul – Oscar Klein tem como atividade preponderante a área de Assistência Social e como atividade secundária a área de Educação (Plano de Trabalho APMSCS, 2019).

Nesse contexto, conforme o seu Plano de Trabalho (2019), a Instituição em tela possui registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob número 043/1994; Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos Processo número 28.996.024.774/94. Está inscrita nos Conselhos Nacional e Municipal de Assistência Social e segue a legislação específica do segmento em que atua.

A Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul – Oscar Klein conta com uma estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas e projetos de assistência social e promoção dos direitos, onde conjuga os recursos humanos, econômicos e materiais para buscar impactos positivos nos processos de assistência social e promoção dos direitos, bem como acompanhar e avaliar os resultados para os quais a entidade foi criada e em razão dos quais atua.

²⁸ Presidência da República Casa Civil. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Imagem 2 – Fachada da Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul – Oscar Klein



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2019.

Desse modo, as atividades com o público-alvo se realizam no contraturno escolar (todos devem frequentar escola, sendo acompanhados pela família e pela Instituição), e em horário noturno para os adolescentes que estudam e participam de atividade socioeducativa, de segunda a sexta-feira e também aos fins de semana em campeonatos, reuniões ou eventos.

Com isso, a Instituição busca concretizar os compromissos assumidos com a população infanto-juvenil mais vulnerável, bem como desenvolver as potencialidades biopsicossociais. Assim, o serviço socioassistencial prestado pela Associação Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul volta-se à Proteção Social Básica, que segundo o MDS (2013, p. 43). Tem como objetivo a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários da população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos.

Como se observa, a partir do contexto histórico e do relato da Diomyra Reyes, os jovens representam os grupos de operários e empregados provenientes das escolas de aprendizagem e dotados de educação do nível fundamental e médio.

Isso se justifica, por que:

As indústrias dinâmicas e modernas, como, por exemplo, a mecânica, metalúrgica, elétrica e de transportes, são as que mais crescem quanto ao volume de produção e de ocupação de mão-de-obra jovem. Esse fato é positivo para a estrutura da classe, pois eleva o seu nível cultural. A tendência da juventude é no sentido de inconformismo – o que pressupõe espírito de iniciativa, de organização, de solidariedade e de combatividade (VINHAS, 1970, p. 169).

Ainda segundo Vinhas (1970, p. 185), mais de dois terços da população do Estado de São Paulo estão na área urbana e mais de 80% dos camponeses pobres são assalariados e

semiassalariados. No cômputo geral dos grupos que compõem o proletariado, dois terços são operários, empregados e trabalhadores urbanos. Assinala o referido autor que compoendo este proletariado, esse grupo de operários e empregados, está a ocupação de mão-de-obra jovem nas indústrias, fato que considera positivo para a estrutura de classe, pois eleva o seu nível cultural.

Segundo análise de Vinhas (1970):

Essa presença de jovens, com as particularidades assinaladas, decorre do desenvolvimento industrial, da elevada expansão demográfica, da transferência populacional do setor rural para o mundo urbano. Por outra parte, é reflexo do estágio do desenvolvimento econômico-social por que passa a sociedade de país agro-industrial ou “capitalista dependente” do mundo subdesenvolvido. Ainda outro fator que determina a crescente participação de jovens no âmbito da força-trabalho é o desenvolvimento vertiginoso da técnica, especialmente na indústria (p. 169).

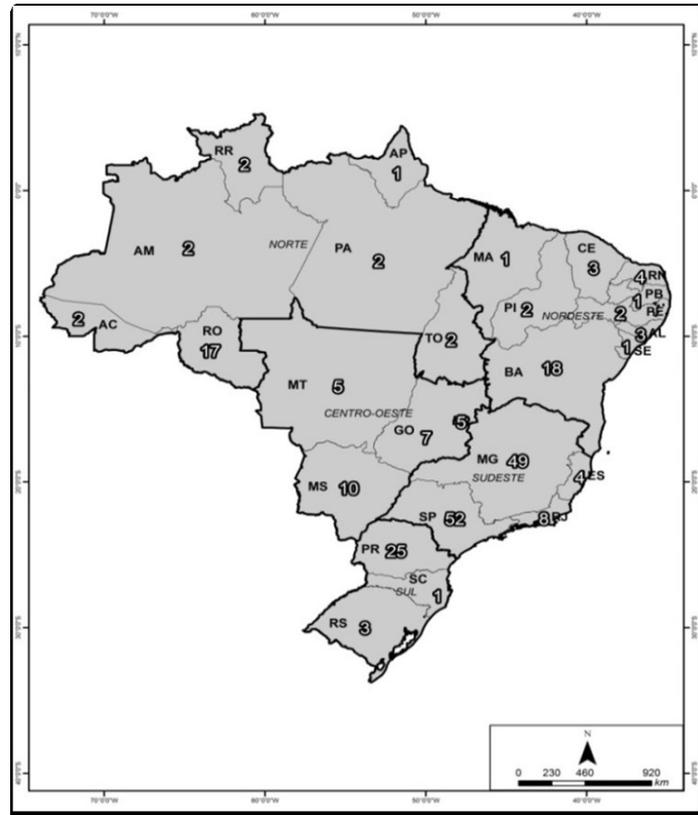
Pelo exposto por Vinhas e pelo relato de Diomyra (2018), é possível inferir que a Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul, hoje Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul, teve por objetivo, preparar adolescentes e jovens para a atuação nos setores secundários e terciários da economia, tanto sob a Lei do Aprendiz quanto à do Estagiário, às quais amparam distintas formas de inserção do aprendiz no mercado de trabalho.

Com o contexto histórico delineado - acerca do desenvolvimentismo e a participação do jovem no setor econômico, que requeria crescente qualificação e participação em grandes concentrações de mão de obra no setor dinâmico da economia nacional - passa-se, neste trabalho, a descrever como esse padrão de formação se expande pelo País até chegar a Montes Claros (MG).

Desde o ano de 1959, a Guarda Mirim vem se espalhando pelas cinco regiões do Brasil, no entanto, não se observa unificação dessas entidades, uma vez que variam em dimensões e perspectivas, nas diferentes cidades em que são instituídas. Foi possível verificar que as Guardas Mirins possuem formatação diferenciada, algumas das atividades desenvolvidas estão voltadas para o trânsito, em outras para o meio ambiente e, em alguns casos, para o próprio mercado de trabalho, o que evidencia que não existe uma uniformidade na estrutura operacional das instituições. Esse aspecto também pode ser observado nas denominações recebidas pelas diversas entidades, como se observa no Apêndice F. Sua expansão demonstra o fortalecimento do senso comum de que essas instituições gozam, supostamente, da prerrogativa de combater a miserabilidade naturalizada pela concepção idealista de homem. Não se percebe que essa visão encobre o fato de que as consequências da miséria são fruto das políticas capitalistas.

Em pesquisas empreendidas em sites institucionais, constatou-se que no Brasil, estão presentes 232 Guardas Mirins²⁹, sendo a maior concentração dessas instituições nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, seguidos do Paraná, Bahia e Rondônia.

Mapa 1 – Programa Guarda Mirim no Brasil



Fonte: IBGE (2010).
Elaborado por: Filho (2018).

Desse modo, é no interior de tais instituições, ou seja, em seu cotidiano, que se situa o espaço privilegiado para realizar a reprodução da sociedade capitalista e fazer atuar a alienação e os preconceitos, que são eficazes elementos que servem de fermento para o metabolismo social (KRUPPA, 1992).

Para explicar como isso é possível, Marx (1982) formula e responde a uma questão: “um operário numa fábrica de algodão só produz tecidos de algodão? Não, produz capital, produz valores que de novo servem para comandar o seu trabalho e, por meio deste, para criar novos valores”.

²⁹ Adverte-se para o fato de que este quantitativo pode não corresponder ao real número de Guardas-Mirins existentes, uma vez que no momento da pesquisa, houve insucesso na tentativa de contatar algumas delas, o que sugere um estado de inatividade de suas ações e/ou a desatualização de seus registros.

Entende Marx (1982) que o capital só pode se multiplicar trocando-se por força de trabalho, trazendo à vida o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só se pode trocar por capital multiplicando o capital, fortalecendo o poder de que é escrava. Multiplicação do capital é, por isso, multiplicação do proletariado, isto é, da classe operária.

Assim, as Guardas Mirins mediam o indivíduo e os costumes, tornando-os, em alguns momentos, seres genéricos, e em outros, seres particulares, conforme convêm ao capital (KRUPPA, 1992, p. 63). Os seres - particulares ou genéricos - em um dado momento histórico podem expressar diferentes conotações, dependendo do pensamento dominante.

A partir do exposto, o próximo capítulo particularizará a Guarda Mirim, objeto deste estudo, a fim de distinguir essa associação, seus traços característicos, seus valores, suas gentes, seu trabalho e seus problemas.

3.4 Síntese histórica

Na revisão histórica desenvolvida neste capítulo, buscou-se demonstrar o contexto histórico brasileiro no momento em surge e se dissemina a Guarda Mirim. Para a compreensão do contexto brasileiro foi necessário articulá-lo ao contexto político-econômico internacional com que se depara o Estado brasileiro, ao período da Guerra Fria, momento de fim da grande guerra é a de uma hegemonia política e econômica por parte dos EUA sobre o mundo capitalista. O advento da Guerra Fria delimitou os espaços sobre os quais se desenvolveriam o capitalismo e o socialismo, tendo cada lado poderio militar e resguardando seus interesses sobre o seu respectivo bloco.

O Brasil, sob a guarda dos Estados Unidos, distando da fronteira comunista e de suas influências, buscou o processo de industrialização em meio a um movimento avançado de acumulação capitalista procurando situar seus interesses e planos futuros a partir da segunda metade dos anos 1950. Desse modo, as aspirações do governo brasileiro se corporificavam nos interesses das elites que se reordenavam e engendravam a coalisão de poder que passavam pela apreciação do governo dos Estados Unidos. Sublinhamos, assim, a necessidade da investigação feita sobre a implantação da Guarda Mirim, para a formação do novo trabalhador, apresentadas no capítulo que segue, com o intuito de fazer uma aproximação em relação às pretensões desse tipo de intervenção junto aos adolescentes e jovens das camadas mais populares que se formam na sociedade montes-clarense, para torná-los ordeiros e obedientes às exigências do capitalismo.

Sob um Brasil, dirigido por um governo com um ousado plano de desenvolvimento econômico que objetivava fazer a transição do país de base agrícola para o país de base industrial e incorporá-lo ao mundo capitalista moderno - nasceu a primeira Guarda Mirim, em São Caetano do Sul, em 1959.

A primeira experiência da Guarda Mirim no Brasil nasce no período da Terceira Revolução Científica e Tecnológica, no início da segunda metade do século XX, que tem como algumas de suas características, a transformação da ciência e da tecnologia em matérias-primas por excelência; tornar a gestão e a organização do trabalho mais flexíveis e integradas globalmente e favorecimento da criação de uma economia baseada no acesso a serviços, informações, bens intangíveis, experiências etc. Surge então, conforme os autores mencionados, no período do Capitalismo monopolista de Estado, no pós-Guerra Mundial, também chamado de Estado benfeitor, Estado beneficiário, Estado de bem-estar social, capitalismo de Estado, neoliberalismo social-democrata.

No exame mais detalhado da preocupação permanente do Brasil com a possível influência do socialismo ou do comunismo, entendemos que qualquer dessas duas formas, o que se poderia ter é um “filhote” do militarismo e por meio do processo de industrialização e urbanização, e as complexas relações sociais e políticas, acredita-se que o Brasil, ao buscar acelerar o desenvolvimento do capitalismo, auxiliou o capital privado no processo de acumulação, e investiu em setores menos atrativos aos interesses privados, montando a infraestrutura requerida à implementação das indústrias e intervindo em questões sociais, a fim de assegurar os capitais investidos. Essa nossa ponderação ganha respaldo quando se observa a formação social em Marx, que observou que o desenvolvimento tem relações qualitativas sociais, econômicas, ideológicas e políticas a partir de um aparato legal.

As transformações ocorridas na estrutura da economia brasileira encaminharam a um colapso social, ao provocar aumento de desemprego e deslocamento do emprego da indústria para os setores de serviços e o comércio; precarização das relações de trabalho; aumento da exclusão social e redução da renda média da população. E, ao se disseminar, a Guarda Mirim chega a Montes Claros após mais de uma década do início do período do Capitalismo concorrencial global, na etapa também chamada de pós-capitalismo, da economia de mercado, do capitalismo flexível, do neoliberalismo de mercado. Período evidenciado em que o Estado mínimo e economia de mercado e da desregulamentação e privatização, da acumulação flexível do capital, da produção, do trabalho e do mercado; da ordem econômica determinada pelas corporações mundiais, pelas transnacionais, pelas instituições financeiras internacionais

e pelos países centrais; da globalização/integração da produção, do capital, dos mercados e do trabalho.

Nessa perspectiva, nada mais urgente do que utilizar uma estratégia para cuidar da formação dos empregados no setor terciário. Na sociedade industrializada, aparece a solidariedade orgânica e avultam-se os conflitos e antagonismos e para apaziguá-los, é requerido o consenso, o equilíbrio, a complementariedade na vida social. Para atingir esse fim, se faz necessária, uma ação educativa conservadora e até autoritária, capaz de influenciar a formação dos novos trabalhadores, auxiliando na formação de um exército de reserva. A Guarda Mirim ao nascer, tem seu discurso pedagógico estabelecido no modo de produção capitalista e é interpretada como efeito da superestrutura e como instrumento da ideologia das classes dominantes que tem como um de seus idealizadores organizações como o Rotary Club que, embora não diretamente educacional, exerce considerável influxo político, ideológico e educacional nas sociedades onde se encontram, sociedades estas, de tradição histórica dualista, onde os grupos sociais tendem a criar espaços de segregação, como descreve José Camilo dos Santos Filho (1993, p. 5). Compreendemos assim, que a ação educativa nesse contexto torna-se instrumento capaz de garantir a mudança na ideia dos adolescentes e jovens ditos carentes. Desse modo cumpre-nos demonstrar no próximo capítulo, o poder, a dominação, a disciplina, o status e as classes sociais, quando se examina, na mesma arena, a ideia, a organização e a ação da Guarda Mirim.

4 O CONTEXTO CONSTITUÍDO DA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS

No presente capítulo procedemos a uma análise em relação ao papel da Guarda Mirim na sociedade, e nessa perspectiva explanamos suas ideias, sua estrutura organizacional e sua ação, na tarefa de evidenciar algumas das dinâmicas neoliberais que acompanham a Guarda Mirim. Tal movimento faz-se presente para demonstrar, a partir dos documentos oficiais da entidade e de suas recorrentes atividades, como essa organização atuou e atua nos seus mais de 28 anos de existência na cidade de Montes Claros, enredando a ideologia capitalista através de um sistema paramilitar de educação para adolescentes e jovens ditos carentes.

Admitimos ser esta tarefa desafiadora, examinar o papel da Guarda Mirim, pois são diversos os ângulos a serem estudados. No universo de diferenciadas instituições da Guarda Mirim no Brasil (232 unidades) e distintos perfis, estratégias e escopo de atuação, essa chega em Montes Claros (MG) no ano de 1992, se estabelecendo a partir de interesses locais como demonstraremos a seguir.

Observa-se no presente, apesar do tempo transcorrido e das muitas mudanças, ideias e práticas cuja herança vem de muito longe como explicam (RIZZINI; PILOTTI, 2009). Esta nota é considerada na análise dos aspectos históricos do Programa Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros. A esse respeito, Pereira (2007) manifesta dizendo que Montes Claros perpetua a cultura do mandonismo, do preconceito e da exclusão.

Analisar dialeticamente a Guarda Mirim, nos faz entender que essa não pode ser considerada um complexo de coisas acabadas, mas entendê-la como um processo de complexos, que mudam continuamente, que se fundamenta no movimento. Só existe dialética se houver movimento, e só há movimento se existir processo histórico (SANFELICE, 2008). Deste modo, a realidade sobre a qual nos debruçamos traz consigo todas as suas contradições, conflitos e transformações demonstrando que as ideias são reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos. As ideias nesse contexto independem do pensamento e tornam-se representações do real.

O nosso desafio de pensar a Guarda Mirim é trazer para o plano racional a dialética do real, buscando a essência do fenômeno, aquilo que está por detrás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade, como pontua Frigotto (1991).

Assim, parte-se do contexto mais amplo – o nacional, para explicar as modificações estruturais que impactaram Montes Claros, cidade berço da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros.

A Guarda Mirim nasce no contexto da pragmática neoliberal, que segundo Antunes (2018),

Desde quando começou a ser efetivamente introduzida no Brasil, a partir da década de 1990, a pragmática neoliberal teve claras consequências: aumento da concentração de riqueza, expansão dos lucros e ganhos do capital, incrementados com a privatização de empresas públicas, além do avanço da desregulamentação dos direitos do trabalho. Foi assim com Collor e FHC (p. 297).

E conforme enfatizam Previtali e Fagiani (2014), o neoliberalismo, enquanto reação articulada da burguesia às dificuldades expansionistas e de acumulação do capital, passou a avançar nos anos 1990 em meio a globalização que, aproveitando-se das vantagens econômicas oferecidas por países e regiões, tais como impostos menores e grande quantidade de força de trabalho, buscavam novos espaços para auferirem maiores lucros.

A Guarda Mirim nasce na década de 1990, um marco para a educação no contexto nacional e internacional. A Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, segundo a Ata da Assembleia Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, proclama:

Art. 1º A Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, com sede nesta cidade, fundada em 03 de julho de 1992, reger-se-á em suas atividades pelo escrito no presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral no dia 17 de junho de 1992, e a sua duração será por prazo indeterminado, não estando condicionada ou subordinada a nenhum grupo religioso, partidário ou órgão governamental, nem fazendo distinção de raça, cor, posição social ou credo religioso (AMGMMC, 1992, p. 2).

A Associação declara ter por finalidade, em seu Art. 2º “A finalidade precípua da Associação é a manutenção sobre os aspectos moral e material do contingente da Guarda Mirim sob a inspiração, acompanhamento e ajuda da comunidade” (AMGMMC, 1992, p.2).

No contexto interno, o Brasil vivia o momento de abertura política e recente promulgação da Constituição Federal de 1988, que trazia várias garantias sociais como o direito à saúde, à educação, à moradia e ao lazer.

No contexto internacional, realizava-se a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, que determinou mudanças estruturais quanto à educação brasileira. Era assim, um contexto histórico de profundas mudanças, conforme enfatiza Oliveira (2000, p. 48), em que a globalização afetava as políticas propostas para o setor, ao reforçar a ideia de educação como requisito indispensável ao desenvolvimento econômico e social.

Para Oliveira (2000, p. 48), a noção de globalização recobriu-se de um significado positivo e consensual, uma vez que buscou passar a ideia de que todos seriam abrangidos nas

mudanças, porém as modificações no mundo concreto buscaram generalizar algumas condições imprescindíveis à produção capitalista no estágio de transnacionalização, que vigora nos dias atuais, garantindo maior mobilidade do capitalismo, tendo como pano de fundo “a fragmentação dos trabalhadores, como classe”.

Na Constituição Federal de 1988, pronuncia-se no Artigo 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 94).

Observa-se que na Constituição Federal a educação é concebida de maneira ampliada, e seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394) aprovada em 20 de dezembro de 1996. Reconhece-se que a qualificação para o trabalho é uma das finalidades dessa normativa, fruto dos movimentos sociais e entidades representantes dos interesses da classe trabalhadora, que desde a década de 1970 articulavam para levar a formação para o trabalho para o campo da educação.

Na década de 1990 o Estado implementou a Reforma da Educação Profissional, em conformidade com as recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo discurso vinculava a necessidade de adequação da educação às transformações que ocorriam nos setores produtivos e de serviços por intermédio da multiplicação das novas formas de organização do trabalho e a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação. Nasceram ainda nesse período o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Conforme assegura Fagiani (2016), “a reforma objetivava oferecer aos jovens da classe trabalhadora uma formação educacional voltada às atividades laborais, mais práticas e menos teóricas, sob o discurso ideológico falso de garantia de emprego para esses jovens em condições de vulnerabilidade”.

Assim, a década de 1990 se inicia em um contexto frutífero de acontecimentos dentro e fora do país. No decurso desse período, houve elevados índices de inflação e desemprego, grandes desigualdades sociais e reflexos das dívidas externas e internas legadas do período militar. As políticas públicas, de modo geral, passaram por mudança de diretriz, com destaque para as da esfera educacional (FERRETTI e SILVA JÚNIOR, 2000).

Neste período, conforme aponta o autor, os governos do PT foram exemplos exitosos por implementar uma política policlassista fortemente conciliadora, que buscava preservar e ampliar os grandes interesses das frações burguesa, ao mesmo tempo que incluiu programas sociais como o Bolsa Família, voltado para os setores empobrecidos e alinhava-se a uma

política limitada e real de valorização do salário mínimo, apesar de os níveis de salário mínimo no país serem absurdamente baixos (ANTUNES, 2018).

No Brasil dos anos 1990, no campo político, avistava-se um horizonte de alvissareiras mudanças. Essa década começou com uma grande reviravolta política na história brasileira: depois de decorridos 30 anos sem eleições diretas, os brasileiros elegeram Fernando Collor de Melo, para presidente. O Brasil aguardava, com grande expectativa, o reencontro com a democracia (NEVES, 2019).

No período de 1990/1992, conforme aponta Dahmer Pereira (2006), o governo Collor inaugurou a entrada do projeto neoliberal no país, com intensos processos de desregulamentação, abertura dos mercados, incentivos à reestruturação das empresas e a disseminação ideológica por toda a sociedade brasileira de que a causa dos males sociais centrava-se no gigantismo do Estado e como solução, necessário fazia reduzi-lo ao máximo, transferindo para as empresas as suas funções, o que pressupunha ser mais eficientes.

No que dizia respeito às políticas sociais, o governo Collor ignorou os preceitos constitucionais, desconsiderando o Sistema de Seguridade Social inscrito na Constituição Federal de 1988, que a compreende como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência. Desse modo, a Seguridade Social, segundo a autora, requer uma proposta de orçamento elaborada de forma integrada e um Ministério da Seguridade Social, o que não se concretizou.

No campo econômico, Collor, discursando e prometendo renovações que objetivavam romper com a inflação e reduzir gastos do Governo, adotou medidas como: mudança da moeda; confisco de depósitos bancários que, visava a reduzir a quantidade de moeda em circulação; alteração no cálculo da correção monetária; redução da máquina administrativa, extinguindo ou fundindo ministérios e órgãos públicos; demissão de funcionários públicos e congelamento de preços e salários.

Ao reduzir as alíquotas de importação, a economia brasileira foi amplamente aberta ao mercado mundial, o que propiciou a entrada de produtos importados a preços menores na economia nacional. Resultou disso, um choque de realidade, já que algumas empresas tiveram prejuízos decorrentes do comodismo do paternalismo adotado até então, pelo Governo brasileiro, e com isso foram forçadas a se modernizarem para não perderem mais mercado.

Mesmo com a estabilização dos preços e modernização do parque produtivo, novamente a tentativa de conter a crise era fracassada. Os Planos Collor I e II provocaram forte recessão, desemprego e também grande insatisfação por parte da população. No que

tange ao fim do governo de Fernando Collor de Mello, Vieira (2015) elenca fatores que o justificam, tais como: o pedido de demissão da Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello; o surgimento de diversas denúncias de corrupção contra membros do Governo, levando à instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e, decisivamente, ao Impeachment do Presidente Collor em 1992. A situação econômica mostrava-se desesperadora e com condições excessivamente desalentadoras no campo da Política Social (VIEIRA, 2015).

No campo social, no tocante à educação, ao longo do governo Collor, permaneceu inalterado o quadro preexistente: altos índices de evasão e repetência (VIEIRA, 2015). Pois,

No âmbito da demagogia generalizada se falou e se fala em melhor educação. Na realidade, aconteceu a perda de 65% dos alunos matriculados na década de 1980, devido a evasões e repetências. Ainda de acordo com o Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes – Sinca, o alto índice de evasão e repetência escolares explicava-se na escola, secundada por outros motivos como mudanças de domicílio; início precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho; inadequação da escola à origem social predominante dos alunos; e avaliações discriminatórias dos alunos pobres (VIEIRA, 2015, p. 495).

As mudanças estruturais se fizeram sentir em todo o país, através da realocação da força de trabalho da indústria para serviços; do trabalho assalariado para o autônomo, por meio das mudanças no perfil ocupacional dos empregos, decorrente da rápida introdução da tecnologia da informação e do esforço de reestruturação das empresas. Para Dahmer Pereira (2006), a década de 1990 significou uma verdadeira “festa” para o capital financeiro, a despeito do empobrecimento contínuo da classe trabalhadora.

Todo esse quadro fez modificar o perfil e a qualificação da força de trabalho que incluiu, entre outras coisas, um expressivo número de jovens que buscavam o primeiro emprego. Nesta conjuntura, as mudanças no foco das políticas públicas, canalizadas para os trabalhadores, foram indispensáveis.

Na década de 1990, as políticas passaram a focalizar o treinamento, a qualificação, requalificação e a inserção dos trabalhadores. No domínio do emprego, a intervenção do Estado neoliberal marcou sua passagem em nome da inserção.

A esse respeito Castel (1998) pondera:

Entendo por políticas de integração as que são animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional. É o caso das tentativas para promover o acesso de todos os serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais e uma melhor divisão das oportunidades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial. [...] As políticas de inserção obedecem a uma lógica de discriminação positiva: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para

elas. [...] As políticas de inserção podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração (p. 538).

Ainda para Castel, as políticas de inserção ou específicas não asseguram a homogeneização das ações, elas intensificam os tratamentos especiais para as populações que apresentam dificuldades, se esquivam da perspectiva de gerar negociações coletivas e permitem discussões moderadas, voltadas para a exploração da mão de obra (CASTEL, 1998).

Segundo Groppo (2018), desenvolvia-se uma educação com ações socioeducativas, pensada nos idos anos 1960 pelo UNESCO, UNICEF e por Coombs, fundamentada também em ideários oriundos da teoria do capital humano ou mais antigos, como o ideário do desenvolvimento da comunidade. Ainda expõe que:

Esse legado mais conservador da formação socioeducativa parece reviver e reciclar-se em ideários mais contemporâneos tais como as teorias do desenvolvimento humano e do capital social do Banco Mundial (SEN, 2010), os ideários do protagonismo juvenil elaborados por fundações empresariais brasileiras, conforme Souza (2009) e adotados por programas governamentais e a legislação sobre a juventude, de acordo com Gonzáles e Guareschi (2009) e o slogan do jovem como “agente do desenvolvimento”, pelo Banco Mundial (2004) e sustentado por Rodriguez (2003). (GROPPO, 2018, p. 138).

Groppo enfatiza que segundo este legado, as ações socioeducativas devem ter o objetivo de “incluir” os “excluídos” no sistema social e econômico, afirmando que a “exclusão” se deve ao fato de que esses sujeitos têm precários conhecimentos, habilidades, competências, capacitações, capital humano, capital social etc., de modo que não conseguem se adequar às rotinas sociopolíticas consagradas e ao mercado formal de trabalho. Assim,

A educação extraescolar (assim como a escolar) deveria permitir que estes sujeitos excluídos acessassem ou que desenvolvessem qualidades requeridas para uma mínima inclusão no sistema social político e econômico, como cidadãos ativos e sujeitos produtivos (GROPPO, 2018, p. 138).

Entende este autor que há muitas versões desse discurso, assim como ênfases e suas nuances específicas e que todas têm em comum girarem em torno do paradigma da “inclusão social”, que pressupõe (mesmo que de forma nada explícito) que o sistema social dado é o único e até mesmo o melhor possível. Reforça ainda o autor que este paradigma tende a reconhecer a necessidade de alguns ajustes no sistema, sobretudo a criação de possibilidades (via Estado e sociedade civil organizada) para que os sujeitos ditos em situação de “risco” ou de “vulnerabilidade social” consigam nele se incluir. Groppo complementa ainda que a

educação, incluindo a escolar, com ações socioeducativas, constitui o elemento chave desta *práxis* conservadora.

Nesse contexto, em Montes Claros, a partir do paradigma da “inclusão social”, foi idealizada a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros. E para descrever como essa ideia se concretizou, torna-se relevante realizar uma digressão sobre a década de 1990.

No início dos anos 1990, o “(...) setor comercial da região, concentrava-se em Montes Claros, centro polarizador, que oferecia uma variedade de produtos à população local e aos demais municípios da Região (...)” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2000 apud PMMC, 1991).

Com o poder atrativo da cidade e com o crescente número de “menores” de rua (AMGMMC, 1992), a elite montes-clarense concebe o programa Guarda Mirim para incluir adolescentes e jovens carentes que perambulavam pela cidade.

Esse treinamento converte-se em uma das principais políticas para reduzir o contexto de desemprego sendo estimulado, sobretudo, para adaptar o “menor” de rua às novas exigências da produção e organização das empresas, que, uma vez qualificado, transforma-se em mercadoria, favorecendo-as com a redução de custos e margem de lucro.

Na esteira dessa discussão, o DIEESE (2011) aponta que,

Com o aceno do desenvolvimento, entretanto, para parte da grande mídia e segmentos do setor empresarial, o funcionamento das engrenagens do mercado agora em prol da valorização do trabalho parece gerar um estranhamento. Assim, nos embates interpretativos sobre um novo padrão de funcionamento de seleções e contratações sob a égide do crescimento, surgiu a denominação “apagão de mão de obra”. Na prática, expressa um deslocamento da realidade atual que resultou em ampliação das dificuldades para compatibilização de qualificações requeridas e ofertadas, para uma situação hipotética de inexistência absoluta de trabalhadores qualificados, este novo “conceito” parece ter sido cunhado com a intenção calculada de impacto midiático. (p. 9).

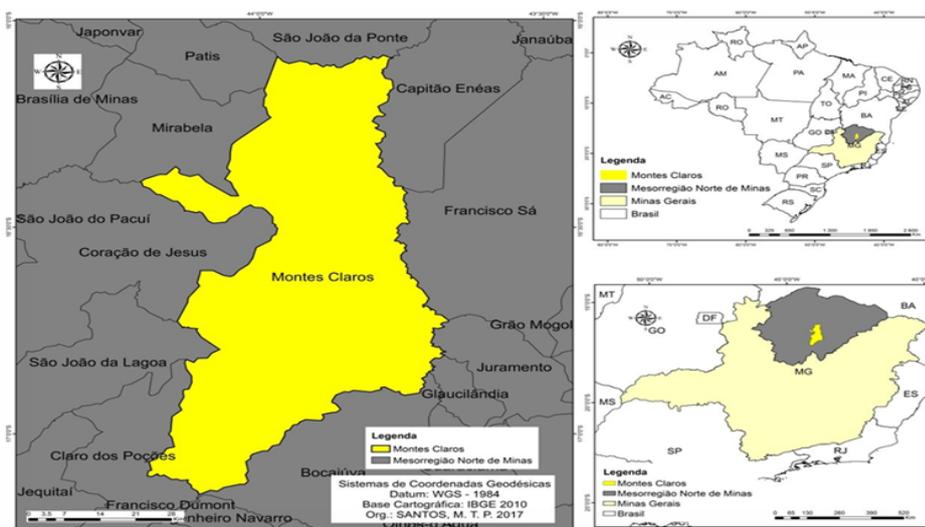
Essa ideia de “apagão de mão de obra” certamente gravitava em Montes Claros nos anos 1990 e se associou à ideia de treinamento no paradigma da “inclusão social”. A formação do novo trabalhador que se intrincava no contexto montes-clarense, para ser mais entendida, requer contextualizá-la por meio da retomada da história e economia do Brasil às portas do novo século e descrever como seus desdobramentos chegam a Montes Claros. Enquanto projeto idealizado, na perspectiva de uma educação capitalista, inculcadora da ideologia hegemônica, a qualificação desenvolvida pela Guarda Mirim, sociabiliza os aprendizes, ampliando sua capacidade produtiva, enquanto uma força de trabalho, como recursos humanos treinados para desempenhar funções específicas nas empresas capitalistas.

Acredita-se que a reflexão a respeito do passado pode proporcionar o entendimento acerca das razões para a criação da Guarda Mirim.

4.1 Montes Claros como berço da AMGMMC

O município de Montes Claros está localizado na Região do Alto Médio São Francisco, ao Norte do estado de Minas Gerais, possuindo área de 3.582 Km²; e sede ocupando 97 Km². (ACI, 2008, p. 14), que corresponde a aproximadamente 64% da área total do Município que atualmente conta com 409.341 habitantes (IBGE, 2019). Considerada o maior e mais importante centro urbano da região, Montes Claros tem a maioria de sua população residente na zona urbana.

Mapa 2 – Localização de Montes Claros (MG)

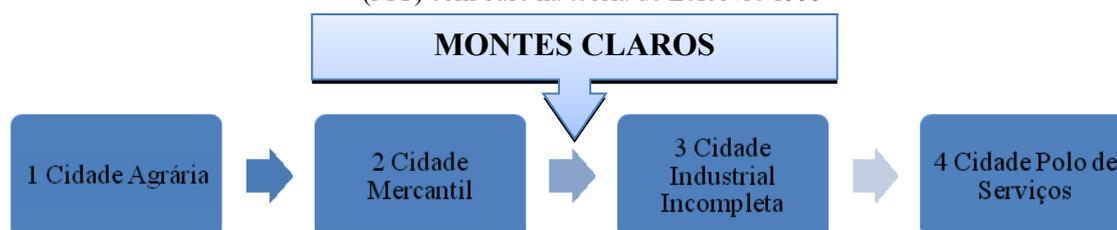


Fonte: IBGE (2010).

Organizado por: Santos (2017).

Montes Claros, ao longo de sua existência passou por transformações estruturais e econômicas, que em um eixo espaço-temporal foram destacados por Gomes (2007) tendo como ponto de partida o esquema apresentado por Lefebvre (1999):

Figura 1 – Esquema representativo das transformações estruturais e econômicas passadas por Montes Claros (MG) com base na teoria de Lefebvre 1999



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das ideias de Gomes, 2007, p. 57.

Para a autora, essas transformações correspondem a: expansão da agropecuária; expansão ferroviária; expansão da Indústria (atuação da SUDENE) e a urbanização da cidade; expansão do urbano – terceirização (aumento do consumo e dos serviços avançados).

Segundo Gomes (2007), a periodização por ela desenvolvida, sob o viés lefebvriano, é apenas uma das diferentes formas de se analisar as principais transformações econômicas que ocorreram em Montes Claros e no Norte de Minas. Ressalta a autora que há outras óticas de análise dessas transformações econômicas ocorridas na cidade e região e nessa perspectiva, uma versão dada foi a de Cardoso (2000), que distingue três fases de desenvolvimento do Norte de Minas:

1ª fase – do povoamento à criação da SUDENE – ocorre o desenvolvimento das atividades da pecuária extensiva, agricultura de subsistência, abastecimento das regiões mineradoras, algodão (cotonicultura), borracha e a expansão ferroviária.

2ª fase – corresponde ao período da década de 1960 – em que a região foi praticamente preparada para receber os novos capitais industriais e ser reincorporada a estrutura produtiva nacional, através de uma melhoria da infraestrutura com os incentivos da SUDENE.

3ª fase – compreende as décadas de 1970 a 1980 – em que a região responde aos vários programas e políticas a que foi submetida, bem como às transformações intrarregionais, que repercutiram em importantes mudanças na sua realidade econômica. Essa fase foi marcada pelo êxodo rural, implantação de diferentes empreendimentos, carvoejamento, reflorestamento, projetos agroindustriais, fruticultura, urbanização, formação de polos, desconcentração da atividade terciária, etc. (GOMES, 2007, p. 57-58).

França et al (2009) apontam que Montes Claros foi a cidade que atraiu mais investimentos, em virtude da localização geográfica, da posição como centro comercial e pelo fato de possuir boa infraestrutura.

Para os autores, a implantação do Distrito Industrial, em meados da década de 1980, impulsionou a migração rural-urbana, contribuindo para o crescimento da população citadina e a expansão físico-territorial da cidade. Esta alegação ganha respaldo no fato de que na década de 1960, a população rural (85.971 habitantes) era superior à população urbana (46.531 habitantes). A população rural representava 57,8% da população total do município de Montes Claros, enquanto a população urbana era equivalente a 42,2% em 1960. No censo realizado no ano de 2000, o município tinha uma população de 306,9 mil habitantes, dos quais 298,1 mil (94%) residiam na zona urbana e 17,8 mil (6%) residiam na zona rural. Estes dados revelam como a cidade está em consonância com a tendência de evolução demográfica de

cidades grandes e médias do país, de grande concentração da população na área urbana (IBGE, 2000).

A indústria até os anos de 1990 era responsável pela maior parcela do PIB local e importante fonte de empregos. A partir dessa data, ainda segundo França et al (2009), ocorreu uma migração das indústrias para outras áreas que apresentavam melhores vantagens competitivas e o comércio e o setor de serviços, especialmente aqueles relacionados à saúde e à educação, passaram a liderar a economia do município. Relatam estes autores que após a década de 1990, a indústria tem apresentado menor participação no PIB municipal quando comparada ao setor de serviços. Isso ocorreu, dentre outros fatores, em decorrência da crise da SUDENE. Como a indústria era subsidiada por esse órgão, com a sua extinção em 2001, a cidade deixa de atrair grandes investimentos neste setor.

Em 1991, Montes Claros contava com uma população de 250.062 habitantes. A população urbana era de 227.759 habitantes, enquanto que a população rural era de 22.303 habitantes, o que evidencia que a população urbana era de 91,08% (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO, PNUD, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Montes Claros pode ser considerada uma cidade de médio porte, segundo critérios do IBGE. Para Pereira e Almeida (2004) o município ganha importância e se impõe como principal núcleo urbano do Norte de Minas. Em termos gerais, para os autores, a urbanização da região ocorre em decorrência da combinação do aumento da intensidade de expulsão do campo, com o crescimento das forças de atração das cidades. Assim,

A distribuição da indústria ocorreu de forma desigual. O que gerou uma urbanização também desigual. Uma das repercussões dessa urbanização foi a acentuação das desigualdades intra-regionais: Montes Claros concentra a maior parte dos investimentos industriais e um setor terciário diversificado (PEREIRA; SOARES, 2005, p. 11763).

Fazer essa distinção do município é relevante para que se possa entender o fator de crescimento da população, pois ele, através da industrialização, sem desconsiderar a influência de outros fatores como as mudanças na legislação rural, a emergência de uma sociedade de consumo e o significado da cidade, tem no setor secundário a maior expressividade.

Segundo Pereira e Almeida (2004, p. 26), a pobreza urbana é uma das características de Montes Claros. Cabe aqui, de forma sucinta, tecer consideração sobre a pobreza, entendendo que não há um consenso sobre seu conceito, já que pode ser definido de diferentes maneiras. Existem estudos que consideram a pobreza em uma abordagem mais restrita, em

que predominam os aspectos econômicos, enquanto outros a consideram além da sua dimensão econômica, incluindo os aspectos políticos, sociais e culturais:

A pobreza pode ser definida de diversas maneiras, algumas delas levando em conta uma visão mais restrita do problema, outras, somente dimensões econômicas, mas também aspectos políticos. Entretanto, essas diferentes definições têm em comum a ideia de que a pobreza está relacionada à falta de acesso a algum padrão de vida considerado essencial ou mínimo para uma vida adequada em sociedade. Partindo desse consenso, as diferenças na conceituação da pobreza originam-se de pontos de vista desiguais sobre o que realmente significa um “mínimo padrão de vida adequado” (ANDRADE et al, 2001, p. 253).

Como se observa nos dados anteriormente mencionados, Montes Claros tem a maioria da sua população residente na zona urbana e a pobreza urbana conduz a uma configuração de um espaço urbano complexo, dinâmico e contraditório (PEREIRA; ALMEIDA, 2004). Para as autoras, as condições de pobreza e desigualdade social constituem-se em obstáculos para o desenvolvimento. Por esse prisma, Oliveira (2000) enfatiza que:

Em Montes Claros existe uma outra peculiaridade que acentua a condição de carência em que vive grande parte de seus habitantes: a intensa migração. A característica histórica da grande participação de migrantes na população da cidade, dada sua condição de entreposto comercial, entroncamento rodoviário e posição geograficamente estratégica entre o norte e o sul do país, chega aos anos 80 qualificando mais da metade de seus moradores, vindos, em grande maioria, da área mineira do Nordeste (62,3%), reafirmam os efeitos sociais de uma organização econômica espacialmente concentrada (p. 99-1000).

Nota-se em Montes Claros, a expansão do setor de serviços, bem como o aumento da favelização, alterando a paisagem urbana, expressando as profundas desigualdades existentes na sociedade brasileira, simbolizando não mais a modernização, o lado avançado de uma região pobre, mas, também, a marginalidade, a segregação socioespacial, a degradação ambiental e a violência (PEREIRA; ALMEIDA, 2004).

Esse é o contexto que abrange a Guarda Mirim. No período de surgimento dessa Associação, estava à frente da gestão municipal o prefeito Mário Ribeiro da Silveira (1989 a 1992). Segundo Guimarães (1997),

O governo de Mário Ribeiro da Silveira entraria nos anos noventa, dez antes da virada do século, diante de uma cidade extremamente problemática. Capital do norte de Minas, de suas potencialidades e de suas misérias, Montes Claros sempre recebeu o ônus de arcar com a migração regional, com uma população flutuante (sempre crescente), de ser um dique para as consequências das severas flutuações climáticas e de nunca receber dos governos estaduais, a devida consideração político-administrativa (p. 174).

Em 1992, ano de derrubada de Fernando Collor de Melo, os candidatos Luiz Tadeu Leite (PMDB), Athos Pereira (PPS) e Rui Muniz (DEM) disputavam, em uma luta política sem limites e sem postura (GUIMARÃES, 1997), o poder executivo na esfera municipal.

Vitorioso desse processo foi eleito o Deputado Federal Luis Tadeu Leite. Ele, segundo Guimarães, era dono de uma ampla coligação política, formando o seu secretariado com base na representatividade e performance eleitoral dos coligados.

No campo social, dentro dos padrões de proteção, oferecida às pessoas que são atingidas pelas situações que fragilizam seus projetos de vida, a Guarda Mirim configura-se como um instrumento “necessário” para produzir segurança social à classe empresarial, aos assistidos e às suas famílias.

No que respeita às tramas do Estado, da Sociedade Civil Organizada e à questão social da juventude carente, concebe-se a Guarda Mirim, um projeto social, e como tal, é parte constitutiva da política social (NETTO, 2003, p. 16). Inscrita como Organização do Terceiro Setor, ela nasce no ano de 1992, na cidade de Montes Claros, passando a ser um modelo de intervenção aceito na oferta de formação de adolescentes e jovens tidos como carentes³⁰, para inseri-los no mercado de trabalho.

O terceiro setor origina-se com a atuação de alguns movimentos sociais, com o aparecimento e vertiginoso crescimento das organizações não governamentais (ONG), conforme esclarece Wanderley (2008). Essas organizações, segundo detalha o autor, começam a existir durante o regime militar e as pioneiras estavam próximas das igrejas cristãs, com ênfase na Igreja Católica, e se ligavam aos movimentos comunitários, de bairro e sindicais e boa parte das organizações não governamentais que teve origem após os anos 1990.

O terceiro setor não nasce naturalmente na sociedade, conforme explica Ferrarezi (2007), em uma pesquisa intitulada “*Comparative Nonprofit Sector Project*”, sistematizada por Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, nos Estados Unidos em 1990 envolvendo aproximadamente 40 países. Um dos objetivos desta pesquisa foi identificar as instituições com particularidades de trabalho voltado ao meio social e investigar sua estrutura e competência de gestão. Segundo avalia Sill (2018, p. 60) “esta iniciativa foi, talvez, uma das primeiras ações com o intuito de interpretar as estruturas e capacidades de autogestão do terceiro setor”.

Segundo enfatiza Sill (2018, p. 59), o terceiro setor teve a possibilidade de atuar na sociedade com o intuito de resolver ou amenizar os problemas encontrados, neste sentido, o

³⁰ O termo carente é entendido pela Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 93), portador da “ideia de tutela e subalternidade, que identifica os cidadãos como necessitados, pobres, mendigos, discriminando-os e apartando-os do reconhecimento como sujeitos de direito”.

objetivo é “sanar” ou “atenuar” tais problemas, identificados em diversas áreas, como educação, saúde, cidadania, questões étnico-raciais, entre outras.

Nesse trabalho foram analisadas instituições que atuavam em prol da promoção do bem-estar do indivíduo, que desenvolviam suas ações frente a um contexto de imensa necessidade humanitária.

Considera Rodrigues (1998) que o terceiro setor representa para a sociedade uma forma de organização, cujos membros dessa sociedade podem propor resposta para problemas recorrentes. Captando essa necessidade, as organizações não governamentais (ONGs) se estruturam e ganham força frente a sociedade, uma vez que “a expressão ‘terceiro setor’ é utilizada em contraposição à ideia de que o primeiro setor é constituído pelo Estado, e o segundo é formado pelas empresas privadas” (RODRIGUES, 1998, p. 31).

Na esfera política, o modelo neoliberal de Boa Governança³¹, apregoado pelo chamado Consenso de Washington mostrou-se inconsistente ao sustentar que mercados abertos e competitivos trariam prosperidade aos países mais pobres (ou às populações pobres que vivem em sociedades industrializadas), posto que suas próprias análises e experiências sugerisse que tal desenvolvimento não seria alcançado em condições de tempo, política e ou ambientalmente aceitáveis (SZAZI, 2006).

Ainda segundo o autor, no campo social, as transformações no mercado e na sociedade brasileira verificadas nos últimos anos conduziram a uma redistribuição dos papéis de cada ator social no alcance do bem comum, quando, progressivamente, a sociedade civil organizada assumiu novas responsabilidades pela proteção e defesa dos direitos, antes inseridas na órbita exclusiva do Estado (Primeiro Setor). Até aquele momento, a empresa privada (Segundo Setor) entendia que sua função social era limitada ao pagamento de impostos e geração de empregos.

Szazi (2006) enfatiza que o crescimento do número de organizações da sociedade civil verificado desde os anos 1970 fez surgir um novo ator social, o denominado Terceiro Setor, o conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visavam a atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico brasileiro.

³¹ Segundo Szazi (2006, p. 21), o modelo propõe que a prosperidade será gerada pelo relacionamento orgânico e interdependente da economia de mercado, do Estado e da sociedade civil, onde uma economia produtora de riqueza e um Estado bem administrado sustentarão o vigor da sociedade civil; o Estado bem administrado e o vigor da sociedade civil darão ímpeto ao crescimento econômico; e uma economia forte e eficiente e a sociedade civil bem organizada contribuirão para manter um governo eficiente.

Frente ao reposicionamento do papel do Estado e do fortalecimento da sociedade civil organizada, as empresas privadas passaram a incluir em seus objetivos institucionais o que se convencionou chamar de “responsabilidade social”, conceito que, de acordo com Szazi (2006), se originou do entendimento da distinção entre empresa e negócio. Em seu entendimento, Szazi enfatiza que “um negócio basicamente guia-se por uma visão de curto prazo e por um interesse centrado no investidor que busca o lucro a qualquer custo, com enfoque somente nesse lucro”. Por outro lado, a empresa caracteriza-se por uma visão de longo prazo e busca estabelecer relações com os diversos grupos de interesse, que, além dos acionistas, incluem fornecedores, empregados, clientes, comunidade e governo.

Podem-se observar distintas conceituações de Terceiro Setor. Segundo Montañó (2002), a denominação “terceiro setor” se refere à diferenciação do Estado (Primeiro Setor) e do setor privado – o Mercado (Segundo Setor). Segundo o autor, tanto o Primeiro quanto o Segundo Setor não estariam conseguindo responder às demandas sociais, justificando que o Estado tornara-se ineficiente e o Mercado tem como parte de sua natureza visar ao lucro, e assim, a lacuna deixada pelos dois setores seria ocupada pelo Terceiro Setor, uma vez que esse está classificado como “sem fins lucrativos”.

Ainda segundo o autor, o Terceiro Setor tem importante papel ideológico a cumprir na implementação das políticas neoliberais e a sua sintonia com o processo de reestruturação do capital após os anos 1970, ou melhor, a flexibilização das relações de trabalho, o afastamento do Estado das responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho. Ainda assim, o Estado conserva-se como instrumento de consolidação “hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (MONTAÑO, 2002).

Para Szazi (2006, p. 23), o Terceiro Setor carece, no Brasil, de uma legislação sistematizada e moderna que incentive a participação dos atores sociais na execução e financiamento de projetos que busquem dar cumprimento aos objetivos fundamentais da República. Trata-se daqueles previstos no artigo 3º da Constituição, quais sejam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação. Acrescenta ainda o autor, que não se trata de dividir responsabilidades, mas de exercer a corresponsabilidade, pois a legislação tem um importante papel na construção do modelo de Estado brasileiro.

Dallari et al citado por Oliveira (2013), conceitua o Terceiro Setor como sendo: um conjunto de atividades voluntárias, desenvolvidas por organizações privadas não governamentais e sem lucro, realizadas em prol da sociedade, independentemente dos demais setores (Estado e mercado), embora possa firmar parcerias e receber investimentos (públicos e privados).

No leque amplo de ONGs, têm-se entidades assistenciais, de natureza caritativa ou filantrópica, no que se chamou de “assistencialismo solidário”, respondendo basicamente por situações imediatas por não ser parte integrante nem do Estado nem do mercado propriamente dito, o Terceiro Setor ocupa uma zona fronteira entre o público e o privado (WANDERLEY, 2008).

O exame sobre a Guarda Mirim evidencia que essa Associação não se descola da realidade das políticas sociais e macroeconômicas. E a partir dessa compreensão, uma questão tornou-se inquietante: em que medida a lógica sociopolítica, a partir da qual se formulou este projeto social, influencia a gênese e a manutenção dessa Associação?

A análise empreendida para responder esta indagação evidencia-se o contributo crucial do tratamento do Estado, da sociedade civil e da “questão social” voltada para o estrato juvenil de menor poder aquisitivo, complexos problemáticos no interior da articulação desses três elementos em que se processa a política social. No que se refere ao Estado, destacamos a princípio, a sua natureza de classe³². Esse constitui elemento essencial, “especialmente num tempo em que a ideologia dominante, a retórica das ciências sociais e a mistificação da mídia contribuem decisivamente para obscurecê-lo e negá-lo” (NETTO, 2003, p. 21). Para este autor, torna-se imprescindível considerar as determinações de classe constitutivas do Estado. A razão para fazê-lo é a existência da dupla função deste Estado de classe: por ser garantidor de todo o processo de acumulação capitalista e por ser fiador, legitimador da ordem burguesa.

É no espaço da democracia política que se tenciona a relação acumulação-legitimação e é exatamente por essa razão que a democracia política é importante para este estudo. Ao ser “suficiente” e “remédio”, esta relação possui conteúdo e limitação de classe, mas sem existir, não é possível pensar em política social como resposta e demanda cujo direcionamento possa indicar o caminho para realizações substanciais.

³² Segundo Vieira (1994), as classes sociais organizam-se em camadas sociais fundadas na separação entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção, às vezes com consciência social correspondente às suas condições de existência. As classes admitem mobilidade entre si, abrindo-se aos movimentos sociais e revelando também conflitos quanto à distribuição do poder, na disputa sobre o domínio econômico, político e intelectual na sociedade industrial.

Por outro lado, a relação da sociedade civil da ordem burguesa com o Estado é mistificada. Na ponderação de Netto (2003, p. 22), “a categoria sociedade civil foi barateada, foi aviltada a ponto de ser incorporada pelos enunciadores e promotores da contrarreforma do Estado, que se iniciou no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e prossegue sem rupturas nos dias atuais”. Ainda para o autor, esse barateamento apoiou-se numa referência à categoria como se fora algo amorfo e desvinculado da estrutura de classes.

O problema que se descortina é que as agências das classes subalternas, na sociedade civil brasileira, têm seu protagonismo cortado, reprimido pelos instrumentos das oligarquias. A fragilidade – devida a uma histórica, permanente e sistemática repressão, quando os dispositivos cooptadores revelam ineptos – é das agências das classes subalternas, não é da sociedade civil brasileira. Decorre que, há na relação entre a sociedade civil organizada e o Estado a beatificação da primeira e a satanização do segundo. Criou-se uma imagem negativa e generalizada do Estado a partir dos anos 1980, dando a ideia de que esse é mau, é poderoso e autoritário e que libertária e emancipadora é a sua ausência (NETTO, 2003).

Compreender as relações entre política social e política econômica é decisivo. As políticas sociais não podem ser pensadas como autônomas em face da orientação macroeconômica. Não existe política econômica e políticas sociais sem se pensar em uma articulação. O jogo de inter-relações é complexo, tal como a forma que uma mesma orientação macroeconômica comporta diferentes vertentes de política social. Existe um leque de alternativas que determinam seus limites. É fato que há o divórcio entre a orientação macroeconômica e a política social, tal entendimento faz carreira entre nós.

A Guarda Mirim enquanto instrumento de política social alternativa, o é em um arco determinado e os limites deste arco são postos pelos interesses do grande capital financeiro. Assim, o que ameaça o capital fica de fora. E como a Guarda Mirim é um programa assistencialista, compatibiliza-se perfeitamente com este modelo.

No que se refere à questão social, esta é uma expressão conservadora e designa a conservação de ideias surgidas no século XIX e deu origem às manifestações das lutas de classes, sendo desse modo, uma expressão não inocente (NETTO, 2003).

Mas qual a concepção que se tem acerca da questão social da juventude (aqui especificada como aquela oriunda das camadas populares, trabalhadora)? Ela é ou não superável nos marcos da sociedade capitalista?

Para além da naturalização da questão social, questiona-se: é possível erradicar a questão social da juventude tida como carente e enfrentá-la? Para Netto (2003, p. 25) ela é insuprimível e insuperável na ordem burguesa. Para o autor, o fato de a questão social ser

insuprimível na ordem burguesa não significa que não há nada a fazer. Ela se repõe sistematicamente, se processando com a emergência de novas dimensões e novas expressões.

Essa se explica pela lei geral da acumulação capitalista, que atende pela dinâmica da produção potenciada de riqueza social simultânea e necessariamente acompanhada pela produção da pauperização relativa. No século passado, o modo de produção capitalista facultou a produção de riquezas sociais em grandes escalas, maior do que todo o período anterior da vida humana. O desenvolvimento capitalista significa produção expansiva de valores, e é produção expansiva de pauperização relativa ou combinada com a pauperização absoluta.

Mas, para além do pessimismo de que a questão social não ser suprimível, uma vez que esta é resultante da lei geral do modo de produção capitalista, não quer dizer que não se deva enfrentá-la. O que importa é saber as condições sob as quais se conduz este enfrentamento. É válido lembrar que neste intento, é imprescindível ter uma sistemática visão da natureza do Estado e da sociedade civil; ter clareza das determinações postas à política social pela política econômica e ter um delineamento rigoroso do engendramento e do desenvolvimento da questão social da juventude.

Assim, aqui passamos a examinar a articulação da Guarda Mirim com a dimensão macroeconômica vigente, com a política econômica. Cabe-nos aqui questionar: que forças políticas estão presentes e protagonizam sua formulação? Ora, entendemos que as determinações econômicas não operam naturalmente e nem de forma espontânea. Torna-se crucial localizar as forças e os atores políticos que deram forma a sua criação, tanto os que a promovem ou a obstaculizam. O programa Guarda Mirim não se deu tão somente em sua formulação: seus implementadores granjeiam relevante papel na modalidade de sua efetivação.

Examinar esses passos dados pela Guarda Mirim nos leva a questionar: nesse jogo de interesses, quem ganha e quem perde com a atuação dessa Associação? No intento de agremiar um arcabouço mínimo a partir do que foi possível perscrutar sobre o papel dessa Associação e compreender sua constituição frente à reprodução das relações, as seções que se seguem buscam dispor de elementos consistentes para deslindar o aspecto central dessa Instituição.

Antes de descrevermos as ideias que fizeram surgir a Guarda Mirim, inicialmente faz-se necessário caracterizar esta Instituição, sua localização e a ação das forças econômicas e sociais que impulsionaram seu surgimento na cidade de Montes Claros.

A Guarda Mirim se encaixa dentro da prestação de serviços sociais que compreende os serviços prestados por profissionais ou técnicos dentro de normas administrativas preestabelecidas e com controle superior. Está, pois, no domínio da educação, informação e serviços sociais. Apresenta-se à categoria juvenil da população e objetivo pronunciado de prepará-la para o mercado de trabalho, mas, com objetivo mascarado de controlá-la, realizar uma etiquetagem que a isola e a caracteriza como tal (FALEIROS, 2006).

A sede da Guarda Mirim se localiza atualmente no centro da cidade de Montes Claros, cidade considerada como o principal centro urbano do norte de Minas Gerais e que apresenta características de capital regional, região com longa experiência política assentada no mandonismo e na violência e onde o chamado coronelismo ainda se mostrava vigoroso em plena década desenvolvimentista, dos anos 1950 (PEREIRA, 2007).

Para Leite e Pereira (2005),

O processo de expansão territorial da cidade de Montes Claros (MG) tem como referência a década de 1970, quando teve início o processo de industrialização, viabilizado por uma política desenvolvimentista do Estado. Localizada numa região periférica, o Norte de Minas Gerais, a cidade passou a ser foco de um intenso fluxo migratório, o que gerou um crescimento urbano desordenado. Assim, o rápido processo de urbanização, agravado pela falta de planejamento, resultou numa diferenciação espacial intra-urbana, com várias áreas demarcadas por focos de pobreza. Neste estudo busca-se o entendimento desse processo, mediante a análise das formas de uso e ocupação do solo urbano, no propósito de compreender a dinâmica interna dessa cidade de porte médio e a formação de espaços de segregação (p. 74-75).

Ainda segundo o autor, desde 1940-1950, o sistema político hegemônico em Montes Claros estruturava-se em um conjunto de relações sociais travadas em um cotidiano de mútua dependência entre dominados e dominantes (PEREIRA, 2002).

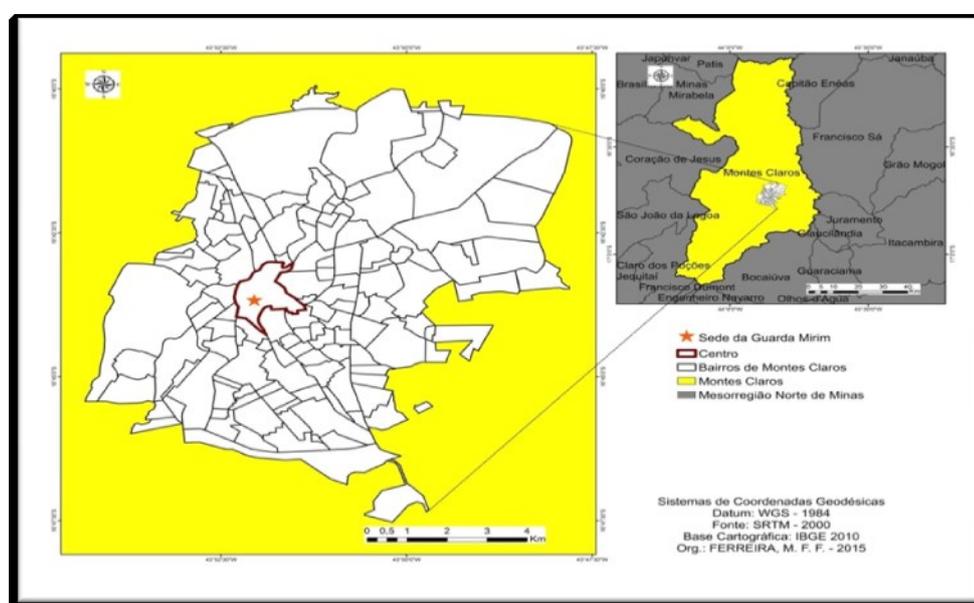
Considera ainda Pereira (2002), que os grupos dominantes teriam passado a projetar a situação de miséria social e econômica do município e da região para justificar sua presença na área de incentivos fiscais e assim exigir do poder público – Estado e União – efetivos investimentos, aventando a possibilidade de um processo de “fabricação” da pobreza do Norte de Minas. Alega o autor que, para viabilizar seus projetos econômicos, os grupos dominantes utilizaram-se do “controle” e de um conjunto de estratégias e de medidas “não práticas” como propaganda ideológica pela imprensa.

Na esteira dessa discussão, Pereira (2002, p. 207) constata que a hegemonia das elites e a existência de um sistema político autoritário e violento, que em Montes Claros legitimou as relações autoritárias, mascaradas pelo paternalismo e pelo favor.

Nas palavras de Pereira e Leite (2008, p. 116), para o poder local implementar políticas públicas, inclusive as urbanas, tem significado enfrentar muitas dificuldades como a

falta de pessoal técnico qualificado e que quase sempre precisam utilizar o sistema de consultoria para realizar serviços básicos. Acreditam os autores que compreender o novo papel do poder local e colocar na prática a descentralização não tem sido uma tarefa fácil para os municípios brasileiros. Entendem que Montes Claros não foge à regra nacional, enfrentando dificuldades relacionadas com a estrutura política que possui, a existência ou não de recursos, os diferentes planos de governo, a participação popular, dentre outros fatores (PEREIRA; LEITE, 2008).

Mapa 3 – Localização da sede da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claro



Fonte: IBGE (2010).

Organizado por: Ferreira (2015).

A sede da Guarda Mirim está localizada no centro da cidade. O centro constitui-se por meio de um processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade (SPOSITO, 2017).

É a área da cidade frequentada pelo conjunto de seus habitantes, e sua força está na acumulação e especialização terciária que nela existe. É o ponto focal do sistema de circulação e constitui a área por meio da qual seus habitantes desenvolvem o sentimento de pertencer a uma mesma comunidade e os de fora conseguem identificar a cidade (LABORDE, 1994).

Castells (1983) afirma ser este um local geográfico e um conteúdo social. Isso porque o centro liga certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os

elementos de uma estrutura urbana e como processo. O centro pode ser apreendido como centro simbólico, como centro de trocas e como centro lúdico, sendo que sua centralidade pode ser avaliada nos níveis econômico, político-institucional e ideológico.

Ao postar-se estrategicamente no centro da cidade, a Guarda Mirim demonstra o cuidado que tem em estar próxima das atividades comerciais e de prestação de serviços, servindo-se de vitrine, para mercantilizar os seus serviços.

As primeiras atividades da Associação se realizaram em uma casa velha da família de Mario Ribeiro da Silveira³³. Posteriormente, a Associação passa a sua segunda localização e a ter suas atividades desenvolvidas à Rua São Francisco, ao lado do Automóvel Clube de Montes Claros. E por último, no terceiro endereço, a Associação sedia suas atividades na Rua Dr. Veloso, que conta com estabelecimentos de saúde como clínicas, consultórios e laboratórios; estabelecimentos comerciais variados, como empresas de telefonia, estacionamentos, bares e restaurantes, lojas de vestuário e informática; e de segurança pública, como a Polícia Civil. Tudo próximo às principais ruas e avenidas da cidade.

O Programa Guarda Mirim oferece formação profissional a adolescentes e jovens carentes³⁴ em cursos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e como esses são operacionalizados é o contamos a partir daqui.

4.2 Ideias que fizeram surgir a AMGMMC

Fundada por iniciativa da Delegada de Polícia Civil e da elite dirigente³⁵ da cidade, a Guarda Mirim tem como essência o desenvolvimento de programas, projetos e serviços sociais gratuitos que proporcionam melhores condições na busca do primeiro emprego. Atuando dentro do contexto da imposição da política neoliberal, a Associação conta diretrizes pronunciadas filantrópicas, tendo como sustentáculo de seu trabalho a capacitação e o encaminhamento de jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade e risco social para o mundo do trabalho.

³³ Mario Ribeiro da Silveira era irmão de Darcy Ribeiro, administrou o município de Montes Claros de 1989 a 1992. A família Ribeiro, de acordo com Pereira (2002, p. 174) é uma das tradicionais forças políticas do município.

³⁴ Termo utilizado pela Guarda Mirim, registrado na Ata da Assembleia Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros (1992).

³⁵ Na Ata de Constituição da Guarda Mirim (1992) vê-se na composição de sua diretoria quarenta representantes dos mais diferentes segmentos, nomes de expressão no campo público e privado destacando-se: políticos, comerciantes, empresários, administradores públicos, industriais, entre outros, pessoas que representam os capitalistas, a burguesia de Montes Claros.

Enquanto instituição que segue orientações do campo da Assistência Social, tem-se o conceito de vulnerabilidade adotado pela PNAS (2004, p. 33), que caracteriza como sendo situações de fragilidade relacional ou social, destacando sua conexão com situações de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social como discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras.

Assim, conforme relatado pela Presidente da Guarda Mirim (2018) observa-se no trabalho da Instituição, o reconhecimento das múltiplas situações de vulnerabilidade dos aprendizes e estas são associadas às necessidades objetivas e subjetivas que se somam às dificuldades materiais, culturais e relacionais que exercem impacto nos vínculos familiares e comunitários dos aprendizes.

Acrescenta ainda a gestora, que a vulnerabilidade não é definida pela pobreza, ainda que esta venha trazer riscos de desestabilização que impactam sobremaneira os aprendizes, ou “os desprovidos de reservas econômicas” como entendido por Castel, (1988, p. 25). Para a gestora, a vulnerabilidade dos aprendizes é percebida por vários ângulos e abarca: as relações de convívio, que em muitas vezes mostram-se conflitivas, a violência, o preconceito e a discriminação, o abandono e o isolamento. Em muitos casos por ela atendidos, havia carência afetiva, falta de assistência dos pais e de direcionamento necessário para uma vida digna, cuja maioria era de filhos de pais separados. Esses foram elementos que a levaram a pensar em uma ação que propiciasse uma transformação das realidades por ela encontradas.

Assim, operacionalizando o conceito de risco, a gestão da Guarda Mirim busca identificar a probabilidade ou a iminência desses eventos de vulnerabilidade acontecer a aqueles que chegam à Instituição e busca articular com a disposição ou capacidade que tem de antecipar-se para prevenir ou buscar, pelo menos minorar, os efeitos que podem advir dessa possível ocorrência.

Com essa visão, relata a gestora, que a Guarda Mirim adota uma série de ações em relação ao entendimento de risco e vulnerabilidade, dentro do que compete diretamente a Instituição desenvolver, para prevenir, enfrentar e reduzir os agravos dos eventos que perpassam a vivência de seus aprendizes.

Na década de 1990, Montes Claros apresentava a seguinte população juvenil:

Tabela 4 – População de 10 a 19 anos de ambos os sexos – Montes Claros 1991 a 2010

	Homens 10 a 14	Mulheres 10 a 14	Homens 15 a 19	Mulheres 15 a 19
1991	6,41 %	5,94	6,26	5,39
2000	5,34	6,06	5,69	5,15
2010	4,34	4,79	4,38	4,64

Fonte: Elaborado a partir de dados extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2017).

Para criar a Guarda Mirim, a presidente reuniu um grupo de 40 pessoas representantes das lideranças políticas e empresariais de Montes Claros. Para engendrar a gênese desta Associação, e neste conjunto de defensores da criação da Associação, estão os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rotary Club, Maçonaria, Associação Comercial e Industrial (ACI), Federação das Indústrias do Estado (FIEMG), Prefeitura de Montes Claros/Secretaria Municipal de Defesa Social (SMDS), Câmara Municipal de Montes Claros, 7º Corpo de Bombeiros, 10º Batalhão de Polícia Militar e 55º Batalhão de Infantaria Dionísio Cerqueira.

Quadro 3 – Representantes da Sociedade Civil Organizada que iniciaram a AMGMMC

REPRESENTANTE	PROFISSÃO
1. Ada Camisasca	Educadora
2. Ana Maria de Almeida Souza Torres	Estilista
3. Ana Paulina de Abreu	Médica Veterinária
4. Antônio Gonçalves Rego	Funcionário Público Militar
5. Cícero Reinaldo Júnior	Educador
6. Clarete Gomes dos Santos	Psicóloga
7. Fábio Henrique Carvalho Oliva	Jornalista / advogado
8. João Almeida Barros Lima	Médico da aeronáutica
9. João Pereira de Aguiar	Capitão da PMMG
10. João Walter Godoy Maia	Educador / advogado
11. Jorge Bonifácio de Oliveira	Tenente da PMMG
12. José Alaor Sales Soares	Engenheiro
13. José Alves Rocha	Empresário
14. José Carlos Seixas	Empresário
15. José Geraldo B. da Costa	Empresário
16. José Gilson Caldeira	Empresário

17. José Hermes Malveira Costa	Comerciante
18. Leandro Silva Aguiar	Advogado
REPRESENTANTE	PROFISSÃO
19. Lenir de Abreu	Médico Veterinário
20. Leonardo Silva Aguiar	Advogado
21. Lourival Caldeira	Empresário
22. Lúcio Timóteo	Empresário
23. Maria das Graças Mendonça e Paula	Professora
24. Maria Neuza Rodrigues	Delegada de Polícia Civil
25. Marcos Teixeira Almeida Furtado	Médico
26. Noraldino Rocha Machado	Promotor de Justiça
27. Paulo Afonso Ataíde Sidônio	Bancário Banco do Brasil
28. Pio Leão Godinho	Advogado / fazendeiro
29. Raimundo Nonato de Freitas Júnior	Advogado
30. Sândalo Salgado Ribeiro	Educador / bibliotecário
31. Tarcísio Iran Rêgo	Médico
32. Vicente de Paula Fernandes Leal	Empresário
33. Wanderlino Arruda	Escritor / educador
34. Rosivaldo Fernandes da Silva	Funcionário Público Militar
35. Fabíola Dalva de Mendonça P. Souto	Professora de Artes
36. Luiz Fernando Pacheco da Fonseca	Empresário
37. Jair dos Santos Lima	Funcionário Público Militar
38. Henrique Veloso Neto	Advogado
39. Luiz Nunes dos Santos	Investigador da Polícia Civil de Minas Gerais
40. Miguel Teixeira Paranhos	Funcionário Público

Fonte: Ata da Assembleia AMGMMC (1992).

Como constata o quadro 3, o campo político foi o lugar onde se articulou o aspecto social e a representação da Guarda Mirim, “a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e reflete ao mesmo tempo” (ROSAVALLON, 2002). E como disseram Marx e Engels (1998), não é o Estado que cria a Sociedade civil. “Ao contrário, é a sociedade civil que cria o estado. A sociedade civil é o verdadeiro lar e cenário da história. Abarca todo o intercâmbio material entre os indivíduos, numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas” (p. 31).

Ainda analisando o quadro 3, há uma associação entre os “ricos” e os policiais, o que deixa implícita a ideia de que a força policial é um instrumento de dominação das elites, tal como enfatizou Pereira (2002) ao se referir à cidade de Montes Claros como a cidade do favor.

Este grupo de pessoas físicas e jurídicas da cidade, afeito à associação e ao problema dos *menores de rua* vinculado à culpabilização da família pelo estado de abandono do *menor*, se reúne em 17 de junho de 1992, na sala de reuniões do Clube dos Diretores Lojistas de Montes Claros, para elaborar e votar o estatuto da entidade, segundo a Ata da Assembleia Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros (AMGMMC, 1992).

Mas como esta região tem suas tradições, não fogem à regra algumas representações são apontadas por Pereira (2007a): não é nova a tática, o esforço das elites de Montes Claros para descaracterizar os agentes políticos que pudessem exercer algum tipo de influência junto à comunidade e nesse sentido, para essas, o povo era, em primeiro lugar, ordeiro e trabalhador.

Ao fazer esta referência, a intenção é mostrar que as elites pensavam há tempos, que o norte-mineiro - o sertanejo, sua coragem e sua fibra são canalizados, no discurso hegemônico, para o trabalho dentro da ordem: “Eu te saúdo, Montes Claros querida... pelo índice de cultura de teu povo, ordeiro e trabalhador, generoso e acolhedor” (PEREIRA, 2007).

Predominam nestas representações o caráter ordeiro, a coragem, a fibra e a disposição para o trabalho dos sertanejos. Trata-se de um conjunto de virtudes que podemos chamar “positivas”. Soma-se a esta, a crença por parte de jornalistas e lideranças, ao analisarem os problemas sociais e urbanos da cidade, de que a população desempregada e/ou doente, a mendicância foi um problema constante em Montes Claros em meados do século XX. (PEREIRA, 2007).

Ainda para Pereira (2007a), mendicância foi e ainda é uma anomalia e os mendigos, os “falsos”, segundo crença de um delegado dos tempos passados, eram os inúteis.

Com grande peso da tradição, no período em que nasceu a Guarda Mirim, ainda tinha, mesmo que de modo dissimulado, a ideia de que os mendigos sujam a cidade, uma parte carece de proteção e a outra parte deve ser perseguida pela polícia. Não se observa em nenhum momento a ideia de que o mendigo é um subproduto da exclusão social intrínseco ao sistema econômico.

Verifica-se no trecho da entrevista da delegada concedida à assessora da Arquidiocese de Montes Claros, Viviane Carvalho, divulgada pela internet, como é esclarecido o nascimento da ideia:

COMO NASCEU A IDEIA? Como delegada, procurava saber a respeito do dia a dia dos adolescentes que eram levados para a delegacia, mergulhando na essência de cada um, em busca de uma troca emocional significativa. Fui percebendo muita carência afetiva, falta de assistência dos pais, que na realidade são os primeiros educadores dos filhos, até mesmo ausência deles (pais), pois, muitos desses adolescentes eram órfãos, outros abandonados pelos genitores. Não recebiam o direcionamento necessário para uma vida digna, atributos norteadores do ser humano na sociedade. Meninos e meninas atordoados, que se enveredaram para o caminho das infrações penais. Assim, através das longas conversas em meu gabinete, conclui que era preciso fazer algo mais do que o formalismo dos procedimentos. Professando a religião católica, não me sentia feliz em atuar tão somente na aplicação da lei penal, faltava algo mais. Daí surgiu a ideia da criação da Guarda Mirim, com o objetivo de melhorar tal situação, convoquei para participarem do projeto, pessoas físicas e jurídicas desta cidade (CARVALHO, 2019, p. 1 – grifo do autor).

E como pano de fundo, a culpabilização da família toma frente no discurso da presidente da Guarda Mirim, que disse ter se sensibilizado com o grande número de adolescentes apreendidos, envolvidos com atos infracionais. Ela, durante as conversas com os adolescentes que eram levados para a Delegacia, relata que percebeu carência afetiva, falta de assistência, do direcionamento necessário para uma vida digna, atributos norteadores ser humano na sociedade. A maioria, filhos de pais separados, atordoados. A esse respeito, destaca-se que:

A culpabilização da família pelo “estado de abandono do menor” não foi uma criação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, engendrada nos primeiros anos da FUNABEM. As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da assistência social nasceram junto com a construção da assistência à infância no Brasil. A ideia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra a família. Foi, sobretudo, a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias das classes populares se tornaram alvo de estudos e formulação de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar os filhos (RIZZINI, 2004, p. 39).

A ação de culpabilizar as famílias levavam a desautorização do papel parental e a intervenção sobre as famílias pobres, promovida pelo Estado. Essas famílias eram acusadas de incapazes e os sistemas assistenciais justificavam a institucionalização de crianças (RIZZINI, 2004).

Isso é atestado quando se observa na Ata da Assembleia Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros (1992, p. 1), a justificativa dada para a criação da Guarda Mirim em Montes Claros foi a “existência na cidade de um número muito grande de menores de rua que poderiam estar prestando serviços à comunidade, para exercitar o direito de cidadania e não caminhar para a estrada da marginalidade”.

Depreende-se de tal colocação, a ideia de que para as elites os problemas sociais são descolados das questões econômicas e políticas, e para resolver tal situação, é necessária uma

ação mais firme e pontual por parte da comunidade e/ou do poder público para proteger os carentes, ou melhor, “os menores de rua”. A emancipação dos mesmos sequer foi cogitada porque pensar e agir sobre isso significaria rever o sistema em suas estruturas, e colocava em xeque as contradições entre os interesses ali antagônicos.

Então, para tratar da chaga, ou melhor, os menores de rua, tomando por empréstimo o entendimento de Pereira (2007a), “convocam-se os médicos ou a polícia”. Como os adolescentes e jovens pareciam, aos olhos das elites, ignorantes e incapazes (visão depreciativa dos adolescentes e jovens e da sua inaptidão), não podiam se expressar politicamente. Mas como tinham potencial para serem laboriosos, mereciam a atenção do poder competente para os seus problemas.

A ênfase que as elites locais apresentam ao idealizarem a Guarda Mirim recaiu na energia e operosidade daqueles/as meninos/as, colocando as causas e soluções dos problemas no plano moral, sanitário e policial, e a tese era de que esses necessitavam ter líderes ou tutores que lhes protegessem.

No discurso dominante, buscava criar e difundir a imagem de meninos e meninas que fossem afeitos à ordem. Entendendo que por ordem está a submissão dos estratos juvenis, ignorantes e ineptos às suas lideranças. Com esse entendimento, negava-se a existência das classes, retirava-se desses sujeitos qualquer iniciativa política e conferia-se às elites o exercício da política em condição de exclusividade.

O remédio nesse caso foi buscado fora da dimensão política, no campo social, uma vez que se acreditava que os adolescentes e jovens eram produto da falta dos pais e não das estruturas econômicas. Restava às famílias, então, entregar o comando de parte da vida de seus filhos, aos seus líderes (os patrões).

A ideia filantrópica e altruísta que se tinha de que os meninos de rua deveriam prestar serviços à comunidade, exercitar o direito de cidadania e não caminhar para a estrada da marginalidade ocultava um pensamento autoritário, paternalista, preconceituoso e excludente. Era *autoritário* por rejeitar o reconhecimento ao conjunto da população o diligente papel no plano político; *paternalista*, porque determinava os adolescentes e jovens como incapazes de produzir seus próprios líderes, suas próprias demandas e pensamentos, e por essa razão, desprovidos de proteção e atenção das autoridades; *preconceituoso* por professar expressão depreciativa como “menores de rua” e por fim, *excludente* porque derivou de um grupo social detentor do poder político e econômico na região e a julgar pelo pensamento exposto, que engendrava e primava por projetar permanecer no controle da situação por tempo indeterminado e impedir expressivas transformações sociais.

Após reunir pessoas interessadas e depois de definidos os objetivos da Associação, passou-se a elaborar o estatuto social e, a partir de alguns encaminhamentos, convocou-se a assembleia-geral para a fundação da Associação e nela foi aprovado o estatuto. Com a eleição da diretoria, definiu-se a sede provisória da Guarda Mirim e, por fim, a Ata foi elaborada.

Uma vez que todos esses passos foram dados, procedeu-se o registro dos documentos constitutivos da Associação no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Registrou-se o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Associação, tratou-se do registro da mesma na Prefeitura e, a partir dessas ações, buscaram-se o registro e pedidos de titulação no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), de utilidade pública e assistência social.

Em relação aos objetivos e finalidades estatutárias, a Guarda Mirim tem como objetivo capacitar adolescentes e jovens das comunidades de Montes Claros (MG), transmitindo-lhes conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando a inserção no mercado de trabalho.

A Associação tem como metas:

- Aliar o saber com a vida cotidiana, visando a garantir aos adolescentes amparados, através de uma gestão compartilhada, qualidade na formação profissional básica e a junção de competência e conhecimento;
- Melhorar a aprendizagem e capacitação profissional dos adolescentes jovens amparados pela Guarda Mirim; e,
- Aumentar a possibilidade de inserção no mercado de trabalho dos aprendizes.

Como resultado de suas ações, a Guarda Mirim espera ampliar a inserção dos aprendizes no mercado de trabalho via primeiro emprego.

A finalidade inicialmente estabelecida pela Guarda Mirim em sua Ata de Assembleia foi a manutenção sobre os aspectos moral e material do contingente da Guarda Mirim, sob a inspiração, acompanhamento e ajuda da comunidade (ATA AMGMMC, 1992, p. 2).

A Guarda Mirim enquanto agente de socialização busca educar o contingente por ela atendido com atividades que envolvem a vida na família, na escola, no trabalho, e em outros espaços, abarcando um modo peculiar de pensar, sentir e agir dos componentes da sociedade. Sabe-se que as pessoas se educam por professores nas escolas, pelos pais, irmãos, parentes, amigos, vizinhos, outros adolescentes, outros adultos. Os projetos pessoais, os objetivos de vida, imaginados pelos aprendizes resultam do sentido dado às suas experiências sociais com os professores, que na instituição em questão, chamamos de educadores sociais, por desenvolverem atividades em um campo de práticas educativas não formais.

A educação desenvolvida pela Guarda Mirim tem atividades educativas organizadas e sistematizadas que se realizam fora do marco do sistema oficial para facilitar a aprendizagem do subgrupo específico da população dos jovens carentes da cidade de Montes Claros. Esta educação obedece a uma estrutura e uma organização que se distingue das escolas e certifica os aprendizes mesmo que não seja a finalidade. Ela também diverge da educação formal no que concerne a não fixação de tempos, locais e flexibilidade, na adaptação dos conteúdos de aprendizagem do grupo concreto de aprendizes nela matriculados.

Nesse arranjo, a educação desenvolvida pela Guarda Mirim margeia a fronteira do sistema educacional oficial anunciando um campo de ação particular, mais flexível e com foco específico na aprendizagem profissional.

Analisando a definição da educação não formal desenvolvida pela Guarda Mirim, é possível perceber o trânsito livre e interpenetrante nos domínios da educação formal e informal. No campo formal, aproxima-se do caráter metódico de transmissão de conhecimentos. No campo informal, abeira-se do trabalho formador das famílias.

Tem como intencionalidade de sua ação educativa organizada de maneira deliberada e consciente nascendo com finalidades educativas explícitas de “manter sobre os aspectos moral e material o contingente da Guarda Mirim, sob a inspiração, acompanhamento e ajuda da comunidade” (ATA AMGMMC, 1992), o que sugere um modo premeditado de estar presente em Montes Claros. Ao apresentar a intencionalidade de manter os aspectos morais, é possível depreender que havia por parte da Associação o desejo de harmonia entre os homens e o repúdio à luta de classes. Entretanto, o trabalho proposto para ser desenvolvido com menores carentes deixa a Guarda Mirim mais próxima dos padrões, revelando uma disposição em colaborar com as lideranças, ao passo que por outro lado, como se verá adiante, a Associação vai requerer dos parceiros o “tratamento humano” e “amparo” do poder público.

Esta intencionalidade surge à medida que a vida social e cultural vai tornando-se mais complexa, que ao se modernizar, se ampliam as necessidades de participação, no momento em que o conhecimento técnico e científico avança no município.

Isso leva ao entendimento de que a Guarda Mirim é uma consequência, um processo específico construído deliberadamente como o intuito de preparar os aprendizes para lidar com tais transformações, conforme descreve Libâneo ao se referir à educação não formal (1999).

No projeto educativo da Guarda Mirim encontra-se intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos que atendam aos preceitos da divisão crescente do trabalho que intensifica a acumulação do capital.

Os aprendizes, ao serem colocados em posição de “classe mais explorada”, ficam em situação de dependência em relação ao salário – sua única fonte de renda possível, que figura como contabilidade de cada empresa, como “capital mão de obra” e de modo algum como condição da reprodução material da força de trabalho. Assim, o salário percebido pelo aprendiz representa apenas a parte do valor produzido pelo dispêndio da força de trabalho do aprendiz, o que é indispensável à reprodução desta (ALTHUSSER, 1970).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que nas ações da AMGMMC está o caráter metódico, com forte presença de orientações metodológicas bem delineadas que carregam preocupação quanto à escolha de métodos, organização de propósitos educativos e estabelecimento de condições de acompanhamento do alcance de seus objetivos. E assim, a Associação é sustentada por um currículo com peculiaridades que são inerentes à formação profissional.

Seus mecanismos são formalizados, institucionalizados em sua prática, sendo conduzida por uma organização dotada de personalidade jurídica. É também associada a um conjunto de instituições, de base capitalista, que estão por trás de suas práticas e que, conforme enfatizam o MDS/MTPS (2015, p. 12), com o auxílio de ações da assistência social, busca mitigar as dificuldades de acesso à informação sobre as oportunidades de contratação de aprendizes e permanência nos programas de aprendizagem.

Nesse sentido, são parceiros da AMGMMC, na ampliação da oferta da aprendizagem profissional para o público da Assistência Social:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS): coordenação nacional, por meio da atuação intersetorial da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep/MDS), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTPS) e Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE/MTPS).
- Secretaria Estadual de Assistência Social: cooperação e coordenação intergovernamental, articulando intersetorialmente o fluxo de ações entre as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, Secretarias Municipais de Assistência Social, Entidades Ofertantes e Empregadores com atuação em sua jurisdição e realizando acompanhamento da execução.
- Superintendência Regional do Trabalho e Previdência Social: identificação das vagas junto às empresas, por meio de ações de notificação para cumprimento das cotas de contratação de aprendizes, bem como articulação com a Assistência Social estadual e a

municipal. Atuação na articulação entre empresas notificadas e adolescentes e jovens interessados na aprendizagem profissional mobilizados pela assistência social no processo de seleção de aprendizes.

- Secretaria Municipal de Assistência Social: mobilização e encaminhamento do público para vagas abertas em programas de aprendizagem e acompanhamento socioassistencial dos jovens durante a vigência do contrato de aprendizagem profissional.
- Empregadores: cumprimento obrigatório de cota de aprendizagem (privados e estatais), realizando a contratação dos aprendizes preferencialmente com o perfil prioritário da política de assistência social. (MDS/MTPS, 2015, p. 16-17).

Nas ações educativas da Guarda Mirim, percebe-se a presença de atividades formais em seu contexto. Sua natureza, seus métodos e sua estrutura contam para classificar a atividade que desenvolve, e a institucionalização se apoia em indicadores ligados às características do processo educativo que caracteriza com propriedade.

- Guarda Mirim: comunicação à Assistência Social municipal sobre calendário de início de programas de aprendizagem; sensibilização de empregadores quanto à contratação do público mobilizado pela Assistência Social; e apoio na mediação entre aprendizes interessados em programas de aprendizagem encaminhados pela Assistência Social e as empresas contratantes de aprendizes. Além disso, a Guarda Mirim realiza o acompanhamento adequado dos adolescentes durante todo o processo de formação teórica e prática.

Notam-se também nas ações da Guarda Mirim elementos da educação formal e informal em menor concentração, uma vez que há interlocução com a família e com escolas.

Por todos esses elementos citados, direcionamos o olhar para suas características processuais, suas atividades, sua metodologia e critérios de atuação, posto que a ação educativa desenvolvida pela Associação rompe com quaisquer determinações que habitam a natureza da escola formal, distanciando-se das formas canônicas ou convencionais que esta deve seguir.

A socialização propiciada pela Associação possui forte teor coletivizante, integra os indivíduos em seus grupos, ajusta-os, subordina-os ao jeito grupal de viver, cerceando-lhes a liberdade e evitando impulsos indesejáveis.

E nessa perspectiva, a Guarda Mirim, por meio da socialização e à pluralidade das culturas existentes em seu interior, impede o apego exagerado e unilateral a determinada cultura e determinado modo de vida, impondo aos aprendizes as suas próprias regras, para desenvolver a educação que se prende à cultura capitalista, produzida pelas sociedades.

Com o passar do tempo e com as novas exigências do primado capitalista, hoje a Guarda Mirim apresenta outra finalidade:

Art. 2º - A finalidade precípua da Associação é amparar o(a) adolescente/jovem carente, visando seu aprimoramento sob todos os aspectos necessários à convivência social, notadamente sob os ângulos da moral e bons costumes, fazendo com que os integrantes do contingente se tornem cômnicos dos seus direitos e deveres, respeitadores das leis e das autoridades, incentivados ao estudo e capacitados para o mercado de trabalho, com vistas à vida produtiva (AMGMMC, 2016, p. 2).

Ao se propor amparar adolescentes e jovens carentes sob os ângulos da moral e bons costumes de modo que esses tivessem consciência de seus direitos e deveres e respeitadores das leis e das autoridades, tinha-se na verdade a intenção de harmonizá-los numa franca rejeição à luta de classes. Assim, este amparo aos beneficiários foi se adequando cada vez mais aos ditames do grande capital chegando a ser descrito no Estatuto (2016) da seguinte forma:

Parágrafo único – O amparo a que se refere o artigo 2º, dar-se-á através do Curso de Capacitação Profissional – Guarda Mirim ou do Programa de Aprendizagem Para Formação do(a) adolescente/jovem – Guarda Mirim, desde que haja interesse e condições propícias para a Associação aplica-lo (Programa de Aprendizagem).

Os objetivos da Guarda Mirim nos levam a problematizar a quem esses verdadeiramente servem, uma vez que esses não se explicam por si só e nem se desvinculam dos conflitos e contradições da sociedade. Para compreendê-los foi essencial considerá-los na perspectiva da diretoria, da política educacional, dos fins explícitos da educação, da política econômica, da classe social ou das classes sociais a quem eles servem.

Ao examiná-los, os objetivos postos sugerem legitimar e justificar a retirada dos menores de rua sob o manto da filantropia. Os objetivos precípuos nos momentos iniciais da Instituição foram:

- a) Fornecer aos integrantes do contingente, desde que as possibilidades o permitam, o uniforme completo para as suas atividades;
- b) promover a orientação dos menores, a partir dos 13 anos de idade, moral e socialmente;
- c) preparar os menores para desenvolver suas aptidões no trabalho, acompanhando seu desenvolvimento profissional;
- d) realizar palestras, debates e encontros, visando completar as informações necessárias à integração do menor com a sociedade ajudando-o a encontrar o seu lugar no processo evolutivo da comunidade;
- e) promover atividades culturais de lazer, através da realização de concursos, excursões, exposições e formação de coral e grupo de teatro;
- f) prestar assistência e acompanhamento integrais do dia-a-dia dos jovens, e manter um plantão permanente em sua sede;
- g) estimular, juntamente com educadores e assistentes sociais os programas de assistência a outros menores, mais carentes, como forma de difundir na comunidade os preceitos aprendidos pela Guarda Mirim (Ata da Assembleia Mantenedora da Guarda Mirim – Montes Claros, 1992, p. 1-2).

Assim, ao serem examinados, os objetivos postos procuram legitimar e justificar a docilização dos corpos do público atendido, como explica Foucault (2014) com o pano de fundo de retirá-los das ruas (o que consta na Ata de sua constituição), por meio de ação filantrópica. Esses são na verdade objetivos impostos à própria associação que tem relevante papel a empreender na transformação desses meninos/as, em suas almas, reiteradamente, a fim de modificar seus espíritos quando entrarem na associação. De meninos/as de rua, esses são aprendizes trabalhadores fabricados, tornando-se mercadorias de massa uniforme, de um corpo inapto, faz-se a máquina de que se precisa.

Com ações calculadas, que permitem o assenhoreamento dos corpos e mentes dos aprendizes, o controle e a transformação do comportamento dos *meninos de rua* são escoltados pela formação de um saber dos indivíduos, ou melhor, a ação dos educadores sociais, componente essencial da Guarda Mirim e dos seus objetivos. Uma vez que os educadores tem total liberdade de andar pela sala de aula, os aprendizes devem permanecer assentados em suas carteiras, atentos ao educador social³⁶, ficando esses em um todo disponíveis e em silêncio, autômatos dos hábitos neles insuflados. Inicialmente estranhos entre si, as relações entre ambos surgem nas situações de aprendizagem.

Ligada ao conhecimento e propósito expostos pelo educador social, está também a manifestação de sua opinião sobre a Guarda Mirim, suas limitações pessoais, seus medos e preconceitos, seus desejos e sua bondade.

Quanto ao educador social, ele, pelo convívio diário institucional, percebe a condição social dos aprendizes, o que os diferenciam, a influência que o programa Guarda Mirim tem em suas vidas, a atitude dos familiares em relação à Guarda Mirim e suas atividades, o maior/menor cuidado e respeito quanto à cidade ou bairro onde se localiza a associação.

Na análise da finalidade da Guarda Mirim, pode-se observar claramente a determinação do homem nos contextos político, econômico e cultural. Foram as pessoas que criaram a realidade social da Guarda Mirim e transformaram contextos das juventudes em Montes Claros. Conforme o postulado materialista, aqui se tem contemplado dois aspectos: o ontológico, quando a matéria, a concretude da ação do grupo fundador, é princípio explicativo do mundo ora estudado; e o gnosiológico, quando esta objetividade concreta torna-se o ponto de partida para a construção do conhecimento sobre o mundo da Guarda Mirim.

³⁶ Segundo Gohn (2010), o educador social é um elemento estratégico nas ações coletivas da educação não formal. (p. 50).

4.3 A Estrutura Organizacional da AMGMMC

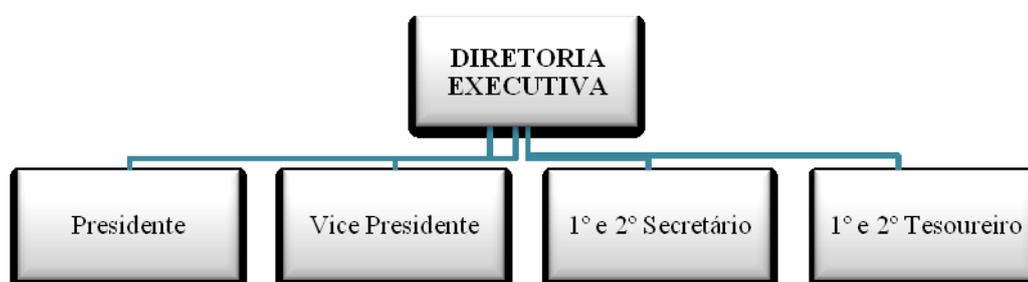
Ao nascer, a Guarda Mirim contava com um corpo de colaboradores formado por pessoas civis e militares. A sua estrutura organizacional era composta por um conjunto de órgãos que a compunha institucionalmente: Assembleia-Geral; Diretorias; Conselho Deliberativo; Conselho Consultivo; e Conselho Fiscal.

A Assembleia-Geral constitui-se no órgão máximo de deliberação da associação. Essa é composta por todos os associados que estejam em dia com suas obrigações sociais, que são identificados por possuírem direito de voz e voto, conforme estabelece o estatuto.

Conforme estabelece o Código Civil, a Assembleia-Geral possui competência para destituir os administradores e alterar o estatuto. Todavia, por se tratar do mais alto órgão da associação, a esse cabe também a atribuição de eleger os administradores e aprovar as contas da associação.

A Diretoria, chamada de Diretoria Executiva, é o órgão responsável pela administração da associação, composta pela presidente e vice-presidente, 1º e 2º Secretário e 1º e 2º Tesoureiro conforme disposto no estatuto, como demonstra o organograma 1 a seguir.

Figura 4 – Diretoria Executiva da AMGMMC



Fonte: Ata Assembleia da AMGMM, 1992.

Vale ressaltar que o prazo dos mandatos dos eleitos para os cargos da Diretoria, é de dois anos, podendo ser reeleito qualquer membro individualmente ou toda a Diretoria por mais um mandato.

Contudo, sugerem as boas práticas de governança, que os mandatos não ultrapassem quatro anos, para que a gestão possa se renovar e permitir a não perpetuação do dirigente com mandato vitalício. Mas percebe-se que esse quesito não é cumprido na Guarda mirim. Desde sua criação, em várias reeleições a presidente continua a mesma e ao que parece, a associação virou sinônimo da presidente e vice-versa.

Cabe à Diretoria Executiva orientar as atividades da Associação, organizar e divulgar o calendário das atividades, designar comissões técnicas, propor e convocar assembleia-geral. Inicialmente estavam sob sua subordinação diretorias de Esportes, Cultura, Técnica Assistencial e de Recursos.

A Diretoria de Esportes teve como responsabilidade promover atividades esportivas e de lazer, elaborar programas e calendários. A Diretoria de Cultura tinha como competência organizar uma biblioteca na associação. A biblioteca foi denominada “Sofia” aludindo ao seu significado grego *sophia*, que de modo literal significa "sabedoria". Já a Diretoria Técnica Assistencial teve como tarefas promover a escala de plantão permanente de atendimento da Guarda Mirim; elaborar programas a serem desenvolvidos para os adolescentes e jovens e suas famílias; controlar a frequência escolar e rendimento dos aprendizes; preparar os convênios; autorizar a execução de serviços de secretaria e comunicação e promover a integração dos aprendizes. E a Diretoria de Recursos cabia angariar recursos e fazer estudos sobre convênios com o objetivo de levantar fundos para a instituição.

O Conselho Deliberativo constitui-se em órgão de consulta de manifestação coletiva dos sócios, de fiscalização e cumprimento do estatuto. Cabe-lhe tomar conhecimento e analisar o plano de ação da Diretoria Executiva e opinar sobre sua aprovação; reunir extraordinariamente em cada trimestre quando convocado pela maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou 30% (trinta por cento) dos associados.

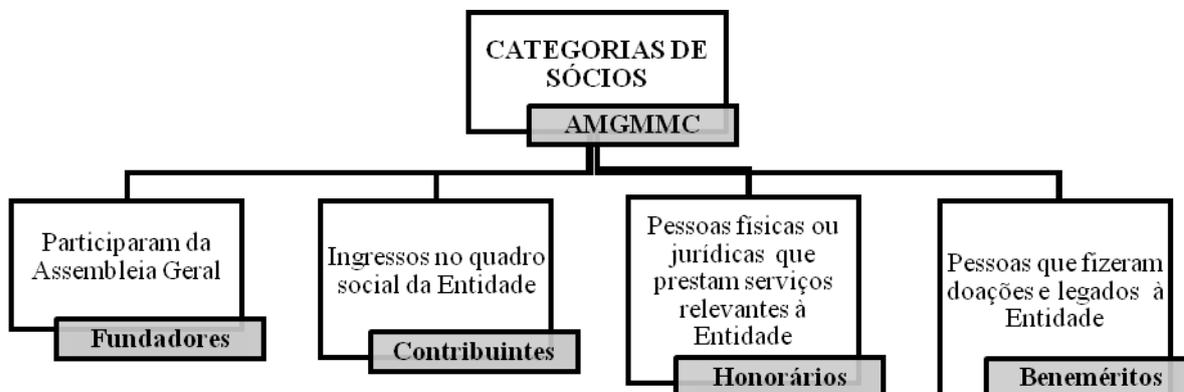
O Conselho Consultivo é composto por representantes das entidades dos mais diversos setores da sociedade. Compete a este conselho assessorar a Diretoria Executiva e as demais diretorias setoriais em suas decisões, quando for solicitado. A Guarda Mirim conta com mais de setenta e cinco membros permanentes desse conselho.

O Conselho Fiscal constitui-se o órgão responsável pelo controle e fiscalização da gestão da associação e auxilia no exercício da transparência e colabora com a integridade e conformidade exigida por lei. Conforme estabelecido no estatuto, cabe-lhe verificar com exatidão os registros contábeis da Associação, solicitar reuniões dos membros do Conselho deliberativo para submeter ao seu veredito as contas da Diretoria e emitir parecer sobre as mesmas; avaliar os balancetes trimestrais, relatórios financeiros, balanços e demonstrações. Este é composto por cinco membros eleitos em Assembleia-Geral, e seus mandatos são estabelecidos por dois anos coincidindo com o da Diretoria Executiva.

Assim, a Guarda Mirim, constituída por número ilimitado de sócios e membros, categoriza seus sócios a partir dos atributos de pessoas físicas, maiores de 18 anos, idôneas,

cujo ingresso no quadro fica condicionado ao preenchimento de proposta por parte do (a) interessado (a), com aprovação da Diretoria Executiva.

Figura 5 – Categoria de Sócios da AMGMMC



Fonte: Ata Assembleia da AMGMMC, 1992.

Os sócios fundadores são aqueles que participaram da Assembleia-Geral que aprovou o Estatuto e assinaram a ata de fundação. Os sócios contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas) são aqueles que estão devidamente cadastrados, que concederem à Associação, mensal, semestral ou anual, contribuição em dinheiro. Os sócios honorários (pessoas físicas ou jurídicas representadas pelos seus titulares) são aqueles que tenham prestado relevantes serviços à Associação. E os sócios beneméritos são aqueles que tenham prestado relevantes serviços à Associação.

Como proposta inicial de trabalho, a Guarda Mirim estabeleceu a finalidade de manter o contingente da Guarda Mirim nos aspectos moral e material (Art. 2º ESTATUTO AMGMMC, 1992).

Desde a sua criação, havia uma visão dos problemas emergentes que atingiam grande parte da população de menos de 18 anos ainda não alcançada pelos serviços sociais, sobretudo pela escolarização mínima, conforme descrito em Projeto de Lei nº 080/93 (PMMC, 1993).

Ainda segundo o Projeto, na área de educação preocupava, naquele momento, a qualidade do ensino ministrado, notadamente na escola pública. Descreve-se que vários fatores contribuíram para o enfraquecimento do sistema escolar, causado principalmente pela repetência e pela evasão, esses causados por fatores econômicos e sociais, que criaram congestionamento no fluxo escolar, com prejuízos adicionais ao sistema.

Além dessas ponderações, o referido Projeto acrescenta que em relação às questões sociais, essas acabaram por acumular grande gama de problemas que incidiram diretamente

sobre o presente de crianças e determinaram o estreitamento de oportunidades para o seu futuro ou até a sua eliminação do quadro social. Distorções ainda mais graves se encontravam em formulações que tratavam e, em certos casos, ainda continuavam a tratar a questão do “menor” por um prisma policial – repressivo, que vê a criança pobre como um marginal predestinado à delinquência.

“Embora cheia de boa vontade, ela envereda por vias paliativas, e exclusivamente compensatórias, que resolvem momentaneamente o problema de sobrevivência, mas não abrem caminhos seguros para a vida das crianças e jovens atendidos” (PMMC, 1993).

Para o provimento do aspecto moral, ainda conforme o estatuto, a Guarda Mirim sempre visou a fazer com que os integrantes do contingente se tornassem elementos cômicos de seus direitos e deveres, respeitadores das leis e das autoridades passando a estes serem mais tarde, cidadãos úteis à sociedade.

A raiz que fez brotar a instituição Guarda Mirim por si só apresenta-se com viés militar, cuja ordenação prevalente sempre foi e será de hierarquia. Há um processo de comando e obediência, regras e conceitos, criando e mantendo uma hegemonia necessária à ordem. Pelos aspectos estruturais da Guarda Mirim, a partir de seus estatuto e objetivos, aponta-se para a hierarquização como instrumento de aceitação. Aquele que está em risco social também é visto como necessitado de uma mão estendida, paternal e assistencial, mas sem que haja abertura para que se torne completamente proficiente, inserido e instrumentalizado para voos mais elevados em decisões e potencializado para maior partilha socioeconômica. Mas existem outros aspectos como os estruturais e de sobrevivência da própria instituição, que acolhe e, no entanto, estaria preparada para enfrentar vendavais como falta de insumos, inclusive alimentos? Ou proselitismo sobre cidadania e ordenanças seria para garantia de renda mensal mínima?

Mas a ideia que se tem é que esta visão sobre o público atendido incorpora a variável sociocultural à demografia e à psicológica, configurando uma categorização estrutural. Desconsidera-se a heterogeneidade do juvenil a partir das diversas realidades cotidianas nas quais se desenvolvem as distintas juventudes e deixa-se de assumir o período juvenil como um período de plena vigência de todas as necessidades humanas básicas e específicas.

A perspectiva analítica que se avulta para a compreensão do fenômeno adolescente e juvenil pauta-se pelo estilo de vida juvenil, ou seja, pelo modo de ser e fazer (LEÓN, 2005) dos beneficiários diretos. Compreende-se a juventude pelo paradigma da juventude como etapa problemática (ABRAMO, 2005), mas revestida do paradigma do jovem como sujeito social (GROPPO, 2018).

Nesse sentido, para alimentar o aspecto moral dos aprendizes, a Guarda Mirim profere palestras com temas diversos como drogas, convivência com a família, religiosidade e relacionamento interpessoal.

Em relação ao aspecto material, a instituição diuturnamente buscou prover seus beneficiários diretos com três refeições diárias, uniforme e outros recursos que por ventura manifestam ter necessidade. No entanto, nos últimos tempos, a associação vem passando por dificuldades financeiras e o provimento da alimentação suplementar tem se reduzido.

Como aponta Netto (2003, p. 17), “os recursos destinados para políticas, programas e projetos sociais são muito reduzidos se comparados ao volume dos recursos direcionados para o interesse do grande capital”, a Guarda Mirim, segundo Vieira (2019), vem passando por grandes dificuldades financeiras para manter em atividade, os cursos de qualificação profissional. Fato reiterado pela Rede Mais e por Jorge (2019) quando divulgam o apelo de auxílio à Instituição.

Ademais, as ações institucionais da Guarda Mirim se inscrevem no campo da Assistência Social – Proteção Social e nesse sentido, oferece cursos de qualificação profissional.

Dentro dos objetivos da assistência social, presentes na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estão a proteção social, cujo objetivo é a prevenção de situação de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários da população que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza³⁷, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos. Essa se divide em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Assim, a Guarda Mirim faz parte da rede socioassistencial do município de Montes Claros, em que o órgão gestor da política tem nesta instituição, mais uma parceira para dar conta do serviço voltado ao estrato juvenil carente.

Nessa conjuntura, a Guarda Mirim desenvolve ações em defesa e garantia de direitos, uma vez que presta serviços e executa programas voltados prioritariamente à defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais e enfrentamento das desigualdades sociais,

³⁷ Segundo MDS (2014), no Brasil, a pobreza é definida como a incapacidade de os indivíduos terem uma condição de vida adequada em decorrência dos baixos rendimentos auferidos. Embora mensurada fundamentalmente pela renda, a pobreza não se limita a ela, revelando-se também por meio da privação de necessidades básicas. Assim, a pobreza é considerada em seu caráter multidimensional. “Pobres” são aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos em graus diferenciados da riqueza social.

articulando-se com outros órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

Através do eixo de inclusão produtiva, que visa a retirar os aprendizes da situação de miséria ao inseri-los no mundo do trabalho, a Guarda Mirim desenvolve o Programa de Aprendizagem para formação de Adolescente/Jovem Aprendiz – Guarda Mirim. Assim, a Associação oferta cursos de qualificação para adolescentes e jovens de baixa renda, para que tenham acesso aos postos de trabalho. Assim, com vistas nos setores econômicos com maior geração de riqueza no município ou que tenha crescido nos últimos anos e com a clareza das ocupações que mais crescem em número de postos de trabalho, a Instituição se coloca como mediadora no processo de divisão social, ao ofertar os cursos, oferecendo aos empresários locais a força de trabalho dos aprendizes.

Como já anteriormente mencionado, a Guarda Mirim, atendendo ao Programa Jovem Aprendiz, desenvolve dois cursos de qualificação profissional: Assistente Administrativo e Aprendiz Bancário.

Com base no Manual da Aprendizagem, esta é compreendida como:

Aprendizagem é o instituto destinado à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são implementadas por meio de um contrato de aprendizagem, com base em programas organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades habilitadas. (Lei nº. 8.069/90 Art. 62 e CLT Art. 428). (MTE, 2013, p. 13).

É possível dizer que a aprendizagem desenvolvida pela Guarda Mirim segue a lógica do mercado livre, observada no mundo da produção, do comércio, do consumo, da cultura, do trabalho e das finanças, orientada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda segundo Ministério do Trabalho, define-se como programa de aprendizagem:

É o programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. As atividades devem ter a supervisão da entidade qualificadora, em que se é necessário observar uma série de fatores, como o público-alvo, indicando o número máximo de aprendizes por turma; perfil socioeconômico e justificativa para seu atendimento; objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante, a sociedade e o mundo do trabalho; conteúdos a serem desenvolvidos, contendo os conhecimentos, habilidades e competências, sua pertinência em relação aos objetivos do programa, público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, observando a alternância das atividades teóricas e práticas, bem como a proporção entre uma e outra, em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante; mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa de aprendizagem e mecanismos de inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem; e o período de duração – carga horária teórica –

observando a concomitância e os limites mínimo e máximos das atividades práticas, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012 (MTE, 2013, p. 13-14).

Como se observa na definição citada de programa de aprendizagem, ela objetiva propiciar ao aprendiz conhecimentos e competências³⁸ imprescindíveis ao mercado de trabalho. Isso será efetivado sumariamente na ação pedagógica da Guarda Mirim com o apoio de método de ensino individualizado, ensino programado por ordem de complexidade, ensino por módulos, produzidos a partir da psicologia condutora conforme se evidencia nas ideias de Skinner³⁹. Em um conjunto de tarefas, pequenos módulos, o aprendiz inicia seu aprendizado, conforme será descrito nas próximas seções.

4.4 As Ações da AMGMMC

A abrangência territorial da Guarda Mirim se limita a atender adolescentes e jovens carentes que residem na cidade de Montes Claros. Um dos requisitos exigidos para o ingresso no Curso de Capacitação Profissional – Guarda Mirim ou no Programa de Aprendizagem, o adolescente com idade entre 15 a 17 anos e 11 meses é “pertencer a família natural ou substituta, com renda per capita de até 90% do salário mínimo vigente no país” (AMGMMC, 2016).

Assim, como a Guarda Mirim atende aos filhos das famílias carentes, residentes nos bairros mais pobres e afastados do centro da cidade, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) de Montes Claros (2019) tem como público as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família⁴⁰. Em Montes Claros, segundo aponta o Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – MDS (2019), em Montes Claros há 13.682 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 9,48% da população total do município, e inclui 961 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza⁴¹.

³⁸ Termo aqui definido como sendo a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8).

³⁹ Teórico behaviorista que influenciou o processo ensino-aprendizagem e a prática escolar. A concepção skinneriana de aprendizagem está relacionada a uma questão de modificação do desempenho: o bom ensino depende de organizar eficientemente as condições estimuladoras, de modo a que o aluno saia da situação de aprendizagem diferente de como entrou. (OSTERMANN; CAVALCANTI, 2011).

⁴⁰ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

⁴¹ É o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que a sociedade a qual ele pertence julga obrigada a garantir (MDS, 2013, p. 09).

Especializa-se no controle do tempo, com o fito de garantir o bom ritmo das atividades regulares. A divisão do tempo torna-se indispensável, uma vez que as atividades são cercadas pela ordem que devem responder.

Planeja-se o ajustamento dos corpos aos imperativos temporais por meio da disciplina, a fim de garantir a eficácia e a rapidez no bom emprego do corpo no uso do tempo, evitando assim, a ociosidade.

O público-alvo, ou seja, a composição da força produtiva da Guarda Mirim é composta por adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, o conjunto de aprendizes deve ser elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ele se compõe, a fim de ser aparelho eficiente, é a disciplina que reparte os corpos, extrai e acumula destes o tempo.

A disciplina constitui um dos pilares em que se sustenta a Guarda Mirim e na qual se realiza investimento. Foucault (2014) considera que esta manifestação chega ao ponto de sequestrar o corpo, dissociando-o de si mesmo, para aprisioná-lo no interior de outros poderes, por meio de limitações, proibições e obrigações, de forma a mantê-lo no nível mecânico, quase que automatismo controlável. Trata-se de uma disciplina imposta que se assenta nas tradições, nos costumes, nas leis e nos regulamentos. Observa-se essa afirmativa no inciso VI do art. 3º do Estatuto da Guarda Mirim, que estabelece ao aprendiz que deseja ingressar nos cursos de Capacitação Profissional, que se comprometa a obedecer as normas emanadas pela Instituição. Assim, a evasão ao cumprimento de ordens é regulada pelos limites da legalidade e a recusa implica em sanções como advertência, punições e até expulsão.

Vale lembrar enquanto instituição que adota uma visão social de proteção, a Guarda Mirim busca conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos os pretendidos aprendizes, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social (MDS, 2005, p. 15). Para isso, realiza um processo de sindicância, em que os Coordenadores, ao visitarem as residências dos aprendizes, averiguam a veracidade das informações mencionadas na ficha de inscrição e a realidade que vivem junto aos familiares. Em seguida ao processo de sindicância, os relatórios são encaminhados à Diretoria para a análise e seleção. Com essa ação, é possível conhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica que se integram aos

processos de exclusão ou inclusão social, vulnerabilidade⁴² aos riscos pessoais e sociais, nos diferentes territórios da cidade de Montes Claros.

A seleção dos adolescentes e jovens acontece duas vezes por ano e não há busca ativa. São os interessados que procuram a instituição e, conforme relatos dos dirigentes da Guarda Mirim, a procura é grande, chegando a ter mais de 100 pessoas interessadas em fazer parte de seu quadro de assistidos.

Nessa perspectiva, a Guarda Mirim se articula com as demais políticas públicas locais, buscando garantir a sustentabilidade das ações que desenvolve, como forma de suplantar as condições de vulnerabilidade e prevenir as situações que possam configurar potencial risco aos mesmos.

A Guarda Mirim constata que há a fragilização dos vínculos familiares e comunitários, em que a pobreza se relaciona não só com os fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas igualmente nas tipologias ou arranjos familiares, bem como aos ciclos de vida das famílias dos aprendizes. Em relato, a Pedagoga do Programa menciona que as condições de vida dos aprendizes dependem em menor grau de sua situação específica do que das condições que caracterizam sua família. Acresce ainda a Pedagoga, que frente às desigualdades que encontra na estrutura social, percebe grande preocupação das famílias no que diz respeito à exposição de seus filhos no mundo em que se processam tamanhas modificações e expressam temer que os/as filhos/as percam a oportunidade de se tornarem guardas mirins.

De acordo com o Regimento Interno e disciplinar, aqueles que transgridam as normas da Associação podem receber advertência, suspensão ou exclusão do Programa. As razões para a exclusão dos aprendizes inscritos nos Programas são: as transgressões graves como furto, envolvimento com drogas, abandono dos estudos, má vontade ou preguiça no desempenho das atividades no trabalho. No caso da suspensão, ela acontece como medida extrema e feita somente após advertências, orientação, acompanhamento e reciclagem (BARBOSA, 2003).

Ao serem desligados do quadro da Associação Mantenedora da Guarda Mirim, os adolescentes e jovens, geralmente, são contratados pelas empresas onde desenvolveram as atividades práticas e aqueles que não são contratados, após concluírem seus percursos

⁴² A vulnerabilidade social aqui é entendida como aquela decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2014, p. 33).

formativos, são acompanhados pela Guarda Mirim e por terem sido integrantes da instituição, gozam de facilidade para conseguirem novo emprego.

4.4.1 A Qualificação Profissional como fator do Reprodutivismo

Entendemos ser relevante considerar a Qualificação Profissional como uma dimensão que se transforma historicamente, que acompanha e articula-se com as transformações do modo como os homens produzem a sua existência.

Partindo do processo de vida real, busca-se apreender a Qualificação profissional de modo que se faz premente entender o viver dos aprendizes, seu modo de produção, suas relações naturais e sociais, suas organizações e instituições que as estabelecem, suas representações, suas teorizações, como destacam Marx e Engels em *A ideologia Alemã*. Estes partem do entendimento do trabalho como um modo de ser do homem, como meio de produzir sua própria existência.

Nessa linha de raciocínio, Lombardi (2011), entende o trabalho como um modo de ser do homem, como meio de produzir sua própria existência. Logo, para o autor, a essência do homem é um feito humano. E no presente estudo, o feito humano nos leva à qualificação profissional.

O conceito de qualificação para Marx é tomado enquanto um conjunto de condições físicas e mentais que compõem a capacidade de trabalho ou a força de trabalho dispendida em atividades voltadas para a produção de valores de uso em geral. A capacidade de trabalho é condição fundamental da produção e tem seu próprio valor de uso. No capitalismo, segundo aponta Machado (1992), ela passa a ter um valor de uso crucial, pois representa a possibilidade de criação de um valor adicional ao seu próprio valor, a mais-valia.

As condições físicas e mentais apresentadas pela força de trabalho de uma sociedade variam historicamente, representando, em linhas gerais, a síntese de uma série de elementos tais como: o grau médio de destreza dos indivíduos, a disponibilidade de recursos naturais, a forma como é organizada socialmente a produção, a quantidade e a qualidade dos meios utilizados para produzir, incluindo-se evidentemente o desenvolvimento das ciências e a possibilidade de aplicação dos seus resultados (MACHADO, 1992, p. 9).

Assim, as condições da organização da produção social, constituem pressuposto e resultado da qualificação individual. Desse modo, a qualificação é compreendida como “uma maneira de mobilizar, reproduzir e adicionar as diversas formas de trabalho” (ROLLE apud SILVA, s/d, p. 22).

Essas diversas formas de trabalho portam histórias particulares e não se caracterizam como puros atos mecânicos. São na verdade saberes sobre os quais são impressas subjetividades e consciências, definições e escolhas, que resultam em intervenções no processo social real (MACHADO, 1992). Vista por outro ângulo,

Para ser qualificada, exige-se de uma atividade que os problemas a serem resolvidos sejam compreendidos de forma abrangente, que a solução para os mesmos sejam elaboradas, que estas soluções sejam realizadas e a responsabilidade por elas assumida. Ela pressupõe conhecimento, experiência, autoridade e possibilidades materiais (FREYSSINET, 1989, p. 105).

O autor aponta as pré-condições desta qualificação como sendo o conhecimento, a experiência, a autoridade e as possibilidades materiais. No âmbito das relações de produção, os critérios de competência, como aqui referidos, não são definidos pela lógica do mercado, uma vez que eles possuiriam sua própria lógica (MACHADO, 1992).

Para Dannemann (2004, p. 13), a qualificação profissional baseia-se obrigatoriamente em cursos, e não apenas em exames, e visa efetivamente a profissionalização, sem preocupações de educação geral. A preocupação se centraria nos conhecimentos técnicos, teóricos e aplicados, que estão no cerne da qualificação. Ainda para o autor, promove-se a qualificação em nível de 1º e 2º graus, conforme a natureza profissional.

Ainda ressalta que

Baseando-se em cursos – que se diriam sistemáticos, porque executados e controlados sob um direto e imediato relacionamento docente e discente – e ainda que cursos com currículo facultativo e duração variável – a aferição de resultados na Qualificação, deverá ser igualmente procedida no processo (como ocorre na Aprendizagem), e não aferição a posteriori, independente do processo, como na Suplência (em que se “visa a captar e avaliar os conhecimentos e experiências do candidato como ele se encontra no momento, sem referência a um processo que já não se leva em conta”. (DANNEMANN. 2004, p. 13 – grifos do autor).

Para Marx (1971), no valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma na relação social entre coisas; a capacidade pessoal em capacidade das coisas. Este estranhamento de si e não reconhecimento da autopossibilidade e deslocamento de potência para as coisas, objetos e máquinas, representam a estrutura básica do processo de alienação humana. Machado (1992) pontua que a inversão da relação sujeito-objeto e opacidade das relações sociais daí advindas são fatores adversos às possibilidades de qualificação humana.

Nesse sentido, a Guarda Mirim, instituição qualificada para desenvolver a aprendizagem profissional, vem a se constituir em lugar de reprodução de classes, que reproduz impecavelmente a sociedade de classes, se adequando aos interesses das classes dominantes pela inculcação do arbitrário cultural. Afirma-se isto, ao observarmos que a

Guarda Mirim procura responder instrumentalmente às exigências imediatas do mercado de trabalho, às necessidades empresariais, como a Instituição mesmo destaca nos resumos dos cursos que oferece.

Dannemann (2004), ao citar o documento base da Conferência Internacional do Trabalho de 1975, em Genebra, aduz que a crise mundial dos sistemas educativos está gerando um crescente interesse na educação e capacitação profissional não-formais. Nesse sentido, o autor enumera suas vantagens:

(a) baixo custo unitário de formação; (b) curta duração dos programas que podem ser terminais e com possibilidade de continuar agregando módulos durante toda a vida de trabalho; (c) clara resposta às necessidades dos participantes, quer para a obtenção de um emprego, quer para promoções sociais ou econômicas; (d) vinculação estreita com a demanda do mercado de trabalho, em todo os setores econômicos; (e) planificação descentralizada e flexibilidade de programas e métodos de ensino;(f) certificação profissional (p. 16).

Advoga o autor que a par das facilidades que oferece, a Formação Profissional alcança contornos e propósitos de tal sorte amplos e abrangentes que com isso, passa a contrapor-se ao sistema formal da Educação Técnica. Nesse sentido, entendemos que a Guarda Mirim representa o instrumento mais completo da reprodução das relações de produção na sociedade industrial. Ela reproduz a força de trabalho, qualificando os aprendizes (trabalhadores), justificando a desigualdade social, levando-os a aceitarem a distinção entre as classes. Desse modo, preparando a força de trabalho, a Guarda Mirim prepara o caminho para a reprodução das relações de produção.

A dominação da classe empresarial evidencia a sua presença dentro da associação por dois fatores: de um lado, trazendo para dentro de si os conflitos e as contradições de classes, e de outro, desfazendo-os.

Enquanto espaço educativo não formal, voltado para a formação do trabalhador, constitui-se em aparelho ideológico, que ao mesmo tempo em que forma a força de trabalho, também interioriza nos aprendizes o modo de pensar, sentir e agir dominante na sociedade. Em suas ações e práticas, combina a formação da força de trabalho com a dominação das consciências dos aprendizes, submetendo a esses, seu modo de pensar, agir e sentir. E ao fazer isso, como se interioriza nos aprendizes o modo dominante, a Guarda Mirim reprime, sujeita e oculta o modo de pensar, sentir e agir dos aprendizes (trabalhadores).

A Guarda Mirim funciona com aparelho ideológico da classe empresarial, estando estritamente a serviço dos interesses dessa classe e procedendo contra a dos trabalhadores (aprendizes).

Vale ressaltar que a Guarda Mirim exhibe os vínculos da educação com a desigualdade social e com a dominação de classe na sociedade. Assim, por meio do reprodutivismo, não só inspira pessimismo, como absoluta descrença. Sua marca direta é cingir nos aprendizes a impotência frente à vida e à educação.

Além disso, o sucesso da Guarda Mirim está justamente no seu insucesso. Ela foi edificada não para atender a todo o estrato juvenil de Montes Claros, mas sim para atender aos interesses da classe dominante: os empresários. Evidente, intrinsecamente há o cenário sociológico e socioeconômico de atendimento daqueles em risco social, motivação maior da existência da Guarda Mirim, como organismo de promoção social via mão de obra juvenil. E esse é o retrato mais visível e valioso ao olhar de quem enxerga que, até historicamente numa sociedade de exclusão, o desamparado precisa de um pai para que não fique à margem do caminho existencial.

Vê-se claramente a existência de conflitos e contradições em seu interior, mas esses não se movimentam ao ponto de ganhar relevância ao exterior. A Guarda Mirim disciplina os aprendizes e ao realizar a aprendizagem de condutas, sem considerar a qualidade de sua instrução, demonstra grande capacidade de ensinar condutas.

As observações feitas nos levam a indicar a presença de incompatibilidade de linguagens: enquanto a Guarda Mirim assume a linguagem da classe dominante, os beneficiários diretos assumem a linguagem do trabalhador.

Ademais, os educadores sociais se consentem, de forma consciente ou não, reprodutores da desigualdade social e da diferenciação entre as classes. Os empresários ou seus representantes exibem surpreendente poder de comandar a educação, de modo tão rigoroso, que fica impossível desviar-se das normas.

Nesse contexto, a realidade é vista tal como uma máquina, esclarecida pelo seu funcionamento. A sociedade além de se reproduzir, ela produz e se reproduz por intermédio da ação de todas as pessoas (VIEIRA, 1994).

Visto por este prisma, a sociedade e a Guarda Mirim são unicamente reprodutoras da desigualdade social e da diferenciação entre as classes, e revelam o franco desejo de isso conservar, fazendo ambas coexistir em suas ações o novo e o velho, e conviver a reprodução e a transformação.

As aulas se desenvolvem com poucas palavras por parte dos aprendizes, que se colocam em máximo silêncio. Em sala de aula atraem-se todos os olhares para o educador social. Ensina-se por meio do controle do comportamento e aprendizagem de sinais a que tem que reagir imediatamente. As ordens verbais funcionam como sinalização.

A disciplina produz no âmbito da Guarda Mirim, uma individualidade dotada de quatro características, como proposto por Foucault (2014): é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genérica (pela acumulação do tempo), é combinada (pela composição das forças). E para o seu alcance lança mão de quatro técnicas: ela constrói quadros de horários; prescreve ações (manobras); impõe atividades, para realizar a conjugação de forças e organiza táticas/estratégias.

Com atividades codificadas e as aptidões formadas, “aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada, é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar” (FOUCAULT, 2014, p.165).

Nesse sentido, nota-se aquilo que se aproxima ao que disse Foucault (2014, p. 166) a respeito do “sonho militar da sociedade”, visto que há na realização dos cursos, “referência não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral, mas à docilidade automática”.

4.4.1.1 Os Cursos de Aprendizagem

Antes de se tornarem aprendizes adolescentes, os jovens passam pelo curso preparatório para guardas mirins, por um período de três meses. Com a formatura, recebem o uniforme – gratuitamente - e passam a integrar o Programa de Aprendizagem para Formação do Adolescente Aprendiz, convênio firmado com o Ministério Público do Trabalho da 3ª Região, com duração de dois anos, quando são empregados como aprendizes nas empresas, comércios, com profissionais liberais e passam a receber salário mínimo, com garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, assistência diária, lanches e almoço, acompanhamento familiar, médico, odontológico, psicológico e outros que, por ventura, venham precisar.

A Aprendizagem foi definida no glossário do Conselho Federal de Educação⁴³ como um processo pelo qual os jovens, com idade entre 14 e 18 anos, em complementação da escolaridade regular, adquirem, em centros de formação profissional ou numa combinação de atividades na empresa e na escola, a prática metódica de execução das tarefas típicas de

⁴³ Dannemann retirou a presente conceituação em princípio, do glossário aprovado pelo Conselho Federal de Educação, em função da Lei nº 5.692/ 71,17 acrescida de observações constantes dos seus Pareceres nºs. 45/72, 699/72 e 76/75.

determinada ocupação e os conhecimentos necessários para desempenhá-la com eficiência (DANNEMANN, 2004).

Para Dannemann (2004, p. 12), a aprendizagem é um processo de qualificação profissional, objetivando o que seria entendido como a “mão-de-obra qualificada futura”. Segundo o autor, trata-se de uma qualificação que demanda maior tempo e do ponto de vista social – nela se compreende a complementação da escolaridade regular do menor⁴⁴.

No entanto, Dannemann (2004) adverte que essa complementação de escolaridade deveria ser não só para o aprendiz, como também, de modo geral, para todo e qualquer trabalhador menor que prematuramente evadiu-se da escola pela necessidade de ganhar a vida. Outro ponto relevante considerado pelo autor diz respeito ao percentual de cota compulsória de aprendizes, que não é observada e que nos termos que tem sido colocada a Aprendizagem, tal cota não responde ao pressuposto de que visaria à reposição setorial de mão-de-obra especificamente qualificada.

Ainda segundo o referido autor, a aprendizagem traz em si a inconveniência da precoce especialização ocupacional do menor; buscando-se, de preferência, a transmissão dos fundamentos de uma área profissional ou de um grupo de ocupações (famílias ocupacionais).

A aprendizagem, conforme definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), refere-se à formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem segundo as diretrizes e bases da legislação educacional em vigor, implementada através de um contrato de trabalho especial, de modo que as funções exercidas nas empresas por sua vez devem ser compatíveis com a estrutura curricular do curso frequentado pelo jovem aprendiz, sob pena de descaracterizar a modalidade de contratação.

Os cursos de aprendizagem desenvolvidos pela AMGMMC preveem a execução de atividades teóricas e práticas. Referente ao aprendiz, os conteúdos/matérias trabalhadas se desenvolvem rumo à defrontação de dois lados antagônicos: de um lado estão os adolescentes e jovens, a força de trabalho a ser ofertada; e de outro, está a ação dos educadores, que têm como tarefa assegurar a vitória de um (Guarda Mirim) em detrimento da derrota de outro (aprendizes).

Por meio da Lei da Aprendizagem aos jovens é propiciada a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. Nas condições materiais e simbólicas do contexto cultural, têm-se no trabalho a sua força motriz.

⁴⁴ Termo utilizado pelo autor para referir-se aos adolescentes e jovens.

Assim, os empresários ao participarem da formação dos futuros profissionais, conjuntamente difundem os valores e cultura de sua empresa.

No que diz respeito ao curso de Assistente Administrativo, retirado da plataforma do Ministério do Trabalho⁴⁵,

A formação técnico-profissional ampliará horizontes incorporando a aprendizagem profissional à inserção social e econômica. Formar-se-á profissional apto para atuar como assistente administrativo, executando serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendendo fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratando de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos, com demonstração de competência no domínio de conceitos e técnicas, evidenciando postura eticamente responsável. Dará condições aos empregadores cumprirem a função social (MTE, 2017, p. 1-2).

No que tange ao curso de Aprendiz Bancário:

O curso de aprendizagem em serviços bancários fornecerá capacitação profissional para jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, incorporando a aprendizagem profissional à inserção social e econômica, com observações e reflexões através das discussões propostas com o intuito de promover a formação dos aprendizes. Busca oferecer uma aprendizagem que ultrapasse a formação restrita ao trabalho no setor bancário, desenvolvendo conhecimentos e habilidades, possibilitando o ingresso no mundo do trabalho como ser político e produtivo, além da evolução escolar e de conhecimentos para que atue com competência no domínio de conceitos e técnicas com postura eticamente responsável. Dará condições às agências bancárias cumprirem a função social (MTE, 2017, p. 1).

O tipo de qualificação da força de trabalho eleito como pertinente no bojo da Guarda Mirim, e que está sob a predominância do sistema de organização do trabalho, demonstra ser taylorista-fordista. Tem como principal meta a usurpação dos gestores capitalistas dos saberes-fazer, que foram historicamente elaborados e preservados pela classe trabalhadora, com o intuito de reorganizá-los e decretá-los com normas rígidas aos trabalhadores/as e aprendizes, desprezando a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho.

O trabalho educativo da Guarda Mirim se situa na dimensão social e circunscreve-se no indicador “educação”, para um público dito vulnerável e em risco social. Ao se observar a dimensão econômica, tem-se no quadro econômico, nos padrões de produção e consumo e o mercado de trabalho, os seus indicadores.

Ao desenvolver os cursos de aprendizagem profissional, nota-se que a Guarda Mirim busca desenvolver aptidões profissionais nos aprendizes, considerando possibilidades de emprego. E ao analisar estes cursos, observa-se que estes têm por objetivo descobrir e desenvolver as aptidões humanas para uma vida ativa produtiva e satisfatória e melhorar as

⁴⁵ JuventudeWeb – Ministério do Trabalho. <http://www.juventudeweb.mte.gov.br>.

aptidões individuais. Esse objetivo compreende as condições de trabalho e do meio social e a possibilidade de influir sobre as mesmas.

Assim, os aprendizes devem vir a ser capazes de compreender o meio em que atuam, incluindo as condições de trabalho de modifica-lo também, assumindo um papel ativo e não se limitando a colocar suas aptidões a serviço de interesses da coletividade. Isso, segundo a nossa compreensão, está o sentido educacional da formação profissional que se correlaciona com a política de emprego e que se pretende empreender.

O processo de preparação inicial dos aprendizes dura quatro meses e tem-se a entrada de duas turmas ao ano, sendo que uma delas se realiza no mês de janeiro e outra em julho. Após esse treinamento inicial, os aprendizes são empregados nas empresas locais para desenvolverem a parte prática dos cursos.

O trabalho educativo desenvolvido pela Guarda Mirim trouxe a alternativa para evitar da evasão escolar no ensino regular por conta das exigências laborais impostas pelos cânones capitalistas. Assim, para ingressar nos quadros dos cursos de qualificação profissional, o adolescente/jovem deve apresentar uma declaração da escola informando sobre sua assiduidade, aprimoramento, rendimento e comportamento.

Como elemento que resume os objetivos gerais para a oferta dos cursos, acredita-se que, ao ofertá-los, será promovida uma formação técnico-profissional que amplie os horizontes ao incorporar a aprendizagem profissional à inserção social e econômica. Com o curso de Assistente Administrativo pretende-se formar profissionais para atuar como assistente administrativo, executando serviços de apoio nas áreas de Recursos Humanos, Administração, Finanças e Logística; atendendo fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratando de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.

Em relação ao curso de aprendiz em serviços bancários, acredita-se promover por meio das observações, reflexões e discussões uma aprendizagem que ultrapasse a formação restrita ao trabalho no setor bancário, desenvolvendo conhecimentos e habilidades, possibilitando o ingresso no mundo do trabalho como ser político e produtivo, além de auxiliar na evolução escolar e de conhecimentos para que o aprendiz, ao frequentar qualquer um dos cursos, possa atuar com competência no domínio de conceitos e técnicas com postura eticamente responsável. Além do mais, a instituição crê que ao ofertar os cursos, dará condições para que os empregadores cumpram a função social.

Assim, a Guarda Mirim acredita que os cursos têm articulações com outras áreas como demonstra o Quadro 4:

Quadro 4 – Áreas que os cursos de aprendizagem se articulam

CURSOS	ÁREAS QUE ARTICULA
Assistente Administrativo	Recursos Humanos, contabilidade, informática, dentre outras
Aprendiz Bancário	Contabilidade, Recursos Humanos, Informática, Marketing

Fonte: Site Juventudeweb (2017).

Organizado por: Parrela (2017).

Em relação às atividades práticas de cada curso, a ideia central é que os aprendizes possam executar serviços de apoio nas áreas de Recursos Humanos, Administração, Finanças e Logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário, referente aos mesmos.

Assim, a organização dos cursos prevê a divisão do tempo dividido entre a entidade qualificadora (Guarda Mirim) e a empresa contratante. Dessa forma, para desenvolver a estrutura curricular, os cursos que se desenvolvem em 11 meses, devem ser operacionalizados de forma que os aprendizes tenham um dia de aulas teóricas (básicas e específicas) desenvolvidas na sede da Guarda Mirim, e quatro dias de atividades práticas desenvolvidas nas entidades contratantes.

O curso de Assistente Administrativo tem a duração de 11 meses e se realiza com a frequência dos aprendizes a um dia de aula (6 horas/dia) na entidade qualificadora, ou seja, na Guarda Mirim, e quatro dias de atividades práticas (6 horas/dia) nas entidades contratantes.

No que se refere ao curso de Aprendiz Bancário, a Classificação Básica de Ocupações (CBO) ou Arco Ocupacional escolhido, segue a carga horária prevista no Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional (CONAP), observando as seguintes regras:

- As aulas teóricas: a parte teórica do programa de aprendizagem deve ser desenvolvida pela entidade formadora distribuindo-se as horas no decorrer de todo o período de contrato, de forma a garantir a alternância e a complexidade progressiva das atividades práticas a serem vivenciadas no ambiente da empresa.

- As atividades práticas: desenvolvidas no ambiente da empresa contratante, devem ter correspondência com a CBO ou Arco Ocupacional escolhido. Essas atividades estão previstas no documento denominado Tabela de Atividades disponível em site. Os adolescentes de 14 a 18 anos incompletos não poderão realizar atividades práticas previstas no Decreto nº 6.481/2008 (Lista TIP), exceto quando realizadas em ambiente laboratorial. A quantidade de carga horária prática deverá ser no mínimo de 50% do total do programa.

A Guarda Mirim observa todo o processo ensino-aprendizagem e todo o desenvolvimento das atividades dos adolescentes e jovens que estiverem em sua tutela. Esses são constantemente orientados e alertados para o bom desempenho das funções que desempenham, além de serem chamados para assumirem uma conduta ilibada junto aos seus empregadores. Assim, a Instituição também preza por sempre lembrar às empresas pelo tratamento a ser dado aos aprendizes, com o objetivo de evitar abusos.

Para acompanhar o desenvolvimento das atividades práticas e verificar como os aprendizes se comportam e como estão aprendendo, a Guarda Mirim adota a prática de visitas técnicas. Há um relatório específico para o registro desta ação.

Outro mecanismo de avaliação adotado pela Guarda Mirim é a aplicação de provas, para avaliar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos aprendizes. Assim, os aprendizes têm suas aprendizagens controladas e classificadas.

A Guarda Mirim, como já dito anteriormente, é um dos instrumentos de organização da cultura e do modo de viver da sociedade. Como a função da educação e das novas gerações deixa de ser privada passando a ser pública, a educação na perspectiva da aprendizagem profissional desenvolvida na associação em tela, abarca o estrato juvenil de menor poder aquisitivo. No entanto, para selecionar os “melhores”, é por meio dos instrumentos como provas, especialização e diploma que a associação torna-se dominada e influenciada pela necessidade do tipo de educação que a sociedade produz, em meios indispensáveis à burocracia moderna.

Agindo por meio da certificação, os certificados expedidos pela Guarda Mirim asseguram a formação de jovens pertencentes a uma camada privilegiada a ser absorvida pelas empresas parceiras locais. Desse modo, a Guarda Mirim restringe a oferta dessas posições e sua monopolização pelos donos dos títulos (aprendizes).

São observadas no contexto atual céleres transformações que requerem cada vez mais a generalização da educação do trabalhador. Por conseguinte, aumenta também a exigência do maior tempo de permanência do trabalhador na escola. Daí é que se percebe que gradativamente reduz-se a procura de trabalhadores que não possuem qualificação e em movimento contrário, procuram-se progressivamente os qualificados.

Assim, o potencial de certificação de aprendizes formados em cada curso - Assistente Administrativo e de Aprendiz Bancário, é de 90 aprendizes, conforme expresso no resumo dos cursos (MTE, JUVENTUDEWEB, 2017).

E para ser certificado ao encerrar o tempo como aprendiz, o/a adolescente / jovem recebe da Associação o certificado com a carga horária e disciplinas aplicadas, que lhe servirá como currículo. A frequência mínima exigida é de 90%.

Por constituir-se em maior cidade do Norte de Minas Gerais, onde estão instaladas diversas agências bancárias, tanto públicas como privadas, como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bradesco, Itaú, Santander, Mercantil do Brasil, HSBC, e por contar com a presença de grandes indústrias como Coteminas, Elster Medição de Águas S/A, Lafarge, Nestlé e a Vallée; e comércio diversificado, os cursos de Assistente Administrativo e Aprendiz Bancário foram pensados a partir da demanda local.

A Instituição defende que o desemprego e a ociosidade são as causas motores dos altos níveis de criminalidade juvenil, prostituição, consumo de drogas e delinquência. Sabe-se que a criminalidade não é um fenômeno exclusivo em Montes Claros e apresenta recrudescimento no Brasil e em Minas Gerais. Como cidade interiorana, até mesmo por carecer de estudo decorrente do fato de que nem todo pesquisador se interessa pelo padrão criminal apresentado por cidades de pequeno e médio porte, considera-se benéfica em certa medida, a ação da Guarda Mirim.

O programa em tela vem sendo executado há vinte e sete anos, com mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) adolescentes e jovens encaminhados para as empresas por meio do Programa de Aprendizagem.

Segundo enfatizado pela Guarda Mirim, no Resumo dos Cursos (MTE, 2017), ela oferece às empresas aprendizes preparados para enfrentarem os desafios do primeiro emprego, correspondem às expectativas do mercado de trabalho. Ademais, apela-se pela conscientização sobre a responsabilidade social, entendendo ser dever de todos. Outro modo de sensibilizar as empresas é a realização de palestras, visitas e propagandas pessoais. Este contato interpessoal sensibiliza os empresários a continuarem com o/a adolescente / jovem no seu estabelecimento, após término do contrato de aprendizagem. Há também um banco de dados na Associação, consultado constantemente para encaminhamento dos adolescentes / jovens ao mercado de trabalho.

A Guarda Mirim se utiliza de um corpo de disciplina para desenvolver os referidos cursos. O conceito de disciplina para Rosavallon (1998) se refere a uma maneira de organizar e delimitar um território de trabalho, de concentrar a pesquisa e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão. Daí que cada disciplina nos oferece uma imagem particular da realidade, isto é, daquela parte que entra no ângulo de seu objetivo.

Para este autor, as disciplinas nos impõem uma determinada forma de pensar, com as possibilidades e riscos que isso implica. Logo,

Quanto mais familiarizada uma pessoa estiver com determinada teoria e seu correspondente modo de pensar, mais difícil lhe será adotar uma teoria rival que implique em uma maneira diferente de pensar. Em geral, a posse de conhecimentos proporciona asas em certo aspecto, cortando-as em outro (SANTOMÉ, 1998 apud BUNGE, 1986, p. 117-118).

A estrutura curricular dos cursos demonstra as crenças, os valores, as destrezas e os hábitos que são consequência do desenvolvimento sócio histórico, isto é, construídos e aceitos como valiosos pela sociedade capitalista. O fato é que a estrutura adotada não nos diz nada sobre o grau de conflito existente no interior desse sistema. Daí ser lógico pensar que não existe uniformidade no sistema cultural, moral, estético, de racionalidade, econômico etc., mas diferenças mais ou menos similares, resultante de uma divergência de interesses e das posições dos diferentes grupos sociais que a compuseram. Esta é demonstrada no Quadro 05:

Quadro 5 – Matérias que compõem a estrutura curricular dos cursos de Aprendizagem Profissional

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		APRENDIZ BANCÁRIO	
MATÉRIAS	CH	MATÉRIAS	CH
Matérias Básicas		Formação teórica inicial	80
Comunicação oral e escrita; Leitura e compreensão de textos	24	Comunicação oral e escrita; Leitura e compreensão de textos	32
Organização, planejamento e controle do processo de trabalho	12	Organização, planejamento e controle do processo de trabalho	8
Inclusão digital	36	Inclusão digital	32
Direitos Humanos - Orientação Sexual, Raça Etnia, Idade, Credo Religioso, Opinião Pública	8	Direitos Humanos - Orientação Sexual Raça Etnia Idade Credo Religioso, Opinião Pública	8
Direitos trabalhistas e previdenciários	8	Direitos trabalhistas e previdenciários	8
Diversidade cultural brasileira relacionada ao mundo do trabalho	8	Diversidade cultural brasileira relacionada ao mundo do trabalho	8
Educação Fiscal	8	Educação Fiscal	8
Educação para o consumo	8	Educação para o consumo	8
Formas alternativas de geração de trabalho, renda com enfoque na juventude	8	Formas alternativas de geração de trabalho; renda com enfoque na juventude	8
Informações sobre o mercado e o mundo do trabalho; trabalho em equipe	8	Informações sobre o mercado e o mundo do trabalho; Trabalho em equipe	8
Preservação do equilíbrio do meio ambiente	8	Preservação do equilíbrio do meio ambiente	8
Saúde: saúde sexual, direitos sexuais e reprodutivos; relações de gênero	8	Saúde: saúde sexual, direitos sexuais e reprodutivos; relações de gênero	8
Segurança Pública	12	Segurança Pública	8
Uso indevido de álcool, tabaco e outras	8	Uso indevido de álcool, tabaco e outras	8
Saúde e segurança no trabalho	8	Saúde e segurança no trabalho	8
Raciocínio lógico-matemático; interpretação e análise de dados estatísticos	28	Raciocínio lógico-matemático; Interpretação e Análise de dados estatísticos	28
Matérias Específicas		Auxiliar Administrativo	60
Formação Teórica Inicial	80	Noções básicas de Contabilidade e Recursos Humanos	52
Noções básicas de Contabilidade e Recursos Humanos	28	Arquivo	44
Arquivador	16	Almoxarife	44
Almoxarife	16	Escriturário	32
Auxiliar de Escritório / Administrativo	32	Matemática financeira	28
Contínuo / <i>Office Boy / Office Girl</i> - 18 anos	16	<i>Marketing</i>	16
<i>Marketing</i>	12		

Analisando as estruturas curriculares, é possível observar que se trata de um modelo linear disciplinar. Para Santomé (1998) esse é um conjunto de disciplinas justapostas, na maioria das vezes de uma forma bastante arbitrária.

O conjunto das estruturas disciplinares é abstrato e as leis intrínsecas permitem classificações particulares de conceitos, problemas, dados e procedimentos de verificação de acordo com o modelo de coerência assumido. Essas são um dos marcos dentro dos quais é organizado, exercitado, criado e transformado o pensamento, a percepção da realidade e a ação humana, utilizando para isso linguagens e métodos específicos. Elas simbolizam as principais maneiras de analisar e intervir na realidade (SANTOMÉ, 1998).

Tal como se apresentam, é uma classificação forte, no qual os conteúdos do currículo estão isolados uns dos outros, e mais se parecem como um enquadramento no qual existe um grau mínimo de controle dos educadores sociais e dos aprendizes sobre o projeto e desenvolvimento do currículo.

Desse modo, tem-se a ideia de que conteúdos curriculares constituem elemento a mais a ser consumido, tal como qualquer objeto da sociedade do consumo e acumulação. E com isso ignora-se a problematização e o conflito de dados existentes nas disciplinas presentes no projeto curricular e as relações que existem entre ideologia e conhecimento.

No exame dos conhecimentos selecionados, nota-se a que interesses eles servem, pois seguem a linha científica taylorista-fordista. Não se observa temas que problematizam a formação profissional, que permita aos aprendizes ter uma dimensão mais totalizante de suas realidades, que são ocultados ou são pretendidos como não existentes.

Para desenvolver as estruturas curriculares a Guarda Mirim utiliza-se da metodologia da aula magistral. O/A educador/a social dirige e controla em todos os momentos as interações consideradas admissíveis. A transmissão ocupa lugar relevante e nessa perspectiva enfatizam-se aspectos do domínio verbal e relegam-se dimensões de vitais importâncias, como a pesquisa, a discussão e a reflexão, para lugares secundários, quando não as anulando. E nesse fazer pedagógico, o/a educador/a social ressalta seu poder e autoridade simultaneamente ao fato de legitimar e converter em dogma o conhecimento que transmite.

Segundo Bourdieu (1983),

Transmite muito mais que seu conteúdo literal, propõe um momento de proeza intelectual e, portanto, define indissociavelmente a cultura legítima; facilidade, elegância, brilho e brio são qualidades próprias do ato de transmissão que marcam a cultura transmitida, impostas ao mesmo tempo em que ela aos que a recebem desta forma (BOURDIEU, 1983).

E a oratória ganha relevância na exposição dos conteúdos na aula magistral.

O currículo apresentado tem uma razão organizativa, visto que em uma análise mais profunda esse visa a atender os grupos empresariais da sociedade, quando queixam do sistema educacional não correspondente às suas necessidades e interesses. Esses discursos críticos, conforme examina Santomé (1998), inundam nossa sociedade e são rapidamente assimilados por muitos profissionais conservadores e muitas famílias preocupadas com o ameaçador futuro de seus filhos e filhas no âmbito do trabalho. Talvez isso explique as escolhas feitas pelos cursos que são desenvolvidos na Guarda Mirim, visto a visibilidade que possui a Instituição frente ao empresariado local.

Outro ponto que merece ser observado é o currículo oculto que impregna a organização destas estruturas curriculares. Representa uma das possíveis vias, uma opção parcial a ser considerada dentre as várias existentes e disponíveis dos interesses dos atores sociais que tem o poder e status para participar de sua elaboração.

E nessa conjuntura, o conhecimento se apresenta com fim a-histórico, dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas. Os aprendizes não são estimulados a ver a necessidade de outras disciplinas para compreender as partes da realidade da qual se ocupam. As disciplinas andam em vias opostas das pessoas e dos compromissos e caminham em direção à autonomia plena, margeando as próprias pessoas. Beira à desarticulação que possibilita a criação de mercados independentes, um do saber e outro daqueles que conhecem (SANTOMÉ apud BERNSTEIN, B., 1993, p.160), e isso favorece conforme entende Santomé (1998) mais as ideologias de mercados dominantes nas últimas décadas. Para o autor,

As pessoas perdem importância e um saber abstrato só passa a valer a pena na medida em que for útil como gerador de aumento de renda; os compromissos éticos e democráticos passam para um lugar secundário, pois as dimensões mais tipicamente humanas perdem relevância, a menos que sejam consideradas indispensáveis para favorecer o mercado e a produção. O êxito dos discursos que destacam exclusivamente a necessidade de coordenar ou, sendo mais realistas e sinceros, submeter o sistema educacional às necessidades dos modos de produção capitalista em vigor serve para avalizar este tipo de análise (SANTOMÉ, 1998, p. 107-108).

Sucedem que esse tipo de currículo, organizado em disciplinas costumam transmitir aos docentes e discentes, a convicção de que nem todos os alunos/as têm de ser bem-sucedidos em sua trajetória escolar; que é lógico e normal que alguns estudantes fracassem. Isso legitima uma visão natural da patologia da sociedade. Fracassos passam a ser considerados normais e quase nunca uma das consequências das normas de funcionamento que essa comunidade impõe a si mesma.

A carga horária dos cursos de Assistente Administrativo e Aprendiz Bancário se diferencia como se observa na tabela 5:

Tabela 5 – Carga horária dos cursos

CURSOS	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica (Básica e Específica)	Atividades Práticas	
Assistente Administrativo	400	880	1.280
Aprendiz Bancário	552	1.288	1.840

Fonte: Site Juventudeweb (2017)

Organizado por: Parrela (2017).

As exigências da Guarda Mirim para que os aprendizes façam parte do corpo discente de seus cursos em primeiro lugar, é que cumpram um dia de aulas teóricas (seis horas diárias) em sua sede e quatro dias de atividades práticas (24 horas) nas empresas locais contratantes. Para atender a sua demanda, a Guarda Mirim funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h. Desse modo, os aprendizes frequentam o ensino regular no período noturno. Outra exigência da Instituição é que os adolescentes e jovens tenham pelo menos o Ensino Fundamental incompleto, uma vez que é obrigatório que o aprendiz esteja estudando e que não haja em seu histórico a repetência. As habilidades que os aprendizes devem apresentar é ter a idade compatível, demonstrar interesse e dedicação.

O perfil do público exigido para fazer parte do curso de Assistente Administrativo é de jovens de 15 a 20 anos. Para o curso de Aprendiz Bancário é exigido que o/a jovem tenha idade entre 15 a 18 anos, ambos devem se encontrar em situação de risco social, cuja renda per capita não seja superior a 90% do salário mínimo vigente no país.

A Guarda Mirim justifica a oferta dos cursos de aprendizagem em razão de ser Montes Claros, com população estimada em mais de 400 mil habitantes, cidade que se tornou polo da região, gerando conseqüentemente um processo de acentuada migração do campo para a área urbana, quando as pessoas deixam suas origens para buscar, segundo entendem, melhores condições de vida, acabando por se instalarem nas periferias.

Na visão da Instituição, o desemprego e a ociosidade são as principais causas dos altos níveis de criminalidade juvenil, prostituição, consumo de drogas, delinquência. O programa em questão vem sendo executado há vinte e sete anos, com um total de 2.259 (dois mil, duzentos e cinquenta e nove) adolescentes/jovens encaminhados para as empresas através do programa de aprendizagem, grande parte cursando faculdades diversas, tais como odontologia, medicina, direito, administração, ciências contábeis, engenharia de sistema, engenharia florestal, bioquímica e tantas outras. Inclusive há exemplo de o primeiro a se ingressar na universidade, hoje doutor em bioquímica, professor na Universidade de Viçosa/MG. Com histórias de vida felizes, outros aprendizes que passaram pela Instituição relatam ter famílias já constituídas e estarem bem empregados.

A idade mínima para ingresso nos cursos é de 15 anos, mas a idade máxima para neles permanecer varia: para o curso de Assistente Administrativo, a idade máxima é de 20 anos, enquanto que para o curso de Aprendiz Bancário é de 18 anos de idade. Para os dois cursos ofertados pela Guarda Mirim, o número de educandos por turma é de 30 aprendizes.

A sede da Guarda Mirim está instalada em uma ampla casa alugada. Os espaços essenciais que a associação dispõe são: área para recepção, salas específicas para uso da administração, equipe técnica e coordenação - duas salas que se destinam ao setor administrativo e contábil, uma sala da diretoria, uma sala de aula em quantitativo condizente com serviços ofertados e capacidade de atendimento com lousa, mesa para o professor, mesa e cadeiras adequadas, uma sala do setor pedagógico, um laboratório de informática com trinta 30 computadores em respectivas baias, uma cozinha, uma despensa, um refeitório, quatro banheiros – dois femininos e dois masculinos, e todo o ambiente segue as normas de higiene e segurança.

A infraestrutura mostra-se compatível com os serviços que oferta, recursos humanos disponíveis e capacidade de atendimento com dimensões razoáveis. Além dos espaços essenciais, a Guarda Mirim conta com outros espaços como uma garagem e espaço externo. Na entrada da instituição, logo na recepção, encontram-se grades, câmera de vídeo, portão eletrônico, cerca elétrica e um telefone público no pátio da recepção.

Imagem 3 – Fachada da AMGMMC



Fonte: Acervo da pesquisa.

Nota-se nas fotografias que a estrutura física da Guarda Mirim demonstra o caráter disciplinar da Instituição. Para Foucault (2014, p. 139), “a disciplina às vezes exige uma cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar”. Assim, como forma de tirar o máximo de

vantagens e neutralizar os inconvenientes, de proteger os materiais e ferramentas e dominar as forças de trabalho dos jovens e adolescentes, a Guarda Mirim os reúne no mesmo teto a fim de prevenir e remediar os abusos que poderiam se introduzir entre esses e impedi-los desde o início de progredirem sem esse controle.

Indispensável ao trabalho disciplinar, o espaço é operado de modo flexível e fino. Cada indivíduo fica no seu lugar e em cada lugar, um indivíduo. Evita-se a distribuição em grupos, decompõe-se a formação de grupos, estudam-se as pluralidades que possam se consolidar.

Assim, os lugares rigorosamente determinados são definidos para satisfazer a necessidade de vigiar, romper as comunicações perigosas e criar um espaço útil. E nesse contexto, a disciplina os distribui e os faz circular numa rede de relações. Assim, o espaço da Guarda Mirim torna-se funcional e hierárquico, ao permitir simultaneamente a fixação e a circulação e por recortar a individualização e o estabelecimento de ligações operacionais; marcar lugares e indicar valores; garantir a obediência e a economia do tempo e dos gestos.

Em relação aos materiais, a Guarda Mirim dispõe, para a gestão dos processos de trabalho e atendimento no âmbito dos serviços, de mobiliário, computadores, telefone, impressora e acesso à internet; materiais de expediente e material para desenvolvimento de atividades em sala de aula; veículos para utilização pela equipe; arquivos, armários e outros para guardar pastas individuais em condições de segurança e sigilo e banco de dados necessário ao desenvolvimento dos serviços.

Além dos materiais essenciais, a Guarda Mirim conta com materiais que qualificam o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito de sua unidade e serviços tais como: material multimídia: TV, equipamento de som, aparelho de DVD, acervo bibliográfico (Biblioteca Sofia) e mural com informações de interesse do público externo e assistido, recordações como fotos e cartas de ex-guardas mirins e familiares endereçadas à gestão. Há também dois automóveis que ficam à disposição exclusiva para a realização das atividades Instituição.

O número de pessoal de apoio envolvido na realização das atividades pedagógicas é outro fator que se diferencia como demonstra o Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Número de pessoal técnico-docente envolvido nos cursos e respectivas formações

Nº de docentes	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Nº de docentes	APRENDIZ BANCÁRIO
2	Administração de Empresas (Curso Superior)	2	Administração de Empresas (Curso Superior)
2	Matemática (Licenciatura)	2	Matemática (Licenciatura)
4	Bacharel em Direito	4	Bacharel em Direito
2	Letras (Licenciatura Plena)	2	Letras (Licenciatura Plena)
1	História Social (Doutor)	1	Doutor - História social
1	Ciência da Religião (Licenciatura Plena)	1	Licenciatura Plena - Ciência da Religião
2	Psicologia	2	Psicologia
1	Médico	2	Médico
2	Odontologia	2	Odontólogo
1	Enfermagem (Curso Superior)	1	Enfermagem (Curso Superior)
1	Economia	2	Economia
1	Ciências Contábeis	1	Ciências Contábeis
1	Administração Pública	1	Administração Pública
1	Filosofia Geral (Licenciatura)	1	Filosofia geral (Licenciatura)
1	Informática - Inclusão Digital	2	Informática (Curso Superior)
1	Engenharia Ambiental	1	Engenharia Ambiental
2	Engenharia de Sistema	2	Engenharia de Sistema
		1	Assistente social
		1	Pedagoga
Total: 26		Total: 31	

Fonte: Site Juventudeweb (2017).

Organizado por: Parrela (2017).

No balanço geral, segundo seus Planos de Trabalho encaminhados para o Conselho Municipal de Assistência Social (CMSA), a Guarda Mirim contabilizou-se o atendimento de 1.060 adolescentes e jovens desde os anos iniciais atendeu até o ano de 2012, 2.241 adolescentes e jovens até o ano de 2017.

Tabela 4 – Atendimento da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros nos últimos anos

ANO	CADASTRADOS	EM CURSO	TOTAL
2015	159	66	225
2016	74	132	206
2017	119	120	239
2018	80	120	200

Fonte: Planos de Trabalho 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 da AMGMMC, CMAS Montes Claros (2020).

Com base no Diagnóstico Intersetorial Municipal⁴⁶, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e a Organização Internacional do Trabalho (2016), nas

⁴⁶ Este diagnóstico é organizado pela Organização Internacional do Trabalho conjuntamente com a Secretaria de Avaliação e gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência social por meio da Coordenação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Departamento de Proteção Social Especial e da Coordenação

informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, o município de Montes Claros possuía 87 aprendizes contratados no ano de 2015. O censo 2010 registrava crianças e adolescentes ocupados entre 14 e 15 anos de idade, sendo que nessa idade, conforme a legislação nacional, o trabalho é permitido apenas na condição de aprendiz. Mesmo tratando-se de informações referentes a períodos distintos, é muito pequena a proporção em relação ao total de ocupados no Censo 2010 (7,9%), indicando, portanto, que a grande maioria das crianças e adolescentes ocupados nessa faixa etária encontrava-se em situação irregular de trabalho. Ainda segundo o Censo 2010, na faixa etária entre 16 e 17 anos, 2.612 adolescentes estavam ocupados na semana de referência, embora as informações da RAIS apontem que apenas 304 (11, 6%) eram contratados na condição de aprendiz. É importante ressaltar que a aprendizagem não é a única modalidade de ocupação permitida em lei para essa faixa etária. Por outro lado, também não é possível afirmar, com base nesses dados, que o restante das pessoas ocupadas (contratadas) nesse grupo estivesse dentro da legalidade, mesmo diante as Piores Formas de Trabalho Infantil, aquelas que são vedadas aos menores de 18 anos.

O exame da operacionalização dos cursos abre espaço para algumas ponderações que entendemos ser necessárias de serem trazidas a nu. Entendemos que formar tem o significado de dar forma, estruturar, conceber, criar um plano. E por assim entender, o vinculamos ao controle sobre o trabalho humano.

Nessa perspectiva, a educação deve ser compreendida como aprendizado através do qual o ser social, por meio do seu trabalho, incorpora certos conhecimentos que lhe permitem compreender e agir sobre a realidade a qual se situa, é uma atitude que assinala a própria materialidade do homem (SANTOS, 2005). Entendemos que esta é percebida como esfera que permite ao indivíduo estabelecer a ligação com suas condições materiais de existência.

Para Kuenzer (1997), os avanços das tecnologias proporcionados pelo saber científico não acontecem na escola, mas dentro das relações sociais entre o homem e a natureza, o homem e os outros homens e o homem consigo mesmo. Inserido nesse contexto, o capital apropria-se estrategicamente deste referido saber, apresentando como prioridade, o aumento da lucratividade. Por sua vez, a educação oferecida pelas instituições escolares reproduz esses padrões econômicos, com o enfoque na educação enquanto criadora de força de trabalho.

A Guarda mirim adequa os sujeitos à sociedade em movimento, ao mundo do trabalho. Esta tem por função instrumental de moralizar os aprendizes, suas potencialidades, suas habilidades, adequando-os a um modelo de sociedade, como enfatiza Lima (2012, p. 250), “que prescinde dos indivíduos enquanto sujeitos individualizados e passivos”.

A Guarda Mirim educacionalmente reproduz social e culturalmente as relações estabelecidas em sociedade, uma sociedade que para Lima (2012, p. 253) “é a sociedade real, da qual falamos e na qual vivemos”.

A educação que se observa no contexto da Guarda Mirim é aquela voltada para os pobres, criada na ordem liberal oligárquica, aceitando uma intervenção mínima do Estado frente ao problema dos “menores de rua”, como se observa no fragmento da Ata da Instituição, correspondendo mais como uma questão de higiene pública e de ordem social, nos moldes do paternalismo, do autoritarismo e da reprodução da condição operária.

Atendiam-se inicialmente nessa instituição aqueles encontrados em situação irregular. Sobre a situação irregular, segundo Faleiros (2005),

compreendia-se a privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por desadaptação familiar ou comunitária, e de autoria de infração penal (p. 172).

Desse modo, tem-se a ideia de que ser pobre é considerado um defeito, assim como é também o desvio de conduta, a infração e falta dos pais ou de representantes legais. A ideia e a ação da Guarda Mirim sugerem que para os pobres, deve-se ter uma atitude assistencial e para os considerados perigosos ou delinquentes, os que colocam em risco a sociedade, deve-se ter uma atitude de repressão, em nome da ordem e pela manutenção da higiene da cidade. É na esfera da educação que a Guarda Mirim, articulada pela ação pública como intervenção privada, que ela molda os aprendizes, tal como matéria plástica, mudando-lhes todas as espécies de hábitos e atitudes.

Nota-se que o trabalho da Guarda Mirim se articula com o processo de desenvolvimento capitalista, e se insere na heterogeneidade econômica das várias formas de produção, mantendo a divisão social de classes, a desigualdade e a política de disponibilidade de mão de obra.

O grupo de pessoas que se engajou na defesa da criação da Guarda Mirim para a formação profissional sistemática de adolescentes e jovens “carentes”, ao que parece desejavam contar com uma reserva do trabalhador desgastado.

Mas como pensar atualmente essa parcela dos estratos juvenis? Esses, hoje, são reconhecidos como sujeitos de direitos? Enquanto programa, a Guarda Mirim nasceu no momento em que deveriam ser aplicadas as medidas protetivas. O seu trabalho se articula com políticas focalizadas em segmentos específicos de adolescentes e jovens, o Programa Jovem Aprendiz. Muito se fala na diminuição do trabalho de adolescentes e jovens em decorrência do desemprego estrutural e a necessidade de prolongamento de anos de estudos, em nome da competitividade e da produtividade. Contudo, o desemprego e a desigualdade se apresentam de modo brutal no Brasil. E como política focalizadora, é uma política compensatória da desigualdade na educação, numa perspectiva de se garantir direitos e se contrapor à doutrina da situação irregular e às práticas clientelistas.

Destarte, a educação que a Guarda Mirim desenvolve é hierárquica, conservadora e fragmentada. As relações que nela se constituem são de poder de mando e obediência. Prepondera uma relação administrativa, no âmbito da organização da qualificação profissional. E dessa forma, trabalha-se para obter a disciplina e a ordem.

Tal como o trabalho desenvolvido pelo Rotary Club, citado por Águeda Bernadete Uhle, que

A influência internacional, neste caso, vem da Alemanha, toda voltada para a cultura física aliada à higiene, moral e patriotismo. A meta da educação pelo fortalecimento do físico e moral dos cidadãos se expressa na formação de soldados prontos a entrar em ação na defesa da pátria, na guerra, ou no trabalho, em tempos de paz (Uhle, 1991, p. 132).

O atavismo encarnado na formação do povo brasileiro desde o colonialismo, a Casa Grande e a Senzala, até a partir dos conceitos positivistas de Auguste Comte (Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (Montpellier, 19 de janeiro de 1798 — Paris, 5 de setembro de 1857.) que sustentou teses que influenciaram as visões de “Ordem e Progresso” no Brasil e mais ainda aos militares na Primeira República (1889 a 1930), mostra raízes profundas na estrutura educacional e também institucional brasileira. Foi um braço a mais da Segunda Revolução Industrial (Séc. XIX), com cientificismo, darwinismo e advento de Marx e Engels.

Segundo Uhle (1991, p. 130), é uma educação voltada para a disciplina e controle – a educação para a ordem, a proposta da Guarda Mirim foi inicialmente pensada por meio de uma maior cultura física, higiene e saúde, com inspeção médica, contando com a ajuda do pessoal do serviço público sanitário.

É possível verificar o distanciamento entre os campos administrativo, pedagógico e financeiro, uma vez que a disciplina e a aprovação constituem focos centrais da associação.

Seu modelo organizacional tem por base a eficiência e a eficácia que otimizam seus resultados.

De modo geral, a Guarda Mirim mais se parece com um laboratório do mundo do trabalho, da divisão desigual do trabalho, do fortalecimento dos seus idealizadores e da submissão dos educadores sociais e dos funcionários de modo geral. Esta Instituição existe em função do trabalho. E como afirma Lima (idem, p. 256), “é o trabalho que possui contexto de educação”. Para esse autor, “o que humaniza o homem é o trabalho. É pelo trabalho que o homem se educa. Então o trabalho é inseparável de um modo de educação, mas pode ser separável da escola. O homem se torna homem pela educação” (LIMA, 2012).

A Guarda Mirim auxilia no preparo dos aprendizes, por certo número de maneiras para uma colocação posterior no mercado de trabalho. De modo indireto, a Guarda Mirim utiliza o tempo que os aprendizes passam no interior da sede da associação com o fito de “treiná-los” e prepará-los para a vida adulta, subordinando-os e estimulando-os a acreditar que a formação profissional se equipara às exigências do mercado local. Assim, a Associação enfatiza que a preparação que ela oferta é desenvolvida por especialistas e pessoas com treinamento apropriado, restringindo desse modo o conceito de educação. Isso vai ao encontro quando reafirma com o que Karl Mannheim (1969) e Émile Durkheim (2011) avalizam sobre as funções da educação e da escola, quando Mannheim questiona por quem é organizada a seleção dos fatos importantes expostos pela escola (no caso em questão, pela Guarda Mirim).

A Guarda Mirim promove a socialização no sentido durkheiminiano: todos originam de determinada cultura uniforme, com os mesmos elementos e sem incoerências. A Associação acredita que o educador social é também produto desta mesma cultura e que existe uma subcultura educacional, de teoria e prática autoritárias e aprovadas.

Por meio das observações em campo, verificou-se que a Guarda Mirim possui pessoas escolhidas, um número menor de adultos, que desfrutam de maior ou menor autoridade sobre os aprendizes.

Como acredita Mannheim, estar na escola representa ter vida escolar, tanto na sala de aula ou fora dela. A Guarda Mirim também nutre história peculiar na sociedade montes-clarense e exerce influência nas famílias e desse modo faz questão de realçar os seus atributos de socialização.

No tocante à Guarda Mirim em sua função educativa, pode-se observar, segundo propõe Durkheim, o duplo aspecto: o uno e o múltiplo. A educação e a Guarda Mirim encarregam-se de transmitir a cultura da sociedade, o seu modo de viver, pensar, sentir e agir.

Atuam como veículo de integração da sociedade, respeitando suas peculiaridades. Educação e Guarda Mirim são simultaneamente, unas e múltiplas.

Ao certificar os aprendizes, a Guarda Mirim garante a possibilidade de contratação, de uma relação contratual, e assim a Guarda Mirim, por meio da formação que oferece, forja sujeitos sem resistência, fortalecendo tais laços.

Nessa conjuntura, torna-se uma escola para o empregadorismo, em que os aprendizes gozam de liberdade e autonomia focada no empreendedorismo. Lógica colada com o ideário Liberal, em que o mercado é elemento central, e a comercialização, a negociação e a circulação de mercadorias (aprendizes) são essenciais. Em decorrência disso, o trabalho forma para o individualismo empreendedor, a preparação dos adolescentes e jovens para a empregabilidade, que são formados para se adaptarem ao novo mundo e, ao se adaptarem, mudam seus hábitos e transformam-se em força proativa.

Segundo a ACI (2008, p. 25-31), dentre os 853 municípios que compõem o Estado de Minas Gerais, Montes Claros se coloca em posição de destaque em termos de atratividade e competitividade em relação às oportunidades de negócio e emprego. Essa condição de atratividade e competitividade é garantida entre outros aspectos, por ter o município: potencial de consumo, população, infraestrutura de transporte rodoviário, pelo parque industrial instalado, pela infraestrutura de saúde, pela infraestrutura educacional e pelas instituições de fomento ao desenvolvimento.

Essa condição é propiciadora de espaços para a absorção dos aprendizes no âmbito das grandes indústrias e comércio variado e nas diversas agências bancárias (públicas e privadas) do município, como alega a própria Associação nos resumos dos cursos (JUVENTUDEWEB, 2017).

Este conjunto de instituições abre espaço para potenciais contratações. Segundo o Diagnóstico Intersetorial de Montes Claros (2016), o potencial de cotas para a contratação de jovens aprendizes a ser cumprido com base na estrutura empresarial, em 2016, era de 1.668 vagas, no entanto, segundo o Ministério do Trabalho, foram preenchidas 801 vagas (48% do potencial de cotas).

Ainda conforme o Diagnóstico (2016) além das atividades de aprendizagem existem outros empregos permitidos por lei que podem ser desempenhados por adolescentes entre 16 e 17 anos, desde que sejam assegurados todos os seus direitos trabalhistas: agência dos Correios, agricultura, biblioteca, *Lan House*, salão de beleza, lanchonetes e cafés, padaria, lojas, sorveterias, escritórios, hotel ou pousada, órgãos públicos, gráficas, rádio, jornal, espaços religiosos, escolas e supermercados. Mas essas outras formas não interessam à

Guarda Mirim, pois seu trabalho educativo se limita ao desenvolvimento dos cursos já elencados anteriormente.

No universo de possibilidades existentes, a Guarda Mirim cumpre bem o seu papel de mediadora entre os aprendizes (massa plástica – pode ser moldada e de reserva) e os empresários locais. Para o alcance do objetivo de aumentar as possibilidades de contratação do aprendiz após o término do contrato de aprendizagem, os gestores do Programa sensibilizam a classe empresarial por meio de visitas, reuniões, palestras e nas oportunidades que têm sempre lembram aos empregadores de como tratar os aprendizes.

A Guarda Mirim em seu trabalho busca atender a adolescentes e jovens que estejam em situação de risco social, que, segundo a Norma Operacional Básica do SUAS (BRASIL, 2010), é a probabilidade ou iminência de um evento acontecer. Como relatado pela Presidente da entidade, o desemprego e a ociosidade são fatores que justificam a presença da instituição em Montes Claros. O risco ou a incidência do desemprego, as questões de segurança pública e a violência urbana parecem pesar sobre tal julgamento. E o trabalho que a Associação se propõe a desenvolver parece ser profilático, ou seja, preventivo.

Vivencia-se, nos dias atuais, um contexto de crise do capital, em que se aprofundam as desigualdades sociais em face ao dismantelamento das políticas públicas e a intensificação da violência estrutural. O impacto dessa crise, sobretudo para as juventudes (não qualquer juventude, mas a juventude trabalhadora, das classes menos favorecidas), recai especialmente nas graves violações de direitos.

Mesmo com o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos (a partir da Lei nº 12.857/2013), que trata do Estatuto da Juventude, e a implantação da Política Nacional de Juventude, em verdade a materialização desses direitos manifesta-se de modo quase não perceptível. O Estado, em sua atual gestão, decide retirar progressivamente os investimentos direcionados às políticas sociais, fragilizando cada vez mais a sua execução e implementação.

Conforme aponta Fernandes⁴⁷ (2016), em Montes Claros, os bairros que apresentam maiores problemas são: Cidade Cristo Rei; Cidade Industrial e adjacências (os bairros novos); Village do Lago I e II; parte do Jardim Palmeiras e o Santo Antônio, próximo à BR 365 (diagonal), que funciona como artéria para problemas como a drogadição, enquanto efeito e consequência e a prostituição, mais ligada às pessoas pobres. Essa rodovia liga o Triângulo

⁴⁷ FERNANDES, Wellington. Ex-assessor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Montes Claros, atualmente consultor do Projeto “Para Além das Prisões”.

Mineiro e o Norte de Minas a Goiás e dá acesso à rodovia Rio-Bahia, além de levar aos principais corredores vários para os demais Estados limítrofes com Minas.

Segundo aponta Gomes (2016),

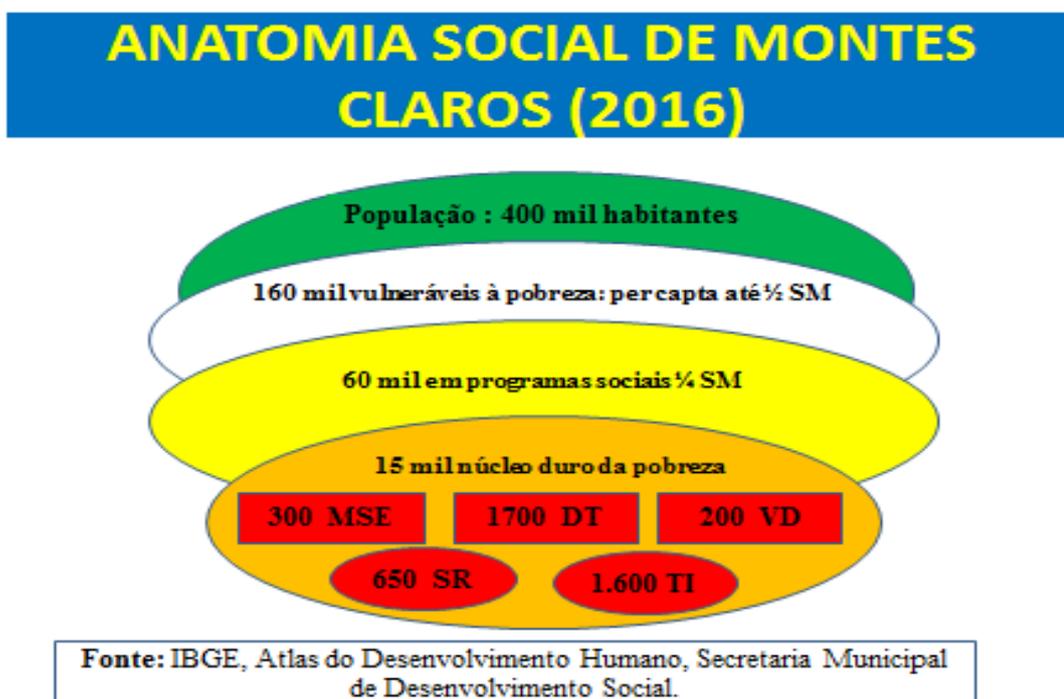
O avanço da criminalidade em Montes Claros tem suas raízes na transição demográfica da década de 1970, momento em que o crescimento industrial e econômico experimentado pela cidade atrai migrantes que contribuem para mudança na dinâmica espacial urbana. Se por um lado não se pode fazer uma associação positiva entre a chegada dos migrantes e o aumento dos indicadores de criminalidade, por outro, o despreparo da cidade em termos de infraestrutura e a busca pelo modo de vida urbano como condição ao sucesso individual e o bem-estar familiar produz um crescimento demográfico significativo. Em consequência, a cidade sofre uma ocupação desordenada e irregular do espaço urbano, o que contribui com a formação de favelas, aglomerados e para precarização das condições de vida que acentuaram as situações de conflitos sociais e disputas interpessoais (p. 110-111).

Ainda acrescenta que

Em Montes Claros, uma das possíveis causas encontradas na literatura que justificam a oscilação dos indicadores de criminalidade e violência poderiam ser o acirramento das desigualdades sociais em função de fatores macrossociais e microssociais, o aumento do sentimento de impunidade, a redução da sensação de segurança, o enfraquecimento dos laços de solidariedade, a fragilização das instituições de controle social formal e informal, a mudança nos padrões de consumo, a intensificação da circulação e comercialização de drogas ilícitas, a inserção de drogas mais baratas e com alto poder de dependência (GOMES, 2016, p. 112-113).

Por outro lado, em trabalho intitulado “Anatomia Social de Montes Claros – 2016”, desenvolvido a partir de dados do IBGE, do Atlas de Desenvolvimento Humano e da Secretaria de Desenvolvimento Social de Montes Claros, Fernandes (2016) enfatiza que em Montes Claros havia naquele ano 400 mil habitantes no município. Dentre esses, havia 160 mil em situação de vulnerabilidade à pobreza, por contarem com renda per capita de até meio salário mínimo. Havia também 60 mil pessoas inscritas em programas sociais recebendo até um quarto do salário mínimo e somado a esses estavam 15 mil pessoas que faziam parte do núcleo duro da pobreza, dentro do que ele convencionou chamar de “ilhas” sociais. Dentro dessas ilhas estavam 300 pessoas em medidas socioeducativas, 1.769 detentos, 200 pessoas em situação de violência doméstica, 650 pessoas em situação de rua e 1.600 pessoas em situação de trabalho infantil, não sendo contadas as prostitutas e os travestis pobres, como demonstra a Figura 2:

Figura 2 – Anatomia Social de Montes Claros (MG) 2016



Para Fernandes (2016), essas pessoas não encontram o trabalho como modo de sobrevivência. A situação para ele é crítica: muitos crimes, muitas pessoas em privação de liberdade nas cadeias, número muito grande de pessoas vivendo nas ruas, em autoabandono.

Em sua percepção, Fernandes diz que o município de Montes Claros não possui uma política local e que só reproduz os programas federais, tornando-se, por esta razão, um mediador sem inovação, e, por isso mesmo, propiciador da contínua demanda reprimida, além de geradora de consequências sociais decorrentes. Alega que este quadro caótico tem duas razões: a *vulnerabilidade econômica* e o *rompimento de vínculos familiares*. Ao analisar a proposta de trabalho da Guarda Mirim, essas são duas frentes que a Instituição se esforça por combater.

Para analisar o impacto (ou não) do trabalho da Guarda Mirim na vida dos adolescentes e jovens e se desse trabalho decorre uma efetiva mudança na perspectiva do primeiro emprego, passaremos para o quarto capítulo, cuja estrutura se ancora nas falas dos aprendizes, educadores sociais, funcionários, gestores e parceiros da Instituição.

4.5 Síntese contextual

Ao sintetizar o presente capítulo, pressupomos que a relação educação e trabalho presentes nas políticas de formação profissional, ao conjugar assistência, disciplinamento e controle social e oferta de ensino e atividades de formação para a subalternidade, aceitação de formas precarizadas de trabalho, ocasiona um aprendizado insuficiente para o segmento juvenil se estabelecer no mercado de trabalho. Dificilmente os tornarão jovens cidadãos-trabalhadores que reconhecem, reivindicam direitos e se fazem partícipes no processo de emancipação social, econômica, política e humana. Esta não é uma relação tão direta, é parte desse sistema nas suas múltiplas facetas e engendramentos, que descortina a mútua dependência entre dominados e dominantes.

A organização da Guarda Mirim reflete a imagem de uma operosa estratégia adotada pelos grupos dominantes que busca projetar a situação de miséria social e econômica do município e da região, para justificar sua presença na cidade de Montes Claros. Ao agir denunciando as mazelas sociais que se voltam aos adolescentes e jovens carentes, a Guarda Mirim aponta para a possibilidade de sua remediação, fabricando uma imagem pejorativa de que a carência é sinônima de delinquência.

Assim, suas ações têm por objetivo o controle social, realizado por meio de um conjunto de estratégias, que tem suas fontes no poder das lideranças, na propaganda ideológica da prestação de serviços ao público carente. São, desse modo, a confirmação da existência de um sistema político autoritário e violento, dominante, que vê nos estratos juvenis carentes, sujeitos ineptos, ignorantes da ordem social, que devem ser ordeiros e trabalhadores, subordinados e ativos.

5 O CONTEXTO CONSTITUINTE DA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os partícipes da Guarda Mirim que nos auxiliam a conhecer mais profundamente essa Instituição, de modo que, ao entrecruzarmos as distintas visões que interagem dinamicamente, possamos por meio de suas vozes representá-la de modo mais aprofundado e conhecer em sua singularidade, o modo unitário de ser.

Para conhecer a Guarda Mirim, refletir sobre ela, apresentamos as percepções, as representações, os conceitos e os juízos que os seus partícipes dela têm. São imagens, reflexões adequadas, verdadeiras, da realidade objetiva da Instituição. Apresentamos aqui, os produtos ideais, pois cremos que o “cérebro por si só não pensa. A consciência está unida à realidade material. Esta influi sobre os órgãos dos sentidos que transmitem as mensagens aceitas pelos canais nervosos ao córtex dos grandes hemisférios cerebelosos” (TRIVIÑOS, 1987).

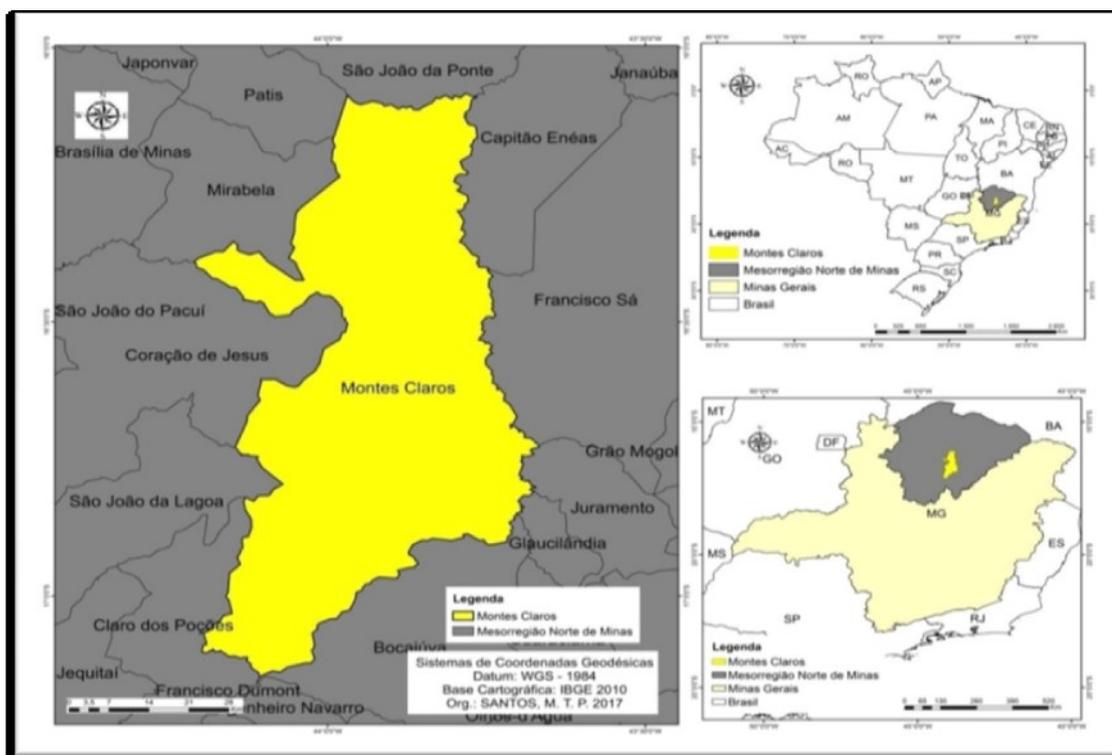
E nessa compreensão, o trabalho que a Guarda Mirim desenvolve e a sua linguagem nos auxiliam a refletir sobre a realidade objetiva da Instituição e com isso, os partícipes tem algo a dizer entre si e a comunidade.

Por considerarmos a participação dos sujeitos como um importante elemento do nosso fazer científico, registrá-la nos auxilia compreender a implicação da Guarda Mirim em suas vidas e das pessoas que nos forneceram as informações, além de nos possibilitar analisá-la em seus processos com especial atenção. Vinculado às vozes dos participantes deste estudo, expressamos também o resultado de nossa observação e nossas anotações de campo.

Nessa triangulação, buscamos abranger a máxima amplitude na descrição e compreensão da Guarda Mirim, pois cremos que não é possível conceber a sua existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculá-la com a macrorrealidade social (TRIVIÑOS, 1987).

Vale lembrar que a cidade de Montes Claros se destaca pela concentração populacional e pela importância econômica no contexto regional. Situada no Norte de Minas Gerais, região caracterizada pelo histórico baixo dinamismo econômico e precariedade dos indicadores sociais, Montes Claros torna-se o centro para a convergência de pessoas e capital (ESDRAS, 2012).

Mapa 3 – Localização de Montes Claros – MG



Fonte: IBGE (2010).
Organizado por: Santos (2017).

Assim, a fim subsidiar informações sobre o terreno em que se firmam as percepções, parte-se da observação das práticas que envolvem a formação dos aprendizes nos programas de aprendizagem profissional em nível de formação inicial, que, como foi abordado no capítulo 3, a aprendizagem que aqui se descreve, está inscrita na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ou Arco Ocupacional⁴⁸.

Apresentar a delimitação administrativa ou político-administrativa torna-se importante uma vez que esta é uma das formas tradicionais utilizadas na classificação territorial aplicada no Brasil que utiliza limites oficiais na diferenciação, considerando o rural e o urbano como adjetivos territoriais (IBGE, 2017).

Vale ressaltar que ainda segundo o IBGE (2017), o Brasil, apesar da sua importância para os municípios, o critério político-administrativo, em parte das vezes não corresponde à

⁴⁸ Entende-se o programa de aprendizagem destinado a qualificar o aprendiz para um determinado agrupamento de ocupações que possuam base técnica próxima e características complementares, garantindo uma formação que amplie as possibilidades de inserção ocupacional do aprendiz ao término do programa, seja como assalariado, autônomo ou em atividades da economia solidária. O objetivo principal da utilização dessa metodologia consiste nas possibilidades de vivências práticas dos beneficiários em mais de uma ocupação dentro da mesma organização, enriquecidas pela troca de experiências entre os aprendizes contratados por diferentes empresas (MTE, 2013).

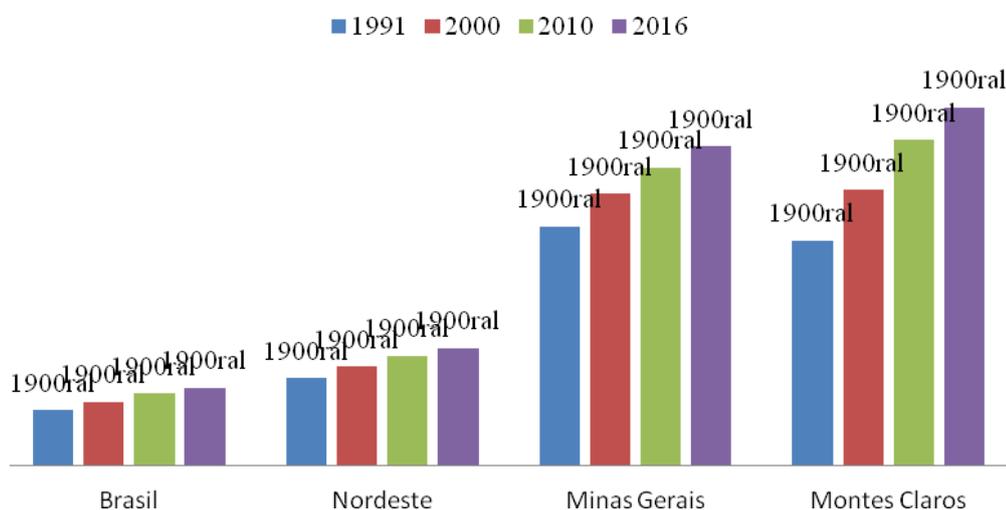
realidade territorial daquela unidade federativa. Por outro lado, pode dar indicativos da dinâmica de ocupação ou imobiliária daquele município.

Para o IBGE, o urbano é definido pela concentração populacional enquanto o rural por sua dispersão. Desse modo, pela natureza das atividades econômicas, a Guarda Mirim se situa no contexto urbano onde há ocupação econômica da população.

Na análise do contexto constituinte da Guarda Mirim, utilizando a morfologia de Montes Claros, ou seja, a análise das formas expressas pelas edificações, loteamentos e uso do solo (IBGE, 2017) propiciou apreender os padrões morfológicos utilizados para a classificação do território da cidade, a fim de localizar os sujeitos no contexto montesclarenses. Também foi utilizado o modo de vida, que constitui outro elemento que se relaciona com a divisão do trabalho e à heterogeneidade social, considerando, assim, as interações urbanas e a geração de inovações.

Sabe-se que os dados aqui apresentados capturam apenas frações da realidade, mas ao adotar esses critérios, buscamos uma visão mais completa ou mais próxima da realidade, pois a partir deles entendemos serem esses relevantes para compreender o planejamento e gestão dos territórios que se articulam com as rápidas transformações sociais sucedidas nas últimas décadas.

Gráfico 1 – Evolução da densidade demográfica por unidade geográfica - 1991-2016



Fonte: IBGE (2016).

Elaboração: PNUD Atlas do desenvolvimento humano, 2013.

5.1 A força de trabalho: os Aprendizizes

Os aprendizizes inscritos nos programas de aprendizagem da Guarda Mirim, e que se dispuseram a participar da pesquisa, têm idades compreendidas entre 15 e 20 anos, ou seja,

estão entre a adolescência e a juventude (considerando a medida em anos) e frequentam a escola, conforme regulamenta a Lei do Aprendiz⁴⁹.

A predominância é do sexo masculino: são 21 homens e 13 mulheres e prevalecem aqueles que se autodeclararam negros e pardos.

Tabela 5 – Idade dos aprendizes participantes da pesquisa

15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	Não informaram
11	12	3	2	3	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Destaca-se que 32% dos aprendizes estão na faixa prevista para a condição de aprendiz, conforme estabelecido pela Lei da Aprendizagem⁵⁰.

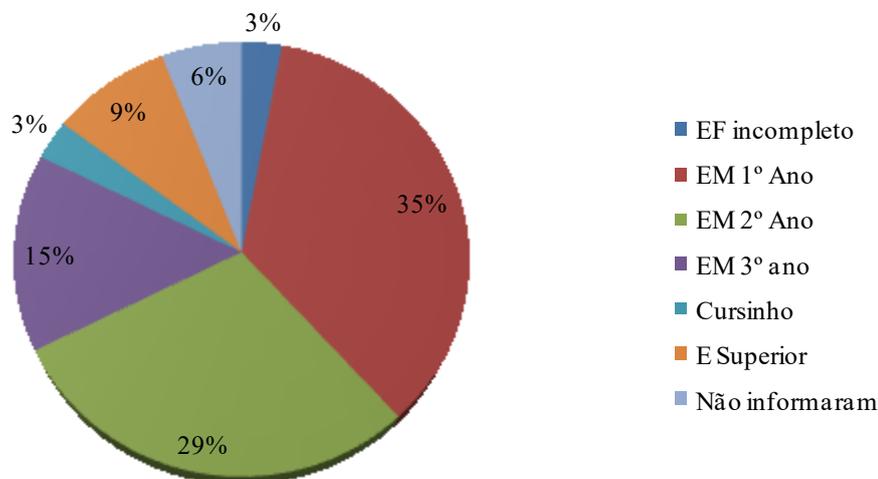
Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se adolescência a faixa etária dos 12 até os 18 anos de idade incompletos. No entanto, em outras áreas do conhecimento, como a psicologia, é comum definir a adolescência como um momento crucial da vida de um indivíduo, quando acontece “a perda definitiva da condição de criança, que implica a finalização de um processo de desprendimento que começou no nascimento” (ABERASTURY; KNOBEL, 2008).

Assim, no universo de trinta e quatro participantes, um deles está cursando o Ensino Fundamental, vinte e sete frequentam o Ensino Médio, três frequentam o Ensino Superior e outros três não informaram a escolaridade.

O nível de instrução configura-se dado relevante, em que se verifica que parte significativa dos aprendizes (85%) estão matriculados no Ensino Médio: no 1º ano está 35%, no 2º ano está 29% e no 3º ano está 15%. Ressalta-se que conforme exigência da Lei e do Estatuto da Guarda Mirim, todos os aprendizes estão devidamente matriculados no ensino regular.

⁴⁹ Lei do Aprendiz – Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

⁵⁰ A Lei de Aprendizagem vigente engloba as Leis 10.097, de 19 de dezembro de 2000; 11.180, de 23 de setembro de 2005; e 11.788, de 25 de setembro de 2008 que modernizaram os artigos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. A aprendizagem é um direito dos jovens que também é assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Gráfico 2 – Nível de instrução dos aprendizes

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Conforme dados recolhidos na pesquisa de campo, os aprendizes desenvolvem suas atividades em instituições bancárias, em empresas do comércio, educação, saúde e outras. Isso demonstra a franquia da instituição com a prestação de serviço desenvolvendo a formação de trabalhadores aprendizes que respondam à demanda dos setores de Comércio e Serviços.

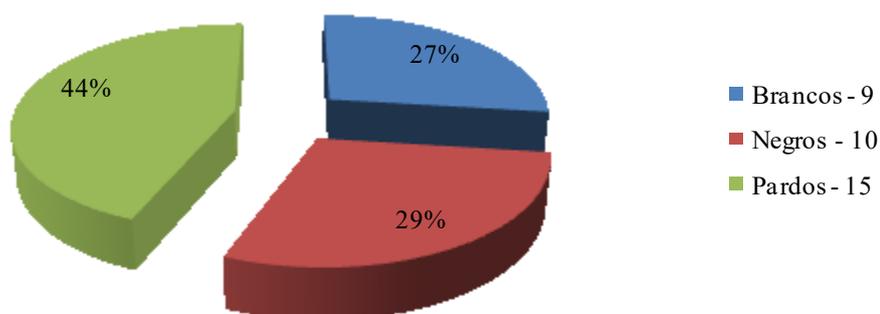
Quadro 7 – Empresas em que se realizam as atividades práticas dos cursos

SEGMENTOS	PARCEIROS
Bancos	B. do Nordeste (Centro); Instituto Nordeste Cidadania CrediAmigo; (B. Major Prates); Sancoop (Centro)
Comércio	Refrigeração Mota (Centro); Redeflex Comércio e Serverviço de Telefonia; Embracon; Indumetal Estruturas Metálicas (B. Delfino Magalhaes); Distribuidora Ágape (Centro); Sorbon Ltda (B. Jaraguá); Centro de Cultura Alternativa do Norte de Minas (Centro); Drogeria Minas Brasil (Centro)
Educação	Faculdade Santo Agostinho (B. Cidade Nova); Faculdades Integradas Pitágoras (B. Ibituruna); Instituto Educacional Santo Agostinho (B. JK)
Saúde	Ressonar Imagens Médicas (B. São José); Grupo Ressonar Imed (B. São José); Fundação Sara Albuquerque (B. Canelas II)
Outros	Cartório de Ofício de Notas (Centro); Serquip Tratamento de Resíduos (B. Distrito Industrial); 11ª Região Integrada de Segurança Pública (B. Ibituruna); Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) (Centro); Pastificio Santa Amália (B. Planalto)

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Em relação à etnia dos aprendizes:

Gráfico 3 – Etnia dos aprendizes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Segundo Bento e Beghin (2005), a juventude negra tem sido a principal vítima dos processos de violência e de precárias condições de acesso à escola e ao mercado de trabalho. Entendem os autores que as trajetórias de exclusão social marcadas por discriminação racial potencializam essa situação, uma vez que constitui resultado de processos promovidos pelo medo e pela defesa de privilégios, aspectos centrais para estigmatizar estes jovens. Ainda para as autoras (BENTO; BEHERING, 2005, p. 194), “no mundo do trabalho, o processo de exclusão vivido pelos jovens pretos e pardos apresenta para estes, maior dificuldade em encontrar uma ocupação, maior informalidade nas relações trabalhistas e menores rendimentos”.

Todos os participantes são solteiros e a maioria (30) nasceu em Montes Claros enquanto 4 nasceram em outras localidades: dois nasceram em Coração de Jesus, um em Montalvânia e outro em São Paulo. Os que nasceram em Montes Claros moram com os pais e desses, apenas três não moram em casa própria. Os que vieram de outras cidades moram com parentes ou pensionatos.

Quanto aos cursos de aprendizagem em que se matricularam, 30 aprendizes frequentam o curso de Assistente Administrativo e quatro deles se matricularam no curso de Aprendiz Bancário. Assim, o setor bancário emprega nove aprendizes enquanto o setor de comércio, em seus vários segmentos, emprega vinte e cinco aprendizes.

Verificou-se que os aprendizes residem em bairros e loteamentos que circundam o centro da cidade e para descrever melhor as condições estruturais, disponíveis e mais próximas de suas residências, optou-se por adotar a regionalização utilizada pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, como demonstra a figura a seguir:

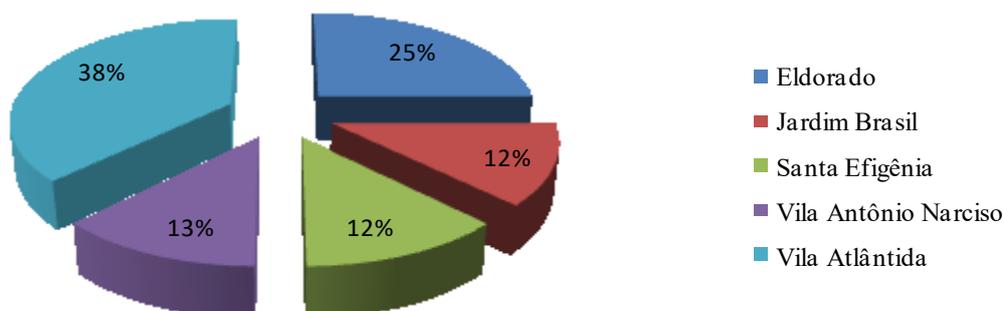
Mapa 4 – Regionais de reorganização territorial de Montes Claros – MG



Fonte: Prefeitura de Montes Claros (2010).

Assim, na Região Norte – Santos Reis, que em 2010 contava com 39.140 habitantes, residem 8 aprendizes.

Gráfico 4 – Região Norte - Santos Reis



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

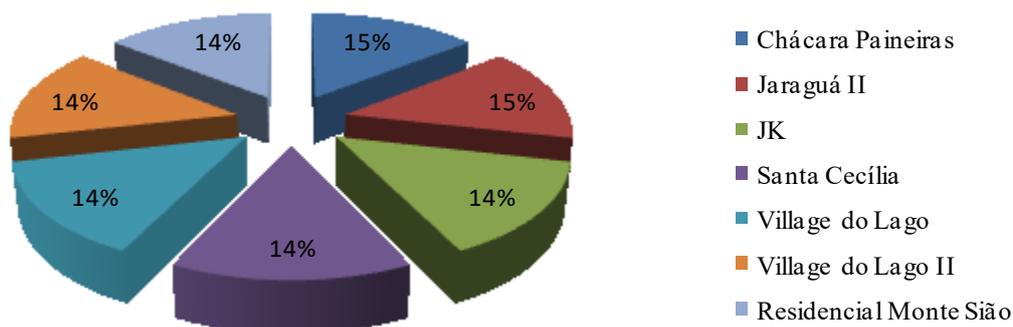
A região Norte foi a que mais cresceu a partir de 1970 e isso ocorreu após a instalação do Distrito Industrial e, antes mesmo disso, já estavam presentes nessa região dois bairros bastante populosos: Renascença e Santos Reis (LEITE, PEREIRA; 2008).

Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Coordenação Política e Ação Comunitária, a região Norte – Santos Reis: a região conta com três escolas municipais, um centro de convívio, sete CEMEIS, dois centros de saúde, onze equipes de Saúde da Família,

três pontos de apoio – Centro de Zoonoses, um Telecentro, um hospital, um CRAS e uma lavanderia.

No que concerne à Região Nordeste, em 2010 esta era habitada por 32.208 pessoas, e residente nela 7 aprendizes.

Gráfico 5 – Região Nordeste - Renascença

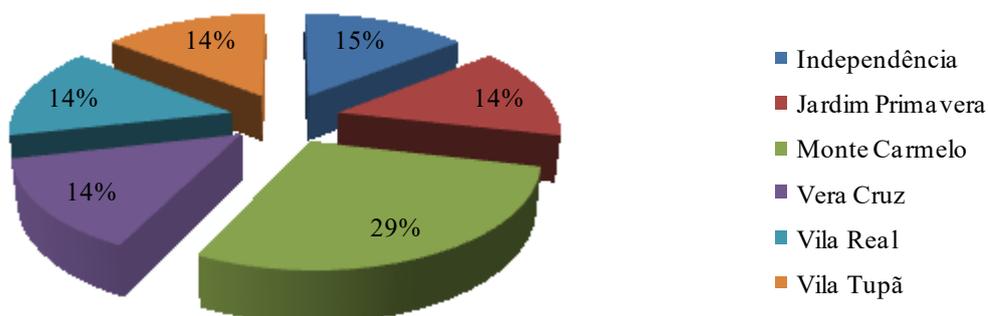


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010), esta região conta com as seguintes instituições públicas: cinco escolas municipais, dois centros de convívio, três CEMEIS, uma unidade de ensino conveniada, dois centros de saúde, sete equipes de Saúde da Família, dois pontos de apoio – Centro de Controle de Zoonoses, um Centro Vocacional Tecnológico, um CAIC e um CRAS.

Segundo Leite (2011, p. 173) a região Nordeste conta com duas áreas isoladas de alta renda, que correspondem aos bairros Jaraguá e Guarujá. Explica o autor que a formação desses loteamentos foi uma tentativa de criar novas oportunidades de moradia para a população de renda elevada. Segundo o entendimento do autor, embora tenha havido uma atração da população de alta renda, a taxa de ocupação dos lotes ainda é pequena.

A Região Leste, no ano de 2010 contava com uma população de 93.663 habitantes e nela residem 7 aprendizes.

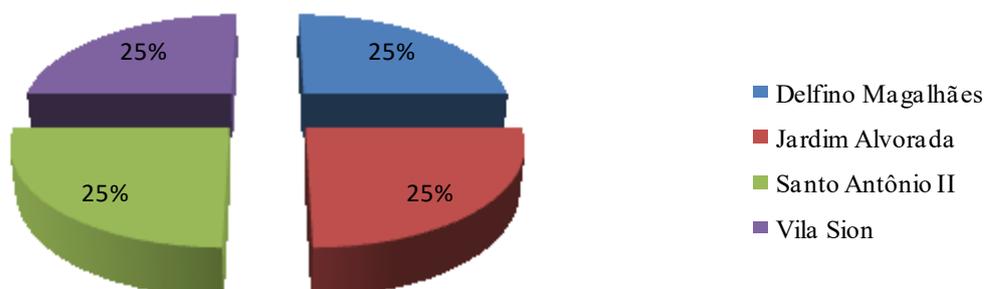
Gráfico 6 – Região Leste – Esplanada

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010), a Região Leste conta com sete escolas municipais, dois centros de convívio, três CEMEIS, dois centros de saúde, dez equipes de Saúde da Família, sete pontos de apoio – Centro de Controle de Zoonoses, um EACS, uma Policlínica, um Centro de Referência em Doenças – DST/AIDS, um Centro de Zoonoses Sede da Secretaria Municipal de Saúde.

Leite e Pereira (2004) apontam que a partir de 1980 esta região tem vivenciado forte adensamento populacional com o surgimento de vários bairros, como, por exemplo, o bairro Independência que absorveu uma enorme população de baixa renda.

Em relação à Região Sudeste, em 2010 contava com uma população de 58.135 habitantes e nela residem 4 aprendizes.

Gráfico 7 – Região Sudeste – Delfino

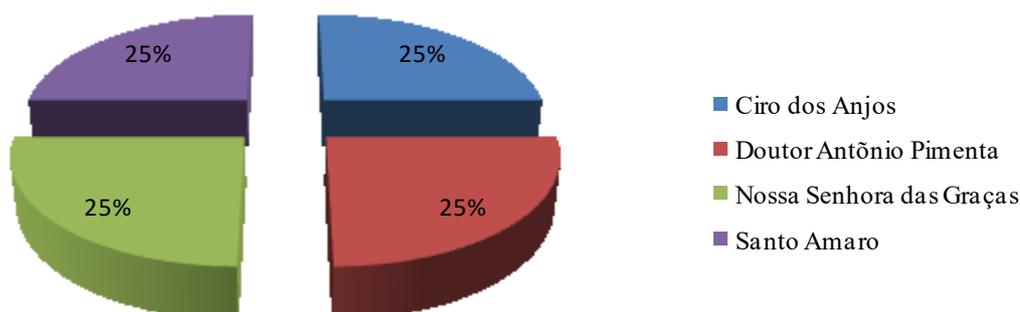
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010), estão presentes nesta região os seguintes equipamentos públicos: quatro escolas municipais,

um Centro de Convívio, quatro CEMEIS, cinco unidades de ensino conveniadas, quatro Centros de Saúde, treze equipes de saúde da família, dois pontos de apoio – Centro de Controle de Zoonoses, uma Policlínica, um Pronto-Atendimento 24 horas, uma unidade do SAMU. Conta também com um Centro de Referência em reabilitação física, um Centro de Oftalmologia Social, um Centro de Especialidades Odontológicas, um Laboratório de Análise de Água, um Ônibus odontológico, um Ginásio Poliesportivo, um Centro de Controle de Zoonoses e um CRAS.

A Região Sul – Maracanã, em 2010 contava com 68.670 habitantes e nela residem 4 aprendizes. Esta região tem sua expansão, na década de 1980, decorrente da sua localização geográfica, e limitada por duas importantes rodovias: a BR-135 que liga Montes Claros à capital do estado de Minas Gerais – Belo Horizonte e a BR-365 que permite o acesso à região do Triângulo Mineiro e a Capital Federal – Brasília (LEITE, 2003).

Gráfico 8 – Região Sul - Maracanã



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

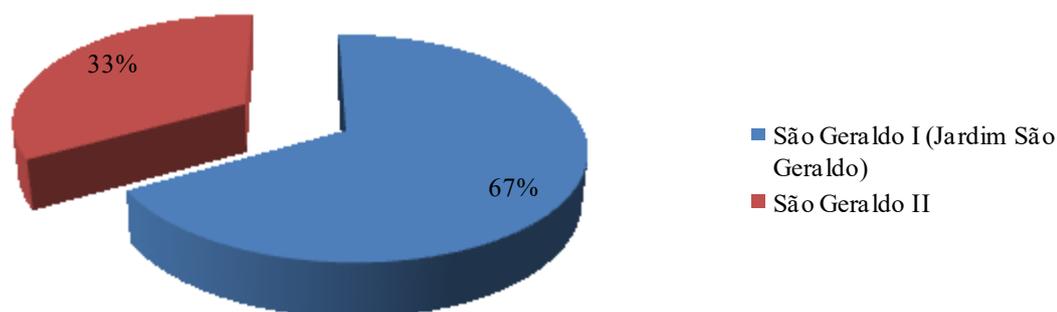
Segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010), estão presentes nesta região os seguintes equipamentos públicos: cinco escolas municipais, nove CEMEIS, uma unidade de ensino conveniada, três Centros de saúde, onze equipes de Saúde da Família, três pontos de apoio – Centro de Controle de Zoonoses, uma Farmácia Popular, uma Policlínica, um CAPS (Policlínica Hélio Sales), um CAIC, um Tele Centro e um CRAS.

Leite e Pereira (2004) destacam que em 1970 essa região contou com certa infraestrutura e na década de 1980 apresentou considerável crescimento e passa por significativas transformações sendo beneficiada pelo Projeto Cidade de Porte Médio: pavimentação de ruas e avenidas, construção de postos de saúde e praças de lazer, o que fez

com que ela se valorizasse. A partir dessa década essa região teve um crescimento urbano-social acima da média e atualmente conta com uma boa infraestrutura e possui comércio diversificado. Sua posição geográfica fica próxima às importantes vias de acesso como a BR 135 e a BR 365 que ligam Montes Claros a cidades como Bocaiuva, Coração de Jesus, Claro dos Poções, Jequitai e lugares como São João da Vereda, Canto do Engenho, Santa Bárbara e Claraval. Os ocupantes dessa região são predominantemente migrantes oriundos desses lugares.

A Região Sudoeste contava em 2010 com uma população de 30.482 habitantes e residem nela 3 aprendizes.

Gráfico 8 – Região Sudoeste – Major Prates



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010), estão presentes nesta região os seguintes equipamentos públicos: uma escola municipal, três CEMEIS, um Centro de Convívio, uma unidade de ensino conveniada, um Centro de Saúde, um SAMU, um ponto de apoio – CCZ, quatro PSF, um Tele Centro, um Zoológico, um Ginásio Poliesportivo, duas quadras poliesportivas, uma Feira Livre, dois Parques, uma Sede da Secretaria de Educação, uma Sede da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer e um CRAS.

Para Leite e Pereira (2008, p. 97-98), o Major Prates limita-se ao sul com o bairro Morada do Sol, ao norte com o bairro Sagrada Família, a leste com o Jardim São Geraldo, Vargem Grande e Canelas e a oeste com o bairro Augusta Mota. A localização do bairro Major Prates foi o principal fator para o crescimento e desenvolvimento que ao longo dos anos vem ocorrendo. Acrescentam os autores que foi na década de 1980 que ocorreu a maior concentração de pessoas. Atraídas pelas novas oportunidades de emprego, as pessoas

deixavam as cidades e povoados ao sul do município de Montes Claros e se instalavam no bairro Major Prates, que foi o primeiro dessa região da cidade.

A Região Centro contava em 2010 com uma população de 61.944 habitantes e reside nela somente 1 aprendiz.

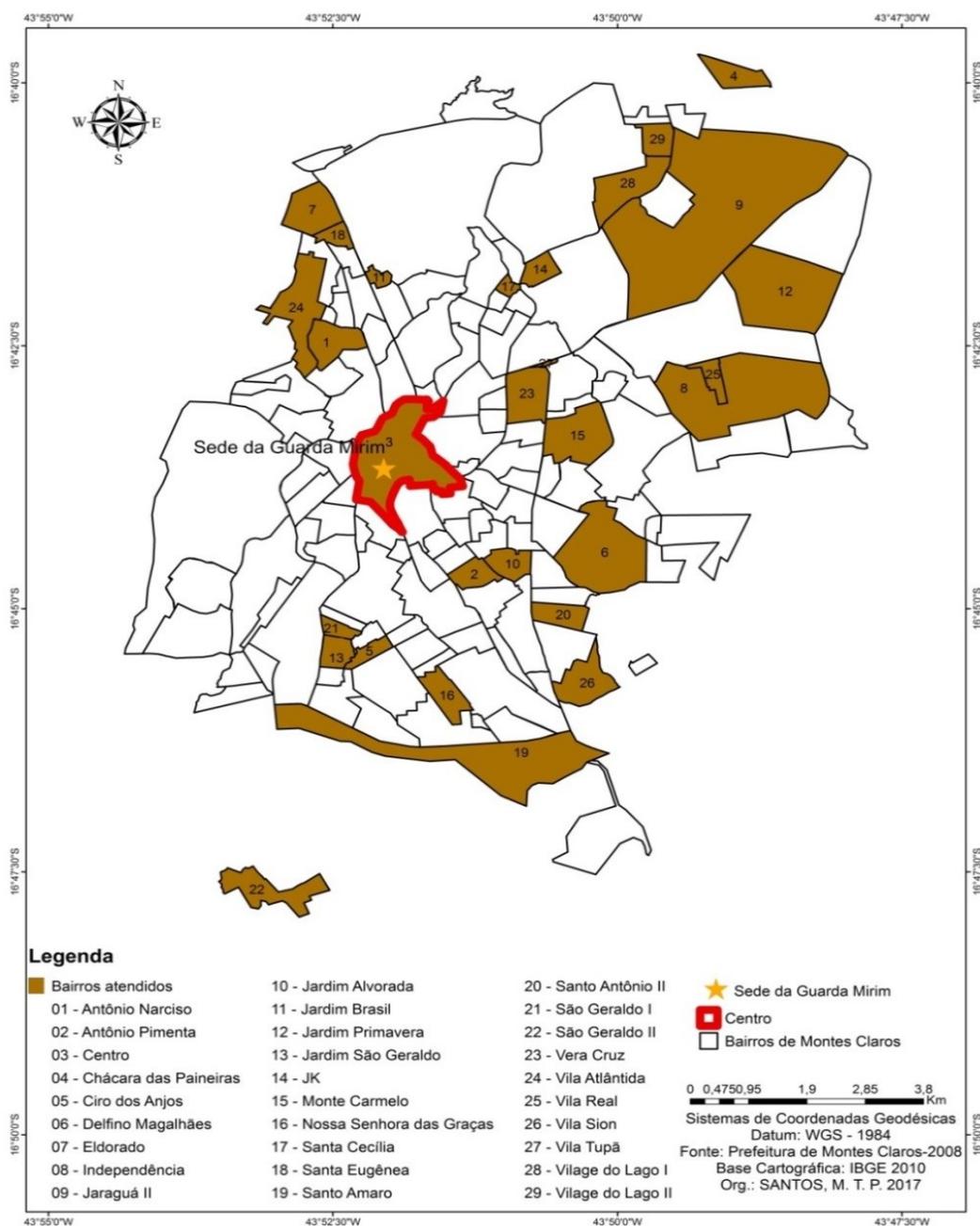
Segundo a Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010), estão presentes nesta região os seguintes equipamentos públicos: um Centro de convívio, uma unidade de ensino conveniada, um Centro de Saúde, duas equipes de saúde da família, três pontos de apoio – Centro de Controle de Zoonoses, uma Farmácia Popular, um CAPS, um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, um Centro de Educação Permanente, um Setor de Vigilância Sanitária, um Setor de manutenção e reformas, um Almoxarifado Central, um Setor de vigilância Epidemiológica/regulação/anexo, quatro Hospitais, um Centro de cultura popular – Arte e Ofício, um Centro Cultural, duas Bibliotecas Públicas e um CREAS.

A região central da cidade sempre atraiu determinados serviços, bem como o comércio, tanto pela facilidade de acesso como pela proximidade de diferentes atividades. No caso de Montes Claros, verifica-se que o centro principal sempre exerceu importante papel no desenvolvimento da cidade, conforme apontam Pereira e Leite (2008, p. 102). Ainda para estes autores, há uma tendência a agremiações de atividades similares e complementares no centro da cidade. Assim,

Na área urbana, a distribuição espacial da população está diretamente relacionada com a condição social dos moradores, gerando desigualdades internas na cidade. A cidade é, em síntese, o reflexo da situação social de seus habitantes cuja desigualdade se expressa na forma de ocupação do solo urbano (LEITE; PEREIRA, 2005, p. 7481).

Frente ao exposto sobre a localização de residência dos aprendizes, vale destacar que em análise espacial de Montes Claros, Pereira et al (2012) apontam que 55% dos domicílios apresentavam renda per capita abaixo de um salário mínimo, enquanto as classes com mais de cinco salários de renda per capita totalizavam 4% dos domicílios. Acrescentam os autores que as leis municipais são generalistas, funcionais e pouco contribuem para dirimir a segregação socioespacial da cidade e que as populações com maior poder aquisitivo se localizam na parte centro-oeste da cidade, o que evidenciava a segregação residencial da parcela de alta renda.

Mapa 5 – Bairros e loteamentos de residência dos aprendizes da AMGMMC



Fonte: Prefeitura de Montes Claros (2009)

Organizado por: Santos (2017).

A mobilidade da cidade natal para a cidade de Montes Claros é de 11, 76%. As cidades de origem destacadas foram São Paulo, Montalvânia e Coração de Jesus. Em dois casos há indícios de tentativa da família do participante da pesquisa de morar em outra cidade de melhor condição e outro caso em que a mobilidade indica uma vinda para Montes Claros, após a tentativa fracassada de viver em uma cidade maior e mais dinâmica.

Desse modo, observou-se que residem com os pais 88,2% dos aprendizes, e que do total de aprendizes que participaram da pesquisa, 79% residem em casas próprias, com ruas asfaltadas, com água corrente e energia elétrica.

No tocante à renda familiar, 12 aprendizes disseram que suas famílias possuem renda de até um salário mínimo por mês, 17 disseram que suas famílias percebem de um a dois salários e 5 aprendizes disseram ter de dois a quatro salários mínimos.

Estes dados nos remetem à importância de se pensar a problemática dos conflitos cometidos e sofridos pelos jovens no contexto da vulnerabilidade social intensificada pela sua situação socioeconômica. Por vulnerabilidade social entende-se:

o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 13).

Ao buscarmos na literatura especializada, não encontramos um significado único para o termo vulnerabilidade, e por constituir-se em um conceito complexo, o reconhecemos como multifacetado. Sendo assim, torna-se vital elucidar com qual concepção se dialoga neste trabalho.

As situações de vulnerabilidade podem decorrer de vários fatores: pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência, entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado (PNAS, 2004).

Diferentes autores abordam o conceito de vulnerabilidade. Katzman concebe a formulação de ativos-vulnerabilidades, e que é utilizada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). O autor compreende que as vulnerabilidades sucedem da relação entre as variáveis de *estrutura de oportunidades*, ou seja, a composição entre: a) mercado (empregos, estrutura ocupacional); b) sociedade (em especial, capital social – relações interpessoais de apoio mútuo, geradas com base em princípios de reciprocidade como ocorre, por exemplo, na organização familiar, na comunidade, nos grupos étnicos ou na religião), e c) Estado (políticas de bem-estar e estruturas de representação de demandas e interesses, por exemplo: conselhos de direitos) e a *capacidade dos lugares* que diz respeito às possibilidades de acesso a condições habitacionais, sanitárias, de transporte, serviços

públicos, entre outros - fatores que incidem diretamente no acesso diferencial à informação e às oportunidades e, conseqüentemente, no acesso a direitos (MDS, 2012).

Para o MDS (2013, p. 77), a vulnerabilidade compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que têm origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é só financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

Por esse ângulo, são as diversas combinações entre ambas variáveis que determinam tipos e graus de vulnerabilidade diferenciados. Para que os atores sociais representem de modo mais pontual, Katzman aponta que além de depender de suas capacidades de gerenciamento de ativos, devem levar em conta também um contexto histórico, econômico e social produzido de oportunidades e precariedades, da intermediação ou proteção da estrutura estatal para que consigam desfrutar dos diferentes tipos de ativo indispensáveis para responder às situações de vulnerabilidade.

Para o DIEESE, o termo vulnerabilidade designa a zona intermediária instável que combina a precariedade do trabalho, a fragilidade dos suportes de proximidade e a falta de proteção social. Desse modo, caso ocorra algo como uma crise econômica, o aumento do desemprego e a generalização do subemprego, a zona de vulnerabilidade se amplia e avança sobre a zona de integração e gera a desfiliação.

Neste caso, devem-se analisar as situações de vulnerabilidade dos indivíduos ou famílias a partir da existência ou não de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco. Por conseguinte, a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais diz respeito ao grau de capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, dito de outra forma, a posse/controlar de ativos que constituem os recursos diligenciados para o aproveitamento das oportunidades disponibilizadas pelo Estado, mercado ou sociedade, sejam eles: *físicos* – moradia, bens duráveis, poupança, crédito; *humanos* – trabalho, saúde, educação (capacidade física e qualificação para o trabalho); e *sociais* – redes de reciprocidade, confiança, contatos e acessos à informação.

Por esse prisma, deve-se considerar a condição de vulnerabilidade das pessoas e famílias a partir da inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e pelo grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social.

Na opinião de Marandola Jr. e Hogan (2006), o termo vulnerabilidade apela para os estudos sobre a pobreza enquanto um novo conceito forte, seguindo os estudos já utilizados no passado como: exclusão/inclusão, marginalidade, *apartheid*, periferação, segregação, dependência etc. Evidencia-se ainda que este termo tem sido utilizado para tratar do cerceamento dos bens de cidadania na dependência de uma diminuição de renda ou de perda de capital social.

Pelo exposto, afirma-se que a abordagem adotada pela Guarda Mirim, que se orienta pela PNAS, ao dialogar com as posições teóricas apresentadas, possibilita-nos compreender uma visão complexa e menos determinista das situações de pobreza, com sentido dinâmico para estudar as desigualdades e a heterogeneidade de situações de desproteção social que venha a se apresentar no exame do perfil dos aprendizes assistidos por essa Instituição.

Reiteramos a partir do que estabelece o MDS (2012) que a vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias. Esta não é um estado, uma condição dada. É uma zona instável que as famílias podem experimentar, recaindo ou permanecendo nela ao longo de sua história. É um fenômeno complexo e multifacetado, que não se manifesta da mesma forma, exigindo uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento. Uma vez que não seja compreendida e enfrentada, pode gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciais. E por último, as situações de vulnerabilidade social - não prevenidas ou enfrentadas - tendem a tornar-se uma situação de risco.

Assim, acredita-se que a Guarda Mirim adota o conceito de vulnerabilidade e risco que se fundamenta no campo da Assistência Social, que segundo Yazbek (2012, p.304-305) busca efetivar direitos que emergem como política estratégica, não contributiva, e que se volta para o enfrentamento da pobreza e para a construção e o provimento de mínimos sociais de inclusão, além de universalização de direitos, mesmo na tradição histórica clientelista que permeia a área sempre vista como prática secundária.

O que nos leva a esse entendimento são as evidências obtidas por meio das falas dos partícipes que enfatizam ser o segmento juvenil atendido pela Guarda Mirim, exposto à vulnerabilidade social. Há nessas falas uma definição pouco precisa do papel da juventude na sociedade montes-clarense contemporânea: a imprecisão vai desde a autonomia relativa, a (in)dependência financeira e responsabilidades e direitos ambíguos no que diz respeito a sua participação no mercado de trabalho. Pode-se exemplificar esta consideração quando se observam as atividades a que os aprendizes são submetidos – trabalho fragmentado, parcelar

realizado num contexto de incertezas em relação à sua trajetória futura. Assim, considera-se que os aprendizes participantes dos Programas de Formação Profissional oferecidos pela Guarda Mirim, são filhos da classe que vive-do-trabalho, em outras palavras, filhos dos homens e mulheres, produtivos ou improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender a sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário; ou seja, o proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados dos setores de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos desempregados (ANTUNES, 2018)

Como afirma Antunes (2018, p. 64) esses adolescentes e jovens são oriundos da classe do precariado, classe distinta da que se formou durante o capitalismo industrial e que seria uma nova classe, diferenciada do proletariado herdeiro da era taylorista-fordista, que tem sua configuração mais próxima de uma nova classe mais desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e mais vulnerável, mais facilmente atraída por “políticas populistas”, suscetíveis de acolher inclusive apelos “neofacistas”.

Assim, analisando as suas falas, tem-se a ideia de como o pertencimento prefigura e predetermina todas as chances que os aprendizes têm e vão ter em todas as dimensões de suas vidas. A socialização familiar primária, específica, reproduz no tempo e de modo prospectivo, através de seus membros e pela transmissão afetiva de uma dada economia emocional, com um certo “patrimônio de disposições” (SOUZA, 2017, p. 88) para um comportamento prático. Para este autor, o pertencimento de uma classe é um aprendizado que possibilita o sucesso ou o fracasso social.

Na análise da sociabilidade e do lazer dos aprendizes, referindo ao tipo de uso que fazem do tempo liberado do trabalho e das ocupações obrigatórias, revela-se quando, como e onde buscam atividades de descanso, divertimento e desenvolvimento desinteressado. Além do campo de possibilidades em que os aprendizes investigados encontram-se inseridos, também suas visões de mundo e modos de vida definem suas escolhas em termos de práticas de sociabilidade e lazer.

Quando questionados sobre a participação ou não em algum grupo, dezoito aprendizes afirmaram participação em grupo religioso, um afirmou participar de grupo esportivo, enquanto quinze aprendizes disseram não participar de nenhum grupo. Logo, a igreja e a escola figuram como os espaços públicos mais frequentados pelos aprendizes, seguido dos espaços que abrigam os diversos seguimentos do comércio e de lazer como campo de futebol. O espaço privado mais frequentado pelos aprendizes, segundo os seus relatos, foi o local de trabalho.

No que se refere à religião, 61,5% dos participantes da pesquisa se afirmaram como católicos, enquanto 35,29% se afirmaram evangélicos, fato que revela a existência de uma variação entre a distribuição da filiação religiosa entre as faixas etárias. Conforme o IBGE (2010), a maioria absoluta da população é católica. Parece-nos que as escolhas religiosas não são feitas conduzidas somente pelo referencial da família, mas indica-nos que há uma disposição para a experimentação. Segundo Novaes (2005), os jovens são os que mais transitam entre vários pertencimentos em busca de vínculos sociais e espirituais.

Entende-se que este é um dos aspectos da experiência humana que coopera com a produção da subjetividade, transpondo épocas, culturas e espaços sociais. A religião é um sistema simbólico característico do pensamento humano na sua necessidade de produzir um mundo em que se seja possível viver (VERNANT, 1983).

Deste modo,

Os homens edificaram toda uma série de sistemas que lhes permitem ultrapassar os dados do real, atravessá-los por visarem, por seu intermédio, a universos de significações, de valores, de regras, que servem de cimento para uma comunidade. Assim o homem se distingue do animal, que não fabrica ferramentas nem conhece propriamente a linguagem, nem a socialização, nem a história. Ora, para mim, a religião é um desses sistemas simbólicos (VERNANT, 1983, p.70).

Em um contexto dinâmico e veloz em que estão inseridos os jovens aqui pesquisados, diversas e acessíveis informações estão ao seu alcance, e isso faz da religião uma argamassa que une e dinamiza as relações.

As características como renda, escolaridade e posição no mercado de trabalho, ao se relacionarem com os padrões de práticas culturais dos(as) aprendizes granjeiam peso relevante para explicar como as ações da Guarda Mirim influenciam na vida de seus assistidos. Entendemos que tanto o capital cultural como o capital econômico influenciam as práticas individuais que são socialmente orientadas, no entanto, essas, associadas às redes de sociabilidade, ao vivido em espaços de interação social. O que é dado pela estrutura institucional distribuída no âmbito da cidade de Montes Claros, dos eventos disponíveis, das ideologias e interesses que variam ao longo do tempo e nas trajetórias de vida, nos oferecem possibilidades de compreender quem são os aprendizes em suas condições juvenis. Acreditamos que tais práticas dependem das institucionalidades, das possibilidades da oferta de bens e equipamentos culturais e do acionamento de disposições genéricas e múltiplas que levam este grupo específico da juventude àqueles espaços de transmissão e socialização.

Nessa linha de entendimento, em relação aos equipamentos públicos⁵¹, que mais utilizam, o meio de transporte coletivo urbano (ônibus) foi o mais citado, isso porque é por meio dele que os aprendizes se deslocam para suas escolas e seus locais de trabalho. Além disso, este é um meio de transporte utilizado também nos finais de semana para irem à igreja e aos parques com suas famílias.

No que concerne aos espaços públicos, aqui entendidos como um tipo de propriedade e por uma possibilidade de uso (SOBARZO, 2017), os aprendizes disseram que os espaços – que não é de propriedade privada, de domínio ou propriedade das instituições públicas (federal, estadual ou municipal), comunitários, que mais utilizam são as escolas, as igrejas, os postos de saúde e os parques.

Em contrapartida, ao serem questionados sobre os espaços públicos que eles não frequentam, os aprendizes unanimemente apontaram que os bares, boates, festas, clubes e casas de show não fazem parte da forma de lazer que gostam. As justificativas dadas foram várias: a não apreciação desse tipo de lugar; por questões religiosas; pela representação do lugar - de confusão e pouco seguro e por não terem idade para frequentá-los.

Quanto ao motivo que os levaram a procurar se matricular nos cursos de aprendizagem, o desejo de conquistar o primeiro emprego veio em primeiro lugar. Com este, segundo os relatos, foi possível adquirir conhecimentos e experiência, se qualificar e adquirir e ter uma postura mais adequada. Outro fator decisivo para a procura da Instituição foi “a boa imagem” que se projetou nas comunidades onde moram, pelos elogios que ela recebe da população.

Na percepção de alguns dos aprendizes, a Guarda Mirim representa um lugar mais próximo da família, e chegam a dizer que esta é “uma segunda família” onde recebem educação, conhecimento e orientação pessoal e profissional, ou seja, é mais um lugar de formação, que abre as portas para o mercado de trabalho, que proporciona a independência financeira. Concebem também a Guarda Mirim como um lugar acolhedor, de ajuda mútua, e de respeito.

Entre as considerações feitas sobre a Guarda Mirim, os aprendizes reconhecem o importante papel que a Associação exerce em sua formação e de mediadora frente ao mercado de trabalho. A aceitação da Guarda Mirim é em grande medida devido ao sentimento de

⁵¹ Segundo o Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010, consideram-se *equipamentos públicos urbanos* as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres.

pertencimento a um espaço que desenvolve um processo educativo que vai além do profissional. Segundo relatos, a ação educativa se inscreve também nas orientações pessoais, muitas vezes, faltosas no âmbito familiar.

As indicações são para a percepção da Guarda Mirim como um local acolhedor, onde recebem carinho, respeito e atenção, espaço de socialização entendido como uma “segunda família” em que podem se despir da inibição junto ao público. Expressam respeito e gratidão e sentimento de honra por fazer parte da Associação, da Guarda Mirim.

Apreende-se das afirmações dos aprendizes e à luz do exame das informações coletadas na pesquisa, a reflexão sobre alguns temas que remetem aos aprendizes. O tema vital em nossas observações fundamenta-se na dimensão trabalho. Esse, em todos os relatos analisados, constitui-se uma experiência significativa na vida dos aprendizes, pois abarca perspectivas de vida, tanto no presente, quanto no futuro. Reiteradamente os relatos apontam que as primeiras experiências ocorreram no início do período da adolescência. Ligado a essa realidade, está o forte desejo de trabalhar e uma autêntica preocupação em relação ao futuro profissional, justificada por uma série de fatores como: a necessidade de ter acesso a bens e serviços, o que mostra o desejo de custear as próprias despesas; e ajudar nas despesas de casa ou garantir condições para continuar estudando. Assim, podemos a partir das evidências coletadas, relacionar o conjunto de sentidos que demonstram a nítida importância do trabalho na vida dos aprendizes.

Considera-se a partir dos relatos a centralidade da dimensão da condição juvenil: o trabalho traz para os aprendizes o reconhecimento, a autonomia e os coloca em contato com outras pessoas e outros contextos. Isso revela que o processo de trabalho para os aprendizes se compõe da articulação entre necessidade, trabalho e fruição (ANTUNES, 2018).

O trabalho constitui uma relação de mediação entre ser humano e natureza, no interior da qual o indivíduo, por meio de sua ação transformadora, gera objetos úteis à satisfação de necessidades. Afirma Marx que “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo” (MARX, 2011).

No entanto, na sociedade capitalista o trabalho se reduz a uma dimensão instrumental e se esvazia de sentido. Nem sempre o trabalho gera o gosto ou o prazer, imperando as necessidades e oportunidades que surgem muitas vezes determinadas por precárias condições.

Assim, a importância do trabalho na vida dos aprendizes deixa à mostra algumas características que nos fazem entendê-lo como elemento estruturador da forma como os aprendizes entendem as suas atividades cotidianas. Pode-se apontar:

- a) Identidade pessoal - quando os aprendizes valorizam o trabalho pela sensação de identidade social moderada que este os presenteia;
- b) Contatos sociais – o ambiente de trabalho, na maior parte das vezes oportuniza novas amizades e participação de atividades habituais com outras pessoas, o que para eles, fora deste ambiente, cerceie outras oportunidades de conhecer pessoas e fazer novos amigos;
- c) Estrutura temporal – o emprego que possuem faz com que organizem as suas atividades diárias conforme o ritmo de trabalho, o que lhes dá senso de direção;
- d) Variedade – O trabalho possibilita ter acesso a contextos diferentes do contexto familiar;
- e) Nível de atividade – o trabalho que desenvolvem nas empresas contratantes viabiliza um suporte para adquirir habilidades e aptidões e exercê-las;
- f) Dinheiro – o salário que recebem é fundamental para satisfazer as suas necessidades e demandas.

Desse modo, nota-se a relação dos aprendizes com o mundo do trabalho, no contexto em que se fazem inseridos: um contexto de informalização e polimorfo. Para Antunes (2018),

A informalização do trabalho, com seu desenho polimorfo, parece assumir de modo crescente, um traço constitutivo da acumulação de capital dos nossos dias, uma vez que se torna cada vez mais presente na fase de liofilização organizativa, como denominamos essa modalidade de organização e controle do processo de trabalho (p. 67-8).

Antunes (2018) define a liofilização organizacional como sendo o processo no qual as substâncias vivas são eliminadas e o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto, pela maquinaria tecnológico-informacional-digital que hoje tipifica o processo de “enxugamento” das empresas.

As mudanças decorrentes desse processo têm contribuído para o desemprego dos jovens, especialmente a partir dos anos 1990. A falta do trabalho para os jovens é um dos problemas sociais vivenciados pela sociedade brasileira. E foi justamente isso que se verifica no relato da presidente da Guarda Mirim. Daí, para as famílias dos aprendizes, a falta do trabalho constituir-se em preocupação, como demonstra o relato de uma das mães, em ocasião da visita de campo à Instituição (2016), que disse “sem a ajuda do dinheiro que meu filho recebe aqui eu não sei o que eu faria”.

Acredita-se que as dificuldades enfrentadas pelos jovens de menos recursos foi um dos pontos que sensibilizaram os idealizadores da Guarda Mirim, e os levaram a propor/apoiar essa alternativa, mas que desenvolvendo atividades numa relação disciplinadora, baseada na ideologia do capital.

Todas essas características do trabalho nos possibilitam a dar um sentido à vida dos partícipes da Guarda Mirim, sobretudo à vida dos jovens aprendizes.

Vale lembrar que o Brasil não estruturou uma rede de proteção social que propiciasse um período de formação e preparação para o trabalho, em período anterior à inserção de fato, no mercado de trabalho.

As experiências que alguns aprendizes disseram ter vivenciado em momentos anteriores à sua entrada na Guarda Mirim não são consideradas como trabalho. Elas só são válidas para suas famílias quando proporcionam a contribuição para a renda familiar, quando os retiram “da rua”, e quando moldam o caráter dos aprendizes, como demonstram os fragmentos das falas das mães:

“Graças a Deus a minha filha tá aqui na Guarda. Antes de vim para cá ela ajudava uma mulher a cuidar dos meninos. Ganhava pouco, mas não tava na rua. Queria mesmo é que ela estudasse, por isso procurei a Guarda. Ela estuda e trabalha pra ter um futuro melhor” (Mãe, 47 anos, 2017).

“Ainda bem que esse menino conseguiu entrá pra Guarda. Trabalho o dia todo, aqui ele aprende a sê gente. Toma rumo de homem. Não vira moleque” (Mãe, 43 anos).

Os aprendizes, como demonstram os fragmentos acima, em sua maioria, se referem à Guarda Mirim denominando-a por “*Guarda*”. Uma vez questionados sobre isso, foi recorrente a afirmação de que este é hábito que lá adquiriam. Parece-nos que este é jeito afetivo de se referirem ao local onde se preparam e socializam.

Como se observa nos fragmentos acima, o fato de trabalhar torna-se algo comum, natural, para os filhos dessas famílias. Assim, os jovens carentes se deparam com as mudanças no mundo do trabalho que geram inseguranças e incertezas no que se refere à entrada e permanência no mercado de trabalho.

A preocupação central desses jovens é ter um emprego, o que demonstra que esta situação exerce grande influência na relação desses com o mundo do trabalho. Soma-se a isso, a pressão familiar e o próprio desejo de trabalhar dos aprendizes.

No entanto, foi relatado que há um grande fator dificultador para a conquista do emprego: a experiência. Relata um dos aprendizes

“Moça, como eu conseguia um emprego se eu nunca tinha trabalhado? O povo só dá trabalho pra quem tem experiência. Experiência eu vim ter aqui na Guarda. Agora sim, eu, com carteira assinada posso mostrar que tenho. Quem sabe quando eu sair daqui eu posso ter um bom emprego, com carteira assinada e tudo?” (Aprendiz, 17 anos, 2018).

A partir do relato do aprendiz, tem-se a ideia de que a Guarda Mirim se constitui em uma forma de proteção legal quando o aprendiz se refere à carteira assinada e ao

acompanhamento que a pedagoga e a presidente da instituição fazem ao local de trabalho, verificando se há abusos na relação de trabalho, ao mesmo tempo em que se faz propiciadora de novos trabalhos.

No entanto, no momento atual não se percebe o trabalho pensado a partir das necessidades juvenis de formação, de desenvolvimento profissional ou da participação social, mesmo que no início das atividades da Guarda Mirim houvesse a preocupação com o acesso ao lazer e à cultura, representado pela presença das diretorias de esporte e cultura. Essas diretorias não existem mais. O que se percebe é o trabalho realizado a partir da rede de proteção social que garante o atendimento das demandas e preservação da integridade física dos aprendizes.

A aprendizagem ali desenvolvida é uma formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, ou seja, desenvolvida na entidade qualificadora e a empresa contratante.

Ainda assim, observa-se uma variedade de modos como os aprendizes se relacionam com o mundo do trabalho. Esses têm se inserido nele por diferentes razões e a ele tem atribuído distintos significados.

Como demonstrado, os aprendizes vivem o período da juventude experimentando o tempo de preparação e tendo suas primeiras experiências através da prestação de serviços da Guarda Mirim, e é por meio desta experiência nela adquirida que esperam algo a mais para seus futuros. Como pertencem às camadas populares, a única alternativa que lhes resta é a iminente e prematura entrada no trabalho. Isso os propicia ter acesso a bens e serviços além de proporcionar a continuidade nos estudos.

Examinando o dia a dia dos aprendizes, vê-se que esses devem cumprir quatro horas dedicadas à escola e seis horas dedicadas ao trabalho. Durante a semana, não resta a eles, tempo para dedicar ao lazer e à cultura. No fundo, o que esperam é ter no futuro uma ocupação por meio da carteira assinada, que constitui uma expectativa que está assentada no contexto externo da Guarda Mirim, tratando-se da espera de um bom trabalho.

O trabalho assume importante dimensão na vida dos aprendizes, pois revela uma das latentes preocupações com o futuro, sobretudo o profissional. Constatam-se por meio dos relatos, que o trabalho comporta diferentes significados para os aprendizes, tanto nas vivências atuais, quanto nas pretensas do futuro.

Mesmo que o trabalho represente fonte de sobrevivência e geração de renda, é também nele que se conquista relativo espaço de socialização, de construção de identidade e de produção de valores, como demonstra os relatos a seguir:

Eu sempre tive vontade de ser Guarda Mirim. Tentei duas vezes, mas não estavam aceitando mulheres. Depois pedi ao meu pai e a gente veio novamente e graças a Deus deu certo. A Guarda representa muito pra mim. Me sinto muito bem aqui. É como se fosse uma família pra mim. Todos me tratam muito bem, com muito carinho, respeito, atenção. Eu vou sentir falta de estar aqui. Todos os dias eu aprendo muito aqui (A 17, 2017).

Fui em busca de uma oportunidade de aprender e adquirir experiência. A Guarda Mirim representa de modo significativo uma grande parcela de minha vida. Eu não estaria onde estou sem a orientação e apoio da entidade (A 31, 2018).

De modo expressivo, observa-se a compreensão do trabalho como fonte de dignidade nos apontamentos dos aprendizes. O fato de dizerem prover suas famílias atesta isso.

Eu sempre tive vontade de trabalhar, até que um dia minha vizinha me indicou a Guarda e minha mãe fez de tudo para eu entrar, pois também precisava ajudar na renda familiar, minha mãe é viúva. A Guarda é como uma casa para mim. Me ajudou quando mais precisei (A 25, 2018).

O trabalho também se apresenta para os aprendizes como uma necessidade.

A busca por vantagens no mercado de trabalho e o uso do tempo para algo produtivo. Representa o primeiro passo na grande caminhada que ainda farei no mercado de trabalho e uma fonte de suporte (A 8, 2017).

Adquirir experiência e uma renda para aquisições pessoais. Ela (a Guarda Mirim) representa algo bom, pois me possibilitou conhecer novos amigos e alcançar alguns objetivos (A 13, 2018).

Os aprendizes percebem o trabalho como instância socializadora, dando a esse o sentido disciplinador, de responsabilidade e propiciador de maturidade.

Outra dimensão dada pelos aprendizes ao trabalho foi a de sociabilidade, por proporcionar-lhes ter contato com outras pessoas.

Também foi possível verificar a dimensão do trabalho como forma de obter independência pessoal.

Era a melhor maneira de colocar-me no mercado de trabalho, já pensando no meu futuro como fundos para a faculdade ou habilitação, por exemplo. E possuir uma certa independência financeira dos meus pais, e também poder ajuda-los. Representa a minha inesquecível experiência do meu primeiro emprego (A 19, 2018).

O que me levou a procurar a Guarda Mirim foi a necessidade e vontade de conquistar o primeiro emprego. Também por ouvir falar muito bem da Guarda Mirim. A Instituição representa pra mim uma oportunidade de aprendizado e de conquistar o primeiro emprego (A 27, 2018).

Vivendo a adolescência essa dimensão torna-se intensa. O desejo de possuir bens e custear as próprias despesas está muito presente nos relatos. Além do mais, para os aprendizes, trabalhar “fora” representa a possibilidade de estar em outro ambiente além

daquele de suas casas, o que abre possibilidades de socializar e de maior sociabilidade. Nessa perspectiva, os aprendizes entendem a oportunidade que têm na Guarda Mirim como uma fonte de autorrealização. Esta oportunidade minimiza o sofrimento causado pela pressão pela sobrevivência, especialmente aquela sentida pelos aprendizes que vieram de outras cidades. Observamos também que alguns aprendizes entendem a oportunidade do trabalho como direito, direito de trabalhar e de ter uma profissão.

Pelo exposto, percebemos a centralidade do trabalho na vida dos aprendizes. Sintetizando suas falas, vimos que depositam significativa parte de seus projetos e sonhos no trabalho. Desejam ter o trabalho dos sonhos quando na verdade sonham com o bom trabalho.

Entre a adolescência e a juventude, vivem a experiência do trabalho conjugada com a vivência escolar obrigatória. Falta aos aprendizes, assim como ao restante dos jovens do Brasil, o modelo de inserção na vida profissional que seja o sustentáculo no processo de transição da escolaridade para o mercado de trabalho.

A relação dos aprendizes com a escola (ensino regular) muitas vezes não propicia experiências e suas demandas não são conhecidas por ela. Neste contexto, escola e aprendizes não coincidem na linguagem. Os aprendizes sonham e planejam um futuro melhor a partir da certificação da escola regular e da Guarda Mirim. Essas são assim complementares na formação do aprendiz.

Os aprendizes, com uma fatigante jornada que atravessa o trabalho e o estudo, se veem desenvolvendo tarefas que não propiciam perspectivas profissionais. Convivem com pouco tempo para os estudos e pela rigidez da organização escolar, o que em muitas vezes os prejudica em relação aos seus desempenhos. Dissonantes, escola e trabalho não apresentam qualquer chance de ter um espaço mais atrativo de aprendizado e que os permita atribuir significados às suas ações, seus desejos e planos. Os impactos seguem em dupla direção: por um lado – o positivo, o trabalho proporciona aprender a se relacionar e a ser mais responsável em todos os aspectos; por outro – o negativo, a união do trabalho com a escola não os permite administrar o próprio tempo. Como resultado dessa dupla direção, tem-se a presença do cansaço e do estresse, configurando uma grande preocupação para os aprendizes, a ligação da formação obtida no ensino regular com a formação profissional.

Assim, para que os aprendizes prossigam seus estudos e participem da difícil competição para uma vaga no Ensino Superior, precisam antes de tudo, de um grande preparo. Mas quando isso lhes é garantido? Na corrida injusta para uma melhor formação, é um verdadeiro “salve-se quem puder”!. Nessas condições, como experimentar o que lhes é assegurado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, cuja normativa

impõe a preparação para o mundo do trabalho tomando-a como uma dimensão central? Todos os fatos aqui apresentados sugerem que aos aprendizes da Guarda Mirim, essa interlocução é negada.

5.2 Asseguradores dos saberes práticos - os Educadores

Antes de apresentar as vozes dos educadores sociais, destaca-se que eles foram os informantes que mais representaram a dificuldade em obter informações. Isto porque em maioria (6 – seis educadores) fazem parte da força policial. A dificuldade sentida estava na quase mudez dos informantes. Nessa perspectiva, uma justificativa mais plausível para essa mudez, encontra respaldo na ponderação do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1984, p. 19) que a considera como comportamento de membros do Poder Político Nacional e dos próprios agentes do Poder Militar. Não por ser insensibilidade, nem alheamento. É uma atitude de respeito e subordinação a um Poder legal, cujos membros se conduzem também com respeito às missões e finalidades dos elementos armados nacionais.

Em nossa opinião, esta mudez tem estreita relação com os valores disseminados pela corporação militar: representatividade, respeito, lealdade, disciplina, ética, justiça e hierarquia. Desse modo, o silêncio observado, está incorporado na cultura estabelecida nos padrões da Polícia Militar, uma vez que representam a filosofia organizacional e é dirigida a todos os policiais militares, quanto ao seu comportamento.

Com essa consideração, apresentamos as informações coletadas na pesquisa de campo, junto aos educadores que atuaram e atuam na Guarda Mirim. O foco foi entender como pensam a relação entre as suas formações para que suas práticas pedagógicas incluam os valores da Guarda Mirim.

Vale inteirar que denominamos os professores como educadores sociais por estes atuarem no formato de educação não formal (GOHN, 2013, p. 20), e como aponta a autora, no meio social repleto de significados culturais, que só são apreendidos com a participação, entendendo que participar constitui não só estar presente em algo, comparecer, ser um número, mas, sim, um processo ativo, interativo e que se constrói.

Os educadores sociais, ainda segundo a autora, são entendidos mais que um animador cultural, esses são sim um animador de grupo, e para que exerçam um papel ativo, propositivo e interativo, devem continuamente desafiar o grupo de participantes para a descoberta dos contextos em que estão sendo construídos os textos (escritos, falados, gestuais, gráficos, simbólicos etc.). A importância que é conferida a esses advém do fato de dinamizarem e

construírem o processo participativo e que tem no diálogo o fio condutor da formação. Assim, os princípios, os métodos e as metodologias são elementos dominantes no trabalho do educador social.

Segundo aponta Gohn (2013, p. 21), três fases são distintas na construção do trabalho do educador social: 1) a elaboração do diagnóstico do problema e suas necessidades; 2) a elaboração preliminar da proposta de trabalho propriamente dita; e 3) o desenvolvimento e complementação do processo de participação de um grupo ou toda a comunidade de um dado território, na implementação da proposta. Desse modo, o aprendizado do Educador Social realiza-se em duas direções: ele aprende e ensina, tendo o diálogo como meio de comunicação. Porém, torna-se inócua sem a sensibilidade para entender e captar a cultura local, do outro, do diferente, do nativo daquela região.

A esse ainda conforme a autora reputa-se a construção dos espaços de cidadania no território em que atua. Tais espaços representam uma alternativa aos meios tradicionais de informação.

As atividades por ele desenvolvidas devem também buscar desenhar contextos futuros, já que os diagnósticos servem para localizar o presente e para estimular imagens e representações sobre o futuro. “O futuro como possibilidade é uma força que alavanca mentes e corações, impulsiona para a busca de mudanças” (GOHN, 2013, p. 23). Como trabalham com sonhos e desejos de um grupo, a esperança é elemento-chave de reavivamento no imaginário que deseja construir na mente dos aprendizes.

E o educador social participa do processo de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados conforme o que existe no âmbito da Guarda Mirim, confrontando-os com novos saberes a serem incorporados.

Por terem um relevante papel na sua atuação na Guarda Mirim, em maioria, possuem formação em nível superior como demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 – Caracterização dos educadores sociais

ENTREVISTADOS	CARACTERIZAÇÃO
Entrevistada 1	Mulher, idade não informada, ensino superior completo, renda mensal não informada
Entrevistada 2	Mulher, 23 anos, ensino superior completo, renda mensal de dois salários mínimos
Entrevistada 3	Mulher, idade não informada, ensino superior completo, renda mensal de quatro salários mínimos
Entrevistado 4	Homem, 48 anos, ensino superior completo, renda mensal acima de seis salários mínimos
Entrevistada 5	Mulher, 50 anos, ensino superior completo, renda mensal não informada

Entrevistado 6	Homem, 46 anos, ensino superior completo, renda mensal não informada
Entrevistado 7	Homem, 27 anos, ensino superior completo, renda mensal de seis salários mínimos
Entrevistado 8	Homem, idade não informada, ensino superior completo, renda mensal não informada
Entrevistado 9	Homem, 64 anos, ensino superior completo, renda mensal acima de seis salários mínimos

Fonte: Livro de Registro dos Empregados da AMGMMC (2018).

Em síntese, dentre os educadores sociais estão 44% do sexo feminino, com idade compreendida entre 23 a 50 anos, e 56% do sexo masculino, com idade entre 27 a 64 anos. Vale ressaltar que três deles não informaram a idade.

Cabe aqui registrar que, no âmbito da Guarda Mirim, o Educador Social não se reduz a um mero técnico, que não necessita de uma formação mais sólida e consistente, formada por uma carreira universitária. A prova disso é a lista de profissionais requeridos pelos cursos de qualificação desenvolvidos pela Instituição, demonstrado pelo Quadro 09 registrado no segundo capítulo deste trabalho.

As formações em nível superior apresentadas foram:

Quadro 3 – Formação dos educadores sociais

Educadores	Formação
Masculino	<ul style="list-style-type: none"> - Artes com especialização em Música - Letras com especialização não informada - Bacharel em Direito - Ciências da Religião, Tecnologia em Segurança Pública e Letras - Português em curso e especialização em Serviço Social
Feminino	<ul style="list-style-type: none"> - Matemática - Sistema de Informação - Administração - 1 não informada

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

No tocante aos lugares de trabalho além do espaço da Guarda Mirim, averiguou-se que os educadores sociais fazem parte, em sua maioria, do aparelho de Estado (repressivo), prestam serviços a Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.

Quadro 4 – Local de trabalho dos educadores sociais fora da AMGMMC

Educadores	Local de Trabalho
Masculino	<ul style="list-style-type: none"> - Polícia Militar (reserva) - 2 Policiais Militares na ativa - Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – 4º Comando Operacional / 7º Batalhão de Bombeiro Militar: 1 aposentado e outro na ativa
Feminino	<ul style="list-style-type: none"> - Polícia Militar (reserva) - Escola Municipal Geraldo Pereira de Souza - Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros - 1 não informado

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Para Althusser (1970, p. 32), a polícia e seus “corpos auxiliares especializados” (Bombeiros) interveem diretamente como força repressiva quando são ultrapassados pelos acontecimentos. Assim, na arena onde se processa a luta de classes travada pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado, a polícia e o corpo auxiliar especializado - os bombeiros, a serviço das classes dominantes, marcam presença na Guarda Mirim como força de execução e de intervenção repressiva, na questão dos “menores de rua”.

Averiguou-se também que há uma variação no tempo de prestação de serviços para a Guarda Mirim, como se verifica na Tabela 8:

Tabela 8 – Tempo de serviço dos educadores sociais na AMGMMC

	1 a 3 anos	3 a 6 anos	6 a 10 anos	10 a 20 anos	20 ou mais anos	Não informado
Número de educadores	4	1	1	1	1	1

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Todos os educadores informaram ocupar somente o cargo de educador social na Guarda Mirim. Fora da Instituição, disseram possuir carga horária semanal de 20 a 40 horas em seus locais de trabalho.

Questionados sobre a remuneração, os educadores sociais informaram que prestam serviços voluntários à Guarda Mirim. No entanto, em suas funções remuneradas, os salários informados variam de um a mais de seis salários mínimos.

Em relação às disciplinas ministradas, os educadores sociais apontaram a correspondência destas com suas formações acadêmicas, conforme demonstra o Quadro 5:

Quadro 5 – Disciplinas lecionadas pelos educadores sociais na AMGMMC

Educadores	Disciplinas
E 1	Contabilidade, Recursos Humanos e Auxiliar Administrativo.
E 2	Ética e Disciplina Militar.
E 3	Inclusão Digital – Informática.
E 4	Matemática.
E 5	Ordem Unida, Musicalização e Diversidade Cultural.
E 6	Segurança Pública e Álcool, Tabaco e Outras Drogas.
E 7	Não especificou
E 8	Ética e Cidadania, Direitos Humanos, Ordem unida, Educação Moral e Cívica, Navegação Urbana, Noções Básicas de Filosofia e Sociologia, Diversidade cultural e Respeito às Diferenças e Pluralidade, Educação e Preservação Ambiental, Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas, Prevenção de Incêndios e Acidentes Domésticos, primeiros Socorros.
E 9	Comunicação Social e Disciplina no Local de Trabalho.

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Observa-se, que sendo a maioria dos educadores sociais, servidores da força policial (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), não há nesse aspecto dicotomia entre o conteúdo ministrado e a forma que são desenvolvidos. O papel do aprendiz nesse contexto é o de receber os conhecimentos transmitidos pelos educadores sociais. Logo, não é difícil entender que o silêncio em sala de aula advém da autoridade docente. Segundo apontado por um educador, “faz parte do planejamento, convidar pessoas com notório conhecimento na área específica a qual vai repassar não só conhecimentos, como também falar de experiências vividas” (E 9, 2019).

Os educadores sociais avaliam que seus trabalhos são determinantes na formação dos aprendizes. Segundo argumentos em suas falas, trabalham para desenvolver uma formação social e técnica dos adolescentes e jovens. Destacam ainda, possuírem o papel provocador e mobilizador dos recursos cognitivos dos aprendizes para estabelecer a interação entre o conhecimento e a formação estabelecida. Isso porque, reconhecem serem testemunhos de vida e de sucesso para os guardas mirins, formadores de opinião e desse modo, “participam do processo de crescimento e maturidade dos alunos” (E5, 2018).

É fato que para existir, toda formação social deve produzir e reproduzir as condições da sua produção (ALTHUSSER, 1970). Nas ações da Guarda Mirim vê-se claramente a relação trabalho e educação e as transformações produtivas. A Associação, ao atender aos reclames do capitalismo, prepara os aprendizes para se tornarem aptos às relações pessoais, de convívio e parcerias. O trabalho dos educadores sociais constitui-se em um processo persuasivo de legitimação das relações de produção dominantes. Ao formar os aprendizes com o objetivo de reproduzir as condições de produção, organiza-se a educação como reprodutora das relações, diligenciando legitimar as relações de dominação e exploração das classes dominantes, ou seja, a Guarda Mirim torna-se um aparato repressor e ideológico. A educação torna-se um efetivo instrumento da classe dominante para se perpetuar como tal, que explora e domina as classes subordinadas aos seus interesses.

Acerca das relações laborais na Guarda Mirim, é claro o processo de sujeição da subjetividade do trabalhador docente por meio de mecanismos de controle que envolvem a busca de objetivação do seu saber por meio de procedimentos pré-estabelecidos em manuais de ensino, apostilas e formulários de avaliação pela burocracia escolar e governamental, o que leva à desqualificação da prática pedagógica como apreendem Maciel e Previtali (2011).

No entanto, os educadores sociais reconhecem instituições do Sistema “S” – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como iniciativas que

desenvolvem semelhante trabalho (na modalidade aprendiz) de inserção do estrato juvenil no mercado de trabalho. Abonando esta fala, diz outro educador:

Desconheço haver aqui algum tipo de política pública nesse sentido. O que há são programas e projetos próprios (filantrópicos e/ou institucionais) nos moldes da Guarda Mirim, SESC e SENAI. Os tidos como “públicos” até que existiram a algum tempo, mas sumiram e hoje só se tem notícia existir na teoria, vez que na prática não tenho visto nenhuma ação do poder público nesse sentido. No âmbito municipal o foco aqui geralmente é direcionado a liberar determinadas verbas para entidades de apoio e assistenciais na área e formação escolar apenas (creches e escolas de tempo integral são exemplos de tais locais e destinos dos recursos em questão (E 8, 2019).

No tocante aos incentivos por parte do poder público para a área de aprendizagem, os educadores sociais afirmaram não haver nenhum apoio a este tipo de trabalho. Enfatizam que as iniciativas que outrora houvera na cidade foram cortadas há alguns anos. Acreditam que as instituições hoje sobrevivem heroicamente, resistindo e sobrevivendo com a ajuda de colaboradores voluntários.

Esse entendimento é confirmado por Filocre (2018) ao relatar a extinção do CIAME, da Fazendinha do Menor, da Casa do Trabalhador e Área Azul, e pelo relato do Secretário Municipal do Desenvolvimento Social (2016, 2019), que aponta que a Guarda Mirim só não foi extinta por força da Lei. Em suas falas, afirmam que a formação adquirida na Guarda Mirim é um grande incentivo para os jovens da cidade e preparo para o ingresso no mercado de trabalho. Este é um argumento vindo do lado dominante da relação de trabalho que tem por objetivo garantir as condições gerais da produção e reprodução da ordem capitalista. O fragmento a seguir demonstra como justificam a relevância de seus trabalhos: “A aceitação desse jovem pelas empresas se torna mais fácil, pois, estará contratando alguém mais qualificado e com um currículo diferenciado” (E 9, 2019).

Seus relatos apontam que a demanda pela qualificação profissional é muito alta na cidade e que as políticas para essa área são escassas e as poucas existentes, não apresentam foco específico para esta área. Acrescentam ainda, que as vagas oferecidas não atendem a demanda do município e por esta razão, entendem haver a necessidade de se criar entidades com trabalhos semelhantes para suprir essa carência, o que para eles, seria salutar à coexistência da Guarda Mirim com outras iniciativas.

Essa informação contrasta com o dado disponibilizado pelo Diagnóstico Intersetorial de Montes Claros que diz que o potencial de 1.668 cotas para a contratação de jovens aprendizes a ser cumprido com base na estrutura empresarial – Dezembro/2016 seria de 1.668 e que foram preenchidas 801 vagas (MDSA; OIT, 2016, p.11).

Entretanto, foi relatado por um educador social que em poucos casos os aprendizes conseguem um serviço estável. Em sua compreensão “diversos assistidos arrumam estágios ou serviços temporários que não se efetivam” (E7, 2019). Esse apontamento sugere que há necessidade da Guarda Mirim criar novas formas de efetivar a inserção do/a aprendiz no mercado de trabalho, uma vez que a Associação, além de propor oferecer às empresas aprendizes preparados para enfrentar os desafios do primeiro emprego, os quais correspondem às expectativas do mercado de trabalho, também busca desenvolver a conscientização sobre a responsabilidade social por meio de palestras, visitas e propagandas pessoais, em contato interpessoal com empresários e estabelecimento de um banco de dados constituído para consulta e encaminhamento dos adolescentes/jovens ao mercado de trabalho.

Neste sentido, outras estratégias são requeridas para suprir esta lacuna apontada pelo educador social, tais como participação em feiras de negócios como a Feira Nacional da Indústria, Comércio e Serviços (FENICS) eventos organizados pela Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (ACI) e Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e eventos acadêmicos, para dar notoriedade às ações que são desenvolvidas pela Guarda Mirim.

Como elemento dificultador da inserção do ingresso dos aprendizes no mercado de trabalho além das vagas a serem disponibilizadas pelos empregadores, um educador social apontou:

Embora hoje em dia, o jovem teve facilitado o seu ingresso nas faculdades, escolas técnicas, ainda assim, o mercado de trabalho atende uma faixa bastante reduzida. Principalmente por causa de exigência de experiência, e também há um contingente muito grande de jovens que interrompem seus estudos por motivos diversos (E 9, 2019).

Como se observa no fragmento acima descrito, em relação à efetiva inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, conflitam no cotidiano dos aprendizes dois fatores: a exigência da experiência e a interrupção dos estudos preditos por diversos motivos. A exigência da experiência de trabalho aos jovens que estão na faixa etária entre 17 a 20 anos de idade, em muitos casos os impossibilita de entrar no mercado de trabalho e demonstrar a sua capacidade profissional. Talvez, vista por este ângulo, há um ponto positivo na existência da Guarda Mirim. Mesmo que de modo camuflado se oculte a exploração do trabalho dos aprendizes, o registro em suas carteiras de trabalho pode lhes abrir portas futuras no mercado de trabalho.

Pelo que se descreve a pesquisa, a inserção socioeconômica, cultural e educacional para jovens aprendizes exige mais do que a oferta de conhecimento técnico ou oportunidade

de um primeiro emprego, mesmo que em critérios de obediência à hierarquia de privilegiar os mais capazes. Há a colheita de jovens em risco social, mas não se viu apontar ações de nivelamento, linguagem adequada para absorção de conhecimentos e avaliação da proficiência. O que se vê é a exigência do bem se comportar e aproveitar a oportunidade que é reconhecida pelos aprendizes, inclusive a partir do depoimento de suas famílias, como benevolência, assistência de quem pode para os que ainda não garantiram o direito à voz. Neste universo de exclusão, a inclusão a partir de uma vaga na Guarda Mirim, e consequente primeiro emprego, é muito bem-vinda, como graça em tempos de falta de oportunidade.

Sobre o fator de motivação que explica a efetividade do Programa Guarda Mirim, em seus processos de atendimento a adolescentes e jovens em situação de risco no Município de Montes Claros, os educadores sociais apontaram vários fatores: a experiência da Instituição com mais de 26 anos de atuação na cidade, a disciplina, o respeito, a qualidade da formação técnica, a “ostensividade” da farda dos menores (E4, 2018; E7, 2019) e nesse sentido um educador aponta ser o lema “Justiça e Disciplina”. Esses dois fatores aliados a um trabalho humano e transparente, dão credibilidade e sustentam a instituição (E5, 2018); o fator social em que as políticas públicas não chegam para os jovens que ficam vulneráveis (E2, 2017; E6, 2019); a cumplicidade entre o se permitir aprender e o querer ensinar. A troca de sonhos, de ideias e porque não dizer, de amor. A motivação é o amor (E3, 2017).

A descrição dada à Guarda Mirim pelos educadores sociais demonstra que esses a veem como um local que busca contribuir para a formação de jovens que aprendam a fazer novas leituras do mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade (E1, 2017). Relatam que a Associação oferece um aprendizado diferenciado, e possibilita a inserção no mercado de trabalho de forma mais rápida (E2, 2017). Acresce-se a essas justificativas, o entendimento de que esta é uma entidade necessária ao município devido à lacuna em oportunizar espaço para menores carentes de risco social e vulnerabilidade (E4, 2018). Outra visão é a de que a Guarda Mirim é uma instituição séria, que tem como objetivo a promoção social de adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, através da formação e inserção no mercado de trabalho dentro das normas do Programa Adolescente Aprendiz (E5, 2018).

Outra característica que é dada à Guarda Mirim e que coincide com a apreciação dos aprendizes é que a Associação é vista como um local que vai além de uma simples escola informal. É um lugar de acolhimento com características de família (E6, 2019).

O perfil dos jovens aprendizes traçado pelos educadores sociais denota uma percepção de um conjunto de virtudes chamadas de “positivas” dos aprendizes, caracterizados como carecedores de proteção, de ensino e de convivência comunitária (E1, 2017). Ideia que se

aproxima do que apresenta Pereira (2002) sobre a representação que a elite montes-clarense tem sobre o seu povo. É um entendimento ligado à compreensão de que os aprendizes – vulneráveis - se entregam às lideranças as atividades políticas e administrativas de seus futuros, e que dependem dessas para a realização de suas formações.

Entretanto, contraditoriamente, estes mesmos “carentes” são escolhidos pelo seu diferencial no ensino básico, como destaca um educador social:

Os assistidos pela Guarda Mirim são alunos jovens que se destacam na sala do ensino básico, ou seja, são jovens diferenciados que possuem destaque em nível educacional e pelo fato de se encontrarem em situações vulneráveis necessitam de apoio para o desenvolvimento (E2, 2017).

Outros educadores sociais os descrevem acrescentando que:

Os adolescentes e jovens atendidos são ótimos alunos, com apreciável currículo escolar e disciplina. Sabem cumprir regras e ordens, comportando-se ética e responsabilmente (E7, 2019).

Na maioria, são jovens com tendência a boa conduta, com histórico de comportamento exemplar, seja na escola regular, na igreja e na comunidade, de forma geral (E6, 2019).

Sujeitos vulneráveis, carentes, pertencentes a famílias de baixa renda. Esta é a representação que os educadores sociais têm dos aprendizes. Com esses sujeitos que se executa o trabalho reprodutor das condições materiais da produção, que é pensada, em suas condições reais, fora da Guarda Mirim. Ou seja, o que se ensina e se aprende em nível dessa Instituição, é um efeito que somente dá a ideia da necessidade da reprodução, porém, não permite de nenhum modo, pensar sobre em que condições e quais mecanismos isso acontece. Isso se confirma, quando se analisa suas falas em relação à relevância e complexidade da prática educativa em sala de aula:

O mais interessante é a interação entre professor e aluno. Nós, docentes nos remodelamos com a finalidade de atender às demandas dos alunos, não só transmitimos conhecimentos, mas buscamos a interação e estimulando os mesmos a desenvolverem suas habilidades e concretizarem iniciativas e sonhos (E1, 2017).

Acreditam os educadores sociais que os jovens que têm a oportunidade de frequentar os cursos da Guarda Mirim apresentam possibilidades de escolhas diferentes, uma vez que a esses se abre esta oportunidade.

O jovem que possui acesso à educação apresenta a possibilidade de escolhas diferentes, pois podem realizar escolhas, possuem acesso mais rápido e consistente ao mercado de trabalho (E2, 2017).

Esta distinção é dada pela percepção de que o processo educativo é longo, diferenciado e que exige a interação entre o ambiente organizacional (locais das atividades práticas) e os conteúdos disciplinares (atividades teóricas). A heterogeneidade do público vulnerável constitui para os educadores sociais, um aprendizado que “não é fácil, mas é compensador os resultados” (E4, 2018). Isso porque é entendido que a sala de aula torna-se um local e momento oportuno para observar o aprendizado do aprendiz para direcioná-lo para as atividades práticas. Ali se apresenta a diversidade cultural (E5, 2018), o que denota a percepção “das juventudes” e não de uma única forma de ser jovem. Complementa esta visão dos aprendizes outra ideia: a de cidadania.

A prática educativa em sala de aula é indispensável para a formação dos alunos conscientes, que sabem viver em sociedade, cumprir suas obrigações e exercer sua cidadania. Para tanto, faz-se necessário transmitir valores sociais, éticos, morais e culturais aos alunos (E7, 2019).

A cidadania, como entende Vieira (1994), exprime liberdade humana apenas no sentido de os homens terem direitos e estarem protegidos pela lei comum a todos. Complementa ainda o autor que revestida da forma de igualdade jurídica, a cidadania se desenvolve a partir da luta pela conquista de certos direitos e, posteriormente, por meio da luta para usufruí-la.

No caso dos aprendizes da Guarda Mirim, a condição de cidadão por eles apresentada, limita-se, dentre outros graus variáveis de compromisso ao voto. Este parece ser a mais clara expressão de seus compromissos com a ação política e com a atividade pública.

A prática educativa desenvolvida pela Guarda Mirim assegura diversamente a qualificação dos aprendizes segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho. Nesse sentido, desenvolve-se uma formação nos moldes do Programa Jovem Aprendiz, que segundo Groppo (2018) atende a faixa de adolescentes como seu principal grupo de educandos. Trata-se de ações de caráter educativo, sustentadas pelas redes socioassistenciais, sobretudo, municipais, que oferecem atividades diversas a jovens em situação considerada como de “risco” e “vulnerabilidade” sociais. Foi relatado por um educador social:

São atendidos dentro do programa Menor aprendiz, governamental, fiscalizado pelo Ministério Público Federal do Trabalho. Minha área é música, ordem unida e diversidade cultural, mas há outras pastas (disciplinas) como informática, orientação psicológica, secretariado dentre outras (E4, 2018).

Como se observa, aos aprendizes ensinam-se os saberes práticos, as regras dos bons costumes, ou seja, o comportamento que devem observar e ter enquanto agentes da divisão do trabalho, segundo o lugar que a eles é destinado a ocupar: regras da moral, da consciência

cívica e profissional. Segundo Althusser (1970, p. 21), “significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe”, em uma concepção tradicional de tarefa (adestramento) que requer formas mais abrangentes e organizadas de aprendizagem, em que o ato de pensar preside o ato de fazer (ALVES; VIEIRA, 1995, p. 125). Além disso, ensina-se também a “falar bem”, a “redigir bem”, o que significa (para os futuros capitalistas e para os seus servidores), a “mandar bem”, isto é, a “falar bem” aos operários.

Ademais, parece-nos clara e evidente a atribuição ao mérito individual dos aprendizes, a responsabilidade do seu sucesso no mercado de trabalho. Há o rejuvenescimento da teoria do Capital Humano, quando se observa que as empresas demandam mão-de-obra com perfil mais elevado de qualificação, o que implica a adequação da educação aos novos requisitos do mercado de trabalho, como proposto por Frigotto (2003, p. 55).

No que concerne à relação educador social e aprendiz, várias são as considerações feitas. Em suas ponderações, apontaram ser uma relação de reciprocidade, simpatia e respeito. Um educador disse “ser em algumas vezes, paterna, pelas necessidades do público atendido” (E4, 2018) o que sugere a presença do assistencialismo. Por outro lado, os educadores analisam seus papéis em sala de aula como:

O professor exerce um papel de mediador e incentivador entre cada aluno e os modelos culturais, tem que estar motivado para ensinar e ser um incentivador na construção do saber e isso é o que acontece entre eles (assistidos) e eu (educadora) (E1, 2017).

É uma relação baseada na confiança, afetividade, respeito, fortalecendo sempre as bases morais, não deixando a atenção voltada apenas para o conteúdo ministrado (E3, 2017).

Relação salutar, pautada no respeito mútuo. Todos têm liberdade de perguntar e expor opiniões sobre o assunto estudado de modo crítico e construtivo. É natural o surgimento de debates, diálogos inteligentes e momentos de descontração (E7, 2019).

As falas demonstram a forma como se efetiva a reprodução da força de trabalho no âmbito da Guarda Mirim: numa perspectiva tradicional, o papel dos educadores sociais é de transmissores de conhecimentos e controladores dos resultados obtidos. Eles detêm o saber e sua função consiste em informar e apresentar aos aprendizes situações múltiplas de obtenção de conhecimento tal como lhes é apresentado, de modo que as ações habituais são a repetição do que se tem que aprender e o exercício, entendido como reprodução do modelo, até que seja capaz de automatizá-lo. Essa concepção é coerente com a crença de que a aprendizagem consiste na reprodução da informação, sem mudanças, como se se tratasse de uma cópia na

memória do que se recebe através de diferentes canais. Esta maneira de entender a aprendizagem configura uma determinada forma de relacionar-se em classe (ZABALA, 1998).

Isso se verifica ao se analisar o que dizem os educadores sobre suas relações com os aprendizes. Aponta um educador, ser de muito respeito, disciplina e afeto, afirma ter uma relação saudável, “como é comum entre adolescentes, porém, com disciplina mais apurada” (E6, 2019). Complementam que os aprendizes são parceiros, amigos e cúmplices nas diversas atividades fora e dentro da Guarda Mirim. E que “com respeito e disciplina, eles têm uma hierarquia, tem um regimento interno a ser seguido. O lema dos guarda é Vencer no trabalho com amor, justiça e disciplina” (E4, 2018).

Em razão de se ensinar conteúdos básicos e específicos para determinadas funções, os educadores sociais também ensinam conteúdos atitudinais. Esses, para Zabala (1998, p. 105) requerem uma reflexão mais profunda a respeito das relações interativas que devem ser promovidas, Relações que neste caso estão determinadas tanto pelas características gerais destes conteúdos – dada a importância que tem seu componente afetivo - como pelos traços próprios de cada um dos valores, atitudes e normas que se propõem.

Neste caso, a aprendizagem dos conteúdos atitudinais faz necessário articular ações formativas, nas quais tais conteúdos sejam “vivididos” pelos aprendizes, obriga também a integrar em aula não apenas tarefas concretas, como principalmente formas específicas de desenvolvê-las em um clima e em relações adequadas entre educadores sociais e aprendizes e entre os próprios aprendizes. No ambiente da Guarda Mirim, como um todo, avaliações que se fazem e as relações que se estabelecem traduzem os valores que se quer ensinar. Um exemplo disso é a disciplina. Ela não só é proposta em todas as atividades e espaços, mas é vivida num clima de organização e obediência, garantindo possibilidades de atuarem segundo este princípio. Logo, este clima de disciplina torna-se o resultado das imagens que os próprios educadores sociais transmitem.

A respeito da organização do ambiente da Guarda Mirim, os educadores sociais disseram em síntese que demonstram características físicas e emocionais da Associação ao apontarem ser o ambiente organizado, de forma a desenvolver com conforto e comodidade as atividades, que busca a interação e desenvolvimento de todos; de forma funcional e harmoniosa, “impecável, parece uma casa onde vivem pessoas de uma mesma família” (E6, 2019). Outras características descrevem estrutura organizacional da Guarda Mirim:

É uma entidade formadora, registrada e organizada como todo órgão de formação de menores: direção, administrativo e pedagógico (E4, 2018).

Existe um cronograma de aulas e os adolescentes se encontram em sala de aula uma vez por semana para atender às normas do Programa de Adolescente Aprendiz (E5, 2018).

As características da organização da Guarda Mirim estão determinadas em primeiro lugar, pela organização e pela estrutura da gestão, e em segundo lugar, pelas atividades que toda a Associação realiza de modo coletivo, as quais, apesar de serem limitadas, são cruciais para o sentimento de identificação pessoal com a Instituição, tanto por parte dos aprendizes como dos educadores sociais.

As atividades vinculadas à gestão são instrumentos ou ferramentas formativas de todo o grupo da Associação, pois configuram as relações interpessoais, a distribuição de papéis e responsabilidades e diferente grau de participação na gestão. Também o são as atividades gerais da Associação, de caráter social, de natureza interna e de difusão exterior, dirigidas aos familiares dos aprendizes ou abertas a setores mais amplos da comunidade. Assim, distingue-se entre as atividades com pouca participação de toda a equipe da Instituição, o que sugere que são consequências da maneira de gerir a Guarda Mirim.

Quanto à efetividade⁵² do programa em relação aos objetivos da Guarda Mirim, todos os educadores sociais responderam que a Associação tem seus objetivos alcançados positivamente. Esse entendimento é justificado através de respostas tais como: interesse individual dos aprendizes; pelo bom conceito que tem a Guarda Mirim dentro da sociedade e pelo bom trabalho que a Associação desenvolve.

Questionados sobre como entendem o trabalho realizado pela Guarda Mirim, o período de formação dos aprendizes e a inserção desses no mercado de trabalho, para o desenvolvimento do município, não faltaram palavras elogiosas para descreverem sua satisfação com o trabalho na Associação. Foram exemplos dessas justificativas:

Um trabalho de excelência, o período de formação está dentro das exigências do programa Menor Aprendiz do Governo Federal. O município só tem a ganhar, ter uma instituição sem ônus para os cofres públicos que trabalham para que esses adolescentes tenham uma oportunidade de um futuro de sucesso profissional e familiar. Afirmando que todos ganham. Imaginamos quantos desses adolescentes atendidos se estivessem nas ruas em más companhias, teríamos muitos desses no mundo das drogas e violência. Se tivéssemos outros projetos iguais a Guarda Mirim em nosso município, seríamos uma cidade mais solidária e harmoniosa (E4, 2018).

A contribuição social do programa Guarda Mirim é fulgente, principalmente no que se refere à capacitação profissional e formação humana dos atendidos. Graças a uma

⁵² Ressalta-se que neste estudo a efetividade é compreendida como relacionada aos efeitos da intervenção para uma amostra e/ou população específica, em condições não controladas, “do mundo real”, ou fora do *setting* experimental (FLAY et al, 2005).

formação especializada e rigorosa, o programa possibilita que adolescentes e jovens carentes obtenham conhecimentos e valores que potencializam sua inserção no mercado de trabalho. Após se formarem, muitos assistidos são empregados e auxiliam no orçamento financeiro de suas famílias. Isso contribui significativamente na diminuição da taxa de desemprego no município relativo à faixa etária dos assistidos, assim como na melhoria da qualidade de vida (E7, 2019).

Pelo exposto é possível sintetizar os pronunciamentos dos Educadores sociais. A estrutura e a organização da Guarda Mirim como grupo se define pelo tipo de organograma da Associação e pelo grau de envolvimento e atribuição de responsabilidades dos educadores sociais e dos aprendizes. O funcionamento da Guarda Mirim está determinado pelo seu Estatuto e o Regimento Interno, que define os papéis dos diferentes segmentos que a compõem.

A distribuição de papéis e de responsabilidade que nesta Associação ocorre é resultado de uma análise pragmática, efetuada com critérios relativos às necessidades de dinamização, organização e desenvolvimento das diferentes tarefas e funções. Assim, responde pela estrutura organizativa e as relações que define se convertem em instrumentos educativos de primeira ordem, uma vez que oferece imagens e vivências que marcam a maneira de entender o que são ou que têm que enquanto organização social e a forma como se distribuem os direitos e deveres de cada um dos seus membros. Garante-se a disciplina necessária, o respeito mútuo e as relações de convivência por normas que regulam as atuações de todos os membros.

Para esses, que transitam pela sala de aula conforme as necessidades didáticas abre-se a oportunidade de observar os aprendizes que permanecem em suas carteiras, por vezes com imenso esforço e que pela necessidade de aprendizagem, precisam ficar atentos aos ensinamentos. Os educadores, segundo seus próprios relatos, acabam por conhecer a condição social dos aprendizes, o que os diferem, a influência das atividades propostas nas aulas, a atitude que as famílias têm em relação à instituição e a eles mesmos. Indubitavelmente, as observações que realizam os educadores sociais tomam-lhes boa parte do seu trabalho docente.

Os educadores sociais socializam com os aprendizes seu próprio conhecimento, sua experiência, criam, prestigiam e desenvolvem a Guarda Mirim. E ao estabelecerem a relação entre educador social e aprendiz, é por meio das situações de aprendizagem que adquirem a condição de afastar o estranhamento que se apresenta para ambos.

A sala de aula, aliada ao conhecimento e ao propósito de expô-lo aos aprendizes, é meio e ambiente para manifestar suas opiniões sobre a disciplina que lecionam, seus preconceitos, suas limitações pessoais, seus temores, suas pretensões e a generosidade.

Entende-se por meio de suas falas que esses representam um componente basilar nas ações e objetivos da Guarda Mirim.

A sala de aula se organiza em grande grupo. Esta segundo Zabala (1998), é a forma mais habitual de organizar as atividades de aula. Nas atividades todo o grupo faz o mesmo ao mesmo tempo: escutar, tomar nota, realizar exercícios e avaliação etc. Os educadores sociais e os aprendizes se dirigem ao grupo em geral, através de exposições, demonstrações, modelo etc., além de introduzirem ações de atendimento aos aprendizes de modo individualizado.

Esta é a fórmula mais simples e goza de mais tradição. Observa-se que neste modelo adotado, a evidência de que se consideram todos os aprendizes como iguais em um ambiente onde sobram diferenças. Este modelo corresponde a um ensino de conteúdos conceituais e ensinados como se se aceitasse que são aprendidos através da memorização mecânica. Este fato nos leva a inferir que as desqualificações generalizam-se, como se fosse uma forma de organização negativa em si mesma.

A ideia que se tem é que esta forma de organização parece ser a única possível, independente do conteúdo a ser trabalhado, pois a forma de agrupamento dos aprendizes sempre é a mesma.

Os educadores, ao atuarem nos programas de formação profissional da Guarda Mirim, têm em suas ações de caráter educativo, um sentido e um significado. É com eles que os aprendizes interagem e se integram. E desse modo, nas situações interativas que constroem coletivamente, segundo as diretrizes dadas pela Guarda Mirim, a sua participação é operativa, ocorrendo também por forças das circunstâncias da vivência histórica de cada um, em seu processo de experiência e socialização, pertencimentos adquiridos pelo ato de escolha em processos e escolhas coletivas, tal como proposto por Gohn (2010).

O papel deste profissional no âmbito da Guarda Mirim, segundo seus próprios argumentos, esteve e ainda está ligado à filantropia, ao voluntariado assistencial, ao labor prestado de forma altruísta em que a retribuição se dá apenas no plano moral ou espiritual, a um trabalho ocasional mais ligado a militares que estavam e estão em atuação.

O contexto da atuação dos Educadores Sociais, em que desenvolvem suas ações, é um lugar onde se constrói um projeto social, voltado à formação de adolescentes e jovens carentes que também frequentam a escola formal, que não tem horário nem condição de dar conta de desenvolver uma série de outros projetos como esporte, música e informática. Este é um contexto de uma Instituição que via convênio e parcerias acaba por desenvolver em conjunto, a formação dos aprendizes.

5.3 Os prestadores de serviço aos agentes da divisão do trabalho - os Funcionários

Para a admissão dos funcionários, a Guarda Mirim possui um “livro de Empregados” e ao serem admitidos a Associação observa os requisitos legais com relação à anotação de Carteira de Trabalho (CTPS), pagamento de férias, décimo terceiro, contribuições sindicais, FGTS e horas extras. Leva-se em conta também as condições especiais do trabalho (adicional de insalubridade, periculosidade e noturno) e dos profissionais contratados.

A Guarda Mirim tem atualmente nove funcionários em seu quadro trabalhista, contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e regras previstas nos dissídios coletivos da categoria. Predomina o sexo feminino (6 mulheres) nos quadros de trabalho da Instituição. Desses, 5 trabalham pela manhã e 4 trabalham à tarde.

Quadro 6 – Quadro de funcionários da AMGMMC

FUNCIONÁRIOS	SEXO	IDADE	FUNÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO AMGMMC
Funcionário 1	Feminino	49 anos	Auxiliar Administrativo	8 anos
Funcionário 2	Masculino	58 anos	Office Boy – Cuida do estacionamento da GM	7 anos
Funcionário 3	Masculino	17 anos	Assistente Administrativo	1 ano e 4 meses
Funcionário 4	Feminino	26 anos	Assistente Administrativo	1 ano e 5 meses
Funcionário 5	Feminino	43 anos	Auxiliar Administrativo	3 anos e sete meses
Funcionário 6	Feminino	44 anos	Auxiliar Administrativo	4 anos e 5 meses
Funcionário 7	Feminino	25 anos	Assistente Administrativo	4 anos e 10 meses
Funcionário 8	Masculino	60 anos	Assistente Administrativo	1 ano e sete meses
Funcionário 9	Feminino	29 anos	Assistente Administrativo – Coordenadora dos cursos e professora	1 ano e oito meses

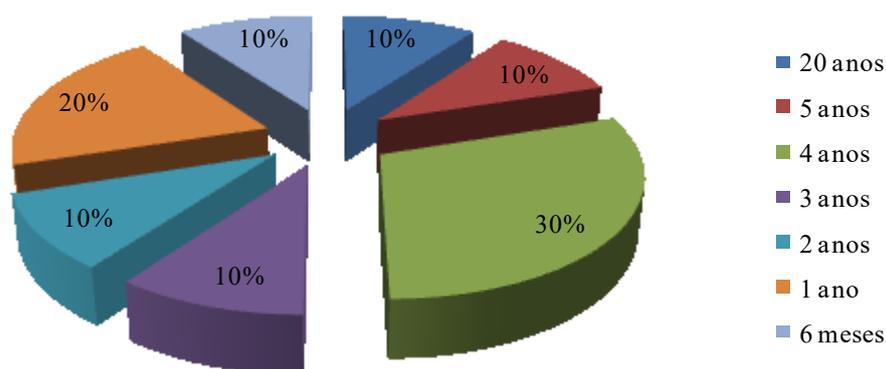
Fonte: Livro de Registro de Empregados da AMGMMC (2019).

Nota-se no Quadro 6, que a força de trabalho da Guarda Mirim é predominantemente do sexo feminino, com idades variadas entre 17 a 60 anos, que ocupam cargos desenvolvendo atividades nas áreas de contabilidade, pedagógica, motorista e serviços gerais. Destaca-se também a prestação de serviço de profissionais voluntários como educadores sociais⁵³ os quais, mesmo prestando serviços em caráter pessoal, assinam um termo de adesão que estabelece a natureza do vínculo entre as partes e as condições em que o serviço voluntário é prestado.

⁵³ Adota-se o termo “educadores sociais” para designar os professores que atuam na Guarda Mirim. Este termo foi adotado em razão de que a referida Instituição desenvolve suas ações no âmbito da educação não formal. Para Gohn (2013, p. 11), a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Somente um funcionário que presta serviço à tarde perfaz 8 horas por dia. Ele trabalha no estacionamento da Guarda Mirim, no Bairro Ibituruna. As idades variam entre 20 a 60 anos de idade e o grau de escolaridade vai desde o Ensino Fundamental completo ao Ensino Superior. O tempo de serviço é bem diversificado, como demonstra o gráfico seguinte.

Gráfico 9 – Tempo de serviço dos funcionários da AMGMMC em 2018



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Infere-se pelos relatos dos funcionários da Guarda Mirim, que há grande consideração pelas atividades realizadas pelos gestores, colegas e aprendizes. Os funcionários são pessoas simples no trato, dedicadas ao trabalho e pelo que foi possível observar, realizam suas atividades com seriedade e atenção.

Os julgamentos que fazem da Guarda Mirim são de palavras elogiosas e carregadas de emoção. A Instituição, segundo consideração de uma funcionária, “é um lugar onde todos são recebidos e atendidos com muito respeito, muito carinho e que merecem sempre o melhor” (F1, 2018). Esta visão é compartilhada com os demais funcionários, visto que não se percebeu manifestação de insatisfação na realização das tarefas de atendimento ao público. Percebeu-se um tratamento simpático, educado e prestativo.

A relação dos funcionários estabelecida com o público-alvo do Programa é amena e se fundamenta na hierarquia, o que é demonstrado pelo tratamento distinto dado pelos aprendizes e seus familiares.

Em relatos, os funcionários dizem que a Associação conta com grande poder de influência junto ao mercado de trabalho, no que diz respeito aos parceiros que mantêm vínculo e têm serviços prestados pela Associação. Nada é feito naquele local sem a ciência e

concordância dos gestores. “As ações são controladas e direcionadas visando ao bom andamento das tarefas”, diz uma funcionária (F1, 2018).

Algumas tarefas, que dependem também de parte dos recursos financeiros, estão sendo impactadas em suas realizações, pois, em um relato, uma funcionária diz: “existe uma grande dificuldade financeira a assolar a Instituição: o financeiro”. Considera que para continuar com o trabalho que vem se desenvolvendo ao longo de sua existência, os funcionários acreditam que é cogente a participação mais efetiva da sociedade, pois a Guarda Mirim agoniza com o fardo das despesas que têm.

Entretanto, não é só de dificuldades que vive a Instituição. Há a participação dos voluntários nos serviços mais gerais. Um exemplo disso pode-se apontar a verificação da presença de uma mãe de aprendiz dedicando algumas horas do seu tempo livre na realização do almoço oferecido na Instituição. Quando questionada de sua presença naquele local, a mãe voluntária disse:

“Estar aqui ajudando a Associação não é um sacrifício pra mim. Colaboro com quem tem me ajudado há quase dois anos. Venho aqui porque esse trabalho que faço ajuda esses meninos [ao se referir a todos os aprendizes, tanto meninos quanto meninas] a não ter que ir em casa e gastar com o transporte, com o dinheirinho que ganham aqui. Essa Associação é importante pra nós que não temos muito como sobreviver economicamente. Meu filho está sendo ajudado e por isso retribuo ajudando os outros (Mãe de aprendiz, voluntária, 2017).

Nota-se que a Instituição é “abraçada” pelos familiares dos aprendizes, como forma de reconhecimento pela contrapartida que dela recebem. Eis um fator importante que é a solidariedade e compromisso daqueles que, sem suporte visível, abraçam o que lhes resta para preservar um pouco de bem-estar, como em tempo de guerra, como em tempo de pouca farinha para pirão escasso. Numa sociedade em crise, incluindo econômica, em que exclusão fala mais alto que nivelamento social, lembra Marx, melhor o sentimento de resistência.

Entende-se por meio dos relatos dos funcionários que a Guarda Mirim representa uma Instituição que requer pessoal especializado, pois a normatização das formas de organização de todo o trabalho, seja ele administrativo ou pedagógico, a sistematização de todo o trabalho da Associação e atendimento aos regulamentos, leis e aos órgãos superiores, requer um trabalho voltado para a organização de caráter metódico, o que sugere que seus esforços incidem sobre a preservação da força e do potencial de atuação do grupo.

5.4 Os asseguradores da sutil dominação cotidiana da ditadura da burguesia - os Gestores da Guarda Mirim

5.4.1 A Presidente

A presidente da Guarda Mirim teve sua formação iniciada na cidade de Juramento, passando a frequentar o curso Ginásial e Colegial Normal (1º e 2º graus) em de Montes Claros.

Realizou o Curso Superior Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Norte de Minas - FADIR, atualmente, UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros, concluindo-o no ano de 1983 iniciando sua carreira profissional com cursos em Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária, exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – MG).

Atuou como docente até o ano de 2004 e ocupou vários cargos, sendo promovida de Delegada de Polícia I para Delegada de Polícia II, por merecimento; e promovida à Delegada Classe III em 30/12/1993, por antiguidade. Recebeu ao longo de seu trabalho, várias homenagens por distinção e honrarias.

A presidente da Guarda Mirim é uma mulher que conduz a instituição sob a dominação carismática (Weber). É uma líder natural, com dons para conduzir seu trabalho considerado quase que sobrenatural (no sentido de não ser acessível a todo mundo). O conceito de carisma que aqui se emprega é inteiramente “isento, valorativamente”, como propunha Weber (1999).

O carisma conhece apenas determinações e limites imanentes e o portador de carisma assume as tarefas que considera ser adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão (WEBER, 1999). Se não as encontra, ou não, depende do êxito. Assim se define a pessoa da gestora instituição. Com essa postura, demonstra alegria ao exhibir as tantas cartas de reconhecimento dos ex-guardas mirins, que se tornam a prova de reconhecimento de seu trabalho. Além disso, guarda também recortes de jornais que abordam a Guarda Mirim, demonstração de reconhecimento carismático e qualificado de seu dever, aqueles que norteiam a sua missão.

No que concerne à sua fala a respeito da criação da Guarda Mirim, a presidente diz que o fato de ter muitos meninos/as em situação de vulnerabilidade encaminhados para as celas da Delegacia a tocou profundamente para idealizar a criação da Instituição em Montes Claros.

Esse foi o fator crucial para construir o grupo idealizador da Associação e criar um plano de ação que viabilizou esta ideia. Por meio de telefonemas, e-mails e conversas com grupos de conhecidos, passou a convocá-los para uma reunião na ACI de Montes Claros.

Depois de formalizada a Associação, buscaram-se novas adesões que pudessem trazer novas ideias e sugestões e que poderiam de alguma forma ser úteis e valiosas para o objetivo proposto a ser desenvolvido com os adolescentes e jovens. Para isso passou a visitar as empresas, dar palestras, conversar com pais e responsáveis e colaboradores do Programa.

No rol de autoridades locais e lideranças dos distintos segmentos sociais da comunidade montes-clarense, ajudaram na implantação da Guarda Mirim de Montes Claros as Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, educadores, empresários, médicos. O quadro foi composto pela elite política da cidade.

O grupo de fundadores da Guarda Mirim foi composto por quarenta pessoas (Ver Anexo X), mas, como membros permanentes do Conselho Consultivo, estão listados distintos segmentos da sociedade, entre o Estado (Juiz de Menores), a força policial (Polícia Civil, Militar e Bombeiros; Polícia Rodoviária Estadual e Federal e Exército), Clubes de Serviços (Casa da Amizade, Lions e Rotary Club), COPASA; DER- MG; Sindicatos; Delegacias, entre outros, totalizando 74 representantes.

Segundo relato da presidente, tanto em conversa informal, quanto em site institucional, o grande número de adolescentes apreendidos, envolvidos com atos infracionais, a sensibilizou para implantar a Guarda Mirim. A carência afetiva, a falta de assistência, de direcionamento necessário dado aos jovens para uma vida digna a levaram a agir em prol de uma situação de mudança daquele quadro.

Acrescenta ainda que percebeu nas realidades objetivas dos adolescentes que atendia na Polícia, que eram levados para uma cela apertada e muitas vezes próxima a de criminosos comuns. Relata que em uma ocasião viu piolho, pés descalços que nunca haviam calçado sapatos e isso a comoveu profundamente e a fez refletir nos desalentos vividos por aqueles meninos/as. Estes se diferenciavam desde dificuldades em família, a falta de atrativos da escola e a ausência de equipamentos públicos que os acolhessem e permitissem a sociabilidade, pais separados, confusos quanto aos seus papéis. Nisso residia o ímpeto para sua ação para transformar as realidades encontradas. Em seu entendimento, os problemas vividos por aquela parcela da sociedade que a ela cabia atender, se referiam à questão estrutural.

Verifica-se, porém, que mesmo que a presidente se importe com as reais condições dos adolescentes e jovens e milite para manter operante a Guarda Mirim, não se localizam ali

aqueles que se encontram na prática do ato infracional ou crime, qualquer que seja a espécie. Tê-los no espaço da Associação contraria a ideia do seu nascimento, mais favorece o entendimento de que a instituição surgiu como uma forma de (se auto)-proteger um grupo de profissionais liberais da cidade. É uma tese importante, pois elimina possível foco de ataque marginal ou de excluídos a melindrar a condição socioeconômica vigente.

Em pronunciamento da cerimônia de encerramento dos cursos e entrega de certificados (2016), a presidente, com manifesto tomado de grandeza, fez questão de enfatizar a importância da instituição para a sociedade local, apontando em seu discurso os anos de existência da Associação e o número de adolescentes e jovens qualificados e certificados para o mercado de trabalho, referendando as histórias de trajetórias bem-sucedidas dos ex-aprendizes. Ao final de sua fala, aproveitou para conclamar às adolescentes e jovens a realizarem um seminário para partilharem os conhecimentos adquiridos e desse modo levarem informações aos adolescentes próximos de seus convívios.

Acredita-se que com esta ação, a presidente obtém dois ganhos: um que se direciona para a divulgação das atividades e ações institucionais sem que com isso se faça a busca ativa de novos participantes e outro que imprime uma forte marca no comportamento dos aprendizes, pois lhes dá a ideia de protagonismo juvenil.

É indiscutível a ênfase que é dada à filosofia seguida com os adolescentes e jovens assistidos pela Guarda Mirim. Para a presidente, o seu trabalho é fazer com que os aprendizes reconheçam o seu valor, colocando-os na condição de participantes ativos na comunidade, pois sua pretensão é atenuar os malefícios causados à juventude pelo modelo econômico capitalista.

As dificuldades encontradas foram várias e de toda ordem: financeiras, estruturais, despreparo dos funcionários, dependência de legislações, dentre outras. As dificuldades vivenciadas ao longo do tempo propuseram ao grupo como um todo, conforme relatado pela gestora (2017), mudanças e aprendizados que levaram às novas capacidades de trabalhar, resolver questões que surgiam de modo inesperado, desenvolver a criatividade e reafirmar o compromisso com o público atendido.

Nesse quesito, a gestora reconhece os esforços empreendidos por todos os colaboradores mesmo frente à escassez de recursos humanos e financeiros para manter o Programa em funcionamento. Lembra que o trabalho ali desenvolvido contou inicialmente com grande apoio da Prefeitura Municipal de Montes Claros e que nos últimos anos, para sobreviver, a equipe atuante tem despendido esforço gigantesco para não fechar as portas.

Todas essas dificuldades não tiraram a sua boa intenção, que não tem sido suficiente para manter a Associação para que, de fato, produza os benefícios sociais efetivos e sustentáveis. “A causa é nobre, mas precisa de apoio”. Esse é o entendimento da presidente.

Para manter os cursos de Guarda Mirim, de Assistente Administrativo e Aprendiz Bancário, a instituição é filantrópica, ela não tem rendas outras, ela sobrevive de doações que são auferidas por meio de contribuições dos sócios, doações de pessoas físicas e jurídicas.

A presidente diz que inicialmente, o apoio da Prefeitura Municipal de Montes Claros foi fundamental. Mas que após deixarem de receber este apoio, está difícil manter as atividades com a qualidade que precisa.

A gestora consegue nos dizer é que esta singulariza sua atuação, determina-se por fatores internos e não por ordens externas o limite qualitativo de sua missão e do seu poder. Segundo o sentido do seu trabalho (inserir jovens no mercado de trabalho) e o conteúdo (capacitação profissional), a missão dirige-se a um grupo específico de jovens da sociedade, onde encontra seus limites no círculo dos tidos como carentes.

Sua gestão realizada através da dominação carismática tem também seu fundamento econômico. Apesar de viver dentro deste mundo, a Guarda Mirim não vive dele. Aqui cabe um esclarecimento para a compreensão do que significa exatamente essa ponderação. É decisiva em sua gestão a rejeição como indigna a obtenção racional e planejada de dinheiro, e toda atividade econômica racional.

Para a presidente, seu trabalho jamais é uma fonte de ganhos privados, no sentido da exploração econômica realizada como troca de certas prestações e contraprestações, nem na forma de uma remuneração de serviços, bem como também não conhece nenhuma ordem tributária para satisfazer as necessidades objetivas de sua missão. Por entender ser sua missão de natureza pacífica, recebe os recursos econômicos necessários de patrocinadores individuais ou na forma de doações, contribuições e outras prestações voluntárias por parte de parceiros granjeados na comunidade.

Em nossas observações, a presidente parece se encontrar fora dos vínculos deste mundo, das profissões comuns e dos deveres familiares cotidianos, aparentando certo isolamento social. Talvez por isso, demonstra a necessidade de provar força continuamente para prover que a Guarda Mirim é por ela gerida de modo devotado, a instituição se entregando inteiramente.

Também não admite fraquezas, realizando sacrifícios expiatórios, zelando para não demonstrar “pecados ou defeitos” e não desmerecer o reconhecimento da comunidade.

Reconhece as disposições jurídicas, regulamentos abstratos e a jurisdição “formal” e cremos, que até pela sua formação (Direito), o resultado concreto da vivência pessoal e força “heroica” se traduz em renúncia ao compromisso com toda ordem externa em favor do trabalho que se propôs realizar na associação. Seu comportamento, revelado em observações, é revolucionário, invertendo às vezes os valores e rompendo normas tradicionais ou racionais.

O papel desempenhado pela gestora do Projeto Guarda Mirim vai muito além de organizadora dele. Além de supervisionar o gerenciamento da área administrativa, ela também se preocupa com o principal aspecto do projeto, que é qualificação dos aprendizes e com isso assume vários papéis dentro da Associação.

5.4.2 O Vice-Presidente

O vice-presidente da Instituição é um senhor de meia idade, aposentado do setor de Segurança Pública, e tem o ensino médio por formação. Ele faz parte da Associação desde a fundação e já ocupou os cargos de Secretário e Tesoureiro, ocupando atualmente o cargo de Vice-Presidente. Ele, na ausência da Presidente, assume outras atribuições (aquelas previstas no estatuto), atendendo a Guarda Mirim sempre que necessário, prestando serviços voluntários.

Relatou que a história da Guarda Mirim se iniciou devido ao grande número de menores em conflito com a Lei, que eram conduzidos à Delegacia de Polícia Civil na presença da Delegada.

Este considera que

O trabalho que a Associação vem desenvolvendo junto aos adolescentes e jovens é o mais importante em sua história institucional, pois a maioria dos que por ela passam tem trajetórias bem sucedidas, se tornam pessoas responsáveis, constituem família, tem bons trabalhos e demonstram grande apreço pela Guarda Mirim. Você já viu e leu as cartas que os meninos/as entregam pra Doutora [...]? São o maior reconhecimento que temos de nosso trabalho. Eles voltam aqui e trazem grande alegria, porque vemos como nosso trabalho foi útil na vida deles (VP, 2019).

Em contrapartida à alegria de prestar serviços voluntários à Associação, o Vice-Presidente contrasta com a tristeza ao mencionar a situação por que passa atualmente a Guarda Mirim:

É triste ver como esse lugar está para fechar as portas. Já tivemos esse espaço cheio de aprendizes que chegam e saem para suas aulas práticas nas empresas. Tinham várias refeições por dia e hoje oferecemos apenas três. Os poucos recursos de que dispomos não nos desencoraja para sempre fazer o melhor por eles [aprendizes]. Tá de cortar o coração (VP, 2019).

Dedicado e multifuncional, como prevê o Estatuto, o Vice-Presidente se coloca à disposição para auxiliar nas tarefas cotidianas da Guarda Mirim, como, por exemplo, buscar os pães doados por uma padaria parceira da Associação.

Sintetizando as falas dos gestores, infere-se que esses acreditam que o projeto tem atingido seu objetivo, o que é demonstrado no Plano de Trabalho (2016). Presidente e Vice-Presidente dizem não medirem esforços para ter a Associação funcionando a todo vapor, mas que isso lhes rouba grande energia, esforço e alguns resultados: uns bem satisfatórios e outros nem tanto.

Ao se referirem aos aprendizes, os gestores deixam claro a quem esta Associação atende preferencialmente: aprendizes pertencentes à família natural ou substituta, com renda per capita de até 90% do salário mínimo vigente no país, adolescentes e jovens “carentes” em situação de risco social, residentes em bairros periféricos e loteamentos de Montes Claros e que não têm envolvimento com nenhuma prática de ato infracional ou crime.

A escolha desse público específico foi, conforme a presidente e o vice-presidente, o número de “meninos de rua” que chegavam à Delegacia (na época ele estava na ativa na Delegacia de Polícia Civil, junto com a Presidente).

A presidente contou que não se esquece de quantas vezes viu também o sofrimento por que passavam “aqueles meninos e meninas” (expressão que utilizou para descrever os muitos casos que atendeu nos dias de serviço). E com expressão sôfrega (talvez cingida pela descrença na pouca colaboração que tem conseguido a Associação), falou saudosista sobre quando a sede da Associação acolhia a tantos aprendizes que entravam e saíam dali em todo momento.

Reafirmando o que disse a gestora, o vice-presidente pontuou que além do atendimento aos aprendizes, a Guarda Mirim também realiza assistência aos familiares dos aprendizes e alega que há um atendimento de aproximadamente 30 pessoas por dia.

Por todos os relatos dos gestores, observa-se que ainda há um forte desejo de soerguer a Associação. Feições e corpos não se dão por vencidos. Mesmo que temporariamente (talvez sentindo o peso do esforço que ambos vêm empreendendo para não desanimar o restante do grupo), no outro momento demonstram respirar e tomar fôlego para realizar suas tarefas.

Atualmente, a Guarda Mirim vem passando por uma forte crise financeira. A gestora lamenta a situação em que se encontra a Instituição. Anteriormente, havia seis refeições oferecidas aos aprendizes, mas atualmente são oferecidas três refeições diárias. Há o atraso de pagamentos de contas de aluguel, luz, telefone e salário dos funcionários. Ainda como

responsabilidades financeiras, soma-se às demais o pagamento de professores, a manutenção dos carros e aquisição de material de escritório.

A gestora relata com embargo que o projeto é amparado por doações de pessoas físicas e jurídicas e que não há outras fontes de renda. Isso demonstra que a Guarda Mirim tem na captação própria de recursos o seu grande desafio para a sustentabilidade.

Isso nos leva a inferir que elaborar projetos capazes de facilitar a captação de recursos e estabelecer novas e boas parcerias seria talvez uma boa saída para a Instituição, acrescentando-se a isso aprofundar mais no conhecimento dos incentivos fiscais e sensibilizar mais empresas que se interessem em financiar projetos de natureza social. Esse apontamento encontra respaldo na fala da Técnica em Administração e responsável pelos Termos de Fomento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Montes Claros, Maria Aparecida Maia, que em seu relato nos aponta essa fragilidade da Guarda Mirim.

Segundo a técnica, a sugestão é que a Guarda Mirim faça campanhas de parcerias com universidades locais, que devem fazer mais pelo social. Talvez a dificuldade da Guarda Mirim de Montes Claros em arrecadar recursos venha desde a implantação do Marco Regulatório em 2014, que teve sua obrigatoriedade em 2017. Com essa Lei, o recurso não pode ser passado diretamente para as entidades. A Guarda Mirim necessita participar do chamamento público e para tal “profissionalizar-se” é a palavra de ordem.

Em análise a tudo o que foi exposto, o que os gestores conseguem nos dizer é que a Guarda Mirim constitui-se mediadora entre Estado e Mercado, ou seja, constituída por empresas e consumidores de seus serviços. É, portanto, uma Instituição que parte da sociedade organizada, ponderada segundo o poder que detenham os diversos grupos e indivíduos derivados de sua riqueza, de seu conhecimento ou capacidade organizadora.

Enquanto mediadora, a Guarda Mirim transforma a educação, que é produto de seus serviços, um negócio. Nessa perspectiva, equaliza o vendedor (Guarda Mirim) aos compradores/as da força de trabalho como meros comerciantes de uma mercadoria comum, transacionada por dinheiro enquanto equivalente geral.

Pondera Savater (2005):

A educação transmite porque quer conservar; e quer conservar porque valoriza certos conhecimentos, certos comportamentos, certas habilidades e certos ideais. Nunca é neutra: escolhe, verifica, pressupõe, convence, elogia e descarta. Tenta favorecer um tipo de homem em face dos outros, um modelo de cidadania, de disposição para o trabalho, de maturidade psicológica e até de saúde, que não é o único possível, mas que se considera preferível às demais (p. 147).

Apreende-se que a educação ali desenvolvida não é uma educação neutra. É sim, uma educação preferível, como pondera Freire (1997a), que nos explica que a educação não é neutra, longe disso, ela é um dos instrumentos capazes de garantir aos cidadãos o atendimento às necessidades que permitem o seu desenvolvimento integral, que possibilita a integração entre o pensar e o agir. Desse modo, se o pensar é destituído de realidade e o agir, de sentido, ambos perdem o significado. De outro modo, pode-se reproduzir uma educação que se coloca com simples transmissora de informações descontextualizadas historicamente, sem autor, sem intencionalidade “clara” e sem sentido, ou seja, uma educação bancária.

Segundo análise dos relatos da presidente, esta aplica o conhecimento que tem na área do Direito para gerenciar o Programa Guarda Mirim. Observa-se claramente que alia a este conhecimento a característica pessoal de liderança para orientar toda a equipe de modo a resguardar o bom andamento das ações e o alcance dos objetivos a que se propõe a Associação, aquilatando antecipadamente, as possíveis restrições que podem impactar diretamente nas ações e desequilíbrio das mesmas.

Os excertos são ratificados pelos Planos de Trabalho da Associação, nos Relatórios de Atividades entregues ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), espaço de participação popular em que se debate junto com o governo, a política municipal de assistência social e onde se observa e resguarda a regularidade da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros.

Para além da forma como se observa a educação preferível desenvolvida pela Guarda Mirim, as suas ações educativas nos fazem questionar a quem este tipo de educação serve. A resposta a esta indagação se encontra na Ata de Assembleia Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros (1992), em seu Capítulo V – Do Conselho Consultivo, que traz enumerados os representantes das entidades que assessoram as diretorias executiva e setoriais da Guarda Mirim: cinco (5) representantes distribuídos entre a Polícia Militar de Minas Gerais, 55º Batalhão de Infantaria, Polícia Rodoviária Federal e Bombeiros; quatro (4) representantes do Lions Club e cinco (5) representantes do Rotary Club, dois (2) representantes do Sistema “S” e 10 (dez) representantes da Maçonaria enquanto nos demais segmentos consta apenas um (1) representante.

É possível observar-se uma educação que se desenvolve no contexto da desigualdade no campo econômico que apresenta uma situação desproporcional dos indivíduos: de um lado estão aqueles que não precisam vender a sua força de trabalho (os capitalistas) e de outro estão os aprendizes que precisam vendê-la para subsistir.

Afirma Vieira (1994) que na democracia liberal, a desigualdade social, a dominação de uma classe sobre outra é admitida desde que esteja assegurada a igualdade de cidadania. Como consequência da ordem burguesa e do capitalismo, a cidadania revela-se indispensável à continuidade da desigualdade social e não entra em conflito com ela.

Para esse autor, a cidadania consiste na liberdade humana no sentido de os homens terem direitos e estarem protegidos pela lei comum a todos. A cidadania sendo revestida da forma de igualdade jurídica se desenvolve a partir da luta pela conquista de certos direitos e por meio da luta para usufruí-los. A condição de cidadão, conforme Vieira (1994, p. 69), encerra forte apelo para participar da vida social, que nasce e frutifica na convicção de que a sociedade consiste em patrimônio pertencente a todas as pessoas.

Em observância às ações da Guarda Mirim, o objetivo proposto no Plano de Trabalho é:

Promover o resgate da autoestima; despertar a compreensão dos fatos e circunstância do dia-a-dia, possibilitando planejar e construir o seu futuro. Contribuir para a avaliação crítica do adolescente sobre a realidade socioeconômica no município, federação, bem como mundial, favorecendo sua capacitação para atuar em cada realidade que lhe for apresentada e, especialmente, qualificando-o/a para o mundo do trabalho, com apresentação de elementos que permitam que o adolescente/jovem transforme a sua própria realidade (PT - AMGMMC, 2016).

Sobre esse objetivo proposto da Guarda Mirim, podemos inferir a partir de Marx e Engels (1978) que explicitam:

Todo o sistema de ensino da sociedade capitalista assenta no racionalismo burguês, ou seja um idealismo ou iluminismo que esclarece os espíritos, a massa e a matéria. Neste sentido, o princípio da “revelação” está no seio das escolas burguesas tanto laicas como religiosas. Toda a sociedade dividida em duas classes é necessariamente idealista: a elite esclarecida dita as normas, e a massa bruta deve segui-las sem discussão. Nem sequer há lugar para a famosa liberdade de pensamento que a revolução burguesa pretendeu instaurar no mundo, dado que se trata de iluminar os espíritos a partir do monopólio científico de uma minoria, cujas ideias refletem os seus próprios interesses econômicos imediatos, em oposição aos das amplas massas que não podem escolher a sua verdade em função das suas condições e interesses materiais (p. 35).

Nas palavras de Althusser (1970, p. 28), “é a base que determina em última instância todo o edifício”. Considerando essa proposição do autor, são os parceiros da Guarda Mirim os compradores da força de trabalho mercantilizada pela Guarda Mirim. Estes são os possuidores

da ideia de operacionalizar com eficácia, um princípio educativo para a classe de novos trabalhadores, que o legitima para extrair-lhes o saber tácito⁵⁴.

O princípio educativo que brota da Guarda Mirim tem em essência, garantir a eficácia do capital. Para isto, se esta Associação vê compelida a reconstruir a subjetividade dos aprendizes de forma inteiramente ideológica.

Emerge daí uma concepção pós-classista de sociedade, uma concepção de sociedade em que as classes comparecem como dado natural e o conflito entre elas como algo prejudicial à sociedade, que é percebida como um imenso organismo vivo. Caso alguma de suas partes falharem em sua função, é o todo que fica inteiramente enfermo. Aventada essa possibilidade, a Guarda Mirim não deixa espaço para a luta de classes, que passa a evitar a emergência do conflito, extirpando-o em suas ações.

Com essa ação, as empresas parceiras têm na Guarda Mirim, uma aliada que manobra e atenua os conflitos de classe, astuta em incorporar nos aprendizes, a lógica do capital, através de suas ações.

5.5 Parceiros: Os empresários

Uma vez questionados sobre qual o impacto que o Programa Guarda Mirim tem causado sobre os adolescentes e jovens assistidos pela Associação, os parceiros disseram que

Entendo que é uma forma de inserir o jovem no mercado de trabalho (P1, 2018).

Com este programa, o jovem tem renovado a esperança em um futuro melhor, visando conquistas nos seus estudos e na vida profissional. O Programa abre portas para muitos jovens que sem ele não teriam condições de entrar no mercado de trabalho (P2, 2018).

O Programa Guarda Mirim tem um grande destaque na colocação do jovem no mercado de trabalho, influenciando a sua formação profissional, moral e ética. O jovem é incentivado a encontrar seu primeiro emprego e já se preparar para o mercado de trabalho, têm todos os seus direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, além de ser necessário prosseguir com os estudos (P3, 2019).

A respeito de qual a importância do Programa de Aprendizagem e dos cursos que ele oferece na vida dos assistidos e para a sociedade montes-clarense, responderam que

Os jovens assistidos pelo Programa são treinados com cursos que abrangem o trabalho desenvolvido e esses cursos formarão sua bagagem educacional por toda vida (P1, 2018).

⁵⁴ Segundo Silva (2004), chama-se saber tácito dos trabalhadores “o saber informal, não prescrito, que resulta das estratégias individuais ou coletivas dos trabalhadores de resolverem à sua maneira própria, idiossincrática, as imponderabilidades no decorrer do processo de trabalho”.

Este programa é de suma importância, pois visa o crescimento humano dos nossos jovens, seja no lado pessoal ou profissional, colocando-os no mercado de trabalho de forma capacitada. A nossa sociedade com certeza agradece, pois o objetivo do programa não é só formar e capacitar os jovens e inseri-los no mercado de trabalho, mas também preservá-los do mundo da criminalidade (P2, 2018).

O Programa da Guarda Mirim é uma conquista de Montes Claros, Dra. [...] em todos esses anos a frente deste projeto faz um excelente trabalho que tem uma grande repercussão social em nossa cidade. A Guarda Mirim atende os menores carentes de Montes Claros, proporcionando apoio educativo e integrando o adolescente à sociedade e ao profissionalismo, os jovens aprendem a assumir responsabilidades desde cedo, ajudar as suas famílias, além de ter a possibilidade futura de serem contratados pela empresa, assim eles são direcionados a ter uma vida digna e não se envolverem na marginalidade (P3, 2019).

Na opinião dos parceiros, o Programa de Aprendizagem desenvolvido pela Guarda Mirim modifica consideravelmente algo na realidade que circunda os jovens que dele participam. A esse respeito disseram:

Com certeza. Todos que passaram pela nossa empresa prorrogamos o contrato até o limite máximo e contratamos dois dos cinco que passaram por aqui (P1, 2018).

Sim. Este programa abre uma expectativa de futuro para estes que foram privilegiados, além de ajudarem financeiramente na renda familiar (P2, 2018).

Com certeza, a juventude é um momento de muitas transformações na vida do menor, a educação que ele recebe é essencial e pode afetar de forma positiva ou negativa a sua vida, assim o Programa Guarda Mirim tem um reflexo positivo na vida destes jovens, pois os ajuda nessa fase através de um processo educativo de preparação e iniciação profissional, proporciona aos adolescentes desenvolverem suas aptidões no mercado de trabalho e tenham a oportunidade de se empregar para ajudar no orçamento financeiro da família. Pela empresa na qual trabalho já se passaram muitos jovens da Guarda Mirim, muitos deles foram contratados e alguns atuam até hoje, um exemplo é nosso funcionário José Carlos que está conosco há mais de 12 anos e é um excelente profissional (P3, 2019)..

Questionados sobre até que ponto este Programa representa uma perspectiva futura para esses jovens, responderam:

Em conversa com eles, percebo que eles saem do convívio perigoso da sociedade onde vivem e conhece um outro lado da história, porém, um lado que leva ao crescimento (P1, 2018).

Até o ponto em que os colocam diretamente ligados às empresas, dando a eles a tão cobrada “experiência” no campo do trabalho, exigida pelas empresas em geral. Com a “experiência” eles poderão ter mais chance no futuro de serem admitidos e conseguirem a tão sonhada estabilidade financeira almejada pelos jovens (P2, 2018).

Em um mercado de trabalho altamente competitivo em que muitos buscam vagas de emprego e querem se destacar e serem reconhecidos, esse Programa é muito importante, pois o jovem já se insere na empresa e tem a oportunidade desde logo de mostrar a sua aptidão, se destacar e ter a oportunidade de se empregar, ajudando no orçamento financeiro da família (P3, 2019).

Os relatos aqui apresentados demonstram a boa aceitação do Programa de Aprendizagem desenvolvido pela Guarda Mirim. Nessa perspectiva, um parceiro afirma que “Eu gosto muito e aprecio o trabalho da Guarda Mirim, uma vez que nunca precisei mudar ou mesmo questionar a atitude dos jovens” (P1, 2018). Foi tamanha a satisfação do parceiro ao falar da Guarda Mirim, que esse se colocou à disposição para fazer mais relatos.

Foi sugerido por um dos parceiros que em relação ao tempo de permanência dos aprendizes nas atividades práticas nas empresas, esse talvez devesse ser revisto, ou até mesmo a prorrogação dos contratos, pois quando os aprendizes estão se adaptando ao ambiente de trabalho, chega o fim do contrato. “Todos os jovens que encerram o contrato deveriam continuar sendo assistidos pela Guarda até conseguirem de fato serem inseridos no mercado de trabalho e contratados pela empresa” (P2, 2018).

Na avaliação de outra empresa parceira,

O Programa da Guarda Mirim é uma conquista de Montes Claros, Dra. [...] em todos esses anos a frente deste projeto faz um excelente trabalho que tem uma grande repercussão social em nossa cidade. Parabéns a todos os envolvidos neste lindo projeto, pois mantê-lo não deve ser fácil e requer um grande esforço e atuação ativa para mantê-lo produtivo em todos esses anos (P3, 2019).

Nas palavras dos empregadores a Guarda Mirim figura assim, como um programa de suma importância, pois visa ao crescimento humano dos jovens tanto na perspectiva pessoal quanto profissional, inserindo-os no mercado de trabalho de forma capacitada. Nessa perspectiva, a sociedade agradece, pois, o objetivo do programa vai além de formar e capacitar os jovens para uma futura colocação, mas, sobretudo, preservá-los do mundo da criminalidade.

Na visão dos empresários, a Guarda Mirim mostra-se como uma instituição que valoriza o lado humano e que assume uma postura humanizante. Em síntese, configura-se em uma instituição que amaina enfrentamentos. O que demonstra a satisfação da classe dominante em receber os jovens na condição de aprendizes, mas com um perfil docilizado, treinado para obedecer e como enfaticamente é colocado por Antunes (2018), resignado.

A Guarda Mirim neste contexto, para os empresários, surge com relevante papel: o de mediadora entre a classe exploradora montes-clarense e as camadas mais pobres, desempenhando um trabalho de preparação pré-profissionalizante, para que os(as) adolescentes e jovens aprendizes sejam eficientes (na perspectiva capitalista) e adotem um comportamento condizente com as necessidades do mercado de trabalho e com suas posições sociais, quer dizer, que tornem-se trabalhadores pobres, submissos, persuadidos pela ideologia capitalista como capazes de buscar a ascensão social por meio do trabalho.

A boa aceitação da Guarda Mirim tem uma boa razão de existir: as empresas ganham (com) ao contratarem os aprendizes, há razões claras que motivam e orientam o investimento social privado.

Acredita Charoux (2007) que,

Verificar essa intenção revela o posicionamento da organização perante a sociedade, isto é, se o apoio a causas sociais se orienta mais por causa das expectativas da opinião pública (entendido como o público consumidor ou grupos que incitam ao consumo) do que pelas reais necessidades do público beneficiário (a comunidade), tais ações serão mais cosméticas do que efetivas (p. 57).

Para a autora, a atuação social corporativa, nesses casos, assume uma visão egoísta, valorizando apenas seu interesse particular em detrimento à afirmação de sujeitos autônomos, participantes ativos da sociedade, que podem exercer sua cidadania. Se assim o for, Charoux considera que a ação empresarial torna-se um exemplo de postura “contra hegemônica” e resulta na manutenção do *status quo*.

Em contrapartida, a autora destaca que há empresas que entendem que sua ação só surtirá efeitos benéficos para o bem comum se elas procurarem identificar o que e como as relações sociais foram modificadas por causa de sua intervenção. Essa propositura nos remete ao fato de que é necessário, antes de tudo, voltar o olhar para as necessidades dos demandantes dos serviços e que os resultados da ação não podem ser avaliados tão somente conforme retornos tangíveis.

No caso específico da Guarda Mirim, não há por parte da Associação ações veladas de seu marketing como estratégia de divulgação de seu trabalho, uma vez que as informações sobre são parcas, não sendo facilmente manipuláveis. O que se encontra mais disponível sobre o seu trabalho são os dados públicos que caracterizam a instituição e algumas reportagens sobre a associação, relatando o trabalho em linhas gerais e sobre sua “saúde financeira”, que denota, quase sempre, sensibilização ao público com o intuito de angariar parcerias para a sobrevivência dos programas.

5.6 Outras falas: políticos, intelectuais e antagonistas da Associação Mantenedora da Guarda Mirim

Com o intuito de fornecer o conhecimento mais aprofundado e acrescentar outros olhares, outras visões sobre a Guarda Mirim, aqui particularizamos informações obtidas de outros atores que se fazem presentes na história da Guarda Mirim, colhidas afim de que seja dada mais uma perspectiva sobre a da Associação.

Concernente ao poder público legislativo, selecionamos o pronunciamento de um legislador, o Deputado Carlos Pimenta, em 1996. A declaração foi em reunião ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), e encaminhada aos demais deputados e imprensa. Por se referir à Guarda Mirim de Montes Claros, o privilegiamos pela natureza e importância.

O Deputado ao se referir ao debate que teve com segmentos da sociedade ligados ao “menor”, relatou ter presenciado grande questionamento acerca do papel do Estado frente a esse problema. Naquele momento da ALMG, o Deputado ampliou o questionamento e indagou qual o papel da sociedade mineira diante desse fato. Ainda afirmou saber que a questão envolvendo o menor abandonado, o infrator, o menor sem escolas e o menor sem oportunidade, é mais preocupante na Capital (Belo Horizonte) do que no interior de nosso Estado.

Assim, aproveitando o espaço que lhe fora dado na tribuna, levou a experiência e deu testemunho de como Montes Claros se preocupou com o problema do menor e saiu da retórica, partindo para a prática. Explicou como o então prefeito da cidade, Luiz Tadeu Leite, “colocou o dedo na ferida” e procurou com ações, os caminhos para solucionar a questão do menor em Montes Claros. Mas, para descrever essa ação, o Deputado narrou inicialmente o cenário montes-clarense no início daquela década dizendo que o que se via na cidade era uma verdadeira concentração de crianças em locais suspeitos, à mercê de gorjetas e esmolas e que, a partir de 1994, em virtude da ação enérgica da Secretaria de Ação Social, foram ampliados programas importantes, que conseguiram acabar com essa concentração de menores nas ruas colocando-os nas fazendinhas, criando a Guarda Mirim em Montes Claros. O Deputado se referiu à Guarda Mirim como um programa bem-sucedido, que empregava mais de três centenas de menores e os colocava para administrar os estacionamentos da chamada área azul da cidade.

As palavras elogiosas do pronunciamento do Deputado se referindo à Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros evidenciam sua visão positiva acerca desta intervenção. Para além de dar boa visibilidade ao programa, chama a atenção para o papel da sociedade que culpabiliza os menores por se encontrarem na condição de rua e nessa perspectiva o Deputado dá ênfase ao questionamento sobre o papel do Estado na questão do “menor”.

Analisando esta referência do Deputado, observa-se que a Guarda Mirim se constitui em uma propriedade do setor não exclusivo ou competitivo do Estado, ou seja, segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995, p. 43), não é propriedade estatal

porque aí não se exerce o poder de Estado. Por outro lado, não é propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado. Assim, a propriedade pública não estatal torna mais fácil e direto o controle social por parte dos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos e favorece a parceria entre sociedade e Estado. Com isso, a Guarda Mirim, enquanto instituição goza de autonomia administrativa maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado e é chamada a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na sua gestão (PDRAE, 1995).

A Guarda Mirim comparece no cenário montes-clarense do seguinte modo, segundo seu Estatuto:

Art. 1º - A Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, nome de fantasia (GUARDA MIRIM), também conhecida pela sigla AMGMMOC, com sede na rua Dr. Veloso, número 916, centro, cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, fundada em Assembleia realizada em 17 (dezesete) de julho de 1992, filantrópica, portanto, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sem vinculação a nenhum grupo político partidário nem distinção de raça, cor, sexo, ideologia política ou religiosa (AMGMMC, 2016, p. 2).

Aqui em sua declaração à sociedade, a Guarda Mirim estampa suas contradições tanto internas, quanto externas, ao se dizer filantrópica. Para Montañó (2002, p. 9), a filantropia é uma estratégia que se busca “o melhor” na relação Estado/Sociedade que, instrumentalizada e convertida em meio para alterar as lutas sociais, é articulada em torno de condições de classe, dirigida contra a reforma do Estado e a reestruturação produtiva, a globalização – em parceria com o Estado.

Nessa perspectiva, Montañó (2002) ainda esclarece que,

[...] toda demanda social, atendida por essas “entidades” independentes, filantrópicas e voluntaristas, tende a ser, via de regra, transformada em demanda emergencial – isto é, retirada dos seus fundamentos sistêmicos e, eliminado as mediações, transformada em demanda imediata, apenas tratando a forma manifesta da questão de fundo –, portanto, tratada assistematicamente e de forma assistencialista – sem constituir direito, sem garantia de permanência e como atividade curativa. Por um lado, cria-se uma dependência crônica do “necessitado” com esse serviço emergencial que, no entanto, não garante permanência na prestação. Por sua vez, tende a responder à demanda de forma precária, insuficiente para minimamente atender às necessidades do “demandante”. Finalmente, a atenção, por parte destas “entidades”, da demanda social, termina por calar as vozes desconformes com as condições de vida dessa ordem social (p. 9 – grifos do autor).

Acrescenta nesse contexto que,

O que era de responsabilidade do conjunto da sociedade passa a ser de (auto)responsabilidade dos próprios sujeitos afetados pela “questão social”; o que era sustentado pelo princípio da solidariedade universal passa a ser sustentado pela solidariedade individual, micro; o que era desenvolvido pelo aparelho do Estado passa agora a ser implementado no espaço local, o que era constitutivo de direito

passa a ser atividade voluntária, fortuita, concessão, filantropia (MONTAÑO, 2002, p. 9).

Em 2003, a Guarda Mirim implantou o Programa de Aprendizagem para Formação do Adolescente Aprendiz, com o auxílio dos Procuradores Arlélcio de Carvalho Lage e Júnia Soares Nader, com base na Lei nº 10.097/2000, elaborando. Assim, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ou seja, um documento utilizado pelos órgãos públicos, em especial pelo Ministério Público, para o ajuste de conduta, signatária do TAC de número 085/2003, a Guarda Mirim se comprometeu a ajustar alguma conduta considerada ilegal, passando a cumprir a lei.

Carvalho Filho (2009, p. 222) conceitua o Termo de Ajustamento de Conduta como sendo “o ato jurídico pelo qual a pessoa, reconhecendo implicitamente que sua conduta ofende interesse difuso ou coletivo, assume compromisso de eliminar a ofensa através da adequação de seu comportamento às exigências legais”.

Este documento constitui um meio alternativo de solução extrajudicial de conflitos: uma vez proposto, espera-se que o compromitente cumpra as exigências estabelecidas pelo legitimado-compromissário; do contrário, o movimento extrajudicial não se esgota, não se finda, tendo em vista a possibilidade de ingressar em juízo visando a sua execução.

A partir de 8 de maio de 2009, por força da lei – da Instrução Normativa nº 75 da Secretária de Inspeção do Trabalho (SIT) Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, que disciplina a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem, a Guarda Mirim se vê obrigada a realizar adequações em seus ambientes para o desenvolvimento de seus programas de qualificação.

No ano de 2010, a Guarda Mirim foi alvo de um processo de ação civil pública movido pelo Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da Terceira Região, que esteve em curso na Secretaria da Vara do Trabalho. No entanto, a Guarda Mirim chega ao limiar do ano de 2020, agraciada, conforme Alencar (2020), pelo deputado federal Marcelo Freitas, ao liberar R\$ 300 mil para a Instituição. Segundo a nota, explica o deputado que:

A coordenação de inúmeras operações de repressão ao tráfico de entorpecentes, na qualidade de Delegado de Polícia Federal, permitiu-nos conhecer de perto a destruição provocada pelas drogas por âmbitos familiar e social, sendo certo que é indispensável, também, o trabalho de prevenção junto às crianças e adolescentes (ALENCAR, 2020).

A nossa análise nos leva a compreender que nesse contexto, a política não está acima da economia. A economia aqui aparece não como produção de objetos materiais e sim como o

modo pelo qual os homens se associaram para produzir e reproduzir as relações sociais mais globais. Ou seja, A Guarda Mirim constitui-se em instrumento técnico, que tem na economia o elemento aglutinador do conjunto das relações sociais.

E nesse sentido, o papel que cabe à Guarda Mirim no contexto das relações é o de ser um instrumento da burocracia estatal que tem capacidade de auscultar os interesses econômicos e políticos da burguesia, que assumiu de forma indireta a dominação política burguesa. Isso porque, como demonstra Marx (1997), a “ordem social” está ameaçada, a burguesa delega seu poder à burocracia permanente (civil ou militar), passando esta a se voltar contra os representantes políticos da burguesia e a intervir diretamente pela força: rasga a Constituição, elimina as liberdades políticas, proscree os partidos políticos e fecha o Parlamento, aplicando o golpe de Estado.

Ultimando este capítulo, enfatiza-se que a Guarda Mirim é concebida como um local de trabalho. Ela faz trabalho, influencia os aprendizes para o mercado e o campo do trabalho, mas também tem trabalho em si, e se constitui de um trabalho complexo e imaterial, que influencia o trabalho geral, de transformação da natureza das coisas materiais e imateriais.

Em nome do poder local, do saber local, da descentralização, a Guarda Mirim tem sido focada como um local de trabalho que possui autonomia e influência sobre as relações de trabalho; a formação dos aprendizes; as possibilidades de constituição de uma sociedade democrática.

Essas dimensões penetram à essencial lógica em relação ao princípio educativo do trabalho, que abre possibilidade de ser gerador de economia, cultura e educação. A Guarda Mirim, na sociedade capitalista, é contraditória, uma vez que estabelece relações hierárquicas e, por outro lado, busca formar o novo trabalhador. E a Instituição, por ser burocrática, é uma organização complexa e conflituosa.

Por ser uma Associação, em sua condição burocrática, suas contradições internas só podem ser elucidadas por meio da compreensão dos seus sujeitos: como a Guarda Mirim se constitui historicamente, qual sua relação com os moradores locais, considerando a história local de moradia, do local de trabalho dos sujeitos pesquisados, de suas manifestações culturais e políticas.

A Guarda Mirim tem, para além de sua concepção, papel, função, funcionalidade, tem outro caráter geral ou universal no capitalismo – capacitação para o trabalho a serviço do capital. Ela tem também um caráter processual, que depende de como se organiza comunidade local em relação à organização da sociedade política municipal. E este caráter processual é consequência da função geral da Guarda Mirim no contexto capitalista, que é limitado.

A aprendizagem caminha rumo aos conteúdos procedimentais e comportamentais. Ensinam-se regras, técnicas, métodos, destrezas e habilidades, estratégias e procedimentos, ou seja, um conjunto de ações ordenadas para um fim, dirigida para a realização de um objetivo, suficiente para a aprendizagem específica. As ações para a aprendizagem configuram-se por ser algoritmo de poucas ações e de caráter motor. A aprendizagem parte de modelos especializados como demonstra o quadro das disciplinas dos cursos.

Nesse contexto, a exercitação torna-se elemento imprescindível, pois as ações são realizadas quantas vezes forem necessárias até que sejam suficientes para os aprendizes chegarem ao seu domínio.

A exercitação leva-os à reflexão sobre a própria atividade, o que permite que se tome consciência da atuação. Assim, para melhorar cada vez mais em uma execução, os aprendizes devem ser capazes de refletir sobre a maneira de realizá-la e sobre quais condições ideais de seu uso.

Essas considerações nos permitem atribuir importância aos componentes teóricos dos conteúdos procedimentais a serem aprendidos pelos/as adolescentes e jovens, bem como a necessidade de que estes conhecimentos estejam em função do uso, de sua funcionalidade. No fim, o que se deseja é que os aprendizes façam uma reflexão sobre a própria atuação, que se exercitem com o melhor suporte reflexivo, analisando seus atos para melhorá-los.

Cabe considerar que a aplicação se concretiza em contextos diferenciados, pois o que ali se aprende será útil na medida em que os aprendizes poderão utilizá-las em situações nem sempre previsíveis, em qualquer ocasião. É, desse modo, uma aprendizagem de estratégias e técnicas empreendidas por meio de exaustivas exercitações, sem variar muito o contexto de aplicação, constituindo em uma estratégia cognitiva que se aplica de modo insistente num único tipo de atividade ou área específica, que pode ser transferível para outros contextos, um tanto mecanicamente.

Observa-se também a aprendizagem dos conteúdos atitudinais. Esses congregam valores, atitudes e normas, e cada um destes grupos tem natureza diferenciada que requer, em cada momento, de uma aproximação específica, como crê Zabala (1998).

A aprendizagem dos conteúdos atitudinais supõe um conhecimento e uma reflexão sobre o modelo a ser seguido, uma análise e uma avaliação das normas, uma apropriação e elaboração do conteúdo, que implica a análise dos fatores positivos e negativos, uma tomada de posição, um envolvimento afetivo e uma revisão e avaliação da própria atuação (ZABALA, 1998).

Por esse ângulo, os conteúdos de aprendizagem constituem um poderoso instrumento das intenções educativas da Guarda Mirim. Nesta Instituição, verifica-se concretamente um contrassenso: para os aprendizes: é imprescindível que saibam que é preciso saber, que se necessita de um pouco saber-fazer e que não é muito necessário ser, ou seja, muitos conteúdos conceituais, alguns conteúdos procedimentais e poucos conteúdos atitudinais.

Ajuizar que o homem precisa produzir continuamente sua própria existência, transformando a natureza através do trabalho, que se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação, o trabalho do tipo da Guarda Mirim é uma ação intencional.

Sendo a educação um fenômeno próprio do homem, esta constitui uma exigência do e para o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que ela própria é um processo de trabalho (SAVIANI, 2013). Assim, por essa característica, a educação que se realiza na Guarda Mirim tem o trabalho em sua centralidade. A Instituição produz o trabalho não material na medida em que o seu produto não se separa do ato de produção. E desse modo, o ato de produção e de consumo se imbricam. E ao falarmos da produção não material, significa que a atividade que a constitui se dirige a resultados que não são materiais.

Tem-se a teoria fundamentada na prática. E nas relações sociais estabelecidas no âmbito da Guarda Mirim, o trabalho intelectual e o trabalho manual são dicotomizados de modo que fica claro o primado posto da prática sobre a teoria. Vale considerar que entendemos que a teoria e prática constituem unidades dialéticas que possuem grau de autonomia relativa em relação à outra.

Na produção não material, da educação na Guarda Mirim, o produto (a qualificação profissional) não se separa do produtor. Saviani (2013) ao citar Marx (s/d) explica que o seu exercício implica uma materialidade e esta materialidade condiciona o seu desenvolvimento. A ação educativa desenvolve-se a partir das condições materiais e em condições também materiais.

Tal como enfatiza Saviani, “a educação tem a ver com ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades, constituída em ciência do espírito, em que os aprendizes devem assimilar tendo em vista a constituição do ser sua segunda natureza” (SAVIANI, 2013, p. 13).

Acrescenta Saviani (2013), que o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Desse modo, o objeto da educação da Guarda Mirim se relaciona com dois elementos: I - diz respeito à identificação dos elementos

culturais que precisam ser assimilados pelos aprendizes por se tratar da utilização do que é essencial, útil para que a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico e, II - a descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo, por se tratar da organização dos meios (conteúdos, espaços, tempo e procedimentos) através dos quais cada aprendiz realize na forma de sua segunda natureza – a de Guarda Mirim – a humanidade produzida historicamente.

Observa-se o institucionalizar do pedagógico através da Guarda Mirim, onde se detecta e subsiste a dimensão pedagógica no interior da prática social. Considera-se que a Guarda Mirim é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber não-formal, que cria nos aprendizes um *habitus* (SAVIANI, 2011) por meio da insistência e persistência.

Logo, a Guarda Mirim trabalha por um processo de proletarização ativo e passivo (AZEVEDO, 1997), que não se desenvolve exclusivamente por si só. Nessa Instituição, transforma-se uma massa da força de trabalho despossuída em trabalhador assalariado.

E ao perceber a educação desenvolvida pela Guarda Mirim determinada por contradições internas inseridas e inerentes à sociedade capitalista, a entendemos, não só como elemento de reprodução, mas acima de tudo como um elemento que pode impulsionar a transformação da sociedade.

Caso a organização da comunidade local supere o modelo capitalista de sociedade, ao ter impacto incisivo sobre a redefinição da concepção, papel, função e funcionalidade e da organização da Guarda Mirim e do trabalho que desenvolve, o caráter processual da Instituição pode auferir uma dimensão anticapitalista, que trilhe em um processo de transição, em primeiro lugar para a construção de uma sociedade socialista ou comunidade socialista, conforme acreditam Lima e Gil (2013).

As contradições da Guarda Mirim permanecem em construção e não tem conclusão, pois tem uma dinâmica própria em cada local onde os aprendizes realizam suas atividades práticas dos cursos, que são explicadas pela cultura organizacional local e pela teoria geral das organizações voltadas ao trabalho nos setores de comércio e prestação de serviços de Montes Claros.

A administração da Guarda Mirim precisa coordenar e planejar, controlar e avaliar o sucesso ou o fracasso dos aprendizes e dos educadores sociais que ali participam.

As relações humanas na Guarda Mirim têm por base a colaboração esclarecida e consentida, em outras palavras, a ideia de comando esvazia-se dos elementos históricos-militares que lhe fossilizaram o sentido, prejudicando sua moderna e conveniente compreensão (LIMA; GIL, 2013).

Logo, as relações humanas veiculam uma pseudoparticipação, o comando parece ser horizontalizado, mas a relação de poder e comando, a exploração do trabalhador e o vínculo de hierarquia estão presentes. Há obediência sutil e subalterna.

O papel central da Guarda Mirim se distingue por duplo sentido: fator de aumento do capital humano e elemento significativo de ascensão social, de redução da miséria e formador de caráter (valores e condutas). Esses traduzem a relevância, o poder e o fazer da Instituição. Ela é reprodutora das relações sociais dos meios de produção vigente – capitalista e é também coadjuvante na construção da cidadania, de sujeitos democráticos, da democracia social.

Seu trabalho central tem como foco a educação. O trabalho constitui categoria central de vida dos que dela participam. O trabalho constitui a forma de existência do homem, como são a cultura e a educação, visto que entendemos que estes fazem a existência do homem. Para Ribeiro (2015),

Acredita-se que a cultura, o trabalho e a educação sejam inseparáveis, pois se completam, visto que através do trabalho criam-se as relações sociais, que são exemplos de comportamento obtidos através das instituições das quais se faz parte. A educação repassa esses comportamentos de geração para geração através da cultura, ou seja, tudo que o homem pratica; as crenças, os costumes, os hábitos e as leis. (p. 12).

A Guarda Mirim é, portanto, uma Instituição formadora das massas, sem autonomia, e se não tem autonomia, é pública, refém de governos temporais que imprimem suas marcas a cada quatro/oito anos de seus respectivos mandatos (LIMA; GIL, 2013).

A questão central da Guarda Mirim está nela mesma enquanto ambiente de trabalho e no ensino como trabalho. Praticam-se processos educativos formais, como elementos de socialização dos sujeitos. Nessa Instituição, ocorre uma relação de trabalho, planejamento e estudo, cujo elemento unificante diz respeito a assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema (FREIRE, 1997b).

Os problemas que circundam a Guarda Mirim cobram um posicionamento da Instituição, que oscila entre impor disciplina e estabelecer competência técnica na formação dos aprendizes, elementos que em muitos casos, não estão resolvidos pela própria sociedade (LIMA; GIL, 2013). Esta é uma questão complexa em decorrência de sua natureza da complexidade da organização da Guarda Mirim.

5.7 Síntese constituinte

Através das vozes dos aprendizes, entendemos que a categoria trabalho adquire papel central em suas vidas, conferido por uma série de sentidos dados a ele: elemento estruturador na composição psicológica e das pessoas no âmbito de suas atividades diárias, fonte de sobrevivência e geração de renda, como construtor de identidade, como necessidade, como propiciador de socialização e sociabilidade e como forma de independência pessoal. Esses buscam a “empregabilidade”, que sob a teoria do capital humano, um empreendimento a ser assumido individualmente pelas/as trabalhadoras/as (ANTUNES, 2017).

Esse entendimento só foi possível ao examinarmos a forma como se organiza a sociedade montes-clarense. Isso permitiu-nos identificar os principais determinantes sociais e econômicos que configuram a Guarda Mirim, com administração tipicamente capitalista.

Observa-se o processo de produção e processo de exploração capitalista. Nele, as relações de produção vigentes acabam por determinar a forma como essa sociedade se organiza.

Assim, o homem é capaz de produzir para além de suas necessidades imediatas. A forma específica que a exploração no capitalismo assume é a produção da mais-valia, que se dá no processo de produção de mercadorias.

Na Guarda Mirim os aprendizes se convertem em mercadorias e têm seu valor (MARX, 1983, p. 47). O valor de troca é tão somente “a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor”. Assim, os aprendizes, por terem a propriedade de serem produto do trabalho, a substância do seu valor é o trabalho. E desse modo, o que importa é o trabalho abstrato, indiferenciado, o trabalho geral.

A magnitude de sua substância, o tempo de trabalho mede o seu valor. O tempo de trabalho socialmente necessário para essa produção, que de acordo com Marx (1983) é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.

Essa produção de mercadoria (aprendizes) é o ingrediente necessário para a divisão social do trabalho, pois a Guarda Mirim enquanto produtora privada é ao mesmo tempo produtora e mediadora para o processo de troca. Essa produção da Guarda Mirim empresta caráter social ao trabalho humano que se incorpora nas mercadorias, e elas só existem sob essa forma porque materializam do trabalho humano abstrato, constituindo a substância do valor.

Desse modo, os aprendizes, enquanto mercadorias, portadoras de valor, advêm dessa relação social.

Na relação entre os parceiros, a Guarda Mirim não entra em contato pessoal direto com eles, mas por meio da troca de seus produtos. Nesse sentido, a Guarda Mirim encobre o verdadeiro caráter social do trabalho e a forma mercadoria dos produtos do trabalho dissimula as relações sociais que têm lugar entre os participantes do processo de produção capitalista, apresentando-as como relações justas entre os proprietários de mercadorias (Guarda Mirim), o que impede que se perceba a exploração do trabalho presente nessas relações.

Dois elementos compõem esse processo de produção: os meios de produção, e a força de trabalho. O primeiro, entendido como todos os elementos materiais que, direta ou indiretamente, participam do processo de produção. Compõem os meios de produção, a *matéria-prima* – matéria sobre a qual se aplica o trabalho no processo de produção e que, nesse processo, se transforma no novo produto; e *os instrumentos de produção* – elementos como ferramentas, máquinas etc. utilizados para transformar a matéria-prima num objeto útil, que no caso da instituição pesquisada, são os cursos de aprendizagem.

Nesse contexto, matéria-prima e instrumentos de produção são portadores de valor, têm ambos esse valor transferido para o produto final. No tocante à força de trabalho ou capacidade de trabalho é toda energia humana gasta no processo de produção, ou seja, “o conjunto das faculdades físicas ou espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso” (MARX, 1983, p. 139). A força de trabalho acrescenta ao produto final mais valor do que o que ela mesma possui.

A análise que se faz é que no processo de produção capitalista, tanto os aprendizes quanto a Guarda Mirim se apresentam como mercadorias. E para que a compra e venda da força de trabalho se realize, são necessárias duas condições: 1) é preciso haver trabalhador livre (proprietário de sua força de trabalho, que pode dispor dela para vender). Essa venda é dada por tempo determinado (até dois anos, por meio de contrato), porque se vendem blocos, transformando o homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria (MARX, 1983; 2) o trabalhador precisa estar desprovido de quaisquer meios de produção nos quais possa empregar sua capacidade de trabalho, o único modo de empregá-la é vendendo-a a outrem (proprietários dos meios de produção).

A operação que se realiza na produção capitalista começa com o dinheiro que capitalista emprega na compra de mercadorias – meios de produção e força de trabalho, as

quais são empregadas no processo de produção, dando como resultado um produto que é vendido, transformando-se novamente em dinheiro.

Nessa operação, o capitalista, ao empregar seu dinheiro, seu objetivo é obter um valor superior àquele que ele empregou.

Ao adquirir mercadorias pagando seu valor de troca, o capitalista adquire e tem à sua disposição os valores de uso dessas mercadorias. A força de trabalho tem valor de uso peculiar.

O trabalho dos aprendizes é criador de valor, mais até daquele pago pelo capitalista. Durante o tempo de trabalho excedente cria-se a mais-valia, objetivo último do processo de produção capitalista que constitui a forma pela qual se dá a exploração do trabalho. Não se remunera todo o trabalho realizado pelo aprendiz, mas somente uma parte, a necessária para produzir o valor de sua força de trabalho.

Ao comprar meios de produção e força de trabalho, o capitalista tem por finalidade a valorização de seu capital. Seu objetivo é a produção da mais-valia, que amplia seu capital, por meio da exploração do trabalho.

Pelos relatos dos educadores sociais, percebe-se a influência de seus trabalhos no processo de socialização dos aprendizes, como animadores do grupo, que está mais a serviço do prover neles a esperança em um futuro melhor, de um trabalho melhor, de ajustamento da conduta. Nesse sentido, enfatiza Vieira que, “a socialização possui naturalmente forte teor coletivizante, integra os indivíduos em seus grupos, ajusta-os, subordina-os ao jeito grupal de viver, restringindo-lhes a liberdade e evitando impulsos indesejáveis” (VIEIRA, 1994).

Segundo enfatizam os funcionários, a Guarda Mirim representa um lugar sério, acolhedor, chegando a ser declarada como uma segunda “casa” para os aprendizes. Na verdade, verifica-se uma inculcação de dependência dos aprendizes, novos trabalhadores ordeiros, subordinados que vivem relações autoritárias, mascaradas pelo paternalismo da Associação.

Através dos excertos, compreendemos como é nítida a presença do *poder*, que neste estudo é entendido como a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e independente do fundamento dessa probabilidade (VIEIRA, 1994) e da *dominação* que para Weber (2002) é entendida como a oportunidade de ter um comando de um dado conteúdo específico, obedecido por um dado grupo de pessoas. Juntos, poder e dominação são frutos do mandonismo. Este, segundo Pereira (2002), é fruto da cultura local.

Contudo, nas palavras dos parceiros (elite montes-clarenses) está a confirmação de que a Guarda Mirim atende a possibilidades de acumulação para o capital, por meio de segmentos sociais e políticos portadores de interesses e projetos divergentes (PEREIRA, 2002).

No ecoar dessas vozes, grita o capital por sua reprodução. A Guarda Mirim, ao ensinar os saberes práticos nos moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante. Também ensina o manejo desta “prática”, envolve todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, introduz nesses a ideologia para desempenharem “conscienciosamente” suas tarefas quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus “funcionários”).

E nesse contexto, observa-se o que disse Marx (1982, p. 199): “as relações sociais não são como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas”.

Nesse sentido, cabe a cada um dos agentes da divisão do trabalho, um específico papel. Na relação social de hierarquia e trabalho a AMGMMC tem como papel a reprodução da força de trabalho, garantindo assim, a reprodução e ampliação do capital, assumindo uma função mediadora dos conflitos e contradições evidenciados entre os detentores dos meios de produção e a força de trabalho.

Figura 6 – Papéis exercidos na divisão do trabalho



Fonte: Elaborado pela autora a partir das ideias de Althusser, 1970, p. 22.

Na luta de classes política, pela tomada e conservação do poder, a aliança de classes é algo unimaginável. Tomando por empréstimo a ideia de Freire, os idealizadores da Guarda Mirim, representantes da classe política de Montes Claros, “[...] bem verdade que um partido político não é um mosteiro de santos monges, mas deve aspirar-se a tornar-se, cada vez mais, uma agremiação de gente realmente séria e coerente. Gente que diminui mais e mais a distância entre o que diz e o que faz [...]” (FREIRE, 2015, p. 104-106)

Acreditamos que enquanto alicerce para a formação do ser humano, ou melhor, da formação dos aprendizes, cabe aqui pensar a educação e o trabalho da Guarda Mirim no interior da sociedade montes-clarense. Como postula Vieira (1994), a educação prende-se às culturas produzidas pelas sociedades. As elites da sociedade montes-clarense têm tradição de um pensamento autoritário, paternalista, preconceituoso e excludente (PEREIRA, 2002). Nesse sentido, a divisão do trabalho diferencia as atividades, distribuindo-as entre indivíduos ou grupos da sociedade, promovendo a repartição das profissões entre classes sociais diferentes. Logo, formar/especializar (ANTUNES, 2017, p. 99), no sentido do trabalho desenvolvido pela Guarda Mirim – sob a vigência do toyotismo e sua organização flexível, significa reservar aos aprendizes a formação para atuar como assistentes administrativos ou aprendizes em serviços bancários, de modo preferencial e exclusivo, tornando-se mais flexíveis, polivalentes, na perspectiva da teoria do capital humano. É uma ação concebida a partir da economia utilitarista e neoliberal.

Como enfatiza Antunes (2017),

A força de trabalho, apregoam os entusiastas dessa corrente, teria deixado de ser apenas uma capacidade homogênea de operar equipamentos e executar tarefas. Ela compreende um conjunto de saberes-fazeres específicos, de habilidades, destrezas, conhecimentos teóricos e práticos que podem e devem ser desenvolvidos previamente pelos/as trabalhadores/as a fim de serem, aplicados e consumidos produtivamente por quem os compra, ou seja, os/as empregadores/as, detentores/as do capital. Trata-se, então, de uma nova fase da educação que se quer pragmática, utilitarista e desenhada segundo a lógica da razão instrumental. (p. 101).

A Guarda Mirim se constitui nessa trama em agente de socialização, de especialização das pessoas a serem empregadas no setor terciário, que em decorrência do processo de crescimento da industrialização, desenhada pelo capital, aumenta o número de procura no campo educacional. Daí que a partir da solidariedade orgânica, numa rede de relações – de trabalho, de hierarquia e de poder, os cursos de aprendizagem profissional se vinculam às atividades na sociedade alojando-se no setor terciário.

Enquanto um trabalho de autoridade, a educação desenvolvida pela Guarda Mirim tem por objetivo superpor um ser inteiramente novo e nesse sentido, é uma educação ágil, flexível

e enxuta, como as empresas geridas pelo toyotismo, a serviço do capital. Esta impõe uma vontade própria (do capital) no âmbito de uma relação social, exercendo poder sobre a vida dos aprendizes, forjando trabalhadores/as dentro dos valores empresariais. Desse modo, os disciplinam tornando-os obedientes habituais sem resistência e sem crítica. Nessa relação, o poder da classe dominante, do grupo que a idealizou, se apoia na força, na tradição, no prestígio, na autoridade e na riqueza. Este poder se expressa pelo poder político, pelo *status* social, pela posição social e pelas classes sociais deste grupo.

Neste contexto em que se encontram as classes sociais dos empresários e dos trabalhadores, conflitam e se contradizem as relações entre si e no interior de cada uma delas. Na sociedade capitalista processa-se o rompimento entre o capital e o trabalho, entre o empresário que compra a força de trabalho dos aprendizes e entre quem a vende, acarretando a divisão para dentro da vida social. Assim, Antunes (2005) destaca que o significado da Guarda Mirim enquanto novo movimento social, este está a nos mostrar a superfluidade da sociedade, a injustiça, a desigualdade e a iniquidade. E para reconquistar o sentido de humanidade e de dignidade, é preciso o resgate da dignidade e do sentido de humanidade social daqueles que dependem de seu próprio trabalho para viver.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUADRO DE CONSISTÊNCIAS E PROPOSIÇÕES

Este momento da tese cuida das interrelações de circunstâncias que acompanham a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, constituindo, assim, o inacabado, reexaminando a sua história.

Buscando apresentar um desfecho das ideias sobre a pesquisa do tipo histórico-organizacional, e que objetivou saber qual o papel da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros nas relações sociais, de trabalho e de hierarquia, conclui-se que ela constitui uma estratégia psicossocial e política voltada à formação de novas forças de trabalho, dos novos trabalhadores a serem empregados pelo setor terciário. Assim sendo, nos aventuramos fazer alguns apontamentos.

No tocante ao surgimento e disseminação da Guarda Mirim até chegar a Montes Claros, retomou-se ao período desenvolvimentista, em que Juscelino Kubistchek governou o Brasil, para relatar o contexto de surgimento daquela que se pensa ser a primeira experiência da Guarda Mirim no Brasil. Em um espaço-tempo de 33 anos surgem no País aproximadamente 232 unidades desse modelo de intervenção junto ao público juvenil carenciado.

Desde que nasceu a Guarda Mirim no Brasil, ao longo dos seus 61 anos de existência, observa-se, que a educação se transformou em espaço pleno para os negócios educacionais, o que nos leva a pensar que para o capital não há crise no que se refere à educação, pois essa se constitui em mercadoria que converteu o direito em um negócio altamente lucrativo, controlado por monopólios, que operam em larga escala e que controlam a educação como os demais conglomerados como a Bolsa de Valores. Vê-se com estranhamento sua restrição aos filhos dos trabalhadores e das massas tanto do campo como da cidade.

A análise sobre as razões que fizeram nascer a Guarda Mirim aponta para o sentido de que esta é uma Associação que faz parte do exemplo da forma disfarçada assumida pela exploração do trabalho, que atua no vilipêndio dos novos trabalhadores com um conjunto de pontuações pragmáticas que possibilitam o florescimento e a ampliação do precariado, estrato social crescente não só em Montes Claros, mas em todo o país.

Ao chegar a Montes Claros, observa-se o persuasivo papel do Rotary Club enquanto Clube de Serviço, bem como a forte presença dos Aparelhos do Estado – a Polícia Militar e Bombeiros Militares, com franco propósito de adequar os adolescentes e jovens em uma formação que atendesse ao setor terciário, que atendesse aos reclames do capital.

O que nos parece é que os adolescentes e jovens quando tidos como “carentes” são estigmatizados por serem pobres e por esta condição estarem propensos a serem criminalizados e etiquetados como delinquentes. Tudo isso em vista da proteção do que foi previamente selecionado como algo a ser criminalizado como o patrimônio privado e bens jurídicos e de quem se elegeu para ser estigmatizado, o que demonstra ser uma construção socioestrutural.

No que concerne a ideia, a organização e a ação da AMGMMC, predomina no interior das ações da Guarda Mirim o enfoque pragmático e utilitarista, decorrente de uma perspectiva estrutural-funcionalista em que a educação voltada à aprendizagem profissional se adequa às necessidades da estrutura ocupacional, derivando uma visão economicista. Frente à prevalente preocupação com o crescimento econômico e com a estrutura ocupacional, a Guarda Mirim, ao adotar esta perspectiva percebe a educação profissional como formadora de mão de obra para uma determinada profissão ou ocupação definida pelo mercado de trabalho. Assim, oculta grande parte da complexidade que existe nas relações estabelecidas entre o campo educativo e o sistema produtivo.

Nota-se que o trabalho de preparar jovens e adolescentes ditos “carentes” para o labor tem sido espaço de sujeição e precarização. No entanto, nesse contexto, o trabalho apresenta coágulos de sociabilidade, tece laços de solidariedade, e oferece anseio pela emancipação, ao mesmo tempo em que torna-se potencialmente geradora de mais-valor. O produto de seu trabalho é mercadorizado, configurando-se como elemento novo e central para a intelectualização dos novos mecanismos utilizados pelo capital presentemente. E suas ações perenizam a divisão social do trabalho que buscam a coesão social pela solidariedade dos aprendizes (os novos trabalhadores).

Aflora no contexto montes-clarense uma tendência caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços. Ao examinarmos a realidade concreta da Guarda Mirim, ressalta-se que esta é uma instituição que foi gerada para dar respostas às novas formas que assume o capitalismo, que foi metamorfoseada na intenção de atenuar o quadro caótico de menores de rua. Contudo, nasceu de modo privado para desenvolver a pedagogia das relações capitalistas do trabalho e a Guarda Mirim a vai adaptando, como lhe melhor convêm, às novas formas anunciadas pela divisão do trabalho. Isso atesta o vínculo mais direto que a Guarda Mirim estabelece com a produção capitalista.

Desse modo, o papel da AMGMMC no âmbito das relações sociais, de trabalho e hierarquia, se fez necessário discutir o sistema de propriedade em Montes Claros. A ideia a que se chegou sobre este papel é que esta Instituição desde que surgiu em Montes Claros,

constitui-se em um instrumento técnico aglutinador do conjunto das relações sociais, que intermedeia o vínculo entre os proletários e os capitalistas, sob a vigência de uma formação que tem por base o toyotismo e sua organização flexível.

A Guarda Mirim torna-se partícipe (direta ou indiretamente) do processo de valorização do capital, incrementando e ampliando as modalidades de lucro e de criação ou realização do mais-valor. A Guarda Mirim se soma aos exemplos de crescimento da extração do excedente de trabalho visando a criação de mais-valor e o aumento do lucro.

Nesse contexto, o trabalho da AMGMMC é preparar a força de trabalho juvenil que atenda à divisão do trabalho em atividades diferenciadas de Aprendiz Bancário e Assistente Administrativo, distribuindo os aprendizes em setores do comércio e da indústria local.

À Guarda Mirim cabem duas importantes atribuições: disponibilizar perpetuamente novos trabalhadores dispostos para o labor e expandir a precariedade do trabalho que surrupia os direitos vigentes dos aprendizes (consideramos que estes desempenham o mesmo trabalho que um funcionário que tem um contrato formal de trabalho, mas recebe bem menos pelo mesmo serviço). Ademais, o tempo de contrato dos aprendizes não ultrapassa dois anos. Paira em seus pensamentos como demonstrado no Capítulo 3, a espera pelo melhor emprego, seus dias são marcados pela esperança, pelo desejo de obter o privilégio da servidão. Atende-se a certos interesses secundários dos aprendizes sem comprometer a hegemonia política, bloqueando ou limitando o avanço de reivindicações, o que impede a politização desses, que são tidos como um perigo para as classes dominantes e a burocracia estatal, que poderia verter num processo de contestação da ordem, da revolução.

Considerando os cursos de Assistente Administrativo e de Aprendiz Bancário, ofertados pela Guarda Mirim, no contexto da divisão social técnica desqualifica-se os novos trabalhadores ao restringir-lhes a sua atuação como tarefeiros no parcelamento dos processos laborais.

Na prática atual da Guarda Mirim revela-se uma educação customizada, individualizada em princípio e em forma, torna-se visível uma vocação para a formação do indivíduo, visto que é dedicada à formação individual dos aprendizes, de sua personalidade, de sua autoestima, de seus conhecimentos e aptidões.

Os novos trabalhadores, ali chamados de aprendizes, vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, no setor de comércio e prestação de serviços e nas interconexões existentes entre esses setores, na indústria de serviços, vendendo sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, pagos por capital-dinheiro, que desconsiderando se as atividades se realizam sejam materiais ou imateriais.

Em síntese, o trabalho no âmbito da Guarda Mirim mostra-se determinado histórica e socialmente como trabalho abstrato, desmembrado dos aprendizes, constituído como força de trabalho e como mercadoria.

Os aprendizes, grupo minoritário no grupo dos assalariados, preparam-se no terreno da instabilidade, na oscilação do mercado provocada por tempos, movimentos, espaços e territórios que mudam incessantemente. Assim, aprendem a ser um burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo, forjados nos dinamismos educativos e formativos e em suas interseções.

Nesse sentido, a Guarda Mirim vem suprir a lacuna deixada pelo ensino regular que não deu conta de atender à imposição da LDBEN nº 9394/96 que prevê como um dos objetivos da educação nacional, preparar os alunos qualificando-os para o trabalho.

O exame desse conjunto de informações nos conduz para o entendimento de que a Guarda Mirim possui o papel de mediadora entre a força de trabalho e os donos dos capitais. A ela cabe preparar e docilizar os trabalhadores para se adequarem às exigências das empresas que requerem à luz dos capitais, aquele trabalhador mais flexível possível: que vive na indefinição em relação a jornadas predeterminadas, espaço laboral, remuneração, direitos e até mesmo organização sindical. É desse modo que a Guarda Mirim aprimora a engenharia da dominação. A Guarda Mirim coopera com a terceirização, a informalidade juvenil, e a flexibilidade, trio ardiloso e destrutivo adotado pelos capitais para minar as relações de trabalho.

Logo, os aprendizes adquirem algumas técnicas e elementos da cultura científica, isto é, os saberes práticos que deverão ser diretamente utilizáveis nos lugares que ocuparão na produção. Somam-se aos saberes práticos, o ensino das regras dos bons costumes, o comportamento que os aprendizes devem observar, segundo o lugar que a eles for destinado a ocupar: as regras da moral, da consciência cívica e profissional, em outras palavras, as regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho estabelecida pela dominação de classe.

A Guarda Mirim utiliza-se de elementos do taylorismo e do toyotismo, remunerando o trabalho dos aprendizes sempre em baixo patamar. Do toyotismo, a Associação busca mais produtividade. Isso se comprova com detalhado exame de seu cotidiano: rigor disciplinar, exigência de bom desempenho, avaliação constante no parcelamento das tarefas laborais. Do toyotismo, a Guarda Mirim utiliza-se do *just-in-time*, tanto em seu espaço de trabalho quanto na sua rede de parcerias.

O resultado da processualidade da Guarda Mirim revela que os capitais convertem o trabalho realizado pela Associação em potencial gerador de mais-valor, que inclui desde as

ocupações em retração, estabelecendo relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, sem se importar se as atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais.

Entendemos que a Guarda Mirim ostenta potencial para ter uma presença embrionária em Montes Claros. Esta Instituição pode, caso seja seu desejo, pensar em um claro projeto estratégico que sirva de horizonte e tática que possibilite a articulação do movimento de trabalhadores, vinculando decisões e mobilização rumo a passos novos para defender esse processo, com o intuito de pelo menos, inicialmente, minimizar opressão, vinculando-se à libertação e à inserção verdadeira com consciência.

A pesquisa revelou que a Guarda Mirim pode ser um agente revolucionário, vindo do mundo do trabalho, uma vez que para Marx o sujeito da revolução “segue sendo o mundo do trabalho”. Acreditamos que para superar os dilemas que são colocados pelo capitalismo atual, em que a globalização traz a revolução na ciência e na técnica e também o controle, o desemprego e a pobreza para muitos são problemas não superáveis na perspectiva do capital. A Guarda Mirim pode buscar um maior envolvimento com a comunidade e, caso tenha vontade real, pode assumir um compromisso sério com vistas a contribuir com a transformação social. Ela pode resistir às diretrizes emanadas de cima e sabotar a sua função de agente subalterno da hegemonia burguesa, como enfatizam Saes e Alves (2004, p. 12). Pode não alinhar à ideologia geral e a ideologia educacional vinda do topo do aparelho do Estado burguês. Mas sabemos que essa discussão é deveras complicada e complexa.

Creemos que ao se assumir como agente revolucionário, a Guarda Mirim deve efetivar a participação da população em seus próprios destinos, adotar formas de organização coletiva para o encaminhamento dos mais diferentes assuntos como, por exemplo, os conselhos locais, municipais, de modo que amplie os procedimentos participativos. Deve, pois, adotar, de modo emergencial e progressivo, novas e revolucionárias relações, identificadas com novas bases e fundamentos societários, crendo que assim como o mundo veio a ser o que é atualmente, a humanidade pode avançar para um futuro melhor, como acreditava Hobsbawn.

Esta provocação contribui para a luta política e ideológica em defesa de entender que a educação pode e deve plantear uma alternativa revolucionária para um futuro que busque a superação da lógica do capital, para além do capital, como considera Mészáros (2008).

Não temos aqui a pretensão de esgotar este tema tão complexo e que requer o entendimento histórico da contemporaneidade, mas que pode vir a ser um pilar estruturador do desmoronamento do modo de produção capitalista, como advogado por Lombardi, caso venha a Guarda Mirim compreender como a educação se situa na crise contemporânea e lute

para encontrar saídas para a crise e ter um papel diferente que lhe cabe enquanto instituição educadora.

Ultimando essas considerações, reproduzir a força de trabalho requer sua reprodução qualificada e a reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida (capitalista). Por tudo que foi exposto até aqui, é inegável que a Guarda Mirim faz isso com maestria.

No desfecho destas considerações, afirma-se que o presente trabalho desenvolveu em nós a arte de pensar ao nos propiciar o uso adequado da lógica e das capacidades; de desenvolver competências para identificar o objeto de estudo a que nos devotamos; articular conhecimentos e ordenar e mobilizar outros quando nos obrigou a analisar constantemente a sua situação existencial. Este trabalho possibilitou-nos ressystematizar linguagens; qualificar e classificar nossos atos e ações, procedimentos, processos e contextos para uma compreensão do mundo real com suas contradições, tensões, alienações e esquemas de inconsistências.

A presente pesquisa, ao mesmo tempo em que produziu resultados práticos de sua execução própria, produziu como resultados teóricos o esclarecimento da nossa consciência e nos oportunizou pensar em revista e abandonar todo o conjunto de atitudes ingênuas de que ainda não tínhamos nos libertado. Permitiu-nos a possibilidade de progredir e abriu novos caminhos na marcha da indagação científica.

Pode-se afirmar que o Programa Guarda Mirim não resolve o problema dos adolescentes e jovens carentes. Este, em nossa compreensão, estabelece um impulso para a mudança, e em todos os casos a inicia.

Retoma-se ao que foi dito por Marcuse (2011) sobre os jovens aprendizes que ainda não desaprenderam, mas estão começando a ver, a ouvir e a pensar. Este estudo pretendeu provocar em quem tiver o interesse pela temática em questão, novos rumos a serem dados para além de prestação de “serviços” definidos pelas coletividades e produzir e fornecer um novo pensar para a sociedade montes-clarense e para as empresas locais.

Promover o sujeito revolucionário e enfrentar a ditadura do proletariado se desenvolve em um processo longo de tomada de consciência e experiência de luta de massas que decorre da desintegração do sistema produtor de mercadorias. Entendemos ser este um processo de amadurecimento dificilmente, ou a duras penas, irá se desenvolver na Guarda Mirim, uma vez que nela não se preparam os elementos das forças produtivas emergentes: a classe proletária ou proletariado, que em Montes Claros vive perseguida pelo fantasma da divisão de classes. Afugentá-lo é um ato de rebeldia que requer expor o desenvolvimento da luta de classes e a anatomia econômica das classes. A classe enquanto sujeito revolucionário, agente transformador que pode por fim à dominação política burguesa, não abraçou ainda a luta,

motor que mova em direção à vitória. Mas como fazer isso, se Montes Claros é a cidade do favor?

Entendemos que seja politicamente rentável manter a sociedade como está, de modo que o capital seja fortalecido enquanto se controla a pobreza quando necessário. Esse controle ao ser bem orquestrado torna-se habilidoso em angariar votos em troca de promessas de melhorias e/ou manutenção dessas políticas, uma vez que manter o poder do capital imaculado, de modo que sua valorização e a sua lógica capitalista avancem na reprodução, é fazer com que os assistidos (clientes) desse sistema creiam que há uma boa política e que seus direitos de cidadão estão sendo resguardados, de modo a acabarem por não lutar por eles.

Para futuros trabalhos que abranjam a Guarda Mirim em outras perspectivas, é nossa sugestão:

- verificar como ocorre a participação dos aprendizes no mercado de trabalho cada vez mais exigente;
- estimular a pesquisa no âmbito nacional no tocante à atuação de outras Guardas Mirins;
- analisar isoladamente grupos de serviços (trânsito, preservação ambiental, preparação para futura inserção no setor terciário) ofertados pelas Guardas Mirins com o objetivo de examinar o atendimento socioeducacional;
- comparar o processo de atendimento das Guardas Mirins junto às famílias que apresentam distintos níveis de risco e vulnerabilidades sociais;
- analisar o sentido do trabalho no conjunto das Guardas Mirins no contexto nacional.

A Guarda Mirim, objeto dessa investigação, vive um processo contínuo de mudança, visto que esta Associação se insere em um contexto em que se altera de modo recorrente. O conhecimento aqui elaborado é, ainda, necessariamente interpretativo e, nessa direção, espera-se produzir significados conforme a condução do estudo a ser adensado pela pesquisa de campo. Contudo, espera-se ter contribuído para melhor compreensão do trabalho ora desenvolvido pela Guarda Mirim em Montes Claros (MG), cujo valor histórico está agregado ao serviço e resultados que se têm para inserir aqueles jovens em risco social. Contudo, é um mérito da Associação Mantenedora da Guarda Mirim num contexto em que há excesso de omissão para inclusão de fragilizados pelo desnível socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ABRAMO, H. W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**, in Freitas, Maria Virginia (org). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*, segunda edição, Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, M. (coord.); CASTRO M. G.; WAISELFISZ, J. J. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S; MARTINELLI, C. C. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília, UNESCO, 2002. 180 p.

ALENCAR, G. **Marcelo Freitas socorre Guarda Mirim e Apae**. *Gazeta Norte Mineira*. Montes Claros, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://gazanortemineira.com.br/noticias/educacao/marcelo-freitas-socorre-guarda-mirim-e-apae>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa; São Paulo: Editorial Presença / Martins Fontes, 1970.

ALVES, E. L. G., VIEIRA, C. A. S. **Qualificação profissional: uma proposta de política pública**. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Revista Planejamento e Política Pública (PPP)*. Nº 12, p. 117-146, 1995.

ALVIM, R. **O trabalho infanto-juvenil em discussão**. Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1994.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V., SANTOS, D. P. (org.). *Pobreza nas cidades brasileiras*. In: **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. P. 251-293. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3081/10/cap_7_pobreza.pdf. Acesso em: 13 jul. 2018.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2. Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, R. *A era da informatização e a época da informalização: riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*. IN. ANTUNES. Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo Boitempo. 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. Ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 1998; 2009. (Mundo do Trabalho)

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho). Recurso digital.

ANTUNES, R; PINTO, G. A. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões da nossa época, v. 58).

ANTUNES, C. **A escola do trabalho**: formação humana em Marx. Campinas: Papel Social, 2018.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE MONTES CLAROS. **Montes Claros - Potencialidades**. Montes Claros, Minas Gerais: Unimontes, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS PATRULHEIROS MIRINS DE SÃO CAETANO DO SUL – OSCAR KLEIN. **Plano de Trabalho e Aplicação**. São Caetano do Sul, SP, 2019.

ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS. **Ata da Assembleia Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros**. 17 de jun. de 1992. Livro 1. p. 1.

ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS. **Estatuto da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros**, 2016.

ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS. **Livro de Registro de Empregados**. Montes Claros, MG, 2019.

ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS. **Plano de Trabalho da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros**, 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Montes Claros/MG. PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Acesso em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/montes-claros_mg. Acesso em: 12 nov. 2017.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BAER, W. **A economia brasileira**. Tradução Edite Sculi. 3. ed. ver. ampl. e atual. São Paulo: Nobel. 2009.

BARBOSA, F. F. **Políticas de treinamento e inserção do trabalhador no mercado: o caso da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros – 1992 a 2002**. 2003, 84 p. Monografia apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BARDIN, L. *Uanalyse de contenu*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

BENEVIDES, M. V. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, A. C. (org.) et al. **O Brasil de JK**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC: Editora FGV, 1991. p. 9-22.

BENEVIDES, M. V. M. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

BENEVIDES, M. V. M. **Lafer, C. JK e o Programa de Metas (1956-61):** processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BENTO, M. A. S.; BEGHIN, N. **Juventude negra e exclusão radical.** Ensaios. Políticas sociais – acompanhamento e análise IPEA, 11 ago. 2005. Disponível em: <http://goo.gl/SNvvx2>. Acesso em: 12 set. 2018.

BIANCHETTI, L. As novas tecnologias e o devassamento do espaço-tempo do saber tácito dos trabalhadores. In: AUED, Bernardete Wrublewski, **Educação para o (des) emprego**, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1999.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discursos de Juscelino Kubitschek de Oliveira proferidos no quarto ano de mandato presidencial.** Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: [file:///C:/Users/Bessa/Downloads/JK%20-20Discursos%201959%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Bessa/Downloads/JK%20-20Discursos%201959%20(1).pdf). Acesso em: 23 nov. 2018.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Base nacional comum curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 6.481**, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d” da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm. Acesso em 13 de nov. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1959. **Anuário estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Estatística.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1961. **Anuário estatístico do Brasil.** Ano XXII. Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Estatística.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População católica em Montes Claros 2010.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Montes Claros.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 28 de dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.857**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 24 de out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº s 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 17 set. 2016.

BRASIL. **Lei Federal n.8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, Imprensa Nacional, 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, DF: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do SUAS 2010**: Aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. Disponível em: www.mds.gov.br/.../nobsuas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **CapacitaSUAS Caderno 1. Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social**. 1ª ed. Brasília, DF: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Curso de atualização de Planos de Assistência Social**. Brasília, DF:

MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2015.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 21. ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

BUNGE, M. **Intrición y razón**. Madri. Tecnos, 1986.

CAPELATO, M. H. **Mídia e Populismo/ Populismo e Mídia**. In: Revista Contracampo, v.28, n.3, ed. dez-mar, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. p. 52-72. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17508>. Acesso em: 29 jun. 2018. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i28.620>

CARDOSO, A. **Estratégia militar e geopolítica aplicada**. Caderno de Estudos Estratégicos, [S. I.], n. 12, dez. 2013, p. 16-42.

CARDOSO, D. **Plano de metas do governo Kubitschek e sua repercussão política**. 1987. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.

CARVALHO FILHO, J. S. **Ação civil pública: comentários por artigo (Lei nº 7.347, de 24/07/85)**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 2009.

CARVALHO, C. T. **Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)**. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, São Paulo. 2012. 169 p.

CARVALHO, V. **Guarda Mirim de Montes Claros é exemplo de responsabilidade social**. Montes Claros, 23 mar, 2019, p.1. Disponível em: <http://arquimoc.com/guarda-mirim-de-montes-claros-e-exemplo-de-responsabilidade-social/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLO BRANCO, H. A. **O Poder Nacional e a Segurança Nacional**. Revista da Escola Superior de Guerra, nº 3. V. II. Agosto de 1984, p. 9-21. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/48/28>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CATANI, A. M. **O que é Capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense S/A, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

CERTEAU, M. "*Los cristianos y la dictadura militar en el Brasil*". In: CERTEAU, Michel de. **La debilidad de creer**. Buenos Aires: Katz, 2006. p. 141-166.

CHAROUX, A. G. **A ação social das empresas: quem ganha com isso?** São Paulo: Peirópolis, 2007.

CONN, S., FAIRCHILD, B. **A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

DAHMER PEREIRA, L. **Políticas Públicas de Assistência Social Brasileira: avanços, limites e desafios**. Lisboa 2006. (Texto publicado na página virtual do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.). Disponível em: www.cpihts. Acesso em 17 set. 2019.

DALLARI, A. A. et. al. **Tratado do direito Administrativo 2**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DANNEMANN, R. N. Atos e fatos da formação profissional. **Boletim Técnico do Senac**, 30 (3), p. 7-21, 2004. Recuperado de <https://bts.senac.br/bts/article/view/493>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DARCOLETO, C. A. S. **A categoria da mediação: contribuições para a educação escolar e para o trabalho do professor**. In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. V. 1, n. 1. Araraquara, SP, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/429>.

DEBRUN, M. **Um Sonho Hegemônico**. In: A Conciliação e Outras Estratégias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DEPARTAMENTO INTERSETORIAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. DIEESE. **Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo: DIEESE, 2011.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Textos Fundantes de Educação).

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Estudos; 85)

ESDRAS, M. **Geotecnologias aplicadas ao estudo de formação e de risco ambiental das favelas de Montes Claros / MG**. RAEGA 24 (2012), p. 176-198. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/26214>. Acesso em: 17 set. 2019. <https://doi.org/10.5380/raega.v24i0.26214>

EXÉRCITO BRASILEIRO. **O Exército brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro>. [s./d]. Acesso em: 20 ago. 2018.

FAGIANI, C. C. **Educação e Trabalho: a formação do jovem trabalhador no Brasil e em Portugal a partir da década de 1990**. Tese Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. 2016. 192 f.

FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. **A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização**. Revista Ciências do Trabalho. n.º. 3. 2014. p. 53 – 67. Disponível em: <http://rct.dieese.org.br/rct/index.php/rct/article/view/47/pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, V. P. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento.** Boletim Políticas Sociais – Acompanhamento e análise. Brasília, DF: IPEA, 2005, p. 171 – 177. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

FAUSTO, B. **Lembranças da Guerra na Periferia.** Revista USP, São Paulo (26): 14-19, junho/agosto 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28139>. Acesso em: 17 set. 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i26p15-19>

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: USP, 2002.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 12. Ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática I).

FERRAREZI, E. R. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil: a criação da lei das OSCIPs (lei 9.790/99).** Tese de Doutorado apresentada ao departamento de sociologia da Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público – O Terceiro Setor na América Latina.** 1ª ed., Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 21.

FERNANDES, W. S. **Entrevista concedida a Cláudia Rosane Parrela Bessa. História oral sobre a qualificação profissional em Montes Claros.** Montes Claros, MG. Acervo da pesquisa. Mar. de 2018.

FERRETI, C. J., SILVA JÚNIOR, J. R. **Educação Profissional numa sociedade sem empregos.** Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo. s/v, nº 109, p. 43-66, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000100003>

FILHO, J. C. S. Editorial. **Pro-Posições.** Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. V. 4, nº 2 [11], julho de 1993, p. 5. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/1765/11_artigo_hamiltond.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2014.

FRANÇA, I. S., PEREIRA, A. M., SOARES, B. R., MEDEIROS, D. L. **Cidade Média, Polarização Regional e Setor de Educação Superior: estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais.** Revista Formação (Online), nº 16, v. 2, p. 52-70, 2009. Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente.

FRANCO, M. E. D. P, Wittmann (Coord.). **Experiências inovadoras/exitosas em administração da educação nas regiões brasileiras**: relatório final da pesquisa. Brasília: ANPAE, 1998.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997a.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997b.

FREYSSINET, M. **Paradigmas tecnológicos e políticas de gestão**. In: Seminário Internacional – Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão. *Anais ...* São Paulo, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas, p. 93-119, 1989.

FRIGOTTO, G. **Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador**: trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2., 1982, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: SENAC/DIPLAN, 1983.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 55.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. Patrulheiros Mirins, quarta década de atuação incessante. **Revista Raízes**. Ano VII, nº 14. São Caetano do Sul. p. 29-32, Julho de 1996.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. Centro de Documentação Histórica. **Exposição Patrulheiros Mirins**: Uma história – Trabalho e Assistência Social para a construção da cidadania. Acervo da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. 19 fev. 2013.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

GIOVANNI, G. D. NOGUEIRA, M. A (Org.s). **Dicionário de políticas públicas**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

GIOVANNINI, D. R. **Entrevista concedida a Cláudia Rosane Parrella Bessa. História oral sobre a Guarda Infante Juvenil de São Caetano do Sul**. São Caetano do Sul, SP. Acervo da pesquisa. ago. 2018.

GIROTTTO, E. D. **Escola, Lugar e Poder**: uma análise geográfica a partir de São Caetano do Sul, SP, Brasil. *Revista Geosp – Espaço e Tempo (On-line)*. v. 15, nº 3. São Paulo, 2011. p. 77 – 89. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74233>. Acesso em: 17 set. 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2011.74233>

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 1).

GOHN, M. G. Educação Não Formal e o Educador Social em Projetos. In: **Educação Não Formal: campos de atuação** (Pedagogia de A a Z; vol. 11). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

GOMES, P. I. J. **Território, Criminalidade e Tráfico de Drogas Ilícitas em Montes Claros/MG**. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2016.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**: Tradução: Roberto Cataldo Costa; Revisão técnica: Dirceu da Silva. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GROPPO, L. A. **Juventude e práticas socioeducativas**. Alfenas – MG: UNIFAL. 2018. 214 p.

GUIMARÃES, J. T. **As Faces do Legislativo**. Montes Claros/MG: Sociedade Educacional Arapuim, 1997.

HARVEY, D. **Para entender o Capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

HISTEDBR, **Populismo**. In: Glossário Histedbr. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_populismo.htm. Acesso em: 24 ago. 2018.

HOBBSAWM, E. **A Era dos extremos: o breve século XX — 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <http://biblioteca.cepal.org>. Acesso em: 29 set. 2019.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930-1970**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, O. **A dialética da globalização**. In: Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, O. **A Ditadura do Grande Capital**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1959**. Ano XX. Rio de Janeiro, 1959. 497 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** – 1961. Ano XXII. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1961.pdf. Acesso em: 27 de jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Primeira aproximação das categorias rural e urbano. In: **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação/IBGE**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, p. 10-15, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**/organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. Brasília: IPEA, 2009.

JORNAL O NORTE. **Anastasia diz que a existência da Guarda Mirim depende de mobilização popular**. Montes Claros. 28 jan. 2009. Disponível em: <https://onorte.net/geral/anastasia-diz-que-exist%C3%A2ncia-da-guarda-mirim-depende-de-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-popular-1.509350>. Acesso em: 05 mai. 2017.

KAZTMAN, R. *Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/>. Acesso em: 27 set. 2018.

KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1992. 157 p.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LABORDE, P. *Les espaces urbains dans le monde*. Paris: Nathan, 1994.

LAFER, C. Antagonismo político e os “anos dourados”. In: **130 anos: em busca da República** / organizadores Edmar Bacha et al. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITE, M. E. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011. 288p.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Expansão territorial e os espaços de pobreza na cidade de Montes Claros**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In: PEREIRA, A. M; ALMEIDA, M. I. S (Org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais. Montes Claros**: Ed. Unimontes. 2004. p. 33-51.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.

LEÓN, D. O. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, a política econômica e o estado. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA J. F., TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: política, estrutura e organização. 10. Ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenação Selma Garrido Pimenta).

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, A. B. Uma escola para o trabalho ou uma escola para adestrar os trabalhadores? A construção de trabalhadores classificados. In: KASSAR, M. de C. M.; SILVA, F. de C. T. (Organizadoras). **Educação e Pesquisa no Centro-Oeste**: Políticas Públicas e Formação Humana. Campo Grande – MT: Ed. UFMS, 2012.

LIMA; A. B.; GIL, A. D. **Crítica à concepção da organização do trabalho escolar**. In: Previtalli, F. S (Org.) et. al. São Paulo: Xamã. 2013. p. 119-136.

LOMBARDI, J. C. (org.) **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados, 2001.

LOMBARDI, J. C. (Org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações, 2017.

LOMBARDI, J. C. Revista HISTEDBR (On-line). Campinas, número especial, p. 347-366, abr. 2011. ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art24_41e.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018. p. 347-366.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, L. R. S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: **Trabalho e Educação**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1992. p. 9-23.

MACIEL, R. M.; PREVITALI, F. S. Impacto das políticas públicas do trabalhador da educação na rede estadual de ensino de Patos de Minas/MG em 2011. Revista Labor, v. 6, n. 1, p. 326-343, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/9305>. Acesso em: 17 set. 2019. <https://doi.org/10.29148/labor.v1i6.9305>

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). **Mannheim**. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 25. São Paulo: Ática, 1982, p. 67- 95.

MANNHEIM, K, STEWART., W. A. C. **Introdução à sociologia da educação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969, p. 160-161.

MARANDOLA JUNIOR. E, HOGAN, D. J. **As dimensões da vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.

MARX, K. Trabalho Assalariado e Capital. In: Marx, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. T.1. Lisboa, PT: Avante, 1982.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle: Ebook da Boitempo Editorial, 2011, 1493 p. Disponível em: file:///C:/Users/Bessa/Downloads/O%20capital%20-%20Livro%201%20(5).pdf. Acesso em: 04 set. 2018.

MARX, K. **O capital**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1, t. I e II. 1983.

MARX, K. Trabalho Assalariado e Capital. In: Marx, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. T.1. Lisboa, PT: Avante, 1982.

MARX, K; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino** – introdução e notas de Roger Dangeville. 1. Ed. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (Clássicos).

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido comunista**. Tradução Antonio Carlos Braga. São Paulo: LaFonte, 2012. (Coleção grandes clássicos da filosofia).

MEDICI, A. **Os Guardinhas do Coronel Juventino**. Diário do Grande ABC. Santo André: 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHALET, C. A. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2005**, 13 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília (DF), 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional (CONAP)**. Disponível em: http://trabalho.gov.br/images/conap_edicao_abril.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual da Aprendizagem**. O que é preciso saber para contratar um aprendiz. 8ª ed. Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) / Departamento de Fiscalização do Trabalho (DEFIT). Brasília, DF: Esplanada dos Ministérios, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Norma Operacional Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017** (Publicada no Diário Oficial da União em 5 de outubro de 2017). Dispõe sobre a execução dos Projetos de Qualificação no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. JuventudeWeb. **Resumo do curso 28567 - Assistente administrativo – Adolescente Serviços Administrativos**. Disponível em: <http://www.juventudeweb.mte.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. JuventudeWeb. **Resumo do curso 33161 - Aprendiz Bancário – Adolescente Serviços Administrativos**. Disponível em: <http://www.juventudeweb.mte.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Instrução Normativa 75, de 8 de maio de 2009, que disciplina a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem. (DOU 11 mai. 2009).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Promoção do acesso de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade à aprendizagem profissional**. Edição 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_aprendizagem_profissional2.pdf. Acesso em: 20 fev.2019.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, J. B. M. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK - industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs) - **O Brasil republicano**. RJ: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 155-194

NETTO, J. P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In.: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; Rizotto, Maria Lúcia Frizon (orgs.). **Estado e políticas sociais**: Brasil-Paraná. Cascavél, PR: EDUNOESTE, p. 11-23, 2003.

NEVES, J. R. C. Em busca do novo. In: **130 anos: em busca da República**. Organizadores Edmar Bacha et al. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, p. 199-203, 2019.

NUNES, D. **Alto desemprego entre jovens produziu “geração desperdiçada”**. Carta capital. 29 ago. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/Como%20o%20alto%20desemprego%20entre%20jovens%20compromete%20o%20desenvolvimento>. Acesso em: 13 nov. 2017.

OLIVEIRA, F. **O Estado e o urbano no Brasil**. Revista Espaço & Debates, n. 6, jun./set. 1982.

OLIVEIRA, G. H. J. de. Estado contratual, direito ao desenvolvimento e parceria público-privada. In: TALAMINI, Eduardo et al. (Coord.). **Parceria público-privada: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: RT, 2005. p. 83-119.

OLIVEIRA, L. V. N.; ROESLER, M. R. V. B. (Coords.). **III Caderno de Serviço Social**. Humanizar: quais as alternativas? Toledo: EDUNIOESTE, 2000.

OLIVEIRA, R. A. Entrevista concedida a Cláudia Rosane Parrela Bessa. **História oral sobre o Sistema Área Azul de Montes Claros**. Montes Claros, MG. Acervo da pesquisa. mar. 2018.

OLIVEIRA; F. M.; RODRIGUES, L. R. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, 428 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Diagnóstico Intersectorial Municipal de Montes Claros**. Brasília: MDS, 2016.

PARANHOS, M. T. Entrevista concedida a Cláudia Rosane Parrela Bessa. **História oral sobre a Guarda Mirim de Montes Claros**. Montes Claros. Acervo da Pesquisa. nov. 2018.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: O significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 347f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, D. M.; PEREIRA, A. M.; LEITE, M. E.; MENDES, A. C. C. **Zoneamento Urbano e “Desenvolvimento”**: Considerações sobre a Cidade de MONTES CLAROS/MG. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói, RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X.

PEREIRA, L. M. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002. 241 p.

PEREIRA, L. M. Elites montesclarenses: autoritarismo, paternalismo e exclusão. In: BARBOSA, C. C. (Org.). **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: Unimontes, 2007.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, A. M. A urbanização no sertão Norte-mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, A. M; ALMEIDA, M. I. S (Org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes. 2004. p. 11-32.

PEREIRA, A. P. SOARES, B. R. **Urbanização e pobreza na região norte mineira: considerações preliminares**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo (Brasil).

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. Revista *Poiesis*. Volume 3. Números 3 e 4, 2005, 2006. p. 5-24.

PINTO, A. V. **Ciência e existência** – problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

POCHMANN, M. **Promessas desfeitas**: notas introdutórias. In: Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas / organizador: Renato Balbim. Brasília: IPEA, 2016.

POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-PNAS/2004. **Norma Operacional Básica NOB/SUA**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Novembro de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG). Secretaria de Coordenação Política e Ação Comunitária. **Territorialização** – Administração Regional – Sub-prefeituras. Montes Claros, 2010.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, P. M. **Cultura, trabalho e educação**. Revista Científica FacMais. Goiás: Centro de Educação Superior de Inhumas – Cesin Faculdade de Inhumas – FacMais, Volume IV, Número I, 2015/2º Semestre.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, I. PILOTTI, F. **A Arte de Governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, M. L. P. **Demandas Sociais versus crise de Financiamento**: o papel do Terceiro Setor no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, M. N. Entrevista concedida a Cláudia Rosane Parrela. **História oral sobre a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros**. Montes Claros, MG. Acervo da pesquisa. agosto de 2016.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**: 1930/1973. Prefácio do prof. Francisco Iglésias. 32. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ROSANVALLON, P. **Por uma história conceitual do político**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n.21, set/dez 2002.

ROSSI, H. P. A Estrutura da Organização de uma Comunidade Americana. In Etzioni, A. **Organizações Complexas**. São Paulo: Atlas AS, 1973.

SACRISTÁN, G. O Currículo uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAES, D. **Democracia e Capitalismo no Brasil**: balanços e perspectivas. In: Revista de Sociologia e política nº 6/7, p. 129-147, 1996.

SANFELICE, J. L. Dialética e pesquisa em Educação. In: **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Contemporânea). 274 p.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

SANTOS; A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. **A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional**: os contornos da constituição de um campo acadêmico. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009. p. 534-605. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000300010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2019.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000300010>

SÃO CAETANO DO SUL. **Informações sobre a cidade**. Disponível em: <http://www.saocaetanodigital.com.br/sao-caetano-do-sul/informacoes-da-cidade/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SARAIVA, E. F. **[Entrevista de história oral sobre o CIAME em Montes Claros]**. Centro de Montes Claros - MG. 02 mar. 2018. Entrevista realizada por Cláudia Rosane Parrela. Acervo da pesquisa.

SCHNEEBERGER, C. A.; FARAFO, L. A. **Minimanual compacto de geografia do Brasil**: teoria e prática. 1ª. Ed. São Paulo: Rideel, 2003.

SCHULTZ, T. **Capital Humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. SAGI. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único – Montes Claros, MG**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILL, E. A. **Estado, Juventude e RECID**: O significado das Políticas Públicas dos Governos Petistas. 2018. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018. 219 p.

SILVA, S. T. **As demandas de qualificação para o trabalho no Brasil, a partir do processo de modernização produtiva.** Educar, Curitiba, n. 2: Editora UFPR, p. 335-352, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602004000100019&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2019.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.345>

SILVA, T. T. **Divisão do Trabalho, novas tecnologias e educação** (mimeografado) s.n.t., 33 p.

SINGER, P. **O capitalismo:** sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SOBARZO, O. Espaço público. In: SPOSITO, Eliseu Savéro. **Glossário de geografia humana e econômica.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.p. 187-201.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSITO, M. E. B. Centro e periferia. In: SPOSITO, Eliseu Savéro. **Glossário de geografia humana e econômica.** São Paulo: Editora Unesp, 2017. P. 25-31

SZAZI, E. **Terceiro Setor:** regulações no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TÁVORA, G. J. N. F. **A Segurança Nacional, a política e a estratégia:** conceituação e inter-relações. Revista da Escola Superior de Guerra, n. 1, v. 1, dez., 1983.

TOSCANO, M. **Introdução à Sociologia Educacional.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOZONI-REIS, M. F. C. Sociologia: O Estudo da Sociedade. **Caderno de Formação de Professores Educação, Cultura e Desenvolvimento.** Universidade Estadual Paulista Pró-Reitoria de Graduação. Univesp - Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010. volume 3.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UHLE, A. B. **O poder e a Força de um Clube de Serviço.** Revista Pro-Posições. Vol. 4. Nº 2 [11], Campinas, SP: Editora FEUnicamp, julho de 1993.

UHLE, A. B. **Comunhão Leiga:** o Rotary Club no Brasil. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1991. Tese (Doutorado).

UNIMONTES. Centro de Ciências Humanas. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Pedagogia. Montes Claros, 2013.

VERNANT, J. P. **Para que servem as religiões.** Religião e Sociedade, nº 9, 1983. p. 65-70.

VIANNA, G. C. **O Código de Mello Mattos e o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Conexões. Rio de Janeiro: Revista da EMERJ, v. 10, Edição Especial, 2007. p. 26-76.

VIEIRA, E. **A República Brasileira 1951-2010:** de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

VIEIRA, E. **Sociologia da educação:** reproduzir e transformar. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção aprender e ensinar).

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania:** a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, M. O Norte de Minas. Montes Claros. **Guarda Mirim de Montes Claros grita por socorro.** 25 abr. 2019.

VINHAS, M. **Estudos sobre o proletariado brasileiro.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 279 p.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino americano e caribenho. In: WANDERLEY, M. b; YASBEK, m. c. (Org.). **Desigualdade e a questão social.** 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008. p. 55-166.

WEBER, M. **Conceitos Básicos de Sociologia.** Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

WEBER, M. **Economia e Sociedade – Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. V. 2, 586 p.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WILLIAMS, R. **Base e superestrutura na teoria cultural marxista.** Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini. Revista USP. São Paulo, nº 65, p. 210-224. Mar./mai. 2005.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo.** Tradução André Gleiser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 420 p.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil Contemporâneo e Formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p.288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>

YOUNG, V. A. F. **Desenvolvimento Econômico e Financiamento Externo:** Relações entre Brasil, Estados Unidos e FMI no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. 2013, 113 p.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO TIPO I

- 1) Idade: anos de idade
- 2) Sexo:
 Masculino
 Feminino
- 3) Em relação a raça / cor você se classifica como:
 Branco
 Negro
 Pardo
 Asiático
 Indígena
 Outra. Qual?
- 4) Estado Civil:
 Solteiro
 Casado
 Mora junto
 Separado / Divorciado
- 5) Bairro onde mora:
- 6) Em que cidade você nasceu?
- 7) Você reside com quem?
 Família (pai, mãe, irmãos)
 Outros parentes
 Colegas de república / pensionato
 Sozinho
 Outra
- 8) Tipo de moradia:
 Própria
 Alugada
 Cedida
 Outra
- 9) Você segue alguma religião?
 Sim
 Não.
Se você respondeu sim, qual?
 Católica
 Evangélica
 Espírita
 Outra. Qual?

- 10) Você estuda qual série?
() Ensino Fundamental. Em que série / ano?
() Ensino Médio. Em que série / ano?
- 11) Você estuda no mesmo bairro em que mora?
() Sim
() Não
- 12) Qual programa você participa?
() Administrativo
() Auxiliar bancário
- 13) Onde você realiza as atividades práticas do Programa que participa?
- 14) Qual a renda familiar?
() Até 1 salário
() 1 e 2 salários mínimos
() 2 e 4 salários mínimos
() Acima de 5 salários mínimos
- 15) Você participa de algum grupo?
() Sim
() Não.
Se você respondeu sim, qual?
() Grupo religioso
() Grupo artístico
() Grupo esportivo
() Movimento estudantil
() Trabalho voluntário
() Movimento social
() Partido político
() Outro.
- 16) Quais os espaços públicos e privados que você costuma transitar no seu dia a dia?
Com quem?
- 17) Cite os equipamentos⁵⁵ urbanos que você utiliza na cidade e no seu bairro:
- 18) Com que frequência você costuma utilizar esses espaços e equipamentos? E com qual finalidade?
- 19) Cite quais espaços públicos e/ou privados que NÃO frequenta? Por quê?
- 20) O que o(a) levou a procurar e se matricular na Guarda Mirim? O que esta Instituição representa para você?

⁵⁵ Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT no documento NBR 9284, equipamento urbano é “todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos ou privados”.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO TIPO II

Data: / /

1 - Identificação:

Educador:*

Sexo: () M () F

Idade:

*O educador será identificado utilizando-se letra e número (Exemplo: E1, E2)

2-Nível de Formação Acadêmica e respectiva área:

Mestrado

Doutorado

Normal de nível médio

Especialização

Graduação __

2 - Você possui acesso:

A Internet Sim Não Às vezes

A Cinema Sim Não Às vezes

A teatro Sim Não Às vezes

A museus Sim Não Às vezes

A filmes em locadora Sim Não Às vezes. Quais gêneros?

A revistas ou jornais Sim Não Às vezes- Especifique:

3 - Lugar que trabalha:

4 - A quanto tempo trabalha com a Guarda Mirim?

de 1 a 3 anos

de 10 a 20 anos

de 3 a 6 anos

mais de 20 anos

de 6 a 10 anos

5 - Número de cargos que ocupa:

um

dois

três

6 - Carga horária total de trabalho semanal:

20 30 40 60

7 - Remuneração total:

Entre 1 a 2 Sal. Mín.

Entre 2 e 4 Sal. Mín.

Entre 4 a 6 Sal. Mín.

Acima de 6 Sal. Mín.

8 - Leciona na Guarda Mirim com qual(is) disciplinas(s):

9 - A disciplina lecionada corresponde a sua formação?

sim

não

Por que?

10 - Atua apenas no magistério:

- Sim
- Não - Em caso negativo, qual a outra atividade remunerativa:

11 - Você considera que o trabalho dos educadores é fator determinante na formação humana dos assistidos pela Guarda Mirim? Por que?

12 - Você identifica incentivos para a inserção dos jovens e adolescentes no mundo do trabalho na cidade de Montes Claros?

- Sim
- Não
- Às vezes

13 - Há políticas públicas direcionadas para a inserção dos jovens e adolescentes no mundo do trabalho?

- Sim
- Não

Em caso positivo, estas políticas atendem às necessidades dos assistidos?

- Sim Não Às vezes. Justifique sua resposta:

14 - Você identifica o fator e a motivação que explicam a efetividade do programa Guarda Mirim em seus processos de atendimento a adolescentes e jovens em situação de risco no Município de Montes Claros - MG?

- Sim
- Não
- Às vezes

Qual sua opinião sobre este fator e motivação que explicam a efetividade do programa Guarda Mirim?

15 - Como você explica/descreve a Guarda Mirim em Montes Claros?

16 - Como você descreve o perfil dos jovens e adolescentes que são assistidos nesse espaço não formal?

17- Como você percebe a relevância e complexidade da prática educativa em sala de aula?

18- O que de fato o grupo de assistidos da Guarda Mirim estuda?

19- Como se dá a sua relação com os atendidos nesse ambiente?

20- Como ocorre a relação entre os atendidos?

21- Como este ambiente está organizado?

22- Que partes do programa funciona bem e quais precisam ser melhoradas?

23- Qual a efetividade do programa em relação aos objetivos da associação?

24- Fale sobre como você entende o trabalho realizado pela Guarda Mirim em Montes Claros, o período de formação dos atendidos e a inserção desses jovens e adolescentes que se formam nessa associação, para o desenvolvimento do município.

APÊNDICE C - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA TIPO I

Funcionário:

Função:

Data: / /

- 1) Idade: anos
- 2) Sexo: () F () M
- 3) Tempo de serviço na AMGMMC: anos
- 4) Formação: _
- 5) Como você explica/descreve a Guarda Mirim em Montes Claros?
- 6) Como você descreve o perfil dos jovens e adolescentes que são assistidos pela AMGMMC?
- 7) Como se dá a sua relação com os atendidos nesse ambiente?
- 8) Qual o impacto o Programa Guarda Mirim tem causado sobre adolescentes e jovens aprendizes assistidos pela Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros?
- 9) Qual a importância do Programa Guarda Mirim e dos projetos que ele desenvolve na vida dos jovens assistidos e para a sociedade montes-clarense?

APÊNDICE D - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA TIPO II

1. É público que existem no Brasil inúmeras entidades designadas como Guarda Mirim. Qual(is) o(s) fator(es) que a motivaram criar a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros?
2. Como se sensibilizou as pessoas para constituir o grupo fundador desta associação e criar um plano de ação que viabilizou esta ideia?
3. Como se buscou novas adesões para a associação que pudessem trazer novas ideias e sugestões que poderiam ser úteis e valiosas para o objetivo proposto por este trabalho a ser desenvolvido em Montes Claros pela Guarda Mirim?
4. Quais as autoridades locais e lideranças dos distintos segmentos sociais da comunidade ajudaram na implantação da Guarda Mirim em Montes Claros?
5. Houve edital de convocação de pessoas interessadas na fundação da entidade? A senhora pode descrever como aconteceu a gênese da Associação?
6. Quem foi designado para fazer parte da comissão para elaborar o estatuto social da Guarda Mirim, para que ele fosse discutido, aprovado pela assembleia de fundação? Relate um pouco sobre esse momento.
7. Quando foi publicado no jornal de circulação o edital de convocação da Assembleia de fundação da Guarda Mirim?
8. Quando aconteceu a primeira reunião da Assembleia de fundação da Guarda Mirim? Qual o dia, hora e local aconteceu?
9. Quem foram os primeiros integrantes do grupo fundador?
10. Há um livro de presença das Assembleias e reuniões realizadas pela Guarda Mirim?
11. Como foi a eleição para a escolha dos membros que integraram o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Guarda Mirim? No momento inicial da Associação, quem foi proclamado eleito e empossado para estes cargos?
12. Quais os passos foram seguidos para oficializar, tornar a associação uma personalidade jurídica de direito privado?
13. Há publicação de extrato do estatuto social no Diário Oficial do Estado?
14. Quais os livros obrigatórios a Associação tem? Tem também algum livro auxiliar?
15. Conte as dificuldades enfrentadas para criar e manter a Guarda Mirim em Montes Claros
16. Quais os cursos a Guarda Mirim oferece atualmente para os jovens e adolescentes?
17. Como estes assistidos chegam/buscam à Guarda Mirim?
18. Há critérios para que os assistidos sejam matriculados? Quais?
19. Como são escolhidos os educadores que ministram os cursos oferecidos pela Guarda Mirim de Montes Claros?
20. Os educadores que desenvolvem as disciplinas ofertadas pelos cursos oferecidos pela Guarda Mirim tem autonomia para desenvolvê-las em relação ao planejamento e avaliação ou há um plano de ensino já previamente elaborado para que eles sigam?
21. Quem acompanha o desempenho dos assistidos junto aos cursos oferecidos pela Guarda Mirim?
22. Após os assistidos se formarem, há o acompanhamento do egresso? O que é possível dizer sobre o que acontece com aqueles que passaram pela formação da Guarda Mirim no cenário montes-clarense?
23. Como a Guarda Mirim se mantém financeiramente? Com quais subvenções a associação pode contar?
24. Que apoio a Guarda Mirim de Montes Claros recebe do poder municipal, estadual e federal?

APÊNDICE E - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA TIPO III - PARCEIROS

Empregador:

Respondente:

Função:

Data: / / 2019

- 1) Qual o impacto o Programa Guarda Mirim tem causado sobre adolescentes e jovens aprendizes assistidos pela Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros?
- 2) Qual a importância do Programa Guarda Mirim e dos projetos que ele desenvolve na vida dos jovens assistidos e para a sociedade montes-clarense?
- 3) Em sua opinião, esse programa efetivamente tem modificado algo na realidade que circunda os jovens que de participam?
- 4) Até que ponto esse programa representa uma perspectiva futura para esses jovens?
- 5) Caso haja algum comentário a ser feito sobre a atuação da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, registre-o.

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE F - AS GUARDAS MIRINS NAS REGIÕES DO BRASIL

a) Região Centro-Oeste: 27 Guardas Mirins

Quadro 1 – Guarda Mirim na Região Centro-Oeste - Brasil – 2017

		CIDADE	DENOMINAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
Goiás	1	Águas Lindas de Goiás	Escola Militar Guarda Mirim Serafim	Ano não encontrado
	2	Jussara	Polícia Militar Mirim de Jussara	2001
	3	Itaberaí	Guarda Mirim Municipal de Itaberaí	2004
	4	Santo Antônio do Descoberto	Guarda Mirim Leão Dourado	2005
	5	Quirinópolis	Brigada Mirim Ambiental	2006
	6	Aparecida de Goiânia	Projeto Guarda Mirim	2011
	7	Cidade Ocidental	Guarda Mirim da Cidade Ocidental do Estado de Goiás	2013
Mato Grosso	1	Colíder	Guarda Mirim de Colíder	1994
	2	Lucas do Rio Verde	Guarda Mirim de Lucas do Rio Verde	1994
	3	Pontes e Lacerda	Guarda Mirim de Pontes e Lacerda	2010
	4	Pedra Preta	Associação Guarda Mirim de Pedra Preta	2011
	5	Nova Lacerda	Associação Guarda Mirim de Nova Lacerda	2015
Mato Grosso Do Sul	1	Guiratinga	Escola Municipal Tenente Daniel Aluizio Nazario – Guarda Mirim	1972
	2	Campo Grande	Instituto Mirim de Campo Grande	1982
	3	Itaporã	Guarda Mirim de Itaporã	1985
	4	Caarapó	Guarda Mirim de Caarapó	1991
	5	Mirassol D'Oeste	Associação Guarda Mirim De Mirassol D'oeste	2011
	6	Dourados	Guarda Mirim de Dourados	2015
	7	Vila Bela da Santíssima Trindade	Associação da Guarda Mirim de Vila Bela Guardiões do Vale	2016
	8	Água Clara	Associação da Guarda Mirim	2017
	9	Naviraí	Guarda Mirim de Naviraí	Reinaugurada em 2017
	10	São José dos Quatro Marcos	Associação Movimento Jovem por Quatro Marcos	2017
Distrito Federal	1	Samambaia	Guarda Mirim Garras	Ano não encontrado
	2	São Sebastião	Guarda Mirim Social de São Sebastião	2012
	3	Ceilândia	Projeto Recrutinha	2013
	4	Brasília	Guarda Mirim Social de Brasília	2015
	5	Santa Maria	Guarda Mirim Escolar de Santa Maria Madalena	2016

Fonte: Sites Institucionais, 2017. Org.: PARRELA, C. R. 2017.

b) Região Nordeste: 35 Guardas Mirins

Quadro 2 – Guarda Mirim na Região Nordeste - Brasil – 2017

		CIDADE	DENOMINAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
Alagoas	1	Campo Alegre do Fidalgo	Guarda Mirim de Campo Alegre	Ano não encontrado
	2	São Miguel dos Campos	Denominação não encontrada	Ano não encontrado
	3	Luziápolis	Projeto Guarda Mirim	2014
Bahia	1	Itambé	Programa Municipal Social da “Guarda Mirim”	2018
	2	Paulo Afonso	Não encontrada	Ano não encontrado
	3	Santo Amaro da Purificação	Guarda Mirim de Santo Amaro da Purificação	1990
	4	Sapeaçu	Instituição Gileade Guarda Mirim	2008
	5	Medeiros Neto	Guarda Mirim de Medeiros Neto	2009
	6	Caravelas	Guarda Mirim de Caravelas	2009
	7	Mascote	Associação Falcões da Guarda	2010
	8	Euclides da Cunha	Associação da Criança e do Adolescente da Comarca de Euclides da Cunha – ACACEC	2010
	9	Curaçá	Projeto Guarda Mirim Cidadã	2011
	10	Eunápolis	Guarda Mirim de Eunápolis	2011
	11	Juazeiro	Projeto Guarda Mirim / Anjos da Guarda	2011
	12	Itapetinga	Guarda Mirim de Itapetinga	2012
	13	Salvador	Guarda Mirim de Salvador	2013
	14	Luis Eduardo Magalhães	Projeto Guarda Mirim	2014
	15	Posto da Mata	Guarda Mirim de Posto da Mata	2016
	16	Barra do Choça	Guerreiros do Peninha	2016
	17	Itagimirim	GM - Jovens Educando Jovens	2016
	18	Lajedo do Tabocal	Guarda Mirim Lajedo do Tabocal	2017
Ceará	1	Sobral	Guarda Mirim de Sobral	2004
	2	Canindé	Guarda Mirim de Canindé	2012
	3	São Gonçalo do Amarante	Guarda Mirim de São Gonçalo do Amarante Distrito de Taíba e Croatá	2018
Maranhão	1	Chapadinha	Guarda Mirim da Guarda Civil Municipal de Chapadinha	2017
Paraíba	1	Além Paraíba	Associação da Guara Mirim de Além Paraíba- AGMAP	1983
Pernambuco	1	Petrolina	Guarda Mirim de Petrolina	2014
	2	Garanhuns	Guarda Mirim de Garanhuns	2015
Piauí	1	Luzilândia	Guarda Municipal Mirim de Luzilândia	
	2	Teresina	Guarda Mirim de Teresina	2016
	2	Parelhas	Guarda Mirim Ambiental de Parelhas	2007
	3	Natal	Guarda Mirim Ambiental - GMA	2012
Sergipe	4	Guamaré	Guarda Mirim de Guamaré	2016
	1	Aracaju	Guarda Mirim Ambiental de Sergipe	Ano não encontrado

Fonte: Sites Institucionais, 2017. Org.: PARRELA, C. R. 2017.

c) Região Norte: 28 Guardas Mirins

Quadro 3 – Guarda Mirim na Região Norte – Brasil – 2017

		CIDADE	DENOMINAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
Acre	1	Mâncio Lima	Guarda Mirim de Mâncio Lima	2013
	2	Rio Branco	Guarda Mirim do 2º Batalhão de Polícia Militar	2013
Amapá	1	Pedra Branca do Amapari	Associação Socioeducacional e Ambiental Guarda Mirim de Pedra Branca do Amapari	2015
Amazonas	1	Tabatinga	Projeto Social Guarda Mirim	2016
	2	Santo Antônio do Içá	Projeto Social Guarda Mirim em Santo Antônio do Içá	2017
Pará	1	Capanema	Não encontrada	Ano não encontrado
	2	Nossa Senhora de Nazaré	Guarda Mirim de Nossa Senhora de Nazaré	2008
Rondônia	1	Vilhena	Guarda Mirim de Vilhena	1991
	2	Alta Floresta D'Oeste	Guarda Mirim de Alta Floresta	2000
	3	Machadinho D'Oeste	Guarda Mirim do 8º Batalhão da Polícia Militar (PM), em Machadinho D'Oeste (RO), na região do Vale do Jamari	2007
	4	Presidente Médici	Guarda Mirim de Presidente Médici	2007
	5	Nova Mamoré	Guarda Mirim Nova Mamoré	2011
	6	Nova União	Guarda Mirim de Nova União	2011
	7	Ariquemes	Guarda Mirim do 7º Batalhão da Polícia Militar (PM)	2011
	8	Calama	Guarda Mirim de Calama	2012
	9	Campo Novo de Rondônia	Guarda Mirim de Campo Novo de Rondônia	2012
	10	Cujubim	Guarda Mirim de Cujubim	2013
	11	Monte Negro	Guarda Mirim de Monte Negro	criada em 2010 e reativada em 2014
	12	Guaporé	Associação da Guarda Mirim Municipal do Guaporé	2015
	13	Vila Três Coqueiros (Distrito de Campo Novo de Rondônia)	Guarda Mirim de Três Coqueiros - Campo Novo de Rondônia	2015
	14	Espigão do Oeste	Guarda Mirim do município de Espigão do Oeste	2016
	15	Itapuã do Oeste	Guarda Mirim de Itapuã do Oeste	2017
	16	Pimenta Bueno	Guarda Mirim de Pimenta Bueno	2017
Roraima	1	Boa Vista	Guarda Mirim de Boa Vista	1992
	2	São João da Baliza	Projeto Pelotão Guarda Mirim, no município de São João da Baliza	2017
Tocantins	1	Palmas	Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM	Não encontrado
	2	Gurupi	Projeto Guarda de Trânsito Mirim	2009

Fonte: Sites Institucionais, 2017. Org.: PARRELA, C. R. 2017.

d) Região Sudeste: 113 Guardas Mirins

Quadro 4 – Guarda Mirim na Região Sudeste - Brasil – 2017

		CIDADE	DENOMINAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
Espírito Santo	1	Serra Negra	Amparo Social Guarda Mirim de Serra Negra	1988
	2	Cachoeiro do Itapemirim	Guarda Mirim Cachoeiro do Itapemirim	1991
	3	Baixo Guandu	Projeto Primeira Oportunidade	2015
	4	Anchieta	Guarda Mirim de Anchieta	2017
Minas Gerais	1	Mutum	Não encontrada	Não encontrado
	2	São Joaquim de Bicas	Guarda Mirim de São Joaquim de Bicas	Não encontrado
	3	Inconfidentes	Guarda Mirim de Inconfidentes	Não encontrado
	4	Divino	Associação de Proteção à Guarda Mirim – Divino	Não encontrado
	5	Sete Lagoas	Guarda Mirim de Sete Lagoas	1967
	6	Juiz de Fora	Associação de Proteção à Guarda Mirim de Juiz de Fora	1967
	7	São Gonçalo do Sapucaí	Guarda Mirim de São Gonçalo do Sapucaí	1968
	8	Belo Horizonte	Associação Protetora da Guarda Mirim de Belo Horizonte	1973
	9	Caratinga	Guarda Mirim Vitorino dos Santos Júnior. Passou a ser Fundação Cidade das Meninas (FUNCIME)	1973 1974
	10	Ipatinga	Guarda Mirim de Ipatinga	1975
	11	Poços de Caldas	Lions Clube de Poços de Caldas Urânio – Conhecido Guarda Mirim	1977
	12	Cataguases	Adolescente Cidadão	1980
	13	Carangola	Guarda Mirim Carangola	1981
	14	Além Paraíba	Associação da Guarda Mirim de Além Paraíba	1983
	15	Pouso Alegre	Guarda Mirim de Pouso Alegre	1983
	16	Espera Feliz	Associação de Promoção do Menor Guarda Mirim de Espera Feliz	1985
	17	Caxambu	Associação de Proteção da Guarda Mirim de Caxambu	1985
	18	Leopoldina	Guarda Mirim de Leopoldina	1986
	19	Manhumirim	Associação da Guarda Mirim de Manhumirim	1988
	20	Borda da Mata	Guarda Mirim Irmã Martha de Borda da Mata	1990
	21	Ponte Nova	Guarda Mirim Estrela Radiante - Ponte Nova	1990
	22	Salinas	Guarda Mirim Municipal de Salinas	1991
	23	Corinto	Guarda Mirim de Corinto	1992
	24	Inhapim	Guarda Mirim de Inhapim	1992
	25	Montes Claros*	Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros - AMGMMC	1992
	26	Ouro Fino	Guarda Mirim Tarcila Gomes	1994
	27	Visconde do Rio Branco	Instituto Educacional Guarda Mirim de Visconde do Rio Branco	1996
	28	Vespasiano	Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Vespasiano	1997
	29	Novo Cruzeiro	Associação Guarda Mirim Novo Cruzeiro de Filadélfia	1999
	30	Coronel Fabriciano	Guarda Mirim Boina Verde Escola de Aprendiz de Coronel Fabriciano	1999
	31	Sabinópolis	Guarda Mirim de São Gonçalo de Sabinópolis	2000
	32	Janaúba	Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Janaúba	2001
	33	Capelinha	Associação da Guarda Mirim de Capelinha	2004

	34	Ipanema	Associação Ipanemense de Amparo ao Menor	2005
	35	Barão de Cocais	Guarda Mirim de Barão de Cocais	2007
	36	Frutal	Guarda Mirim de Frutal	2008
	37	Jequeri	Guarda Mirim de Jequeri Formando Cidadãos	2009
	38	Pratápolis	Guarda Mirim de Pratápolis	2009
	39	Sabará	Guarda Mirim de Sabará	2009
	40	Mantena	Guarda Mirim de Mantena	2010
	41	Matipó	Associação de Integração à Criança e Adolescente de Matipó	2011
	42	Alto Caparaó	Associação de Amparo ao Menor de Alto Caparaó	2011
	43	Teófilo Otoni	Associação Protetora do Guarda Mirim de Teófilo Otoni	2012
	44	Miradouro	Guarda Mirim Miradouro	2013
	45	Paracatu	Associação Comunitária Guarda Mirim de Paracatu	2013
	46	Manga	Guarda Mirim Portela	2016
	47	Januária	Guarda Mirim E. E. Prof. Onésio Bastos	2017
São Paulo	1	Lorena	Guarda Mirim de Lorena	Não encontrado
	2	Peruíbe	Associação de Educação do Homem de Amanha Guarda Mirim de Peruíbe - AEDHA	Não encontrado
	3	São Caetano do Sul **	Guarda Infanto-Juvenil de São Caetano do Sul Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul Oscar Klein	1959 1971
	4	Presidente Epitácio	Guarda Mirim de Presidente Epitácio	1960
	5	Ubatuba	Guarda Mirim de Ubatuba	1960
	6	Presidente Prudente	Fundação Mirim	1960
	7	Bragança Paulista	Guarda Mirim de Bragança Paulista	1961
	8	Rio Claro	Guarda Mirim de Rio Claro	1961
	9	Santo André	Corpo de Patrulheiros Mirins	1962
	10	Piracicaba	Guarda Mirim Municipal de Piracicaba	1962
	11	Mogi Mirim	Centro de Educação e Integração Social, Benjamim Quintino da Silva - CEBE	1962
	12	Sorocaba	Guarda Mirim de Sorocaba	1963
	13	Itapira	Associação Itapireense de Preparo do Adolescente – AIPA – Guarda Mirim de Itapira	1964
	14	São José do Rio Pardo	Guarda Mirim São José do Rio Pardo	1964
	15	Guaratinguetá	Guarda Mirim de Guaratinguetá	1965
	16	Itú	Sociedade da Guarda Mirim de Itú	1965
	17	Pedreira	Associação de Educação do Homem de Amanhã Guarda Mirim de Pedreira	1965
	18	Taubaté	Guarda Mirim de Taubaté	1967
	19	Piedade	Guarda Mirim de Piedade	1967
	01	Itapetininga	Instituto Educacional	1968
	21	Itararé	Instituto Educacional Guarda Mirim de Itararé	1969
	23	Votorantim	Guarda Mirim de Votorantim	1971
	24	Leme	Guarda Mirim de Leme	1971
	25	Santa Bárbara D'Oeste	Guarda Mirim	1971
	26	Ourinhos	Associação Mirim de Ourinhos e Serviço de Integração de Meninas	1971
	27	Presidente Venceslau	Instituto Educacional da Guarda Mirim de Presidente Venceslau	1972
	28	Cordeirópolis	Patrulha Mirim de Cordeirópolis	1973

Continua

			Continuação	
	29	Barretos	Guarda Mirim de Barretos	1974
	30	Botucatu	Guarda Mirim de Botucatu	1974
	31	Santo Anastácio	Guarda Mirim de Santo Anastácio	1977
	32	Suzano	Guarda Mirim de Suzano	1978
	33	Vila Prudente (Distrito de São Paulo)	Legião Mirim	1978
	34	Amparo	Associação de Guarda Mirim de Amparo AGMA	1980
	35	Piraju	Guarda Mirim Constantino Leman	1984
	36	Vargem Grande	Guarda Mirim do Município de Vargem Grande	1985
	37	Arujá	Elite Cívica - antiga Guarda Mirim	1986
	38	Serra Negra	Guarda Mirim de Serra Negra	1988
	39	Carapicuíba	Guarda Mirim de Carapicuíba	1990
	40	Ituverava	Guarda Mirim de Ituverava	1991
	41	Caconde	Guarda Mirim de Caconde	1991
	42	Pirapozinho	Guarda Mirim de Pirapozinho	1992
	43	Araras	Associação de Educação do Homem de Amanhã - AEHDA	1993
	44	Osasco	Associação Anjos da Guarda Mirim	2001
	45	Hortolândia	Associação dos Patrulheiros e Guarda Mirim em Hortolândia	2001
	46	Cachoeira Paulista	Projeto Geração Nova - PROGEN	2004
	47	São Sebastião	Guarda Mirim de São Sebastião	2008
	48	Santa Gertrudes	Guarda Mirim de Santa Gertrudes	2009
	49	Itapeverica da Serra	Associação de Orientação ao Jovem Cidadão de São Paulo – AOJCSP	2010
	50	Mauá	Centro de Integração Infante Juvenil de Mauá	2011
	51	Santana do Parnaíba	Guarda Mirim de Santana do Parnaíba	2014
	52	Araçoiaba da Serra	Guarda Mirim de Araçoiaba da Serra	2017
Rio de Janeiro	1	Campos dos Goytacazes	Guarda Mirim de Campos de Goytacazes	1985
	2	Itaperuna	Associação Mirim de Itaperuna	1985
	3	Paraíba do Sul	Projeto Guarda Mirim de Paraíba do Sul	1977
	4	Macaé	Programa Guarda Mirim de Macaé	2005
	5	Macuco	Guarda Mirim Ambiental de Macuco	2007
	6	Carapebus	Guarda Mirim da prefeitura de Carapebus	2010
	7	Búzios	Guarda Mirim de Búzios	2016
	8	Santa Maria Madalena	Guarda Mirim de Santa Maria Madalena	2016

Fonte: Sites Institucionais, 2017. Org.: PARRELA, C. R. 2017.

* Instituição objeto deste estudo

** Primeira Instituição da Guarda Mirim encontrada

e) Região Sul: 29 Guardas Mirins

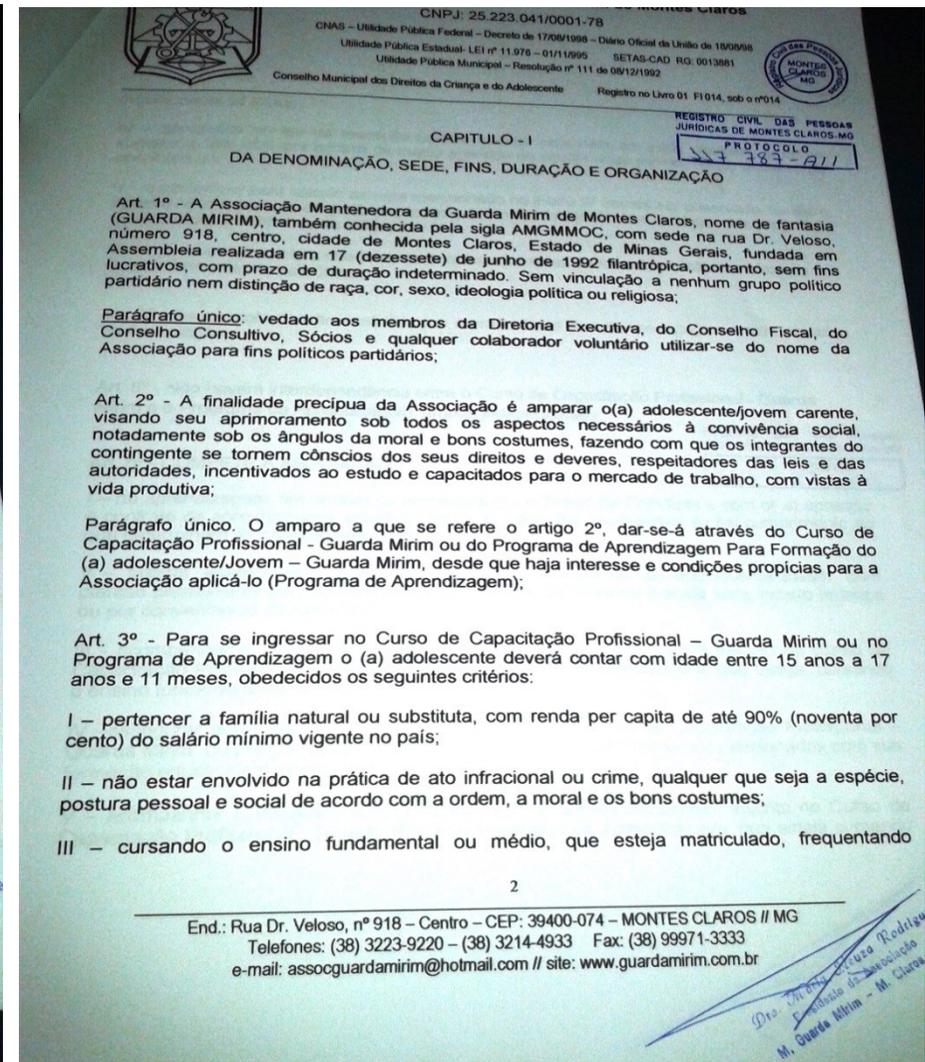
Quadro 5 – Guarda Mirim na Região Sul - Brasil – 2017

		CIDADE	DENOMINAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
PARANÁ	1	Apucarana	Guarda Mirim Apucarana – PR	Não encontrado
	2	Francisco Beltrão	Não encontrada	Não encontrado
	3	Querência do Norte	Guarda Mirim de Querência do Norte	Não encontrado
	4	Paraná	Guarda Mirim do Paraná, hoje Colégio Estadual Guarda Mirim do Paraná	1963
	5	Londrina	Associação Guarda Mirim de Londrina	1965
	6	Ponta Grossa	Guarda Mirim Instituto Educacional Duque de Caxias - Ponta Grossa	1965
	7	Arapongas	SOS Guarda Mirim Arapongas	1968
		Marechal	Candido	
	8	Rondon	Centro de Integração 12 de Outubro	1969
	9	Paranavaí	Guarda Mirim de Paranavaí	1972
	10	Curitiba	Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim de Curitiba	1974
	11	Umuarama	Guarda Mirim de Umuarama	1974
	12	Foz do Iguaçu	Guarda Mirim de Foz do Iguaçu	1977
	13	Itaipu	Guarda Mirim de Foz do Iguaçu	1977
			Guarda Mirim Cascavel -	
	14	Cascavel	Associação Educacional Espírita Lins de Vasconcellos	1979
	15	Telêmaco Borba	Associação Educacional Fanuel - Guarda Mirim de Telêmaco Borba	1980
	16	São José dos Pinhais	Guarda Mirim de São José dos Pinhais – Banda Marcial Guarda Mirim	1982
	17	Arapoti	Programa de Atendimento a Criança e o Adolescente de Arapoti – PACAA	1989
	18	Dois Vizinhos	Guarda Mirim Escola de Iniciação Profissional Para Adolescentes Dois Vizinhos	1994
	19	Irati	Guarda Mirim de Irati	2002
	20	Vilhedos	Guarda Mirim Municipal	2004
	21	Campo Largo	Guarda Mirim de Campo Largo	2011
	22	Pontal do Paraná	Guarda Mirim de Pontal do Paraná	2012
	23	Araucária	Guarda Mirim de Araucária	2015
24	Paranaguá	Guarda Mirim de Paranaguá	2015	
25	Goioerê	Guarda Mirim de Goioerê	2018	
RIO GRANDE DO SUL	1	Gravataí	Pelotão Mirim do 17º BPM de Gravataí	2006
	2	Pelotas	Guarda Mirim de Pelotas	2008
	3	Novo Hamburgo	Guarda Mirim de Novo Hamburgo	2012
SANTA CATARINA	1	Rio do Sul	Guarda Mirim de Rio do Sul	2017

Fonte: Sites Institucionais, 2017. Org.: PARRELA, C. R. 2017.

ANEXOS

ANEXO A – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS



Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS - Utilidade Pública Federal - Decreto de 17/08/1998 - Diário Oficial da União de 18/09/98
 Utilidade Pública Estadual - LEI nº 11.976 - 01/11/1995 - SETAS-CAD RG. 0013881
 Utilidade Pública Municipal - Resolução nº 111 de 08/12/1992 - SETAS-CAD RG. 0013881
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Registro no Livro 01 F1014, sob o nº014

regularmente as aulas;

IV - apresentar no ato da inscrição boletim escolar com nota em cada disciplina igual ou superior a 10% (dez por cento) da média aplicada na escola onde estuda, no (s) bimestre (s) concluído (s);

V - o percentual para cálculo da nota mencionado no inciso IV deverá ser observado, também, durante todo o período de participação do (a) adolescente/jovem em qualquer dos programas mencionados no caput deste artigo;

VI - que se comprometa a obedecer às normas emanadas da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros;

Art. 4º - As inscrições serão avaliadas por representante do setor pedagógico e administrativo da Associação;

Art. 5º - Não haverá interdependência entre o Curso de Capacitação Profissional - Guarda Mirim e o Programa de Aprendizagem, ambos independentes;

Art. 6º - COMPETE A ASSOCIAÇÃO:

I - na aprendizagem, firmar com os empregadores o Termo de Convênio e com o (a) aprendiz o contrato de aprendizagem, inserindo todas as cláusulas necessárias ao fiel cumprimento do que determinam as normas referentes a cada um;

II - prestar assistência e acompanhamento no dia-a-dia do (a) adolescente/Jovem, com plantão permanente em sua sede, das 8h30 às 18h, de segunda à sexta feira, exceto feriados ou por conveniência da Associação;

III - acompanhar o desenvolvimento escolar do (a) adolescente/Jovem inscrito no Curso de Capacitação Profissional-Guarda Mirim, ou Programa de Aprendizagem, que esteja cursando o ensino fundamental ou médio;

IV -assegurar ao(a) adolescente/jovem participante do Curso de Capacitação Profissional - Guarda Mirim ou Programa de Aprendizagem, todas as garantias legais relacionadas com sua formação educacional, física, psíquica e moral;

V - acompanhar o desenvolvimento escolar do (a) adolescente/jovem inscrito no Curso de Capacitação Profissional - Guarda Mirim ou Programa de Aprendizagem, que esteja cursando

3

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 - Centro - CEP: 39400-074 - MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 - (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br

Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS - Utilidade Pública Federal - Decreto de 17/08/1998 - Diário Oficial da União de 18/09/98
 Utilidade Pública Estadual - LEI nº 11.976 - 01/11/1995 - SETAS-CAD RG. 0013881
 Utilidade Pública Municipal - Resolução nº 111 de 08/12/1992 - SETAS-CAD RG. 0013881
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Registro no Livro 01 F1014, sob o nº014

o ensino fundamental ou médio;

VI - conceder certificado de aproveitamento ao (a) adolescente/jovem que tenha concluído o Curso de Capacitação Profissional - Guarda Mirim ou o Programa de Aprendizagem, bem como ao (a) que tenha sido desligado de qualquer dos Programas, em razão do descumprimento de normas ou a pedido, constando disciplinas aplicadas e carga horária;

Parágrafo único. Durante o Curso de Capacitação Profissional-Guarda Mirim, não haverá remuneração qualquer que seja a espécie ao(a) adolescente integrado no mencionado curso, por parte da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, podendo, no entanto, o(a) assistido receber auxílio financeiro de órgãos governamentais, de pessoas físicas ou jurídicas que se dispuserem ajudar, pagando diretamente ao(a) aluno(a) ou através da Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros;

CAPITULO - II -
 DOS SÓCIOS:

Art. 7º - A Associação é constituída por número ilimitado de sócio, compreendendo pessoas físicas maiores de 18 anos, idôneas, cujo ingresso no quadro fica condicionado ao preenchimento de proposta por parte do (a) interessado(a), com aprovação pela Diretoria Executiva;

Parágrafo único. Estão dispensados do preenchimento de proposta aqueles (as) que participaram da Assembléia Geral, que aprovou o Estatuto, os quais são considerados Sócios Fundadores;

Art. 8º - A ASSOCIAÇÃO COMPOR-SE-Á DAS SEGUINTE CATEGORIAS DE SÓCIOS:

I - sócios Fundadores: assim considerados todos aqueles (as) que participaram da Assembléia Geral que aprovou o Estatuto e assinaram a ata de fundação;

II - sócios Contribuintes: Todas as pessoas físicas ou jurídicas, devidamente cadastradas, que concederem à Associação, mensal, semestral ou anual, contribuição em dinheiro;

III - sócios Beneméritos: assim considerados aqueles que prestarem relevantes serviços à Associação;

Parágrafo único. Os títulos de sócios Beneméritos serão conferidos mediante proposta da Diretoria Executiva; também, a Diretoria Executiva poderá propor outras formas para agradecer

4

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 - Centro - CEP: 39400-074 - MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 - (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br

Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS – Utilidade Pública Federal – Decreto de 17/08/1998 – Diário Oficial da União de 18/09/98
 Utilidade Pública Estadual- LEI nº 11.976 – 01/11/1995 SETAS-CAD RG. 0013861
 Utilidade Pública Municipal – Resolução nº 111 de 09/12/1992
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Registro no Livro 01 F1014, sob o nº014

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG
 PROTOCOLO 787-911

personas físicas ou jurídicas, que tenham contribuído para com o êxito do projeto, como: diplomas, troféus, placas, dentre outros;

Art. 9º - SÃO DIREITOS DOS SÓCIOS QUITES COM SUAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

I – votar e ser votado para os cargos eletivos;

II – tomar partes nas Assembléias Gerais;

§ 1º - Os sócios Contribuintes só poderão votar e ser votados quando o tempo de associados for igual ou superior a 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais;

§ 2º - Os Sócios Beneméritos não terão direito a voto e nem poderão ser votados;

§ 3º - Não é admitido o voto por procuração;

Art. 10º - SÃO DEVERES DOS SÓCIOS;

I – cumprir as disposições traçadas neste Estatuto;

II – respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;

III – zelar pelo bom nome da Associação;

Art. 11º - DAS PENALIDADES E DA DEMISSÃO DO (A) ASSOCIADO (A):

I – o (a) associado (a) que infringir qualquer dispositivo legal da Associação estará sujeito às penas de advertência por escrito, suspensão de 30 (trinta) dias a 1 (um) ano e exclusão, aplicáveis de acordo com a gravidade do ato cometido;

II – as penas de advertência e suspensão serão aplicadas pela Diretoria Executiva, nas transgressões consideradas de natureza leve;

III – será excluído pela Diretoria Executiva por justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando comprovada a ocorrência de violação do estatuto social; difamação da Associação, de seus membros ou associados; descumprimento de decisões de Assembléia Geral; desvio dos bons costumes; conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais; falta de pagamento por parte dos “associados contribuintes”, de 6 (seis) meses consecutivos das contribuições associativas.

5

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 – Centro – CEP: 39400-074 – MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 – (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br

*Dr. Orlando Oliveira de Almeida
 Presidente da Associação
 M. Oliveira Mirim - M. Santos - M.*

Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS – Utilidade Pública Federal – Decreto de 17/08/1998 – Diário Oficial da União de 18/09/98
 Utilidade Pública Estadual- LEI nº 11.976 – 01/11/1995 SETAS-CAD RG. 0013861
 Utilidade Pública Municipal – Resolução nº 111 de 09/12/1992
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Registro no Livro 01 F1014, sob o nº014

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG
 PROTOCOLO 787-911

§ 1º. definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§ 2º. após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva;

§ 3º. aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído à Assembléia Geral, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão;

§ 4º. uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§ 5º. O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante acerto do débito junto à tesouraria da Associação;

IV - é direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas, homologado pela Diretoria Executiva;

V – os sócios não responderão solidário nem subsidiariamente, pelos encargos, dívidas e obrigações da Associação;

CAPITULO – III –
 DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12º - A ASSOCIAÇÃO SERÁ ADMINISTRADA PELOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

I – Assembléia Geral (AG);

II – Diretoria Executiva (DE) e

III – Conselho Fiscal (CF);

IV – Conselho Consultivo (CC)

Art. 13º - A Assembléia Geral, órgão soberano da Associação, constituir-se-à dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, citados no artigo 8º, incisos I e II deste Estatuto;

6

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 – Centro – CEP: 39400-074 – MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 – (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br

*Dr. Orlando Oliveira de Almeida
 Presidente da Associação
 M. Oliveira Mirim - M. Santos - M.*


Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS - Utilidade Pública Federal - Decreto de 17/06/1998 - Diário Oficial da União de 16/06/98
 Utilidade Pública Estadual - LEI nº 11.978 - 01/11/1995 - SETAS-CAD RG: 0013881
 Utilidade Pública Municipal - Resolução nº 111 de 09/12/1992
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Registro no Livro 01 F1014, sob o nº 014

Art. 14º - COMPETE A ASSEMBLÉIA GERAL.
 I - eleger e destituir a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo;
 II - decidir sobre reformas do Estatuto;
 III - anualmente, em data que será designada pela Diretoria Executiva, reunir-se-á, convocada pelo(a) Presidente, para tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço financeiro Associação, referente ao exercício anterior;
 IV - decidir sobre a extinção da Associação, nos termos do artigo 43º deste Estatuto;
 V - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais, observado o que preceituam os artigos 33º e 34º este Estatuto;
 VI - aprovar as contas e balancetes de cada exercício financeiro da Associação;

Art. 15º - A ASSEMBLÉIA GERAL REUNIR-SE-Á:
 I - ordinariamente, de quatro (4) em quatro(4) anos, para eleger e empossar nova Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo;
 II - extraordinariamente, quando convocada:
 a - pelo(a) Presidente;
 b - por requerimento assinado por maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva;
 c - pelo Conselho Fiscal; e
 d - por requerimento de 1/5 (um quinto) dos Sócios caracterizados no artigo 8º, incisos I e II deste Estatuto. Com referência ao inciso II, deverão estar quites com as obrigações quanto à contribuição financeira;

Art. 16º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á uma única vez, e poderá ser por meio de edital afixado na sede da Associação, publicação na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 05 dias.

§ 1º Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação, quando presente a maioria absoluta dos associados no pleno gozo dos seus direitos, e, em segunda convocação,

7

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 - Centro - CEP: 39400-074 - MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 - (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG
 PROTOCOLO 447 787-211

Dra. *Cláudia Regina Rodrigues*
 Presidente do Substituto
 M. Guarda Mirim - M. Cláudia - MG


Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS - Utilidade Pública Federal - Decreto de 17/06/1998 - Diário Oficial da União de 16/06/98
 Utilidade Pública Estadual - LEI nº 11.978 - 01/11/1995 - SETAS-CAD RG: 0013881
 Utilidade Pública Municipal - Resolução nº 111 de 09/12/1992
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Registro no Livro 01 F1014, sob o nº 014

30m(trinta) após, com qualquer número dos associados;
 § 2º No final de cada reunião lavrar-se-á a ata, que lida e aprovada, será assinada pelos presentes;

CAPITULO - IV-
DA DIRETORIA

Art. 17º - A DIRETORIA EXECUTIVA SERÁ CONSTITUÍDA POR:
 I - Presidente;
 II - Vice Presidente;
 III - 1º Secretário e 2º secretário;
 IV - 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro;

Parágrafo Único. O mandato da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, sendo permitida a reeleição de todos ou qualquer um dos membros da diretoria anterior, sem limitação de mandato;

Art. 18º - COMPETE A DIRETORIA EXECUTIVA:
 I - dirigir e administrar a Associação, em conformidade com as disposições deste estatuto;
 II - criar departamentos e órgãos, quantos forem necessários ao bom desempenho da Associação, podendo extingui-los quando julgar conveniente;
 III - autorizar operações financeiras em benefício da Associação, conforme artigos 33º deste Estatuto;
 IV - deliberar sobre admissões e pedidos de exclusões dos associados;
 V - conceder, a seu critério, anistia aos associados com mensalidades em atraso;
 VI - propor reforma do Estatuto;
 VII - elaborar e executar programa anual de atividade;

8

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 - Centro - CEP: 39400-074 - MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 - (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG
 PROTOCOLO 447 787-211

Dra. *Cláudia Regina Rodrigues*
 Presidente do Substituto
 M. Guarda Mirim - M. Cláudia - MG


Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS - Utilidade Pública Federal - Decreto de 17/08/1998 - Diário Oficial da União de 16/08/98
 Utilidade Pública Estadual - LEI nº 11.976 - 01/11/095 SETAS-CAD RG: 0013881
 Utilidade Pública Municipal - Resolução nº 111 de 08/12/1992
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Registro no Livro 01 F1014, sob o nº014

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG
PROTOCOLO
57787-011

VIII - elaborar e apresentar a Assembleia Geral, o relatório anual;
 IX - entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
 X - convocar a Assembleia Geral Extraordinária no que se refere ao presente Estatuto em questões de interesse da Associação, com observância ao que preceitua o artigo 15º, inciso II, letra "b", deste Estatuto;

Art. 19º - A Diretoria Executiva reunir-se-á trimestralmente, e extraordinariamente, quando necessário;

Art. 20º - Os Diretores não responderão solidária nem subsidiariamente pelas dívidas e obrigações da Associação.

Art. 21º - COMPETE AO(A) PRESIDENTE:

I - representar a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros judicial e extra-judicialmente;
 II - dirigir e administrar a Associação;
 III - cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
 IV - presidir a Assembleia Geral;
 V - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
 VI - marcar convocação dos membros da diretoria para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
 VII - gerir juntamente com o tesoureiro, da maneira mais conveniente, os fundos da Associação, autorizando despesas, ordenando pagamento e determinando a Agência Bancária para investimento e movimentação da conta corrente da Associação;
 VIII - autorizar pagamento das despesas em prol da Associação;
 IX - assinar cheques juntamente com Tesoureiro, bem como demais documentos financeiros e bancários que se fizerem necessários;

9

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 - Centro - CEP: 39400-074 - MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 - (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br


Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros
 CNPJ: 25.223.041/0001-78
 CNAS - Utilidade Pública Federal - Decreto de 17/08/1998 - Diário Oficial da União de 16/08/98
 Utilidade Pública Estadual - LEI nº 11.976 - 01/11/095 SETAS-CAD RG: 0013881
 Utilidade Pública Municipal - Resolução nº 111 de 08/12/1992
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Registro no Livro 01 F1014, sob o nº014

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG
PROTOCOLO
57787-011

X - contratar e demitir funcionários, dando conhecimento aos demais diretores, quando o caso convier;
 XI - praticar todos os atos necessários à administração ou interesse da Associação, que não estejam especificados nas disposições estatutárias, dando ciência à diretoria, quando da sua primeira reunião após o fato;
 XII - receber e repassar à tesouraria auxílios, subvenções, doações e quaisquer valores destinados à Associação, podendo delegar poderes para tal fim;
 XIII - designar seus assessores, atribuindo-lhes as tarefas convenientes aos interesses da associação;
 XIV - conceder licenças solicitadas pelos membros do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e a funcionários;
 XV - no tocante ao programa de aprendizagem, firmar com o(a) adolescente aprendiz contrato de aprendizagem com base na legislação vigente;
 XVI - tratando-se do programa de aprendizagem, celebrar o TERMO DE CONVÊNIO, inserindo todas as cláusulas necessárias ao fiel cumprimento do que determinam as normas;
 XVII - assinar a carteira de trabalho - CTPS - do(a) adolescente/jovem aprendiz, bem como rescisões, baixas nas carteiras de trabalho e demais documentos que se fizerem necessários ao Programa de Aprendizagem;
 XVIII - homologar a decisão de exclusão do(a) aluno(a) do curso de capacitação profissional-Guarda Mirim ou adolescente/jovem aprendiz, por transgressão à normas que ensejam tal medida;

XIX - conceder entrevistas na imprensa falada, escrita e televisionada, bem como representar a Associação nos eventos sociais e de interesse da mesma, podendo designar representantes;

XX - conceder o voto de desempate nas reuniões;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG
PROTOCOLO
57787-011

Art. 22º - COMPETE AO VICE-PRESIDENTE:

I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

10

End.: Rua Dr. Veloso, nº 918 - Centro - CEP: 39400-074 - MONTES CLAROS // MG
 Telefones: (38) 3223-9220 - (38) 3214-4933 Fax: (38) 99971-3333
 e-mail: assocguardamirim@hotmail.com // site: www.guardamirim.com.br

Div. Presidente da Associação
 M. Cláudia Athim - M. Cláudia - M.

